

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

JOSÉ GABRIEL GOMES PINTO MAFFEI

**“ABRIGO AOS ASSALTOS DA INDIGÊNCIA E RESGUARDO AO SEU PUDOR
VIRGINAL”: O ASILO SÃO LUIZ E A EDUCAÇÃO DE POPULARES EM MINAS
GERAIS [1878 – 1892].**

Niterói
2022

JOSÉ GABRIEL GOMES PINTO MAFFEI

**“ABRIGO AOS ASSALTOS DA INDIGÊNCIA E RESGUARDO AO SEU PUDOR
VIRGINAL”: O ASILO SÃO LUIZ E A EDUCAÇÃO DE POPULARES EM MINAS
GERAIS [1878 – 1892].**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Karoline Carula

Niterói
2022

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

M187" Maffei, José Gabriel Gomes Pinto
"Abrigo aos assaltos da indigência e resguardo ao seu pudor
virginal": : O Asilo São Luiz e a educação de populares em
Minas Gerais [1878-1892]. / José Gabriel Gomes Pinto Maffei ;
Karoline Carula, orientadora. Niterói, 2022.
168 f. : il.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,
Niterói, 2022.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGH.2022.m.16711396740>

1. História da Educação. 2. Lei do Ventre Livre, 1871. 3.
Educação feminina. 4. Modernidade no Brasil. 5. Produção
intelectual. I. Carula, Karoline, orientadora. II.
Universidade Federal Fluminense. Instituto de História. III.
Título.

CDD -

JOSÉ GABRIEL GOMES PINTO MAFFEI
(Matrícula: M008.120.028)

**“ABRIGO AOS ASSALTOS DA INDIGÊNCIA E RESGUARDO AO SEU PUDOR
VIRGINAL”: O ASILO SÃO LUIZ E A EDUCAÇÃO DE POPULARES EM MINAS
GERAIS [1878 – 1892].**
Dissertação de Mestrado

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a. Karoline Carula (Orientadora)
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. José Gonçalves Gondra
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Paulo Cruz Terra
Universidade Federal Fluminense

Niterói
2022

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, até mesmo antes das pesquisas do curso do mestrado começarem, eu só pensava em agradecer a todas e todos médicas e médicos, enfermeiras e enfermeiros, pesquisadoras e pesquisadores, e outras e outros profissionais que empenharam todos os esforços possíveis e imagináveis para conter a pandemia da COVID-19. Então, muito obrigado por se empenharem tanto para conter tanta dor e destruição causada por esse vírus.

Em tempos pandêmicos, nada seria possível sem a orientação da Dr.^a Karoline Carula que, em meio às vídeo-chamadas e mensagens por aplicativos, não deixou faltar amor, paciência, empatia e profissionalismo, essências para a concretização dessa dissertação de mestrado; muito obrigado! Sem deixar de lembrar, agradeço à Dr.^a Livia Magalhães pelo apoio e diálogos desde a graduação. Agradeço à toda equipe de gestão do Programa de Pós-graduação em História e do Instituto de História por toda a assistência necessária durante esse período. E meus agradecimentos também à CAPES pela concessão da bolsa de mestrado que foi muito importante para o desenvolvido do presente trabalho. Sem diminuta importância, obrigado à banca examinadora, Dr. José Gonçalves Gondra e Dr. Paulo Cruz Terra, pelo aceite do convite.

Em seguida, não posso deixar de relembrar todos os dias que Maria Cristina Gomes Pinto e William Perez Maffei, meus pais, se preocuparam e respeitaram os momentos de reclusão e dedicação à tela do computador e aos livros. Muito obrigado por estarem juntos nesse processo, sem vocês nada disso seria possível, afinal, incentivar o estudo, a curiosidade e a imaginação são atos de amor! Aos meus demais familiares, especialmente Therezinha, minha avó, e Angela Maffei, minha madrinha, peço desculpas pelas ausências e agradeço as lembranças durante esses anos de curso.

Toda a pesquisa empenhada nesse trabalho não seria viável sem a incalculável ajuda da Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade e de todas as irmãs, de todo o Brasil! Com muito carinho, obrigado Irmã Márcia Almeida Santiago, minha madrinha, e Madre Teresa Cristina Leite, Madre Superiora da CIANSP, por todo o diálogo e espaço para pesquisar mais sobre parte da história de vocês!

Aos da família que não são do mesmo sangue, gostaria de declarar meu carinho e gratidão por inúmeros amigos que me lembraram, constantemente, que “estar estudando” não é “estar sozinho”. Aos amigos da época do colégio, em especial a Ana Celeste, Beatriz Garcia e Beatriz Palante, agradeço pelos encontros dos quais não nos importávamos o que tinha para comer ou beber, só de estarmos juntos já era o suficiente para nos alegrarmos e aproveitarmos cada minuto. Também gostaria de agradecer às amigadas que o curso de História da

Universidade Federal Fluminense me presenteou, principalmente Alex Camacho, Diogo Mendonça, João Moço, João Victor Hugo, Mariana Reys, Mylenna Ferreira, Natália Abreu e Victor Nunes por termos conseguido dado continuidade às nossas conversas, desabafos e debates dos pilotis do Gragoatá. Aos amigos que chegaram agora, os que fazem minha estadia em Maricá muito mais completa, sou muito grato por vocês estarem tão perto nessa loucura que foram os últimos anos. Admiro muito todos vocês e sou grato por nossas amizades transcenderem os diferentes caminhos que escolhemos.

Por último, gostaria de agradecer em particular à Isabella Pozzuoli por nunca ter desistido de nossa amizade que transcendeu o período de estágio, ao emprego na escola e à distância entre dois municípios. Expresso minha gratidão pela oportunidade concedida por Moisés Fonseca e Bianca Esteves de que eu fosse padrinho da querida Maria Eduarda. Sem menor importância, agradeço carinhosamente à Jane Lobo por me mostrar o quanto o magistério é um trabalho de muito amor e realização e o quanto que o período de estágio nas suas turmas do C.E. Raul Vidal transformou minha vida.

*Para Cacilda Gomes Pereira,
Mulher, Mãe e minha Avó.*

RESUMO

O presente trabalho visa delinear perspectivas críticas acerca das realidades sociais e educacionais que envolviam mulheres das classes populares, entre 1870 e 1890, juntamente a investigação histórica sobre o Asilo São Luiz, fundando em 1878 na cidade mineira de Caeté, a partir de periódicos provinciais e documentos institucionais. Considerando inúmeras características da direção da instituição asilar, representada majoritariamente por Padre Domingos Evangelista Pinheiro, a dissertação se debruça sobre as políticas públicas voltadas para a instrução pública, principalmente, da província de Minas Gerais, e as correlaciona com importantes elementos que constituíam as realidades sociais da parcela jovem e pobre da sociedade imperial, especialmente a partir da promulgação da Lei do Ventre Livre. Considerando o último triênio do século XIX como período marcado pela iminência da abolição total e as transformações dos espaços citadinos nos principais centros políticos e econômicos do país é possível identificar comportamentos das classes dirigentes contra a suposta ameaça de desordem e proliferação das “classes perigosas” que resultaram em um cenário de múltiplas realidades escolares.

Palavras-chave: História social da educação; Lei do Ventre Livre; Educação feminina; Modernidade; Minas Gerais

ABSTRACT

The present work aims to delineate critical perspectives about the social and educational realities that involved women of the popular classes, between 1870 and 1890, together with the historical investigation about the Asilo São Luiz, founded in 1878 in the city of Caeté, in Minas Gerais, from provincial periodicals and institutional documents. Considering numerous characteristics of the direction of the asylum institution, represented mainly by “Monsenhor” Domingos Evangelista Pinheiro, the dissertation focuses on public policies aimed at public education, mainly in the province of Minas Gerais, and correlates them with important elements that constituted the social realities. of the young and poor part of imperial society, especially since the enactment of the Free Womb Law. Considering the last triennium of the 19th century as a period marked by the imminence of total abolition and the transformations of urban spaces in the main political and economic centers of the country, it's possible to identify behaviors of the ruling classes against the supposed threat of disorder and proliferation of the “dangerous classes” that resulted in a scenario of multiple school realities.

Keywords: Social history of education; Free Womb Law; Female education; Modernity; Minas Gerais

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Exposição atual no Recanto Monsenhor Domingos com imagens de Monsenhor Domingos, produzidas por artistas da cidade de Caeté	15
Figura 2: Fotografia panorâmica do Recanto Monsenhor Domingos na atualidade ...	24
Figura 3: Fotografia do pátio interno do Recanto Monsenhor Domingos (2016)	25
Figura 4: Fotografia do pátio interno do Recanto Monsenhor Domingos (Séc. XX) .	25
Figura 5: Contracapa do livro <i>O Pioneiro da Serra da Piedade</i>	27
Figura 6: Capela de Nossa Senhora da Piedade (Séc. XIX)	38
Figura 7: Santuário de Nossa Senhora da Piedade (Séc. XX)	39
Figura 8: Fachada de prédio no Recanto Monsenhor Domingos atualmente	47
Figura 9: Casa para acomodações (Séc. XX)	53
Figura 10: Casa para acomodações (2022)	54
Figura 11: Fotografia de Padre Domingos Evangelista Pinheiro (Década de 1870) ...	78
Figura 12: Padre Domingos com alunas do Asilo São Luiz (Século XX).	125
Figura 13: Professoras do Asilo São Luiz (Século XX)	151

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Centro histórico de Caeté com a Rua Monsenhor Domingos atualmente.....	14
Mapa 2: Província de Minas Geraes com ampliação na comarca de Sabará e Caeté em destaque (1862)	31
Mapa 3: Município de Caeté na atualidade	32

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 A IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE: A REUNIÃO DE IRMÃOS MINEIROS E A FUNDAÇÃO DO ASILO SÃO LUIZ	23
1.1 O Pioneiro da Serra da Piedade: fontes para uma história de Caeté e do Asilo São Luiz	23
1.2 A criação da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade.....	35
1.3 A fundação do Asilo São Luiz.....	43
2 DOMINGOS EVANGELISTA PINHEIRO: DE SEMINARISTA A DIRETOR DO ASILO SÃO LUIZ.....	71
2.1 Domingos e os irmãos mineiros	72
2.2 Domingos pela presidência da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade	91
2.3 A direção do Asilo São Luiz.....	95
3 AS MENINAS ASILADAS: DA “INDIGÊNCIA E FALTA DE PUDOR” À “MÃE DE FAMÍLIA”	121
3.1 Ensino no Asilo São Luiz.....	125
3.2 Um curso normal no Asilo São Luiz.	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	156
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	160

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca refletir sobre a instrução pública, em especial das camadas populares, no Brasil monárquico da segunda metade do século XIX, a partir da análise dos eventos que marcaram a fundação e sequencialmente os primeiros anos de funcionamento do Asilo São Luiz, dirigido pela Irmandade de Nossa Senhora da Piedade, e a assistência às meninas matriculadas na respectiva instituição. Nesse sentido, no decorrer da década de 1870 identifica-se um cenário caracterizado por “uma espécie de panaceia para legitimar ações que se afirmavam como meio de superação para os males e problemas nacionais” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 29) e, perante esse cenário, destacamos as articulações dos âmbitos público e privado no âmbito da educação formal mediante ao contexto histórico marcado pela abolição da escravatura e novos rearranjos sociais do final do Oitocentos, tendo a liberdade tutelada como um dos principais elementos do respectivo cenário.¹ As relações estabelecidas entre o Estado imperial e as diferentes instituições de ensino passaram a adquirir expressiva importância nas perspectivas adotadas para a época, inclusive influenciadas pelas campanhas abolicionistas que percorriam grande parte do território nacional e o projeto modernizador europeu, incorporado e patrocinado pelas classes dirigentes.

Adotamos como recorte temporal os anos entre 1878 e 1892, datas que correspondem, respectivamente, ao ano de fundação do Asilo São Luiz e o tempo de seu funcionamento submetido à Constituição de 1824, quando ocorreram mudanças dos parâmetros legais em detrimento do fim da carta magna do Império. A instituição asilar estava sediada na cidade de Caeté, município da província de Minas Gerais, e torna-se o nosso principal perímetro geográfico de análise. Considerando as reflexões acerca do papel social da instrução naquele momento, tanto para Minas como para o Brasil de uma maneira geral, e os diferentes personagens que articularam iniciativas locais, assim como aponta a historiografia especializada, vale destacar investigações mais aprofundadas da organização religiosa da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade e seu presidente Padre Domingos Evangelista Pinheiro como principais responsáveis pela idealização do Asilo.

Apesar da especificidade dos recortes cronológico e geográfico, percebemos que a concepção do Asilo São Luiz pelos seus idealizadores perpassa por questões sociais singulares

¹ Com base nas contribuições de Eva Teresinha Silveira Faleiros (2001), consideramos que políticas públicas e mobilizações da sociedade em prol da instrução pública empenharam-se em manter a condição de subalternidade de considerável parcela de integrantes das classes populares, principalmente após a Lei do Ventre Livre (28/9/1871) e a “liberdade controlada e vigiada” (FALEIROS, 2001, p. 221) para muitos dos ingênuos que deveriam ser contemplados pela legislação.

da história brasileira, principalmente no que concerne à história social da educação no Brasil. Padre Domingos Evangelista Pinheiro, presidente da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade e diretor do Asilo São Luiz durante o período aqui delimitado, foi um homem de certa notoriedade na cidade de Caeté e entre os parlamentares da província mineira. No município do qual também era sua cidade natal, atuou como pároco e eleitor pelo Partido Liberal, além de ter empenhado a obras de reforma da capela de Nossa Senhora da Piedade (hoje reconhecido como Santuário de Nossa Senhora da Piedade e uma das mais expoentes localidades de interesses religiosos e turísticos do estado de Minas Gerais), foi o homem que esteve à frente de todo o processo de fundação do Asilo. Seu nome transcendeu os muros dessa instituição assim como os limites da interiorana cidade mineira: Padre Domingos foi fundamental para a fundação da Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade (CIANSP), atuante até os dias atuais e responsáveis por inúmeros trabalhos de cunho social e educacional por várias regiões do país, e permaneceu na memória de Minas em nomes de logradouros:

Mapa 1: Mapa do centro histórico de Caeté com a Rua Monsenhor Domingos atualmente.



Fonte: Google Maps²

Também não podemos de mencionar que encontramos no nome do clérigo em monumentos e lugares de memória que remontam a história do Asilo São Luiz que, de maneira intrínseca, está atrelada à biografia da CIANSP. Seu reconhecimento longo foi se explicando no decorrer das pesquisas acerca de sua biografia e relacionamentos que estabelecia com a

² Disponível em: < <https://www.google.com.br/maps/@-19.8983116,-43.670061,18z> > Acessado em 13 nov 2021.

sociedade em que vivia e compreendia. Sublinhamos também o contínuo reconhecimento da importância dessa instituição para a história da CIANSP e do município de Caeté, em expressões populares que rememoram o diretor Padre Domingos e a educação das meninas asiladas:

Figura 1: Exposição atual no Recanto Monsenhor Domingos com imagens de Monsenhor Domingos, produzidas por artistas da cidade de Caeté.



Fonte: Fotografia feita *in locu* – Recanto Monsenhor Domingos.

Para conceber uma instituição de assistência e educação para meninas pobres era necessário alinhar-se ao perfil da população que os cercava, juntamente às tendências valorizadas pelas autoridades monárquicas. As múltiplas experiências educacionais que existiram nesse período, especialmente as variedades de internatos, centros prisionais e cursos de formação profissional, demonstravam que uma suposta regeneração social deveria intervir incisivamente em grupos que até a primeira metade do século XIX estavam majoritariamente à margem da sociedade civil, como negros e pobres. As classes populares, segundo o imaginário das classes dirigentes, eram as responsáveis pelo crescimento das “classes perigosas”, as quais, segundo Sidney Chalhoub (2017), surgiam em meio aos nascentes centros urbanos brasileiros e, conseqüentemente, demonstravam-se ameaçadores ao progresso material e humano que seria exigido para o êxito na modernização similar às potências europeias.

No tocante aos grupos que eram compreendidos como as “classes perigosas”, destacamos que a pluralidade das populações abarcadas por esse conceito foi suprimida pelas políticas públicas voltadas para setores da sociedade, como para a própria educação. Em outras palavras, parcelas significativas das populações de pobres, negros e mulheres foram associadas

à ideia abstrata de pessoas que ofereciam algum tipo de perigo. Os aspectos tidos como necessários para o cumprimento da modernidade deveriam ser aprendidos e exercidos por todos, inclusive pelos mais suscetíveis, como forma de combate e prevenção de elementos prejudiciais à saúde e funcionamento da sociedade livre. Partindo dessa problemática, consideramos que o exercício dessa modernidade não estava disposto igualmente a todos, mas principalmente correspondida ao lugar social ocupado, sendo que parte dessa desigualdade era acentuada pelas instituições de instrução.

Frente a isso, destacamos que a partir da década de 1870 novas discussões surgiram para o plano modernizador hegemônico. Com a promulgação da Lei n.º 2.040, a Lei do Ventre Livre, novas possibilidades estavam criadas para o acesso de negros à sociedade dos livres. Apesar de Angela Alonso indicar baixos índices de libertação de meninos e meninas pelos senhores de suas mães (2015, p. 187), esse momento demarca singulares transformações não só diante das perspectivas acerca dos crescentes movimentos abolicionistas ou das “questões” que envolveram o desfecho do Império, mas novos formatos adotados para a educação da população no país. Sensíveis às transformações sociais, iniciativas institucionais do âmbito público e privado, leigas e religiosas, urbanas e rurais, propunham abarcar os grupos populares e, assim, proporem novos formatos para o exercício da formação escolar.

Alicerçado à essa perspectiva, propomos uma abordagem analítica que pretende contribuir para novas concepções das temáticas brevemente aqui comentadas sobre a sociedade brasileira no final do Oitocentos, principalmente ao que concerne sobre a educação nesse período. A historiografia brasileira sobre a educação brasileira teve importantes contribuições a partir do final do século XX, porém, as produções disponíveis para estudo ainda estão distantes de contabilizarem o total de experiências sociais ao longo do período imperial, mesmo considerando que a principal tendência historiográfica para essa temática é elencar estudos de caso que envolvem diferentes setores da sociedade. Para tanto, consideraremos o Asilo São Luiz não como um modelo exemplar de educação e assistência, tanto para Minas Gerais como para o restante do país, mas como uma experiência vivida e pensada a partir das particularidades regionais e pessoais dos agentes sociais envolvidos.

É nesse sentido que procuramos alinhar nosso trabalho aos estudos realizados, dentre outros, por Alessandra Frota Martinez Schueler (2000; 2002; 2008) para compreendermos as possíveis articulações dos conceitos de raça, classe e gênero no plano social da educação do Brasil imperial, assim como os trabalhos de Marcelo Mac Cord (2012) e suas ponderações acerca das permutas estabelecidas entre o exercício da cidadania ou a vivência em sociedade e o aprendizado de uma atividade laboral. Nesse sentido, concordamos também com Maria Lúcia

Spedo Hilsdorf (2003) quando afirma que a origem e o funcionamento das experiências educacionais não são exclusivamente concebidos pelos órgãos governamentais, mas pelas articulações sociais correspondentes, desde o cotidiano particular às práticas escolares. Como destaca Hilsdorf, quando se trata do século XIX, há o uso da educação formal como um dos principais instrumentos de reprodução da ordem, inclusive em formato de políticas públicas voltadas para os populares a partir da década de 1870.

Em consonância a essa perspectiva, nos propomos a analisar não só a relação estabelecida entre a Irmandade de Nossa Senhora da Piedade e o Asilo São Luiz, mas as interligações da instituição para com a sociedade através das suas diferentes esferas juntamente às perspectivas teóricas desenvolvidas a partir da História Social e desdobramentos com o uso dos espaços escolares como instrumento de reprodução da cultura dominante. Assim, com os apontamentos elencados na investigação científica do Asilo caeteense, surgem novas questões e, simultaneamente, novas leituras sobre antigos padrões da formação social do Brasil no decorrer do Oitocentos, inclusive pela ótica da educação e seus agentes.

A partir dessas premissas basilares adotadas pela análise crítica abordada no presente trabalho, destacamos como fontes os periódicos de ampla circulação e majoritariamente publicados na Corte e na província de Minas Gerais no decorrer da segunda metade do século XIX. Com base no conjunto heterogêneo de exemplares selecionados, concordamos com Tania Regina de Luca (2019) quando, durante a pesquisa historiográfica, é necessário considerar que “jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita” (2019, p. 140). Inferindo essa percepção acerca da natureza de cada jornal, conferimos-lhes um caráter social aos impressos oitocentistas. Não só remetendo ao processo de materialização dos artigos ou circulação dos papéis periódicos, mas ao coletivo humano envolto dos conteúdos dispostos em cada página e como essa percepção (expressivamente de caráter político) é cara às interpretações conferidas pela articulação de textos paralelamente às demais fontes dispostas sobre o Asilo e seus apoiadores.

Apesar da maior parte dos fragmentos textuais elencados de muitos dos periódicos analisados remeterem às transcrições de debates e comunicações ocorridas nas assembleias provinciais mineiras, compreendemos que as experiências educacionais não perpassavam somente pelo âmbito governamental ou às documentações burocráticas remanescentes. Sendo assim:

A interpretação da história da educação foi viabilizada através da contextualização e da constante relação entre processos políticos e sociais. Foram privilegiados os projetos dos homens públicos diretamente relacionados ao governo, tentando reconstruir a trajetória de suas posições nos conflitos e lutas políticas mais amplas. (SCHUELER, 1997, p. 8-9).

O eixo central da análise sobre o Asilo São Luiz emprega como fontes, além do conteúdo publicado na imprensa, escritos e documentos conferidos aos fundadores e principais dirigentes da instituição asilar. Para tanto, no primeiro capítulo, intitulado *A Irmandade de Nossa Senhora da Piedade: a reunião de irmãos mineiros e a fundação do Asilo São Luiz*, buscamos dedicar um espaço para a problematização das fontes primordiais para o processo de pesquisa e escrita, assim como apresentar as análises conceituais que realizamos sobre elas e outras que surgiram em sequência. Portanto, as linhas iniciais são dedicadas à apresentação do livro *O Pioneiro da Serra da Piedade*, escrito pela religiosa Madre Maria Ângela do Coração de Jesus, integrante da Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade, principal organização herdeira da documentação remanescente do Asilo São Luiz e de seu fundador. O respectivo trabalho reúne fontes transcritas e relatos produzidos pela autora como uma forma de resguardo da memória da origem da Congregação que se originou no Asilo, em 1892.

Além das explanações iniciais sobre a natureza da maior parte das fontes articuladas no trabalho, também analisaremos os contextos sociais em que a Irmandade e o Asilo estavam envolvidos, explorando os aspectos estruturais da instituição asilar frente às discussões acerca do aquartelamento das ditas “classes perigosas”. Importante pontuar sobre a organicidade adotada pelo principal líder da Irmandade, Padre Domingos Evangelista Pinheiro, para a execução do projeto do Asilo “destinado a meninas pobres e órfãs” (JESUS, 1967, p. 57). Para além dos documentos internos à instituição asilar, como as correspondências enviadas e recebidas por Domingos Pinheiro, em análises de periódicos mineiros foi possível delinear, nas seções dedicadas às transcrições das seções das assembleias provinciais, posicionamentos críticos sobre o estabelecimento da Irmandade e, conseqüentemente, nos denunciando quais aspectos eram relevantes para os parlamentares quando se tratava de uma instituição de acolhimento e que também solicitava cotas financeiras de auxílio.

No segundo capítulo, *Domingos Evangelista Pinheiro: de seminarista a diretor do Asilo São Luiz*, nos dedicamos ao estudo mais aprofundado a respeito dos agentes sociais que envolveram tanto a criação da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade como do Asilo São Luiz. O destaque conferido ao clérigo Padre Domingos surge a partir da leitura das fontes primárias, seja pelo volume de documentos que pertencem ao Asilo e que relacionam o clérigo

como diretor, ou pela imprensa periódica, na qual seu nome muitas das vezes é sinônimo da instituição.

Não só Domingos, mas os primeiros componentes da Mesa Regedora da Irmandade são contemplados com análises de suas redes de sociabilidade e relação com a execução do projeto do Asilo. Preocupamo-nos de apresentar nesse capítulo também as interconexões estabelecidas pelos diferentes homens envolvidos na gestão da Irmandade e de que forma complementaram a instação e o funcionamento da instituição.

Uma das problemáticas mais empenhadas no desenvolvimento dos capítulos, e do trabalho em geral, partiu da pergunta: Seria possível compreender uma instituição somente a partir de seus documentos, de sua burocracia? Desde a formulação dos documentos que regem o funcionamento interno do Asilo, dentre seus estatutos e currículos, bem como as discussões parlamentares nas assembleias provinciais, perpassam por diferentes mentalidades e relacionamentos sociais entre seres-humanos. A partir desses apontamentos, não seria diferente a necessidade de buscarmos não só compreender a origem da instituição no município de Caeté, mas propor uma concepção mais humana da idealização do respectivo Asilo, que mostrou-se, desde o início das pesquisas empenhadas para a escrita desse trabalho, um amplo universo de diferentes agentes sociais, com diferentes vivências e ocupações profissionais, envolvidos na assistência e instrução de meninas “pobres e órfãs” em uma cidade mineira oitocentista.

Almejando uma análise crítica do *modus operandi* exercido no Asilo São Luiz, o terceiro e último capítulo compreende uma perspectiva mais focalizada nas meninas atendidas pela instituição asilar. Em *As meninas asiladas: da “indigência e falta de pudor” à “mãe de família”*, como em todo o trabalho, as individualidades e o coletivo formado por essas crianças assistidas pela Irmandade de Nossa Senhora da Piedade serão analisados criticamente conforme a viabilidade das raras fontes remanescentes que abordem esses agentes sociais para além da sua condição socioeconômica ou pela “desvalides” de sua negritude ou pobreza.

Informações coletadas em periódicos de diversas localidades do país e documentos ligados à administração do Asilo nos possibilitarão compreender o funcionamento da experiência educacional e social vivida pelas meninas na instituição para as meninas, além de uma leitura mais ampla do cenário vivido pelas mulheres no Brasil naquele período. Para isso, utilizaremos de Joan Scott e sua compreensão da categoria de gênero, principalmente no que concerne a “examinar as formas pelas quais as identidades de generificadas são substantivamente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, organizações e representações sociais historicamente específicas” (1995, p. 88); além da interseccionalidade na discriminação de gênero e raça teorizada em Kimberle Crenshaw (2002).

Diante das sucintas explanações sobre os pontos centrais da discussão aqui proposta, faz-se necessário especificar o uso histórico dos substantivos “educação” e “instrução”, sendo muito caros para a compreensão ampla do presente trabalho. Concordamos em Felipe Ziotti Narita a respeito da concepção de educação no cenário brasileiro oitocentista em que “trata-se, antes, de um conjunto difuso de preceitos e práticas sociais que, mobilizando diversos agentes e espaços da sociedade imperial, organiza o social em campos de intervenção e de moralização” (NARITA, 2019, p. 18 - 19) pautando-se, principalmente, na natureza dialética da modernização social.³ Paralelamente, Luciano Mendes de Faria Filho conclui que a perspectiva moderna do conceito de “educação” está diretamente atrelada ao desenvolvimento do espaço escolar como um importante ambiente de transmissão, socialização e impregnação de conhecimento.⁴ Ou seja, o emprego da palavra “educação”, salvante as fontes e as citações transcritas, denota as experiências sociais compreendidas pelos ambientes formais de ensino nas últimas décadas do século XIX que valoravam, principalmente, os preceitos morais e científicos dominantes nas relações de ensino e aprendizagem, incluindo a instrução.

Apesar de alguns momentos a leitura de “instrução” ou “instruir” aparentar um caráter de sinônimo com “educação”, a historicidade de seu uso a partir de um recorte social aponta distintos empregos. Segundo Faria Filho, a perspectiva da instrução elementar para o século XIX no Brasil “articula-se não apenas com a necessidade de se generalizar o acesso às primeiras letras, mas também com um conjunto de outros conhecimentos e valores necessários à inserção, mesmo que de forma desigual, dos pobres à vida social” (FARIA FILHO, 2000, p. 138-139). Os referidos conhecimentos mencionados por Faria Filho muitas das vezes voltavam-se para os trabalhos práticos, tidos como combativos aos males sociais de muitos homens e mulheres pobres, ou seja, a instrução era a mediação entre a intelectualidade e a moralização através da

³ Conforme disserta Felipe Narita, a perspectiva global em Immanuel Wallerstein para o Brasil oitocentista, juntamente à América Latina, configura-se em antigos espaços coloniais e integrados ao sistema-mundo, os quais tiveram suas formações sociais “fundamentadas na divisão social do trabalho ampliada e hierarquizada conforme o sistema de produção de mercadorias e de valor dinamizado” pelas economias internacionais centrais, compreendidas pela Europa Ocidental e Estados Unidos. Sendo assim, é compreendido que a educação (ou “os processos de educação”) é o mecanismo central da socialização da “coerência interna” para a formação social em questão. Ainda segundo Narita, o materialismo da modernidade capitalista na segunda metade do século XIX promove as “esferas de circulação e de transferências culturais” na arquitetura do sistema-mundo, entre regiões periféricas e centrais, pela produção e reprodução da modernidade oitocentista em sua natureza dialética (NARITA, 2019, p. 18 - 19).

⁴ Para Justino Magalhães, a educação tradicional está diretamente vinculada a vivência dos conhecimentos necessários para a vida adulta: “Mais que pela aprendizagem, é partilhando gradualmente tarefas e responsabilidade com os adultos que as novas gerações novas se iniciam aos diversos papéis e desempenhos que a vida proporciona” (MAGALHÃES, 1996, p.10). As possibilidades para reprodução dessas condições passam a ocupar os espaços escolares e suas preocupações com os respectivos públicos.

prática. Tais afirmações podem ser retratadas pelo periódico religioso *O Apostolo*:⁵ “É a instrução e a educação que completam o homem. Do ser moral occupa-se a primeira, a segunda por sua vez desenvolve-lhe as faculdades intellectuaes e desperta sua actividade externa. O ensino é quem obtem este duplo fim”.⁶ Em vista disso, compreendemos o termo “instrução” como uma referência à promoção do aprendizado de atividades práticas, associadas ao exercício de trabalhos manuais, e a perspectiva “regeneradora” da modernização social empenhada pelos dirigentes no final do Oitocentos e, em contrapartida, compreendemos a “educação” como o processo global envolvido na escola formalizada, ou seja, voltado para os moldes de uma formação moral total do indivíduo, variada de acordo com a classe atendida (como por exemplo, homens populares dedicavam-se mais horas de “instrução” do que as mulheres).

A instrução e educação, entre suas distintas atribuições semânticas, suas naturezas formaram um rol de instituições com inúmeras características consonantes ao funcionamento, como os aspectos administrativos. No tocante a essas diferenças e em relação direta ao nosso objeto de estudo, é de suma importância delinear a diferença de “caridade” e “filantropia” como conceitos associáveis às iniciativas sociais de ensino das classes populares. Em linhas gerais, há dois pontos cruciais que os diferenciam: a natureza e os meios de ação social. A caridade, muito representada pelas organizações religiosas (principalmente católicas) frente às instituições assistencialistas voltadas aos “pobres”, “desvalidos” e “expostos” no Brasil desde o século XVI, provinha da ação religiosa pelo “amor de Deus, e do próximo” e com preocupações em níveis individuais (valoração de quem pratica a caridade) (PINTO, 1832, p. 203).

Já a filantropia surge no decorrer do século XIX questionando as práticas caritativas por divergência de perspectivas da transformação social, tendo seus discursos baseados em premissas científicas e na necessidade de “intervir nos hábitos e comportamentos populares” (SCHUELER, 1997, p. 131), principalmente no âmbito educacional e sanitário. E por fim,

Talvez a maior diferença entre ambos os conceitos esteja não na ação propriamente dita, mas nos meios de realizá-la, pois a caridade, por ser obra piedosa, pressupõe a abdicação de toda vaidade de seu autor, propugnando o anonimato como valor máximo, enquanto que a filantropia, por ser um gesto de utilidade, tem na publicidade sua arma: visto que a publicidade provoca a visibilidade da obra e acirra a rivalidade entre os benfeitores (SANGLARD, 2003, p. 1096).

⁵ Também nomeado como “O Apostolo: periódico religioso, moral e doutrinário, consagrado aos interesses da religião e da sociedade”, o periódico circulou entre os anos de 1866 e 1893 em todas as províncias do Império e foi muito influente, principalmente, no que se tratava acerca da escolarização brasileira.

⁶ *O Apostolo*, 13/02/1880, p. 3.

O Asilo São Luiz, a partir dos relatórios destinados às autoridades oficiais ou documentos produzidos por sua direção que analisados para esse trabalho, não é conceituado ou retratado como “caritativo” ou “filantrópico” pelas fontes. Porém, a cerne de sua criação parte de uma organização social criada por um conjunto de integrantes maritalmente leigos, apesar da nomeação adotada e o presidente ser um clérigo, e que atuavam não só por devoção religiosa. A Irmandade de Nossa Senhora da Piedade por intermédio de seus diretores se propôs a existir perante os valores católicos e sociais, assim como expresso nos textos de sua fundação, sem deixar a valorização da “visibilidade da obra”, assim como sublinhado por Gisele Sanglard, e usufruindo da Capela de Nossa Senhora da Piedade e de Padre Domingos Evangelista Pinheiro como ícones de sua presença na sociedade mineira, inclusive como recorrentemente referenciado pelos relatórios das assembleias provinciais de Minas Gerais naquele período.

Diante do breve panorama conceitual e linhas gerais do embasamento teórico-metodológico, *“Abrigo aos assaltos da indigência e resguardo ao seu pudor virginal”*: o Asilo São Luiz e a educação de populares em Minas Gerais [1878 – 1892] articulará análises inéditas da instalação do Asilo, juntamente às informações acerca de seu funcionamento cotidiano e estruturas voltadas para as jovens matriculadas, como o currículo e diretrizes comportamentais adotados nos anos iniciais de existência. Com isso, propomos novas interpretações críticas ao conjunto representado pelas meninas assistidas pelo Asilo São Luiz para além das estruturas oficiais e dominantes no contexto social oitocentista, considerado um dos maiores desafios colocados por este trabalho de dissertação. Sendo assim, a partir da superação das objeções impostas para as asiladas, e a grande parte da parcela feminina das classes populares que frequentavam estabelecimentos de ensino no Brasil imperial, será possível elucidar novas questões sobre a história social da educação que muito tempo destinaram suas energias para centros “imperais” de ensino e masculinos.

1 A IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE: A REUNIÃO DE IRMÃOS MINEIROS E A FUNDAÇÃO DO ASILO SÃO LUIZ

1.1 O Pioneiro da Serra da Piedade: fontes para uma história de Caeté e do Asilo São Luiz.

Atualmente, os antigos prédios que atendiam ao primordial Asilo São Luiz estão preservados em fachadas com arquitetura única e carregados de marcas deixadas pelo tempo e suas transformações em mais de 140 anos de existência. A trajetória das pequenas edículas situadas em meio a pequenos produtores rurais e a flora da mata atlântica mineira, que se transformou no atual “Recanto Monsenhor Domingos”, com suas instalações modernizadas voltadas para a hospedagem de turistas e peregrinos religiosos, perpassa por múltiplas faces de uma história social e cultural da educação no Brasil. O antigo Asilo para meninas, localizado no município de Caeté, em Minas Gerais, encerrou suas atividades como internato no final do século XX e tornou-se um empreendimento que oferece serviços de pousada com espaços de entretenimento, centros culturais, restaurantes, templos religiosos e, desde 2021, uma Reserva Particular do Patrimônio Natural.⁷ Administrado pela Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade (CIANSP), muitos espaços do Asilo mantêm-se similares ao período de fundação, em 1878, e tornaram-se um lugar de memória singular para além da própria Congregação.

Desde 1892, as religiosas devotas à Nossa Senhora da Piedade e que estavam envolvidas nos projetos de assistência social de Monsenhor Domingos Evangelista Pinheiro organizaram-se e fundaram a Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade com o principal fim de ampliar a capacidade de atuação do próprio Domingos Pinheiro assim como o projeto educacional desenvolvido no Asilo. Essa Congregação, nas suas primeiras configurações, foi composta exclusivamente por irmãs ligadas ao religioso e seus projetos sociais no território mineiro, principalmente de estudantes matriculadas no Asilo.

Apesar de hoje o Asilo São Luiz não exercer mais suas atividades originárias e ter seu espaço parcialmente reconfigurado, sua história ainda é muito preservada pelas irmãs da Congregação devido à sua relevância para a criação da associação. Remontar a história de

⁷ Decisão aprovada no dia 27 de janeiro pelo Conselho de Política Ambiental do Estado de Minas Gerais (Copam) junto à Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB). Ver mais sobre em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/01/27/interna_gerais,1232864/copam-aprova-criacao-de-duas-reservas-na-serra-da-piedade.shtml>. Acesso em: 1 abr 2021.

fundação dessa instituição e de seu patrono, Domingos Evangelista Pinheiro, é delinear o início da reunião dessas mulheres religiosas e seu fundador. Sendo assim, por meio de algumas das memórias preservadas por essas irmãs, é possível identificar importantes elementos e personalidades envolvidos na concretização da iniciativa do Asilo, além da singular atuação do próprio fundador.

Figura 2: Fotografia panorâmica do Recanto Monsenhor Domingos na atualidade



Fonte: Website Recanto Monsenhor Domingos.⁸

A área que corresponde ao Recanto Monsenhor Domingos, como observado na imagem acima, assimila-se a uma verdadeira miscelânea de estilos arquitetônicos e períodos históricos, com floridos pátios internos e inúmeros corredores que relembram antigas salas de aula. Em 130 anos de história, as irmãs da Congregação conseguiram reunir suas origens nos mais diversos formatos, desde documentos resguardos em seus arquivos como as reproduções do retrato de Monsenhor Domingos, integrando suas vivências pela devoção religiosa e pautando-se na memória do religioso.

Na figura seguinte, observamos um dos cenários presentes na propriedade do Recanto Monsenhor Domingos e destacamos a pequena construção à esquerda da imagem: cômodos destinados à moradia de Domingos durante o período que esteve à frente da administração da instituição até sua morte.

⁸ Disponível em: < <http://www.recantomonsenhordomingos.com.br/lazer/>>. Acessado em: 12 nov 2021.

Figura 3: Fotografia do pátio interno do Recanto Monsenhor Domingos (2016).



Fonte: Recanto Monsenhor Domingos – Instituto São Luiz.⁹

Na sequência, elegemos uma imagem que captura o mesmo espaço entre os anos de 1890 e 1910 e podemos perceber muitas semelhanças, principalmente na casa do clérigo e, à direita da imagem, o que seria o prédio central do Asilo São Luiz.

Figura 4: Fotografia do pátio interno do Recanto Monsenhor Domingos (início do século XX).



Fonte: Arquivo da CIANSP.

Em 1967, quase 90 anos após a fundação do Asilo São Luiz, Madre Maria Ângela do Coração de Jesus publicou o livro *O Pioneiro da Serra da Piedade*. A autora foi uma das Superiores Gerais das Religiosas de Monsenhor Domingos, grupo de mulheres dedicadas às administrações de obras de caridade idealizadas pelo próprio Padre Domingos.¹⁰ Em linhas

⁹ Disponível em: < <http://www.recantomonsenhordomingos.com.br/lazer/>>. Acessado em: 12 nov 2021.

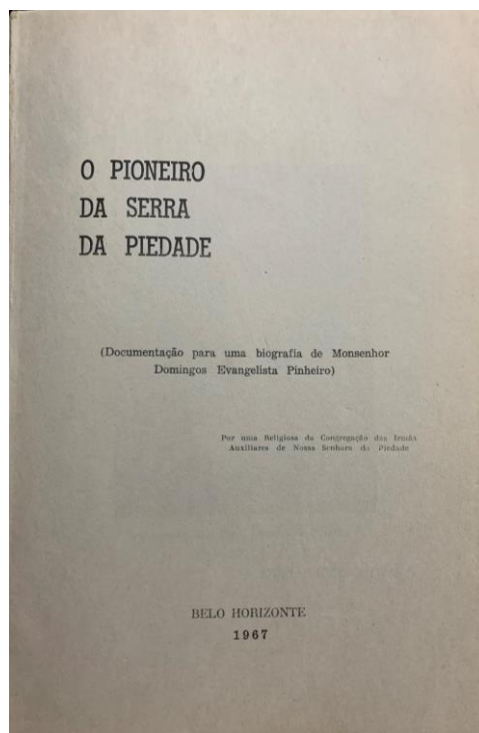
¹⁰ Para a análise proposta no presente trabalho, majoritariamente Domingos Evangelista Pinheiro será tratado com o título “Padre”. A titulação “Monsenhor” só foi designada ao mesmo em 1905, referendado pelo Papa Pio X.

gerais, o livro é uma reunião de diversos documentos transcritos e textos da própria autora que remontam eventos da vida do Padre e marcos cronológicos de sua vida religiosa, além daqueles que se relacionam com a criação da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade e, posteriormente, da Congregação. Sublinhamos que a obra foi impressa pelas “Oficinas da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais”, em homenagem à memória de Monsenhor Domingos, como escreveu a Madre, nos indicando relativa importância da organização religiosa e de Domingos Pinheiro para o estado mineiro naquele momento.

Tendo em vista que a divisão do livro não conta com a numeração dos capítulos, referenciaremos como seções. A obra *O Pioneiro da Serra da Piedade* é composta por 536 páginas e repartida em 72 seções que abordam diversos aspectos da vida do fundador a partir de uma estrutura cronológica sem rigidez de uma progressão temporal. A sequência de seções apresenta uma perspectiva do passado de Domingos Evangelista Pinheiro, com delimitações de diferentes fases de sua vida, concomitantemente às explanações de assuntos que influenciaram sua vivência, muitas das vezes provocando saltos temporais e “bruscas transições de assuntos que se intercalam aqui e acolá, no decorrer dos anos” (JESUS, 1967, p. 10).

Também para compreender melhor a natureza e organização dessa obra, analisaremos duas informações que aparecem como complementos ao título do livro, impressos na folha de rosto (Figura 5):

Figura 5: Contracapa do livro *O Pioneiro da Serra da Piedade*.



Fonte: JESUS, 1967.

Na primeira linha logo abaixo do título do livro, “Documentação para uma biografia de Monsenhor Domingos Evangelista Pinheiro”, indica que o trabalho não seria uma obra biográfica propriamente dita, apenas um conjunto de documentos, memórias e comentários compilados que se propunham estarem dispostos para um futuro trabalho biográfico relacionado a Domingos. Identificamos alguns outros livros,¹¹ dentre eles obras literárias de diferentes gêneros, publicados posteriormente ao *O Pioneiro* e que o utilizaram como bibliografia para suas respectivas escritas. Salientamos que essas obras também foram consultadas para o presente trabalho com o objetivo de abarcar diferentes leituras sobre *O Pioneiro*. Já o que seria o segundo subtítulo, “Por uma religiosa da Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade”, demonstra que apesar de ter sido escrito e organizado majoritariamente por uma pessoa, Madre Ângela, havia um interesse em fazer prevalecer o nome da organização e assim demonstrando uma valorização dos interesses coletivos da CIANSP pela memória de Padre Domingos. O sentimento de unidade e pertencimento à Congregação é registrado nesse caso em que o nome da autora surge apenas nos textos de apresentação, após a folha de rosto: no primeiro texto de abertura do livro, “O Evangelista da Piedade”, escrito por Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, observamos:

¹¹ Publicações literárias de: ABREU, 2014; e CRUCIFICADO, 1982. Também identificamos livros infanto-juvenis: FIGUEIREDO, 1992; e SANTOS, 2018.

Agora, dezenove anos passados, sinto imensa alegria em saber que a vida dêse perfeito servo de Deus e abnegado servidor dos homens, modelo dos Sacerdotes e Patriarca de uma nova Congregação Religiosa, está sendo escrita, com competência de mestra, com consciência piedosa, e amor filial, por Madre Maria Ângela do Coração de Jesus, que foi uma das Superiores Gerais das Religiosas de Monsenhor Pinheiro (JESUS, 1967, p. 7).

Nas páginas seguintes, posteriores a um retrato do sacerdote Domingos, a autora expressa brevemente um agradecimento ao Dr. Israel Pinheiro da Silva, governador do estado de Minas Gerais no ano de publicação do livro.¹² A família de Israel Pinheiro da Silva conheceu a Irmandade de Nossa Senhora da Piedade e o Padre Domingos, os quais foram contemporâneos aos primeiros anos da Companhia Cerâmica João Pinheiro e tendo concedido ao Asilo São Luiz “créditos na importância de quase 2.000\$000” (*Ibid.*, p. 53) e, devido à essas interligações, possibilitou a impressão do livro pela agência estatal, como referido anteriormente.¹³

Em “Algumas Palavras”, no que consideramos como a seção de introdução para seu trabalho, Madre Ângela que era a “única das Fundadoras [da Congregação] ainda existente” (JESUS, 1967, p. 11), descreve um breve relato do processo de escrita e publicação da obra, que contou com o apoio do Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta (1890-1982)¹⁴ e Dr. Antônio Augusto Mello Cançado (1912-1991)¹⁵.

¹² Além de caeteense, Israel Pinheiro era filho de João Pinheiro da Silva que foi um fundador do Clube Republicano (1888), político pelo Governo de Minas na década de 1890 e dono de uma indústria de cerâmicas na cidade de Caeté. Ver mais sobre João Pinheiro da Silva e família em: BARBOSA, 1966.

¹³ Apesar do ano de publicação do livro estar compreendida nos primeiros anos da Ditadura Militar no Brasil e sendo Israel Pinheiro um dos governadores mais envolvidos politicamente com o golpe e os atos institucionais, associamos seu apoio à publicação do livro pela religiosidade, memória ao relacionamento que seu pai (João Pinheiro, tinha com a Irmandade da Piedade além das políticas de valorização da cultura e educação em Minas Gerais. Ver mais sobre em: RAMOS, Pínio de Abreu. *Israel Pinheiro da Silva*. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Acesado em: <<https://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/israel-pinheiro-da-silva>>. Consultado em 23 de março de 2022; *Israel Pinheiro Silva*. Galeria de Governadores: Governo do Estado de Minas Gerais, 2022. Disponível em: <<https://www.mg.gov.br/governador/israel-pinheiro-da-silva>>. Consultado em: 23 de março de 2022.

¹⁴ Recém-formado pelo Seminário de Mariana tornou-se Capelão do Asilo São Luiz (VIDIGAL, 1973, p. 32) durante os anos finais da vida de Padre Domingos e, próximo ao período de escrita de *O Pioneiro*, tornou-se o primeiro Arcebispo de Aparecida (SP), sendo um dos principais idealizadores da construção da nova Basílica de Nossa Senhora de Aparecida. Para mais informações sobre a biografia do Cardeal D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta ver: <<http://www.arquisp.org.br/historia/dos-bispos-e-arcebispos/arcebispos/cardeal-dom-carlos-carmelo-de-vasconcelos-motta>>. Acesso em: 1 abr 2021; e VIDIGAL, Pedro Maciel. *O Cardeal de Vasconcellos Motta*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1973.

¹⁵ Doutor pela Faculdade de Direito da UFMG, traçou importante carreira para a legislação da educação em Minas Gerais, como diretor do Departamento de Educação de Minas Gerais (1961-1964), membro da Academia Mineira de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Academia Municipalista de Letras, entre outros; e seus reconhecimentos como escritor, ensaísta e palestrante em temas próprios à área da educação, principalmente para assuntos interligados à Minas Gerais e religiosidade. A biografia de Antônio Augusto Mello Cançado em: CAMPOS, Ana Maria. *Professor Mello Cançado*. Disponível em: <http://www.muspam.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=152:professor-mello-cancado&catid=36:textos&Itemid=89>. Acesso em 1 abr 2021.

Madre Ângela, ainda nas primeiras passagens, reforça que o conteúdo de seu trabalho é dedicado para a escrita de uma biografia de Domingos Evangelista Pinheiro, a despeito desse intuito não aparecer no título, conforme mencionado. Apesar de ter convivido com o biografado, a autora vai além de “comentários pessoais e considerações nossas [demais irmãs da Congregação]”¹⁶ e transcreve documentos recolhidos “no arquivo da Congregação, em cartas avulsas e recortes de jornais” (1967, p. 10).

Para o presente trabalho é de suma importância o estudo minucioso desta coletânea documental reunida pela autora devido a: 1) Presença de diferentes documentos pessoais integrantes de acervos públicos, privados e da própria Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade (herdeira da documentação institucional e pessoal de Domingos); 2) Comentários e observações inéditas de indivíduos contemporâneos ao recorte cronológico delimitado e referente à instituição asilar e seu fundador; e 3) Indicadores temporais relevantes para a delineação de uma cronologia de eventos relevantes para o trabalho.

As fontes documentais supramencionadas presentes na obra abarcam uma diversidade em relação à natureza e ao formato que estão dispostas. Dentre essas fontes primárias, há um amplo conjunto de correspondências disperso entre praticamente todas as seções do livro. Sobre essas cartas, somos contemplados com algumas respostas destinadas ao Domingos Pinheiro, transcritas completamente ou apenas comentadas por Madre Ângela. Apesar de uma considerável quantidade de cartas transcritas integralmente, algumas não possuem datação ou nomeações de seus correspondentes, apenas aquelas enviadas pelo próprio Domingos.

Entre as páginas 40 e 41 estão presentes 10 folhas, não sequenciadas pela numeração da paginação geral do livro, e nelas contém cópias “em impressão fotostática” de “petições para a fundação da Irmandade e os respectivos despachos” (*Ibid.*, p. 43). Apesar da baixa qualidade de reprodução, muitas informações estão legíveis e elucidadas pela autora nas páginas seguintes. Dentre outros documentos oficiais de suma importância para a pesquisa que envolve o presente trabalho, sublinhamos o “Compromisso Da Irmandade De Nossa Senhora Da Piedade Na Serra Do Mesmo Nome” (*Ibid.*, p. 44), que está integralmente transcrito e é acompanhado de comentários realizados pela autora, por vezes de forma antecedente ao documento, por outras colocados posteriormente a ele.

Em alguns momentos, assim como no caso do “Compromisso” destacado anteriormente, a autora indica que “embora já citado o conteúdo de alguns artigos dos Estatutos ou ‘Compromisso’, conforme foi denominado, vai êle transcrito integral e textualmente” (*Ibid.*,

¹⁶ Continua: “às vezes aparentemente um pouco lisonjeiras, mas sempre sinceras e reais” (1967, p. 10, *grifos nossos*).

p. 43); ou seja, há indicações quanto à completude do documento ou formato adotado pela escritora na produção de seu trabalho.

Destacamos também os acervos consultados pela autora, que adotam múltiplas visões sobre a vida do Padre Domingos, como diferentes referências a indivíduos que em algum momento tiveram contato com o religioso direta ou indiretamente. Por exemplo, nas páginas dedicadas ao Asilo São Luiz e eventos que ocorreram nos primeiros dez anos de funcionamento, a autora menciona o engenheiro e diretor da Companhia do Morro Velho, “o Engenheiro Hargreaves”. A relação entre o engenheiro e o Padre frutificou em doações monetárias e materiais, além de momentos de grande relevância para a história do Asilo. Assim como relata Madre Ângela:

Quando, em 1882, o Imperador do Brasil, Pedro II, percorreu alguns pontos da então província de Minas, êle [Engenheiro Hargreaves] falou-lhe, com grande interesse, sobre o Asilo S. Luiz e empenhou-se muito para que o Monarca tomasse sob sua proteção aquela obra ainda incipiente. [...] Padre Domingos, com a suma delicadeza que lhe era tão habitual, levou àquela cidade duas órfãs e apresentou-as ao Imperador. Êste acolheu as pequenas órfãs com fina gentileza.

[...]

Não foram frustradas as diligências do Diretor da Companhia do Morro Velho pois o Imperador, cativo pelo amável acolhimento do Padre Domingos, ofereceu ao Asilo a importância de “um conto de réis” (1967, p. 86-87).

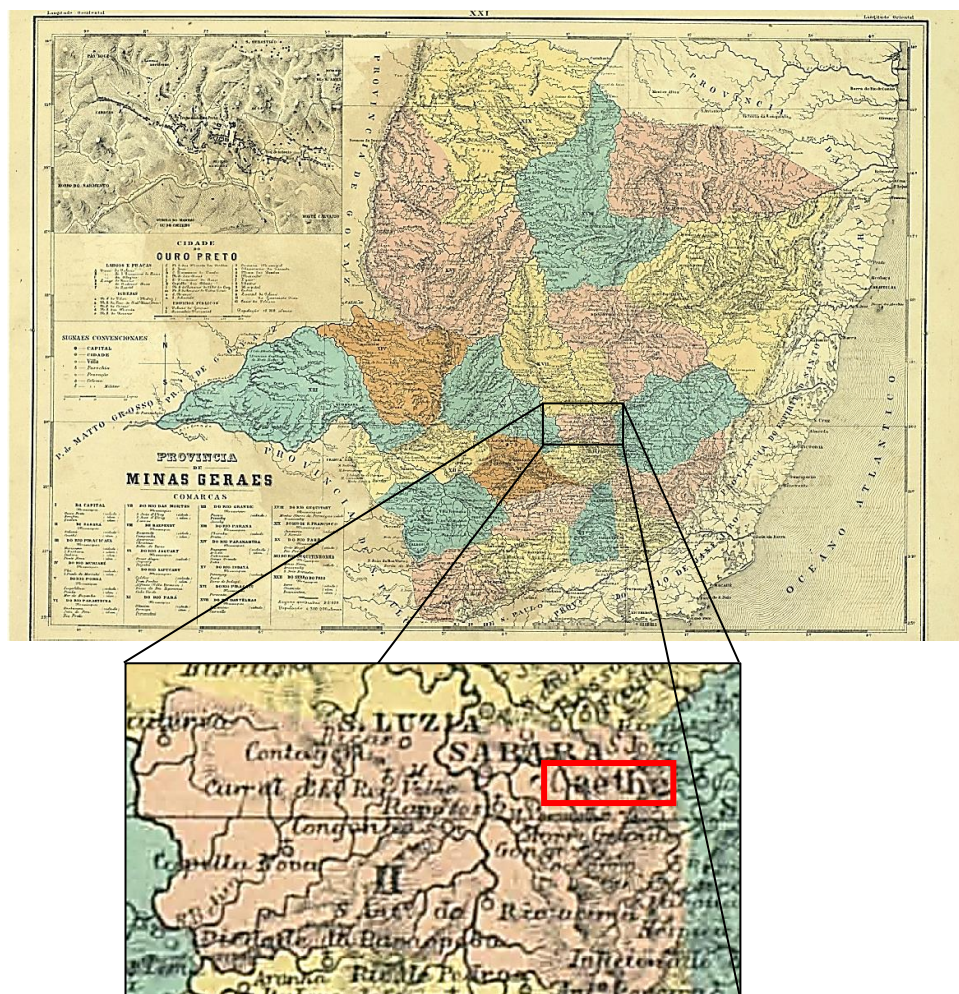
A passagem evidenciada é pautada em documentos do sacerdote D. Joaquim Silvério, amigo íntimo do Padre Domingos e “que teve ocasião de conversar com êsse ilustre engenheiro e presenciou o entusiasmo que despertava naquele caridoso coração” (*Ibid.*, p. 86). A doação também pode ser identificada na leitura do diário de viagem escrito por D. Pedro II, em sua viagem a Minas Gerais entre os dias 26 de março e 19 de abril de 1881.

Assim como esse evento, outros indivíduos diretamente relacionados com o processo de fundação Asilo São Luiz estão descritos tanto a partir de documentos da burocracia institucional como em crônicas de autoria de Madre Ângela ou bibliografia por ela consultada. O somatório de textos de estilo narrativo e os documentos transcritos com comentários integralizam todo o livro e, a partir da diversidade característica da obra, permite que leitores e pesquisadores permutem rapidamente entre os diferentes estilos de pesquisa e escrita adotados pela autora.

Após as partes introdutórias do livro, no que seria a primeira seção a autora dedica as páginas iniciais para localizar geograficamente o leitor onde grande parte do livro é ambientada. Sendo assim, Madre Ângela retrata o município de Caeté e suas características gerais de maneira poética e enaltecendo principalmente as características naturais do território. É nessa

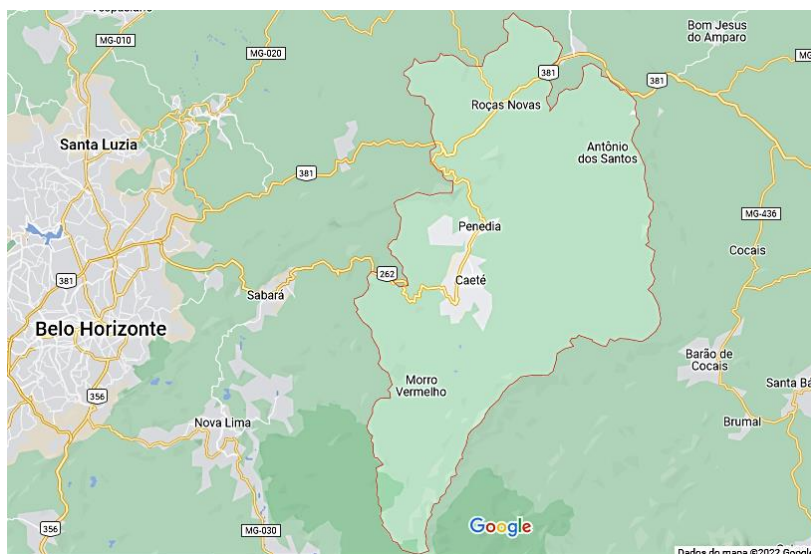
cidade que Domingos nasceu e passou a maior parte de sua vida, além de protagonizar a maior parte de suas articulações políticas e religiosas, como a criação da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade e a fundação do Asilo São Luiz.

Mapa 2: Província de Minas Geraes com ampliação na comarca de Sabará com Caethé em destaque (1862).



Fonte: ALMEIDA, 1862, p. 63.

Mapa 3: Município de Caeté na atualidade.



Fonte: Google Maps.¹⁷

O surgimento das primeiras ocupações portuguesas e luso-brasileiras no território que hoje é nomeado Caeté, em Minas Gerais, remonta ao segundo século de ocupação colonial da América portuguesa. O município, atualmente integrante à Região Metropolitana de Belo Horizonte e que já fora pertencente à comarca de Sabará, data seu primeiro registro na Carta Régia de 23 de março de 1664, atribuída ao sertanista Lourenço Castanho Tanques, capitão-mor da expedição que desbravou a entrada bandeirante mais interiorana da colônia até então.¹⁸

Grandes quantidades de ouro foram extraídas dos sertões de Caeté (nome originário do termo tupi “kaeté”, que remete à “mata verdadeira”, “mata virgem” ou “mata bruta”) ao final do século XVII e ocasionando o surgimento de inúmeras minas de extração do minério no decorrer do século seguinte, principalmente pela liderança do bandeirante taubateano Antônio Rodrigues Arzão. Devido às explorações territoriais para expandir a mineração na região, mais bandeiras avançaram pelos rios Doce e Sabará com o intuito de alcançarem novas minas de ouro em meio à densa mata da região e, consequentemente, cada vez mais distantes do litoral. Leonardo Nardez é considerado, por parte das produções sobre o passado colonial de Minas Gerais, especialmente segundo o pesquisador Guilherme von Eschwege¹⁹ e o historiador

¹⁷ Disponível em: < <https://www.google.com.br/maps/place/Caeté%3A9+-+MG/@-19.8582001,-43.6423978,10.58z/data=!4m5!3m4!1s0xa42f980724bdf5:0xf4b3bb004b82336d!8m2!3d-19.8852672!4d-43.664447> >. Acesso em 27 abril 2022.

¹⁸ CAETÉ (MG). In: *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1957-1964. v. 24, p. 272-279. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_24.pdf>. Acesso em: 1 Abril 2021.

¹⁹ Wilhelm Ludwig von Eschwege, ou Barão de Eschwege ou Guilherme von Eschwege, é reconhecido pelas suas pesquisas nas áreas de geologia, geografia, arquitetura e metalurgia. Contratado pela família real portuguesa para

Rodolfo Jacó²⁰, como o pioneiro na ocupação da região, em 1701, e o principal responsável por estimular sucessivas campanhas. A chegada de mais exploradores era crescente pelo vislumbre do rápido enriquecimento devido à suposta abundância de riqueza aurífera, que seria ampla e disponível em meio à mata fechada e assentamentos indígenas – sendo eles identificados como possíveis integrantes do grupo puri, como em Pedra Branca e Ribeirão do Inferno.²¹

Em 1703, com a região consideravelmente povoada, destaca-se a pluralidade dos novos moradores que chegavam principalmente por vias aquíferas, originários da região Nordeste, tendo o Rio São Francisco como o caminho mais utilizado pelos emigrantes. Segundo as pesquisadoras Angela Vianna Botelho e Liana Maria Reis (2008), o surgimento de vilas e povoados reconhecidos pela Coroa portuguesa foi um processo que tinha como objetivo o aumento do controle territorial e populacional por parte da metrópole. Esses novos núcleos populacionais se destacavam principalmente pelo crescimento do “número de habitantes e variedade das atividades ali desenvolvidas, como comércio e a prestação de serviços” (BOTELHO, REIS, 2008, p. 204).

Conforme se desenvolviam as condições materiais da região e o constante crescimento populacional de Vila Nova da Rainha, primeira nomeação oficial que a cidade de Caeté recebeu, outras atividades econômicas surgiram principalmente ligadas à produção de gêneros agrícolas e ao estabelecimento de pequenos empresários devido à importância atribuída às novas fontes minerais e às rotas de escoamento do ouro. O crescimento de Vila Nova da Rainha permaneceu constante ao longo do século XVIII e foi motivado, sobretudo, pela mineração, agricultura e religiosidade. A Serra da Piedade, maciço localizado atualmente na divisa dos municípios de Sabará e Caeté, tornou-se um dos principais centros de peregrinação religiosa de Minas Gerais e, entre os acidentes geográficos das grandes rochas, estavam localizados relevantes centros de exploração de pedras preciosas e diferentes minérios.

pesquisar o potencial de mineração da colônia americana, viajou por regiões mineiras de 1810 a 1821 como “Intendente das Minas de Ouro” e curador do Gabinete de Mineralogia. Seus comentários sobre Leonardo Nardez se encontram em: ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Pluto Brasiliensis*. Rio de Janeiro: Ed. Nacional. 1944. Ver mais em: DOULA, S. M. e COSTA, M. F. A. Ciência, natureza e crítica ambiental na obra do Barão de Eschwege: O Brasil sob o olhar de um mineralogista do século XIX. In: <<http://lauca.usach.cl/revistaidea/html/portad.htm>> *Revista de Estudios Avanzados Interactivos*. Santiago do Chile, Julio/2004. Ano 3, Nº 05.

²⁰ Em artigo publicado pelo historiador Rodolfo Jacó no periódico carioca *Jornal do Commercio*, em janeiro de 1914, o é explicado “que, subindo pelo rio Sabará, ao longo da serra alcantilada (Serra da Piedade), e depois por um de seus galhos, Leonardo Nardez e os Guerras, os dos Santos, encontrando boa pista, vieram pousar entre colônias plácidas, às margens do pequeno ribeiro, cuja fonte próxima deparam à boca da mata espessa (Caeté) que orlava então a encosta da serra divisória do rio Doce. Daí o nome dado ao regato pelos índios ou pelos próprios invasores, e por estes, depois, ao pequeno arraial que levantaram”.

²¹ Ver mais sobre as ocupações originais de indígenas na região central de Minas Gerais em: AGUIAR, 2010.

Vila Nova da Rainha também se destacou no cenário econômico nacional no alvorecer dos anos 1800. Mesmo com a crise econômica já instaurada, devido ao esgotamento das minas, o legado da vila resistiu pelo próprio prestígio político e econômico conquistado no século anterior. Pesquisadores como Fábio Carlos da Silva destacam que nos anos que permeiam a virada do século XVIII para o XIX, Caeté deteve as principais minas de ouro do Brasil. Tamanha relevância é dada principalmente pela atuação de empresas estrangeiras empenhadas na exploração das minas subterrâneas. Muitas dessas companhias estavam ligadas a empresários ingleses que entre final do século XVIII e os primeiros anos do século XIX, concentraram a maior parte dos seus investimentos na América.

Além de estradas de ferro, portos e sistema de comunicação, os ingleses investiram capital, tecnologia e mão de obra europeia especializada nas minas de ouro em Minas Gerais, setor esse que, no início do século XIX, se encontrava em decadência, exatamente por falta de capital, tecnologia adequada e boa administração (ALVES, 2014, p. 5).

Similar às demais cidades que sediaram importantes núcleos de extração de ouro em Minas Gerais, como as minas da Passagem, em Mariana, e do Morro Velho, próximo à Nova Lima; a Vila de Caeté, desde o século XVIII, assistiu à exploração da mina Gongo Soco pela companhia inglesa *Imperial Brazilian Mining Association*.²² Segundo Débora Bendocchi Alves (2012), a *Imperial* explorou o que foi considerada a maior mina de ouro do Brasil. Alves também destaca a literatura remanescente sobre a mineração no Brasil, sobretudo do século XIX, é relativamente pequena, porém muito descritiva devida aos relatos de viajantes estrangeiros. Dentre esses relatos, a autora menciona os registros no diário do jovem alemão Ernst Hasenclever (1814-1869), que em sua passagem pela província mineira na década de 1830 descreveu sobre as “galerias mais profundas de Gongo-Soco e ficou impressionado com a organização, a divisão do trabalho, a técnica empregada e a estrutura administrativa da empresa” (2012, p. 2).

A mina Gongo Soco, como pontua o Fábio Carlos da Silva, quando foi adquirida pela companhia inglesa em 1826, produzia expressivas quantias de ouro. Eduardo Oxenford, um dos primeiros ingleses que vieram para o Brasil, atraído pela exploração de minérios, juntamente aos diretores da *Imperial Brazilian Mining Association*, procurou José Feliciano Pinto Coelho da Cunha (Barão de Cocais e principal representante da família detentora das minas de Cocais) para efetivar a compra da mina de dois vereadores de Vila Nova da Rainha. A compra foi

²² Em 1825, a mina Gongo Soco estava situada no distrito da capela de Nossa Senhora do Socorro, paróquia de São João do Morro Grande, no termo de Vila de Caeté. Ver mais sobre em: HALFELD; TSCHUDI, 1998. p. 87.

firmada por uma transação de 73.000 libras e, assim, dava início à história da exploração inglesa do ouro mineiro (ANDRADE, 2019, p. 7). Tamanha era a influência da cidade que a *National Brazilian Mining Association*, empresa que concretizou e definiu as relações entre os exploradores ingleses e a elite mineradora, foi sediada em Vila Nova. A mina de Gongo Soco, com o passar do tempo, entrou em declínio até suspender definitivamente suas atividades em 1856 (HALFELD, H. G. F.; TSCHUDI, J. J. von, 1998, p. 89). Mesmo com os investimentos ingleses em tecnologias voltadas para a mineração, o esgotamento se demonstrou inevitável.

Mesmo com algumas minas em funcionamento, após os inúmeros abandonos de grandes frentes de extração dos mais diversos minérios, a escassez de ouro na região de Caeté, desde os últimos anos do século XVIII, fez com que o avanço do século seguinte fosse caracterizado por um “período crítico de decadência, visto sua principal atividade econômica, a mineração, não mais fornecer lucros que possibilitassem a continuidade de sua exploração” (PEDROSA, 2013, p. 59). Tamanha fora a crise econômica que a resolução de 30 de junho de 1833 extinguiu a Vila Nova da Rainha e o respectivo território passou a compor o município de Sabará. Apenas em 1840, com uma nova resolução real, novamente o povoado foi elevado à vila e desmembrado do município fronteiro, passando a se chamar município de “Caeté”. A importância política, econômica e histórica da vila não foi totalmente apagada da política provincial: em 1865, juntamente com o crescimento demográfico na região, a antiga Vila Nova da Rainha foi elevada para a condição de município.

Apesar de Gongo Soco estar localizada atualmente no município de Barão dos Cocais, como indicam os vestígios arqueológicos, seu surgimento e funcionamento estão intrinsecamente relacionados com a importância no passado de Caeté. A análise acerca do caso da mina pode nos elucidar que havia uma considerável importância de Vila Nova da Rainha para o abastecimento do mercado de minérios brasileiros e, assim, na formação de mais uma das sociedades mineradoras que não desapareceu com a crise econômica e social do ouro brasileiro.

1.2 A criação da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade

Apesar das mudanças sofridas em detrimento aos reflexos da crise da mineração, dentre elas a saída de Caeté do principal cenário político e econômico da província de Minas Gerais, é possível afirmar que a vida da sociedade caeteense não se resumia à mineração. Sua população, o desenvolvimento material e a vida cultural da cidade se desenvolviam juntamente

ao restante do país e, principalmente, dentro de sua originalidade. Na edição do dia 28 de dezembro de 1875, o jornal mineiro *Diário de Minas*²³ publicou o relato de um autor identificado como “O Viajante”, intitulado “Festejo A N. S. Da Piedade, Na Serra Do Mesmo Nome, Na Freguezia Da Ciedade De Caethé”:

Seguindo-se a missa, que foi cantada pelo conego Candido Affonso dos Santos Lage que, apesar de carregado de annos, acha-se robusto, e prestou-se com muito prazer; e acolletada pelos vigários Domingos Evangelista Pinheiro e José João Nunes Moreira, pregando o Evangelho com sua costumada proficiência o vigário Antonio Simplicio Ferreira dos Santos.

Finda a missa, e refectório offerecidoa todos os assistentes, seguindo-o a instalação da irmandade, nomeando sua mesa regedora, que ficou assim organizada: Juiz, vigário Domingos Evagelista Pinheiro. Secretario tenente Joaquim Luiz de Cerqueira. Thesoureiro, tenente Pedro José de Araujo. Procuradores, Antonio Lages da Silva, e capitão Francisco Claudio Ferreira Torres.

Cidade de Caethé, 29 de setembro de 1875.²⁴

O fragmento da crônica de autoria de “O Viajante” remonta às comemorações da recém-criada Irmandade de Nossa Senhora da Piedade.²⁵ A organização sob a liderança de Padre Domingos Evangelista Pinheiro, o vigário de Caeté, frutificou-se a partir da organização de moradores de inúmeras regiões do município de Caeté, principalmente integrantes da elite dirigente local, como burocratas e membros da Guarda Nacional.²⁶

Do século XVII ao XIX, as irmandades católicas foram um dos principais vetores responsáveis pela disseminação e enraizamento das devoções católicas.²⁷ Essas organizações religiosas não estavam apenas dedicadas à promoção de eventos, como procissões e festejos dedicados a santidades e demais tradições cristãs, mas envolviam-se em questões políticas ligadas ao Estado e ao próprio poder eclesiástico (JUNIOR, 2009, p. 2).

Para Marcelo Mac Cord, o culto a alguma figura sacra representativa como padroeira ou padroeiro prevalecia, nos séculos XVIII e XIX, como principal motivação dessas organizações e a “outra era a eminente presença de leigos, ou seja, pessoas sem ordenação sacra,

²³ Publicado em Ouro Preto e circulado na província mineira entre 1866 e 1875, era propriedade de J. F. de Paula Castro.

²⁴ *Diário de Minas*, 28/12/1875, p. 3.

²⁵ As futuras menções à “Irmandade de Nossa Senhora da Piedade” aparecerão no formato de “Irmandade da Piedade” ou “Irmandade”, sem nenhuma perda de significação para o texto ou a análise apresentada.

²⁶ O capítulo 2 contempla análises mais aprofundadas dos integrantes da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade.

²⁷ A origem de muitas irmandades religiosas está nas confrarias medievais e, segundo Catherine Vincent, eram orientadas por três eixos triviais: 1) representação principal por um santo (a) padroeiro(a), com pelo menos uma missa celebrada por ano; 2) os recursos voltados para os auxílios mútuos e à comunidade, tanto material como espiritual; e 3) a sociabilidade entre os confrades e todos que se relacionavam com as associações (1994, p. 11). Já na América portuguesa, de acordo com Mara Regina do Nascimento, pertencer a uma irmandade significava participar ativamente das celebrações em honra ao padroeiro (a) e estabelecer uma relação segura em relação à assistência material, principalmente em funerais (2006, p. 28).

em seus quadros e rotinas administrativas” (2012, p. 51).²⁸ Apesar dessa variedade, o termo “leiga (o)” pode ou não compor a nomeação oficial;²⁹ para o caso da Irmandade da Piedade, como veremos, apesar de não ter sido composta exclusivamente por irmãos eclesiásticos em sua organização, o nome oficial não apresentava essa denominação.

No caso mais específico de Minas Gerais, as restrições impostas ao clero regular pela Coroa Portuguesa no período colonial, como a proibição da entrada desses eclesiásticos na província, ocasionaram a rápida expansão e proliferação de irmandades leigas pela região (BOTELHO; REIS, 2008, p. 111). Para Angela Botelho e Liana Reis, em um panorama geral da história do Brasil entre os séculos XVI e XIX, “a vida religiosa ficou a cargo das Irmandades, responsáveis pela construção de igrejas, contratação de músicos para acompanhar as missas e demais festejos religiosos e de Padres que oficiavam os sacramentos” (2008, p. 11).

Nos relatos apresentados por Madre Ângela, a criação da Irmandade Nossa Senhora da Piedade originou-se das preocupações da sociedade caeteense, representadas por Padre Domingos Pinheiro, em relação à capela de Nossa Senhora da Piedade, templo submetido à jurisdição da Paróquia de Caeté, cuja autoridade eclesiástica era representada pelo próprio Domingos. Em 1874, as precárias condições de manutenção da capela que se encontrava em estado de abandono desde antes o mantido de Domingos Pinheiro como Vigário, chamaram a atenção do Juiz de Capelas de Minas Gerais, o Dr. Remígio Oliveira de Faria, que propôs à administração da Diocese de Mariana a pretensão de confiscar os bens do templo (JESUS, 1967, p. 42).

Perante essa situação, as motivações para o surgimento da Irmandade da Piedade pautavam-se basicamente em “garantir os bens ameaçados, melhorar o Santuário, dar ocasião aos fiéis para suas romarias” (*Ibid.*, p. 41). A partir do vínculo estabelecido entre a capela e a Irmandade da Piedade, atualmente denominada Basílica Ermida da Padroeira de Minas Gerais – Nossa Senhora da Piedade, o local passou a ser um relevante espaço de convivência dos integrantes da associação religiosa e leiga, juntamente às populações das cidades que rodeavam a serra. Apesar de o local já ter aparecido em relatos da Carta Régia de 1664, a construção da capela teve o início estimado no ano de 1704 e concluído, aproximadamente, 70 anos depois. Sua construção foi projetada por Antônio da Silva Bracarena, o mesmo projetista da Igreja

²⁸ Mac Cord (2012) ainda explica que mesmo não sendo um grupo exclusivo de eclesiásticos, tinham que ser aprovadas pelas autoridades eclesiásticas para poderem promover atos de devoção e caridade.

²⁹ “Leigo: indivíduo que não fosse clérigo. Pertencia ao povo cristão como tal, e não à hierarquia eclesiástica, ou seja, à Igreja Católica. Dizia-se também da pessoa pouco instruída” (BOTELHO; REIS. op. cit., p. 119).

Matriz Nossa Senhora do Bom Sucesso, localizada no centro do município de Caeté (PEDROSA, 2019, p. 410).

Na foto seguinte (Figura 6), podemos observar uma imagem fragmentada da fachada do templo em um dos seus primeiros registros fotográficos:

Figura 6: Capela de Nossa Senhora da Piedade (Séc. XIX).



Fonte: Página *Histórias, Fotografias e Significados das Igrejas mais Bonitas do Brasil*.³⁰

Apesar de uma aparência simples e modesta, frente às demais igrejas construídas em outras cidades de Minas Gerais nos tempos coloniais,³¹ a construção da capela foi idealizada principalmente para recepcionar romeiros, fiéis e clérigos para orações e meditações. Segundo Rudolf Wittkower, o simbolismo utilizado pela arquitetura sacra barroca previa superioridade e domínio na paisagem natural e, como no caso específico desse templo, há a experiência em que é exigido do arquiteto a necessidade de comportar grandes movimentações de fiéis (2010, p. 390) e ainda lidar com os acidentes geográficos, como as subidas íngremes e caminhos tortuosos da serra até o cume. Como ressalta Madre Ângela em seus comentários no livro *O Pioneiro da Serra da Piedade*:

³⁰ Disponível em: <<https://sanctuarial.art/2015/01/07/santuario-de-nossa-senhora-da-piedade-caete/>>. Acessado em: 20 abr. 2021.

³¹ Como, por exemplo, a Igreja Matriz de Raposos, erguida na década de 1690, e a Matriz de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, construída entre 1670 e 1673. Ver mais em: <<https://bityli.com/Gcwd2>> Acesso em: 24 fev. 2021. A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, também nomeada como Igreja Matriz de Matias Cardoso, é considerada por muitos pesquisadores como a igreja mais antiga de Minas Gerais. Veja mais em: <<https://bityli.com/ggAf9>>. Acessado em: 24 fev. 2021.

Para a subida da Serra, propriamente, o caminho é escabroso, pois é só um trilho irregular, que se some entre as pedras, que a desnudação ali deixou, com as formas mais esquisitas. Em alguns pontos desse trilho íngreme e perigoso, bastaria um passo em falso, para que se rolasse a muitas centenas de metros, quase verticalmente. E, através desses despenhadeiros, está um trilho destinado ao trânsito popular. Por esse trilho, passam milhares de romeiros: homens mulheres e crianças que, em agosto, vão ao Jubileu realizado no cume da Serra (1967, p. 19).

De acordo com Mara Nascimento (2006), as irmandades exerceram o papel fundamental de criar novos espaços de sociabilidade para a população, através das estruturas administrativas adotadas e os trabalhos sociais empenhados pelos (as) integrantes (NASCIMENTO, 2006, p. 28). Com a realização das devidas reformas feitas por Padre Domingos e pela Mesa Regedora da Irmandade da Piedade, ao longo da atuação da associação, o templo de Nossa Senhora da Piedade cada vez mais ganhava importância para o cenário social e religioso de Caeté e de Minas Gerais, como é possível observar um dos seus eventos religiosos na Figura 7:

Figura 7: Santuário Serra da Piedade (Séc. XX).



Fonte: Autor desconhecido.³²

Consideraremos como proposta metodológica para a compreensão da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade, dentro de suas características próprias e relações com a sociedade, uma repartição temporal em dois momentos: o primeiro momento compreendido da fundação da associação, em 1875, e os anos que antecederam à fundação do Asilo São Luiz. Consequentemente, o segundo momento está assinalado entre 1878, ano de fundação do Asilo,

³² Disponível em: PEDROSA, 2019, p. 416.

até 1892, quando a Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade (CIANSP) foi criada e assumiu a maior parte da administração da instituição. A Irmandade da Piedade coexistiu com a CIANSP até 1896, momento em que a Irmandade se desvinculou da administração do Asilo São Luiz completamente.³³

O grupo reunido na Irmandade da Piedade, que tinha como padroeira Nossa Senhora da Piedade, contava com integrantes submetidos ao “Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade na Serra do Mesmo Nome”, desde sua concepção. Esse documento prescreveu os objetivos e obrigações a que todos os irmãos estavam submetidos, tanto os participantes do corpo administrativo, como os devotos e demais contribuintes associados. Consoante a Mac Cord, os “Compromissos”, além de determinarem o perfil das irmandades religiosas, oficializavam direitos e deveres dos grupos após as devidas aprovações oriundas das respectivas autoridades eclesiásticas e governamentais (2012, p. 51).³⁴ Para que houvesse a garantia do cumprimento do regulamento estabelecido, integrantes eram eleitos para compor a mesa regedora ou administrativa.

O marco inicial do grupo da Irmandade da Piedade remonta ao dia 26 de setembro de 1875 e “no mesmo dia da instalação da Irmandade, inscreveram-se como Irmãos remidos, seis pessoas e, como anuais, sessenta e quatro, dentre as quais se achavam presentes à reunião” (JESUS, 1967, p. 42). O primeiro artigo, transcrito por Madre Ângela do “Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade” determinava:

Art. 1º. – A Irmandade de Nossa Senhora da Piedade, que se venera da Serra do mesmo nome, na Freguesia da Cidade de Caethé, se comporá de hum Juiz nato que será o Fundador Padre Domingos Evangelista Pinheiro, de hum Secretário, de hum Thesoureiro, de dois Procuradores, e de Irmãos de ambos os sexos, que voluntariamente se alistarem e, na falta d’aquelle, por qualquer eventualidade, será o Juiz eleito com os mais Mezarios (1967, p. 44).

Assim como consta no “Compromisso da Irmandade”, a Mesa Regedora era composta por: Juiz Presidente, Padre Domingos Evangelista Pinheiro; Secretário, tenente Joaquim Luiz

³³ Assim como relata Madre Ângela, a Irmandade da Piedade não se desvinculou totalmente da instituição asilar e, desde 1896, “assumiu o compromisso de pagar ao Asilo uma pensão anual, para cinco alunas conforme o que ficou exarado em ata de 4 de abril” (1967, p. 151). Ainda sobre a desvinculação da Irmandade e sua relação com Padre Domingos, o clérigo “continuou a governar e dirigir a Irmandade e o Asilo, como Fundador que era, de ambas as Instituições” (JESUS, 1967, p. 151).

³⁴ Consonante às condições das irmandades no Brasil do século XIX, Anderson José Machado de Oliveira que “em função da existência do Padroado Régio, os compromissos deveriam ser aprovados tanto pela Igreja quanto pelo Estado” (2011, p. 149). Sujeitos ao poder temporal exercido pelo Estado juntamente ao poder espiritual, desempenhado pelas autoridades eclesiásticas, os documentos também eram reconhecidos também como compromissos mistos.

de Cerqueira; Tesoureiro, alferes Pedro José de Araújo³⁵; Procuradores, Antônio Lages da Silva e capitão Francisco Cláudio Ferreira³⁶; e Mesários, cônego Candido Affonso dos Santos Lage e Vigário Antonio Simplicio Ferreira dos Santos. O livro *O Pioneiro da Serra da Piedade* não menciona informações suficientes sobre o corpo administrativo da Irmandade, apenas o Domingos é contemplado pela autora Madre Ângela.

Ainda em 1875, no mesmo dia da instalação da Irmandade, o Padre, investido no posto de Juiz Presidente, solicitou as licenças necessárias à Santa Sé e ao Governo Provincial para requerer: 1) os bens e imóveis pertencentes ao patrimônio do templo de N. S. da Piedade; 2) um Jubileu anual para angariar fundos para a manutenção dos projetos da Irmandade, entre os dias 11 e 15 de agosto; e 3) a graça de altar privilegiado para o templo da Serra da Piedade.³⁷ Todas as solicitações foram concedidas pelo Papa Pio IX, como indica uma correspondência datada do dia 18 de fevereiro de 1876. Em 17 de maio do mesmo ano, Dom Silvério Gomes Pimenta, vigário capitular, decretou para a Diocese de Mariana³⁸ a permissão para o recolhimento de lucros das indulgências recebidas pelo Santuário de N. S. da Piedade. Na avaliação de Madre Ângela:

Agora estava satisfeito o Padre Domingos, vendo a Irmandade aprovada por Roma e com tantos privilégios espirituais para a santificação das almas. Precisava agir, recrutar irmãos, movimentar o pessoal da Diretoria, organizar comissões para diversos setores de trabalho, estimular e orientar os procuradores de dinheiro, porque a primeira coisa que devia fazer era cuidar dos consertos mais urgentes de Santuário e tomar providências, para abrigo dos romeiros. [...] Em constantes viagens, por todas as cidades vizinhas, trabalhava sem trégua por tornar conhecida a Irmandade e aumentar o número de Irmãs (1967, p. 51).

Como é possível constatar nos respectivos comentários transcritos no *O Pioneiro da Serra da Piedade*, a atuação da presidência da Irmandade da Piedade, representada pela figura

³⁵ Madre Ângela destaca, em sua obra, que o tesoureiro Alferes Pedro José de Araújo havia pedido demissão e Domingos Antônio Ferreira foi nomeado em seu lugar, em onze de janeiro de 1878. Porém, Domingos Antônio não pode aceitar o cargo e, em 27 de maio do mesmo ano, Francisco de Paula Pereira da Silva aceitou o cargo mediantemente. Nenhuma das motivações de ambos ex-tesoueiros não foram contempladas.

³⁶ A autora também destaca que o Capitão Francisco Torres fora exonerado em junho de 1875. A motivação dessa exoneração também não foi apresentada.

³⁷ De acordo com a tradição cristã, um altar privilegiado apenas pode ser concedido por autoridades eclesiásticas ligadas à Roma, às igrejas, ou outros templos católicos, que possuam a permissão de receber indulgências. Atualmente, o Código do Direito Canônico regulamenta essa prática. Veja mais em: SCHULTE, 1907.

³⁸ A Diocese de Mariana é uma circunscrição eclesiástica da Igreja Católica no Brasil criada em dezembro de 1745, pelo Papa Bento XIV, fruto de um desmembramento da Diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro. Desde 1921 até o presente momento, a cidade de Caeté não pertence mais à essa diocese – atual Arquidiocese de Mariana – e passou a pertencer ao bispado de Belo Horizonte – atual Arquidiocese de Belo Horizonte. Sobre o entendimento da diocese, ver em: *Diocese*. Catholic Encyclopedia: New Advent. Consultado em 14 jan. de 2021. Disponível em: <<https://www.newadvent.org/cathen/05001a.htm>>. Mais sobre a diocese de Mariana, consultar: *Arquidiocese de Mariana*: 2008–2009. p. 19-20. Consultado em 14 jan. 2021.

de Padre Domingos, foi de suma importância para a consolidação da associação frente à sociedade mineira. Grande parte das contribuições do religioso originou-se de suas viagens pela província de Minas Gerais, constantes ao longo de todos os momentos em que esteve à frente da Irmandade e do Asilo São Luiz. Além da diligência por filiações de mais irmãos e divulgação da organização, como manifestado nas palavras de Madre Ângela, suas visitas às diferentes paróquias e municípios mineiros foram decisivas para a legitimidade não só da Irmandade, mas da instituição asilar. Mesmo sendo fundado anos depois da criação da Irmandade, podemos constatar que essas viagens influenciaram a possibilidade de surgimento do Asilo São Luiz e a reunião de meninas de diferentes paróquias, como será analisado mais adiante.

Foi no decorrer do primeiro momento da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade, compreendido entre 1875 e 1878, que ocorreu a maior e mais importante reunião de irmãos para a irmandade.³⁹ Segundo Kátia Mattoso:

O primeiro objetivo de uma irmandade era congregar certo número de fiéis em torno da devoção a um santo escolhido como padroeiro. Frequentemente seus membros viviam na vizinhança da mesma paróquia, mas havia irmandades que associavam pessoas por devoção, ofício, cor da pele ou estatuto social. A base de tudo era o ‘compromisso’, conjunto de regras que determinavam os objetivos da associação, as modalidades de admissão de seus membros, seus deveres e obrigações (1992, p. 397).

Durante seis meses de atuação da Irmandade da Piedade, após a Mesa Regedora atender todas as requisições exigidas pelas autoridades eclesiásticas, foram reunidos “1.369 Irmãos sendo 21 Sacerdotes remidos, 2 não remidos, 68 seculares remidos e 1.278 não remidos” (JESUS, 1967, p. 52).

Ainda ao que alude sobre o crescimento da Irmandade, relatos da Madre Ângela também indicam que a associação adquiriu terrenos de pequenas propriedades próximas a Serra da Piedade, com o objetivo inicial de produzir e comercializar gêneros agrícolas para incrementar o orçamento da associação, principalmente visando a realização do Asilo São Luiz e demais possuir bens, o Juiz Presidente da Irmandade, Padre Domingos, efetuou a aquisição de alguns lotes e propôs que tais terras fossem utilizadas como mais uma alternativa de angariação de fundos para a Irmandade:

O Presidente [...] fez outras várias comunicações, após a leitura do relatório, mais ou menos como seguem. “[...] Fica por mim ajustado José Luiz de Cirqueira, para tomar conta da Fazenda dos Lopes, ou S. Luiz, visto que levantei o sequestro em que se achava, a fim de cuidar da limpeza do cafezal que estava se perdendo, replantar e

³⁹ No período de três anos, entre 1875 e 1878, o número de irmãos aumentou de 1369 para 2500 indivíduos no último ano, sendo desse grupo um aumento proporcional de clérigos associados.

também plantar o maior número de mudas que puder e assim se irá fazendo, sendo pela razão de 500 réis a diária, cujo salário é diminuto, em vista dos serviços que presta, porque não só trabalha, como ainda ajusta outros que ele administra [...]” (JESUS, 1967, p. 52).

Relato de obras de reforma e reconstrução da capela de Nossa Senhora da Piedade são importantes indicativos nos documentos oficiais da Irmandade que possibilitam interpretações de momentos de crescimento e expansão da associação mineira. O trabalho de Madre Ângela nos contempla com dados acerca dos custos, como o orçamento destinado às reformas do templo, ornamentos e artefatos sacros, além da remuneração dos prestadores de serviços nos terrenos adquiridos pela Irmandade da Piedade. Apesar dessas informações não serem centrais para a análise proposta no presente trabalho, nos possibilitam depreender a expressão da Irmandade da Piedade na sociedade mineira, partindo do princípio de que a maior parte de sua arrecadação foi proveniente de doações de fiéis, apoiadores e dos próprios irmãos.

Diferentemente das condições materiais do templo religioso anteriores à gestão da Irmandade da Piedade, a capela de Nossa Senhora da Piedade passou a demonstrar mudanças tanto no que concerne ao aspecto estrutural e em seu funcionamento. Padre Domingos, junto à Irmandade, passou a marcar o espaço da Serra da Piedade como um local ativo e que estabelecia relações mais ativas com a comunidade católica caeteense e mineira.

Conforme previsto no “Compromisso da Irmandade” instituído pela Mesa Regedora em 1875, além da manutenção da respectiva capela, também expressava a obrigação de planejamento e execução da “criação de um Asilo para educação, alimentação e vestuário de meninas abandonadas, preferindo-se as nascidas de mulher escrava”.⁴⁰ Apesar da Irmandade da Piedade não abandonar sua assistência direta ao templo de Nossa Senhora da Piedade, assim como os demais compromissos com a sociedade, podemos perceber um segundo movimento dessa organização religiosa: em 1878 ocorreu a fundação do Asilo São Luiz, destinado a meninas pobres e órfãs de Caeté e demais regiões da província de Minas Gerais.

1.3 A fundação do Asilo São Luiz

Passados dois anos de investimentos econômicos nas melhorias do templo no cume da serra, na data de quinze de agosto de 1877, os irmãos se reuniram com o objetivo de eleger uma nova Mesa Regedora. Naquela reunião, o juiz presidente, Padre Domingos, e o tesoureiro,

⁴⁰ ART. 17, § 7º do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade na Serra do Mesmo Nome. In: JESUS, op. cit., p. 45.

Tenente Pedro José, prestaram as contas do período antecedente declarando que “várias obras, pintura da Capela, concertos, douraões dos altares, víveres, custeio da Irmandade com cobradores, viagens, 200 Missas, gratificação ao Secretário e Tesoureiro, salário do administrador etc., despenderam a importância de 3:823\$356. A receita foi de 2:405\$660.” (JESUS, 1967, p. 54). O Juiz Presidente continuou sua comunicação sublinhando alguns gastos necessários com itens referentes ao acervo do Santuário e ponderando um novo rumo a ser seguido pela Irmandade e sua receita: “Achando-se quase concluídas as obras de urgente necessidade para conservação da Capela e edifícios contíguos, de ora em diante poderemos fazer alguma economia, a fim de se realizar a abertura do Asilo, para órfãs, de acôrdo com os Estatutos da Irmandade [...]” (*Ibid.*, p. 55).

Já no ano seguinte, em outra reunião da Mesa Regedora, em 27 de maio de 1878, além da formalização de novas nomeações para o cargo de tesoureiro, o Padre informou que

[...] em agosto próximo, pretendia abrir o Colégio, para educação de meninas, autorizado nos Estatutos, e pedindo à Mesa as necessárias faculdades para despende a quantia precisa com compras das cousas mais indispensáveis para realização dessa abertura e para o sustento, vestuário, gratificação a Mestras e empregadas e tudo mais que fôsse de urgência. (*Ibid.*, p. 56 - 57).

As preocupações acerca da recepção das meninas, no que concernia à educação e à assistência pelo asilo, perpassavam constantemente às pautas centrais de discussão da Irmandade. Todas as compras “das cousas mais indispensáveis para realização dessa abertura”, segundo as decisões de Padre Domingos, foram autorizadas pela Mesa Regedora que “aprovaram seus pedidos e todas as sugestões, apresentadas, pois ‘em tudo que fazia, disseram eles, só tinha em vista o bem do próximo e a glória de Deus e da Virgem da Piedade’” (*Ibid.*, p. 57). Segundo ambos os relatos, a execução para a instalação do Asilo era bem aceita pelos integrantes da Mesa Regedora, assim como a legitimidade da liderança de Domingos Pinheiro nos cargos de presidência da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade e, posteriormente, na direção da instituição.

Após três meses, Domingos Pinheiro apresentou um regulamento voltado para a admissão das meninas e todas as determinações necessárias ao regimento da instituição asilar, ou ao “colégio” como o mesmo fora designado esporadicamente. Segundo o verbete para “Colégio”, em Botelho e Reis (2008, 49), o uso inicial dessa designação remonta às instituições de ensino jesuíticas em Portugal e, posteriormente, na colônia americana. Até 1759, segundo as autoras, as atividades realizadas nesses espaços estavam relacionadas com a alfabetização, ensino de artes e ofícios, além de uma considerável estrutura para atender o corpo docente e

discente, como boticas, oficinas e enfermarias. Após a expulsão dos inacianos e com o estabelecimento da Corte portuguesa no Brasil, todas as instituições de ensino – tanto voltadas para meninas como meninos – passaram a receber essa nomeação e, com o contínuo desenvolvimento das estruturas educacionais no Brasil no decorrer dos séculos seguintes, a nomeação passou a abarcar um grupo genérico de diferentes instituições educacionais, como os internatos e externatos.

Em reunião na fazenda São Luiz, já com a posse formalizada pela Irmandade da Piedade, novos dados foram apresentados referentes aos irmãos inscritos contabilizados até agosto de 1878 com o total de 2.375, além de novos gastos empreendidos com a propriedade. Após a leitura e aprovação das contas pela mesa, Madre Ângela transcreve a comunicação do Juiz Presidente, Padre Domingos, referida aos respectivos irmãos presentes na reunião: “Conforme nossa deliberação anterior, ficou marcado o dia de hoje para instalação do 'Asilo' destinado a meninas pobres” (1967, p. 57). A partir da deliberação mencionada, ficou determinado que vigários de freguesias da província de Minas Gerais deveriam sortear meninas para serem enviadas ao Asilo São Luiz.

O periódico *A Actualidade*⁴¹ transcreveu o relatório confeccionado por Padre Domingos Evangelista Pinheiro, destinado à Assembleia Provincial, e a partir de seu conteúdo podemos destacar dois importantes pontos. Ao iniciar o relatório anual obrigatório, como acordado para a oficialização da Irmandade da Piedade, o Juiz Presidente detalhou o levantamento financeiro dos três anos desde a criação da associação:

Caeté,
Sr. Redactor. – Na qualidade de juiz e presidente da irmandade de N. S. da Piedade, fundada na Serra do mesmo nome na freguesia da cidade de Caeté, apresentei um relatório annuo, por ocasião do jubileo que é de lei por espaço de 8 dias, ao qual concorrerão grande numero de fieis devotos, havendo 400 communhões. No mesmo relatório fiz a devida menção do estado da irmandade, seu adiantamento, rendimento e despesas, e para não ser extenso resumirei. No auno compromissal a receita tocou á 4:355\$704 reis e a despeza á 2:916\$930 reis, passando o saldo de 1:438\$774, reis além de uma divida supéríor a oito contos de reis, que com vagar vai-se realizando, não tocando nas novas entradas e remissões de irmãos que diariamente se congregão.⁴²

Em seguida, Domingos descreveu o evento que marcou a fundação do Asilo São Luiz, no dia 25 de agosto de 1878, o início do que consideramos aqui como segundo momento para a análise acerca da Irmandade da Piedade. Fundamento no respectivo relato, identificamos no

⁴¹ Publicado em Ouro Preto e circulado na província mineira entre 1878 e 1881, “A Actualidade: órgão do Partido Liberal”, era propriedade de José Egydio da S. Campos.

⁴² *A Actualidade*, 11/10/1878, p. 3.

referido evento: o mesário, cônego Candido Affonso dos Santos Lage, a delegação e os representantes do vigário-geral da comarca de Mariana, o juiz municipal e de órfãos de Caeté, Emílio Pereira da Silva Grillo, e o vice-presidente da Câmara Municipal, o delegado de polícia e o vigário Antonio Simplício Ferreira dos Santo:

O compromisso autorizou a irmandade a abrir um asylo para educação de meninas pobres, fornecendo-as de todo necessário, e tenho o prazer de annunciar que elle já funciona desde o dia 25 de Agosto, como prova o termo que transcrevo, extrahido do livro das actas. Aos 25 de Agosto de 1878, na fazenda de S. Luiz, pertencente á irmandade de N. S. da Piedade, lugar este designado para o asylo de meninas pobres, [...] inaugurou-se a abertura do asylo para educação de meninas pobres, precedendo a ella missa cantada, sermão O TE DEUM, achando-se presentes 8 meninas, que assistirão a todo acto religioso. Para constar e ficar perpetuada, lavrei o presente termo, que lido, vai assignado por todos. Eu, Joaquim Luiz de Cerqueira, secretário da irmandade, que o escrevi e assigno. Seguem as assignaturas.⁴³

O evento retratado pelo respectivo periódico, também mencionado por Madre Ângela na transcrição da “Ata da Instalação do Asilo” (JESUS, 1967, p. 64) marcou o dia de fundação do Asilo São Luiz e nos demonstra relativa expressividade da criação da instituição para a sociedade de Caeté e da província mineira como um todo, principalmente pela presença das autoridades políticas e eclesiásticas. Ainda no que diz a respeito à solenidade de abertura do Asilo, Domingos destacou que “não ha 3 annos que fundou-se a irmandade e já contamos com 2500 irmãos, inclusive 41 sacerdotes e por estarem dispersos por toda província”, realçando um constante crescimento da Irmandade da Piedade e uma expressiva aceitação de seus projetos no contexto social.⁴⁴ Na fotografia seguinte (Figura 8), podemos observar as primeiras edificações que compuseram o Asilo São Luiz desde a sua inauguração:

⁴³ A *Actualidade*, 11/10/1878, p. 3.

⁴⁴ A *Actualidade*, 11/10/1878, p. 3.

Figura 8: Fachada de prédio no Recanto Monsenhor Domingos atualmente.



Fonte: Fotografia feita *in locu* - Recanto Monsenhor Domingos.

Além de ressaltar a presença do comitê de autoridades províncias não apenas para vislumbrar o momento, mas também em caráter oficial e fiscalizador, focalizamos o comparecimento de meninas, que a partir daquele momento, iniciariam suas estadias no Asilo. Como tratado anteriormente, vigários de diferentes paróquias mineiras selecionaram crianças para integrarem o primeiro grupo residente no Asilo e, como identificado pela passagem extraída do periódico *A Actualidade*, oito garotas estevavam presentes naquela celebração.⁴⁵

De acordo com o relatório encaminhado à Assembleia Provincial por Padre Domingos, estava programada a recepção das meninas nas instalações do Asilo São Luiz, já com a disponibilidade de alimentos e cômodos. Segundo apontamentos de Madre Ângela: “Por causa da distância, só puderam comparecer seis meninas, no dia da instalação; só um pouco mais tarde chegaram as outras seis” (*Ibid.*, p. 62).⁴⁶

Desde o princípio, o Padre pensava em destinar o Asilo construído pela Irmandade para o acolhimento preferencial de filhas de escravizadas, as nascidas de ventre livre, como ele próprio exprimia. Inúmeras correspondências ligadas à Irmandade da Piedade e, mais especificamente, ao Padre Domingos, foram redigidas pela autora Madre Ângela em seu livro, *O Pioneiro da Serra da Piedade*, possibilitando a elucidação de importantes aspectos do Asilo e de discussões que envolviam proposições da política contemporânea e questões sociais

⁴⁵ As fontes disponíveis até o presente momento não nos fornecem informações acerca do nome das respectivas meninas, suas paróquias de origem e qualquer outra informação no que concerne às condições socioeconômicas.

⁴⁶ Apesar das distintas informações sobre o quantitativo de meninas que estavam presentes na inauguração do Asilo São Luiz, consideraremos a expressa no trecho de *A Actualidade*, por possuir a natureza de um relatório oficial, encaminhado e publicado por autoridades políticas da província.

travadas em torno do que seria uma instituição para acolhimento de meninas das classes populares e, em especial, ingênuas.

Madre Ângela transcreve uma correspondência de Padre Domingos destinada ao presidente da província de Minas Gerais daquele momento, Cônego Joaquim José de Santanna, sobre uma solicitação para o Asilo obter a autorização para receber as filhas de mulheres escravizadas livres pela Lei de 1871:

Cidade de Caeté, 13 de junho de 1880.

Havendo criado uma casa para desvalidas, cujo número já recebendo educação não é pequeno, e tendo em vista dar aumento a esse Estabelecimento em favor das filhas da mulher escrava, mingando os meios para essa pretensão que será útil para a Religião e a Sociedade, sou obrigado a recorrer à caridade de V. Exa. rogando oferecer à consideração da Câmara o pedido que junto a esta remeto, seguro que de boa vontade aceitará esta incumbência.

De V. Exa. Patrício e amigo obr.º.

Padre Domingos Evangelista Pinheiro (*Ibid.*, p. 69).

Na correspondência destinada ao Cônego Santanna, Domingos Pinheiro relata que mesmo passados dois anos de funcionamento do Asilo São Luiz e não tendo recebido nenhuma menina livre filha de escravizadas, ainda pretendia concretizar o determinado no “Compromisso” que definia grande parte do trabalho a ser realizado pela Irmandade de Nossa Senhora da Piedade. O pedido na carta é uma solicitação ao presidente da província que, por intermédio dos poderes legais que lhe cabiam, interferisse na Câmara Provincial e que assim fosse concedido ao Asilo São Luiz a possibilidade de receber as ingênuas.

Embora nenhuma correspondência com respostas à respectiva carta enviada por Domingos tenha sido apresentada por Madre Ângela, Cônego Santanna já havia sancionado a Lei Nº 2545, de 31 de dezembro de 1879⁴⁷ na qual orçava “a receita e fixa a despesa provincial para o exercício financeiro de 1880 – 1881”⁴⁸ em que concedia 2:000\$000 à instituição asilar de Caeté. É também durante o respectivo mandato do Cônego que pela primeira vez o nome da instituição é redigido em um Relatório de Província: O “asylo de S. Luiz” é elencado junto ao tópico de “Instrução secundaria” do relatório, compondo o corpo de aulas de instrução secundárias existentes na província de Minas Gerais.⁴⁹

Desde a instalação do Asilo, Madre Ângela reiterou que fora deliberada que “se dirigisse à Assembléia Provincial o pedido de uma quota de auxílio, para o Asilo, e isso por

⁴⁷ A promulgação da Lei foi durante outro mandato como presidente interino da província, entre 26 de dezembro de 1879 e 22 de janeiro de 1880 (GALVÃO, 1894, p. 86 – 87).

⁴⁸ *A Actualidade*, 05/01/1880, p.1.

⁴⁹ *Falla que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes dirigio em 25 de setembro de 1880 o exm. sr. conego Joaquim José de Sant'Anna, 2.o vice-presidente da mesma provincia, por ocasião da abertura da 1.a sessão ordinaria da 23.a legislatura*. Ouro Preto, Typ. da Actualidade, 1880, p. 11.

intermédio de comissão composta de membros da Irmandade”.⁵⁰ Desde então, por intermédio de Cônego Santanna, uma cota do orçamento provincial foi concedida pela Assembleia Provincial pela primeira vez em 1879, com a Lei n.º 2.545, de 31 de dezembro de 1879, como “auxílio às casas de educandas”.⁵¹

Porém, na primeira vez em que ficou determinado o direcionamento de verbas públicas para o Asilo São Luiz, o “Extracto do Expediente”, do dia dez “do mez de Julho de 1880”, da Assembleia provincial, foram exigidas informações “quanto á entrega da subvenção de 2:000\$, votada na lei de orçamento para o Asylo de S. Luiz da Piedade, como pede o respectivo director”.⁵²

Em seguida, no mesmo ano de 1880, o “Extracto do Expediente”, do dia 29 de julho, trouxe o requerimento dos parlamentares provinciais em que exigiam de Padre Domingos “a relação das meninas, que estão sendo educadas por conta do estabelecimento, afim do o serem pela provincia, em vista de designação desta presidência, e poder então effectuar-se a entrega da quota votada”.⁵³ Provavelmente por ainda não contar com um expressivo número de asiladas,⁵⁴ uma nova lei orçamentária reduziu o repasse monetário para o valor de 1:000\$, menor que o determinado primeiramente, após a solicitação exigida ao diretor do Asilo pela Assembleia.⁵⁵ Não identificamos motivações que provocaram o decréscimo do repasse financeiro, porém, a partir de leituras da “Sessão Ordinária aos 3 de outubro de 1881”,⁵⁶ constatamos que os legisladores se dividiam entre apoiar ou não o projeto de Domingos Pinheiro, provocando discussões na sessão da Assembleia Provincial e com o resultado final em que manteriam a subvenção do orçamento provincial com desconto de 50%, ou seja, um repasse periódico de 1:000\$.

Em discussões na Assembleia, em 1881, o parlamentar “Sr. Drumond” declama sua postura de defesa pela concessão do auxílio financeiro ao Asilo São Luiz. Nesse momento, o deputado denunciou que, apesar de um auxílio financeiro já estar determinado em lei, os recursos ainda não haviam sido devidamente encaminhados para a direção da instituição. Segundo a defesa do político:

⁵⁰ JESUS, 1967, p. 58.

⁵¹ *A Actualidade*, 05/01/1880, p. 1.

⁵² *A Actualidade*, 24/07/1880, p. 1.

⁵³ *A Actualidade*, 07/08/1880, p. 1.

⁵⁴ Até o presente momento a relação das meninas exigidas pelos parlamentares não foi encontrada e, como afirmado pela mantenedora do arquivo do Asilo São Luiz, a CIANSP, os primeiros registros da instituição asilar encontram-se perdidos.

⁵⁵ *A Actualidade*, 09/03/1881, p. 2.

⁵⁶ *A Actualidade*, 18/11/1881, p. 2.

O homem que tem rompido com os maiores obstáculos para prestar ao seu município um serviço que á posteridade recomenda-lhe o nome, homem quem tem sacrificado a sua pequena fortuna, ao ponto de achar-se hoje completamente comprometida; não pode, senão injustamente, ser privado do pequeno auxílio, que esta assemblea em annos anteriores lhe há consignado⁵⁷.

E continua:

Sendo assim, Srs., eu não voto pela supressão do auxílio ás casas de educandas de Marianna e Diamantina e ao asylo de S. Luiz de Caeté. (Apoiados; muito bem) E para que a assemblea se manifeste e não se diga que nos escapou essa rubrica por qualquer circunstancia, offereço, desde já, á consideração da casa uma emenda, restabelecendo a quota que até hoje tem sido consignada⁵⁸.

Após proferir o referido discurso, a Assembleia Provincial aprovou o pagamento da cota do orçamento provincial a ser destinado ao Asilo São Luiz, porém com redução do valor. Parte dos contrários ao auxílio defendia mais prioridade aos gastos com infraestruturas urbanas, como a “iluminação de cidades”,⁵⁹ ou “simplesmente porque não havia dinheiro”.⁶⁰

Mesmo com a respectiva mudança no valor, a cota para auxiliar nas despesas na instituição da Irmandade da Piedade esteve presente nas leis orçamentárias de 1881 a 1888. Além da falta de frequência e pontualidade do pagamento anual,⁶¹ houve momentos em que o Padre precisou contestar oficialmente o pagamento previsto por lei, constatamos também que ocorreram discrepâncias do valor destinado durante esse período, variando entre 1:000\$ e 2:000\$.

Afora as discussões envolvidas nos quesitos econômicos da instituição asilar, a solicitação para receber ingênuas no Asilo que foi enviada em correspondência de Padre Domingos ao Cônego Santanna não recebeu qualquer resposta, inclusive as demais requisições para receberem meninas ventre-livres não foram respondidas. Constata-se por falta das respectivas autorizações oficiais ou outras manifestações em relação ao assunto e, principalmente, a partir dos documentos reunidos em *O Pioneiro da Serra da Piedade* alegamos que durante o funcionamento do Asilo São Luiz, nenhuma criança nascida de ventre-livre fora encaminhada à instituição. Sobre essa conjuntura, Madre Ângela avalia:

⁵⁷ *A Actualidade*, 18/11/1881, p. 2.

⁵⁸ *A Actualidade*, 18/11/1881, p. 2.

⁵⁹ *A Actualidade*, 18/11/1881, p. 2.

⁶⁰ *A Actualidade*, 18/11/1881, p. 2.

⁶¹ Para a cota orçamentárias, de 1882 e 1883, ver em *A Actualidade*, 24/10/1881, p.1; e *A Actualidade*, 18/11/1881, p.2. Cotas de 1883 e 1884, em *O Baependyano*, 19/11/1882, p. 1. Para 1885 e 1886, em *O Baependyano*, 02/11/1884, p. 1. Referente aos anos de 1887 e 1888, respectivamente, em *A União*, 13/01/1887, p. 2, e *A União*, 01/10/1887, p. 1. O respectivo compilado de periódicos consultadas foram publicados na província de Minas Gerais.

O Fundador [padre Domingos Evangelista Pinheiro] pensava, a princípio, em destinar seu Asilo às Paranhas, filhas de mulher escrava, [...] pois o Gôverno havia legislado no sentido de prover-lhes o futuro; mas tendo fracassado o projeto, ficou o educandário em menores proporções e com a finalidade de receber meninas pobres e órfãs (1967, p. 68-69).

Primeiramente, atentamos para as expectativas governamentais apresentadas no relatório ministerial às vésperas do oitavo ano de implementação da Lei do Ventre Livre, momento em que os ingênuos que podiam ser entregues ao governo pelos senhores de escravos, que até então detinham sua tutela: “Por estimativa que fundo nos dados colligidos em começo de 1877, julgo poderem ser avaliados em 192.000 os ingenuos existentes ao completar a lei oito annos de duração: o que dá a média de 24.000 para cada anno”.⁶² Ainda conforme as especulações do ministro Cansansão de Sinimbu acerca das especulações sobre a entrega dos ingênuos, esperava-se que a sexta parte realmente fosse entregue ao Estado e que demandaria “anualmente 4.000, durante os oito anos que começarão a correr de 28 de setembro próximo futuro”. Segundo relatório ministerial publicado em 1881, em Minas Gerais estimava possuir 1.009 ingênuos, quantidade abaixo somente das províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul.⁶³ Outros dados demográficos que demonstram as configurações específicas para a província de Minas Gerais indicam que simultaneamente apresentava os maiores contingentes de escravizado e, a caráter de exemplo, Heloisa Maria Teixeira contabilizou a proporção de 26 escravizados para um ingênuo no município de Mariana.⁶⁴

O município de Caeté, na década de 1850, estava compreendido na região geográfica e econômica “Metalúrgica-Mantiqueira” (MARTINS, 1994, p. 8), território mineiro que detinha a maior concentração demográfica da província e com uma população repartida basicamente entre 240.426 indivíduos livres (24,4% da população livre provincial) e 80.934 indivíduos escravizados (25.5% da população escravizada da província). Roberto Borges Martins também assevera que a província de Minas Gerais, apenas na primeira metade do século XIX, foi responsável por 19% de todo o tráfico de escravizados para o Brasil, “sendo

⁶² BRASIL. Ministério da Agricultura. *Relatorio apresentado à Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da decima setima legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu*, Rio de Janeiro, Imprensa Industrial, 1878, p. 23.

⁶³ BRASIL. Ministério da Agricultura. *Relatorio apresentado à Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da décima nona legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas João Ferreira de Moura*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1884, p. 383.

⁶⁴ Não consideramos essas informações como uma definição fixa para os dados apresentados para demais localidades abordadas na província mineira. A abordagem dessa proporção torna-se sugestiva para ilustrar a magnitude da população escravizada em Minas Gerais e o volume de ingênuos após 1871. Os dados são fruto de um levantamento inventários de Mariana e dispõe escravos e ingênuos segundo sexo e faixas etárias entre 1850 e 1888. Ver mais em: TEIXEIRA, 2001, p. 63.

superado apenas pela província do Rio de Janeiro que nessa época implantava e expandia rapidamente seu setor cafeeiro, e cuja fatia do tráfico ultrapassou 25% do total importado pelo Brasil (entre 1800 e 1852)” (MARTINS, 1994, p. 8). Ainda segundo Martins, em um panorama geral do tráfico atlântico no século XIX, “a parcela de Minas se situa em torno de 11 por cento, abaixo apenas de Cuba, que recebeu quase 25 por cento desse total, e da província do Rio de Janeiro, que importou cerca de 15 por cento” (*Ibid.*, p. 8).

Já o pesquisador Luiz Aranha Côrrea do Lago, com base em documentos e correspondências dos anos 1820 juntamente com os recenseamentos de 1831/32 e 1872, verificou que houve um crescimento vertiginoso da população escravizada na região centro-sul do país ao longo do século XIX. Com destaque à província de Minas Gerais, que contou com o maior aumento de todo o país: constituía 20,9% do total de escravos no Brasil em 1820; já em 1872, essa proporção vai para 24,5%, contabilizando uma estimativa de 370.459 indivíduos.

Apesar de Caeté possuir a menor taxa de importação de escravizados de sua região, retomando a denominação utilizada por Roberto Borges Martins: “difícilmente perdeu escravos no período em foco [1855-1873], pois seu plantel cresceu continuamente até o censo [1872], passando de 3.661 em 1855, para 3.685 em 56, 3.777 em 61, e 3.894 em 1873” (1994, p. 29, grifos nossos). Segundo o recenseamento imperial de 1872, o município de “Caethé”, durante a década de 1870, contabilizou o total de 18.052 habitantes livres, sendo 9.267 pessoas brancas e 8.785 pessoas dos demais grupos. Contudo, a população escravizada está registrada com o número de 2.798 pessoas, ou seja, totalizando uma população negra de aproximadamente 11.600 indivíduos.

É nesse contexto que o Asilo São Luiz passou a matricular constantemente um número maior de meninas. Madre Ângela nos revela que em agosto de 1881 o Asilo já abrigava 53 jovens, divididas entre 32 “pobres” e 21 “pensionistas”. Na divisão formal do Asilo, no que se referia inclusive ao orçamento da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade, as meninas ditas “pobres” eram as que recebiam a educação e a assistência da instituição gratuitamente e em condição de órfãs. Já as “pensionistas” eram crianças matriculadas por seus responsáveis e que pagavam periodicamente uma quantia pelos serviços prestados, muitas das vezes por serem filhas de famílias de certo poder aquisitivo, modalidade permitida desde 1879 pela Mesa Regedora da Irmandade da Piedade.

Em meados de 1881 já não havia cômodos suficientes para admissão de novas alunas, porém, sem muitos detalhes, Madre Ângela notícia que Domingos, com as devidas aprovações da Mesa Regedora, conseguiu construir mais cômodos e “um grande muro todo de pedra, para

proteger o Asilo, a compra de animais para tropa, de um carro e boiada, de remédios, diversos pagamentos às professoras, ao Secretário e Tesoureiro, jornaleiros e serventes” (1967, p. 71).

As despesas, apesar de necessárias frente às necessidades do Asilo, “eram avultadas e contínuas, e não haviam [sic] fundos que as garantissem. As dificuldades pareciam, às vezes, insuperáveis e dir-se-ia que a caridosa empresa estava votada ao desaparecimento” (*Ibid.*, p. 71). Independente do atendimento empenhado no Asilo pela diretoria da Irmandade da Piedade, o Padre Domingos providenciou juntamente às concessões da Mesa Regedora a ampliação da “Capela e outros cômodos do Asilo; a fazer, nas imediações do mesmo, uma loja para negócios e uma casa para hospedagem determinando uma taxa diária e aluguel, a fim de se economizarem tão grandes despesas com hospedes e visitantes” (*Ibid.*, p. 71). Nas imagens em sequência, apesar de nenhuma datação precisa ou nomeação para as fotografias mais antigas, observamos uma das construções que surgiram no Asilo São Luiz durante seu período de expansão como retratado anteriormente pelos textos de Madre Ângela em *O Pioneiro*, além de ser possível observar também parte do muro edificado já mencionado, no canto esquerdo da Figura 9:

Figura 9: Casa para acomodações (Séc. XX).



Fonte: Arquivo CIANSP.⁶⁵

Em sequência destacamos a sua permanência nos dias de hoje com pequenas modificações (Figura 10), como o acréscimo de algumas janelas e portas e reformas das suas estruturas:

⁶⁵ As figuras referenciadas com “Arquivo CIANSP” foram fotografias enviadas por irmãs da Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade, sem especificações da organização no arquivo ou datações precisas.

Figura 10: Casa para acomodações (2022).



Fonte: Fotografia feita in locu - Recanto Monsenhor Domingos.

Além das solicitações encaminhadas ao governo provincial solicitando auxílios financeiros, o diretor do Asilo São Luiz buscou distintas estratégias para incrementar a receita da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade, como demonstrado pela transcrição anterior. As estratégias utilizadas para suprir as dívidas geradas pelas obras de expansão e melhorias da instituição foram necessárias diante da incerteza do recebimento de qualquer quantia aprovada pelas autoridades federais ou provinciais, além da demanda constante por mais vagas no bucólico asilo caeteense.

Como parte integrante das estratégias utilizadas pela Irmandade da Piedade para suprir as necessidades econômicas da instituição na década de 1880, criou-se uma “loja para negócios” voltada para a venda de produtos produzidos nas terras da fazenda São Luiz, mesmo local onde estava lotado o asilo de mesmo nome. A construção de uma “casa para hospedagem” que se apresentou como uma oportunidade rentável frente ao provável aumento das visitas de romeiros, religiosos e fiéis que buscavam abrigo quando se encaminhavam para a Serra da Piedade, como já descrito nos anos iniciais da Irmandade.

Madre Ângela relata que:

Em 1880 êle [Padre Domingos] recorrera ao Gôverno, com esperança de obter algum auxílio para essas obras, visando, especialmente, o aumento e a melhoria do prédio, onde se abrigavam as órfãs. Foi sem efeito êsse recurso, pois embora a Câmara tivesse votado 20:000\$000 como auxílio, a Comissão do Senado não aprovou. Mais tarde a Assembléia Provincial reconheceu as necessidades do Asilo e concorreu com 8:000\$000, para sua manutenção. Mas a confiança estava nos cofres da Providência (*Ibid.*, p. 77).

Mesmo com a lei promulgada por Cônego Santanna, fixando subsídios dos cofres públicos destinados ao Asilo São Luiz, ocorriam eventuais adiamentos de seus pagamentos

como identificado na edição de 5 de janeiro de 1880 do periódico *A Actualidade*, na seção do jornal que se encontra publicado o “Extrato do Expediente” do governo provincial referente ao mês de julho de 1880: “Da directoria da fazenda, quanto á entrega da subvenção de 2:000\$, votada na lei de orçamento para o asylo de S. Luiz da Piedade, como pede o respectivo director, e das quotas decretadas pelas leis 2574 e 2575 para a matriz do Piranga, segundo solicita a camara municipal d’aquella cidade”.⁶⁶

No extrato do expediente referente ao mês de setembro de 1880, também em *A Actualidade* de 22 de outubro de 1880, é solicitado que Padre Domingos Evangelista Pinheiro informasse dados gerais do Asilo, como o quantitativo de meninas, “a inspeccão geral da instrucção pública”.⁶⁷ Em outras seções oficiais do mesmo periódico, passagens nos indicam mais exigências dos parlamentares para que Domingos encaminhasse mais informações e relatórios a respeito do funcionamento do Asilo São Luiz:

Padre Domingos Evangelista Pinheiro, director do asylo de S. Luiz da Piedade. – Apresente a relação dos meninos pobres, que estão sendo educados por conta do estabelecimento, afim do o serem pela provincia, em vista de designação desta presidência, e poder então effectuar-se a entrega da quota votada⁶⁸.

Acerca dessas exigências, Madre Ângela sublinha que “muitos questionários a serem preenchidos e que, as mais das vezes, ficavam sem solução alguma” (1967, p. 77). Após tal pontuação, a autora transcreve o documento intitulado por ela como: “Resposta A Um Questionário Apresentado Pela Exma. Diretoria E Comissão De Associação Protetora Da Infância Desamparada Estabelecida No Rio De Janeiro” (1967, p. 77). O documento foi formulado por Padre Domingos e o compreendemos como uma síntese do funcionamento geral do Asilo São Luiz desde sua fundação, descrevendo parte do corpo administrativo, despesas e quadro de empregados.⁶⁹

Já na edição do *A Actualidade*, publicada em 26 de fevereiro de 1881, na transcrição da 42ª Sessão Ordinária realizada em 24 de novembro de 1880, o Asilo São Luiz surge nas discussões parlamentares acerca de discussões sobre o orçamento provincial, dentre outras pautas. O nome instituição é mencionado na fala do advogado José Antônio da Silveira

⁶⁶ *A Actualidade*, 05/01/1880, p. 1.

⁶⁷ *A Actualidade*, 22/10/1880, p. 2.

⁶⁸ *A Actualidade*, 07/08/1880, p. 1.

⁶⁹ O respectivo documento será retomado em análises futuras relacionadas ao currículo adotado pela instituição, assim como o funcionamento diário do Asilo São Luiz durante os três anos iniciais de funcionamento.

Drumond, identificado na transcrição como “Sr. Drumond”,⁷⁰ quando o respectivo parlamentar, ao defender reajustes de auxílios à casa de educação que já eram contempladas por alguma quantia, declara:

Darei também meu voto em favor de um auxilio ao asylo de S. Luiz existente em Caeté, estabelecimento modesto, instituído, há 2 annos, por um dos mais dignos sacerdotes que conheço, o Sr padre Domingos Evangelista Pinheiro, que tem sacrificado seus dias em beneficio desse asylo para recolher as miserias que, sem fortuna e sem protecção alguma, ficão ali ao abrigo dos ataques de que quase sempre são victimas aquelas que se achão em más condições sociaes.⁷¹

A declaração do parlamentar eleito pelo partido liberal, além de advogado e autor de inúmeras declarações favoráveis à política do partido em *A Actualidade*, José Antônio Drumond demonstra reconhecer Padre Domingos pelo “estabelecimento modesto” que dirige e por certa afinidade partidária. Em 1878, uma publicação no mesmo jornal expunha um texto crítico ao partido conservador e sublinhava que “graças ao novo partido liberal florescente, composto de uma mocidade cheia de vida, e entusiasmo pela causa que defende, encarando não vis interesses, mas o futuro brilhante da nossa querida pátria”.⁷²

Com esse fragmento, assim como inúmeros outros associados ao “Sr. Drumont” e demais deputados da Assembleia Provincial, consideram que importantes redes de sociabilidade foram estabelecidas entre Domingos e parlamentares. Podemos considerar que a afinidade pelo partido liberal por parte do presidente da Irmandade da Piedade, como destacado na passagem do periódico *A Actualidade*, também pertencente ao “Órgão do Partido Liberal”, frutificou a legitimidade do asilo aos olhos dos burocratas imperiais.

Também constatamos posturas favoráveis ao Padre Domingos no periódico *A Província de Minas*, apesar do respectivo jornal pertencer ao partido conservador.⁷³ Nas transcrições da 25ª Sessão Ordinária, em 10 de junho de 1886, o deputado provincial Capitão Manoel Teixeira da Costa, aqui nomeado “Sr. T. da Costa”,⁷⁴ proclama:

⁷⁰ A afirmação da identificação de “Sr. Drumond” foi baseada em *A Actualidade* (22/09/1880, p. 3). A edição lista uma relação com os deputados reconhecidos pela Assembleia provincial, sendo José Antônio da Silveira Drumond o único parlamentar que consta com o último sobrenome “Drumond”. A titularização como advogado pode ser constatada em edições de *A Actualidade* (como 11/11/1879, p. 3).

⁷¹ *A Actualidade*, 26/02/1881, p. 3.

⁷² *A Actualidade*, 16/08/1878, p. 3.

⁷³ O periódico “*A Província de Minas: órgãos do partido conservador*”, de propriedade do redator José Pedro Xavier de Veiga, círculos por um curto período de tempo na província de Minas Gerais (1884 – 1887).

⁷⁴ Para essa identificação, do “Sr. T. da Costa”, baseamos em *A Província de Minas* (29/04/1886). Na edição desse periódico, identificamos a listagem de nomes com os deputados provinciais que compuseram a Assembleia. Nessa e outras edições é o único homem que possui um nome com a inicial “T” e possui o último nome “da Costa”.

O Sr. T. da Costa: - Sr. presidente, a esforços do virtuoso e incançável trabalhador do progresso, padre Domingos Evangelista Pinheiro (apoiados), digno vigário do Caeté, foi creado o asylo de S. Luiz, destinado para a educação de meninas pobres. A excelente direção que tem esse estabelecimento, as grandes e importantes obras levadas a efeito por aquelle digno sacerdote, sem auxilio algum d'esta provincia, provão a necessidade e utilidade da medida constante do projeto.

Sr. presidente, no asylo de S. Luiz são educadas 38 meninas, das quaes 22 recebem ensino, vestuário e sustento á custa do estabelecimento...

[...]

O Sr. Drumond: -E' um estabelecimento modelo que honra ao seu fundador.⁷⁵

Além de alinhado aos liberais, é plausível supor que Padre Domingos superou as disputas partidárias para executar o projeto da Irmandade. O referido deputado “Sr. T. da Costa”, eleito pelo partido conservador, nos sugere que a rede de sociabilidade estava além das filiações partidárias e suas afinidades ideológicas. O Padre possuía notabilidade social naquele momento ainda por ser o Vigário de Caeté e, simultaneamente, laços sociais intermediados pelos demais integrantes da Irmandade da Piedade, tornando-se possível pelas aproximações na Guarda Nacional.

Os anos compreendidos pelo governo regencial (1831-1840) foram marcados por disputas de poder e modelos a serem adotados acerca da organização política no Brasil. Dentre os conflitos partidários envolvidos na Regência, a disputa estava centrada no tocante à representatividade política que envolveria o imperador e a amplitude de seu poder político mais ou menos concentrado no Poder Moderador.

Como uma das principais heranças do período regencial e considerado por muitos historiadores como parte essencial da política descentralizadora instaurada na Regência,

O Ato Adicional de 1834 significou a tentativa de reler a Constituição de 1824, tirando dela seu caráter por demais centralizador. [...] Além de instituir a Regência Uma, o Ato Adicional dissolveu o Conselho de Estado, criou Assembleias Legislativas provinciais (que deveriam dar maior autonomia para as provinciais), estabeleceu um município neutro na corte (separado da província do Rio de Janeiro), mas manteve a vitaliciedade do Senado (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 249).

Sendo assim, concordamos com a visão de que:

A ampliação do espaço de decisões de autoridades provinciais indicava sim um movimento que se fazia contrário às medidas descentralizadoras anteriormente tomadas. Ou seja, mesmo que algumas deliberações ficassem sob responsabilidade de Assembleias Legislativas Provinciais, elas iriam ser sancionadas pelo presidente da província – funcionário escolhido pelo governo do Império (VIANA, 2018, p. 32).

⁷⁵ *A Província de Minas*, 17/06/1886, p. 1.

As recém-criadas Assembleias Legislativas substituíram os Conselhos Provinciais e mantinham os municípios subordinados ao jugo do governo provincial e, conseqüentemente, à política adotada pela Coroa. Não só pelas determinações estabelecidas no Ato Adicional, mas como a Guarda Nacional, 1831, e o Código de Processo Criminal, de 1832, protocolavam uma “forma de conter a agitação social e implicava restringir os espaços de liberdade e expressão que os grupos políticos e sociais” (VIANA, 2018, p. 33) e partiam de discursos e práticas que visavam produzir uma unidade nacional, antes supostamente conturbada e ameaçada pelas agitações políticas e populares, como o ocorrido em Carrancas.⁷⁶

Com o Ato Adicional de 1831, coube ao governo provincial o discernimento sobre inúmeras questões que diziam respeito à população das respectivas províncias, como em relação à instrução pública com o Art. 10º § 2º que estabelecia: “Sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la, não compreendendo as faculdades de medicina, os cursos jurídicos, academias atualmente existentes e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que, para o futuro, forem criados por lei geral”.⁷⁷ Desde a aprovação do texto da Constituição de 1824,⁷⁸ a monarquia não havia implementado expressivas políticas públicas voltadas para a instrução pública no Império; só com as mudanças instauradas com o Ato Adicional para as configurações administrativas da instrução no país, o Estado possuía uma presença fraca e esparsa, “considerada perniciosa no ramo da instrução” (FARIA FILHO, 2016, p. 136) e, simultaneamente, uma diversidade singular em relação a realidade de cada província (GOUVÊA, 2001, p. 40).

A pulverização do poder político provocou mudanças singulares para o Brasil oitocentista, especialmente no que decorre sobre as múltiplas realidades que compreendiam o território em detrimento do aparato financeiro ofertado pelo governo central. Segundo os historiadores José Gonçalves Gondra e Alessandra Schueler:

O processo de descentralização na gestão da instrução pública, provocado pelo Ato Adicional de 1834, tem sido interpretado por parte da historiografia da educação escolar no Brasil imperial, devido às diversidades regionais e à insuficiências de recursos destinados ao ensino nos orçamentos provinciais, ou ainda em razão do desinteresse das elites políticas na difusão da instrução [...] teria acarretado uma

⁷⁶ Sobre a revolta dos escravizados no distrito mineiro de Carrancas ver em: ANDRADE, Marcos Ferreira de. A revolta de Carrancas: uma das rebeliões mais sangrentas da história da escravidão no Brasil. In FIGUEIREDO, Luciano. *A era da escravidão*. Rio de Janeiro: Sabin, 2009. pp. 51-58.

⁷⁷ COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL. Cartas de Leis, Decretos, Alvarás, Cartas Régias, Leis e Decisões imperiais publicados entre os anos de 1808 e 1889. Lei n.º 16 de 12 de agosto de 1834 (Ato Adicional). p. 17.

⁷⁸ Art. 179, § 32: “A Instrução primária, e gratuita a todos os cidadãos”. Em: COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL. Cartas de Leis, Decretos, Alvarás, Cartas Régias, Leis e Decisões imperiais publicados entre os anos de 1808 e 1889. Constituição Política do Império do Brasil, p. 35.

enorme distância entre as leis e a prática educacional [...] favorecendo, assim, o predomínio de formas heterogêneas de educação e o acesso à instrução [...] (2008, p. 35).

A partir desse momento, novas instituições estavam empenhadas na “formação de elites afinadas com o projeto civilizatório do Império e para a constituição de quadros para o governo do Estado” (GONDRA; SCHUELER, op. cit., p. 29). Assim como o Imperial Colégio de Pedro II, muitos desses centros educacionais eram destinados mais especificamente para a elite da Corte, onde muitos juristas, deputados, senadores e presidentes de províncias foram formados e, conseqüentemente, destinados aos altos quadros da burocracia da nação (GONDRA; SCHUELER, op. cit., p. 29 e CARVALHO, 2017, p. 100).

Com relação ao caso de Minas Gerais, importantes transformações surgiram a partir de 1835 com a Lei mineira N.º 13, a primeira legislação provincial destinada à organização da instrução pública. A partir da leitura desse texto são elencadas importantes ponderações acerca da organização da instrução na província como: regulamentação do funcionamento de instituições, contratação e ordenado do professorado, obrigatoriedade da instrução primária e, também, o texto demonstra relevante preocupação para com a distribuição de escolas pelo território de Minas Gerais: “Art. 2.º - O Governo estabelecerá Escolas Publicas do 2.º gráo nas Cidades, e Villas, em que o julgar conveniente; e do 1.º em todos os lugares, em que, atenta a população, poderem ser habitualmente frequentadas por vinte quatro alumnos ao menos”⁷⁹.

No caso mineiro, especialmente após a década de 1830, podemos também constatar a materialização de um projeto modernizador bifurcado entre a instrução pública e a legislação. Luciano Faria Filho sublinha que “a instrução possibilitaria arregimentar o povo para um projeto de país independente, criando também as condições para uma participação controlada na definição dos destinos do país”, ou seja, era necessário que o Estado adotasse “mecanismos de governo [que] permitiria não apenas os melhores caminhos a serem trilhados por um povo livre mas também evitaria que esse mesmo povo se desviasse do caminho traçado” (FARIA FILHO, 2016, p. 137).

Assim sendo, as elites dirigentes provinciais tinham em vista a necessidade de que para uma governabilidade funcional, ou que fosse efetiva, a instrução legitimada pelo Estado deveria ser focalizada na formação da população. Para que a centralidade do poder sobre o ensino pudesse existir era necessário a formação de uma ampla gama de legislações que atrelavam o governo provincial a fiscalização e o controle das múltiplas formas de educação, além da

⁷⁹ COLEÇÃO DE LEIS, RESOLUÇÕES E REGULAMENTOS DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS. *Livro da Lei Mineira*. Lei N. 13 de 28 de março de 1835. Arquivo Público Mineiro (APM).

estruturação de colégios, ou seja, promoção da escolarização para tentarem formalizar normas escolares conforme as determinações legais e, a partir do final do século XIX, padrões higiênicos, por exemplo. Nesse cenário, conforme discorre Alessandra Schueler, as inúmeras instituições que surgiram principalmente no final do século XIX representavam as diferentes organizações dos grupos da sociedade e as disputas travadas entre projetos de educação e perspectivas da infância. Segundo a autora:

A construção dessa rede de instituições educativas assumiu modelos e formas diferenciadas, de acordo com as finalidades do ensino e do público para o qual se destinava, não tendo sido um processo uniforme, homogêneo ou contínuo no território nacional. [...] Entre tais instituições, os asilos e internatos para as infâncias adquiriram enorme relevância, na medida em que foram propostos em várias localidades do país, criados e disseminados por iniciativa de várias agências educativas (indivíduos, grupos, associações leigas e religiosas, igrejas e poderes públicos) (2008, p.1).

Na segunda metade do século XIX, o governo mineiro produziu em torno de 500 textos legais (ANDRADE, 2007, p. 87 e FARIA FILHO, 2016, p. 149) voltados para a educação. Esse marco jurídico em Minas Gerais é consoante ao projeto modernizador da sociedade brasileira, ou seja, a legitimação da expansão do ensino escolarizado pelo Estado propunha “os mais diversos extratos sociais que aqui viviam ou mesmo que exerciam funções de governo viessem a obedecer às determinações legais” (FARIA FILHO, op. cit., p. 137). As legislações configuraram “fundamentalmente as maneiras de produzir o fenômeno educativo escolar como componente das políticas do Estado” (FILHO, 2003, p. 82). As instituições educacionais e os respectivos modelos adotados oficializados pelos poderes executivos se tornariam canais de conexão e transformação das sociedades e facilitariam a implementação dos parâmetros exigidos pela elite dirigente.

Foi a partir dos anos 1850 que o governo brasileiro adotou uma perspectiva de transformação social pela legislação. Fenômeno esse “marcado pela ideia de que através da Lei e da instrução seriam barrados os vários empecilhos que dificultavam o progresso e o desenvolvimento do país” (ANDRADE, op. cit., p. 87), almejando um futuro civilizado aos moldes da modernidade europeia. Outra baliza destacável no histórico da educação na província foi a promulgação da Lei Mineira N.º 516 de 1851 (sendo executada apenas em 1856) que determinava as diretrizes basilares dos Regulamentos voltados especificamente para a educação.⁸⁰ Consequentemente, certos aperfeiçoamentos no aparato técnico e burocrático dos

⁸⁰ Para o significado de “Regulamentos”, considerarmos como atos administrativos emitidos pelo poder executivo que estabeleciam meios possíveis para a execução e aplicação das Leis. Ver em: ANDRADE, 2007, p. 86.

setores público e privado determinavam melhores condições de funcionamento e regulamentação, além da formalização das fiscalizações.

As autoridades do poder público, responsáveis pela gestão do ensino público e privado na província foram definidas pela primeira vez pelo Regulamento n.º 28 de 10 de janeiro de 1854: a província poderia ser dividida por Círculos Literários com base em decisões do presidente da província e que seriam administrados pelo Diretor Geral da Instrução Pública (cargo criado também pela Lei). Cada Círculo Literário – divisão do território mineiro pela administração provincial e que reunia as municipalidades e suas respectivas instituições educacionais em grupos por proximidade geográfica – estaria sob responsabilidade de um Diretor, principal mediador entre os professores, visitantes (nomeação concedida para os fiscais que se deslocavam até as instituições) e o diretor geral da Instrução Pública.

Apesar dos inúmeros cargos envolvidos na administração da instrução, o poder decisório ainda se centrava no presidente da província. A organização desse sistema buscava promover maior centralidade e arranjos necessários para a eficiência da fiscalização, que muitas das vezes cabiam a todos os integrantes dessa máquina burocrática, além da exclusão total da participação popular direta nas decisões.

Após uma série de alterações na administração da fiscalização na província,⁸¹ iremos adotar como referencial para o momento de criação do Asilo São Luiz o quadro promovido pelo Regulamento n.º 62, de 11 de abril de 1872. Após sua aprovação, a Inspeção Geral da Instrução Pública assumiu a administração da educação pública de Minas Gerais. Submetido apenas ao presidente da província, seguia a respectiva hierarquia: conselho diretor, inspetores de comarca, inspetores paroquiais, conselhos paroquiais e, por fim, os professores. Além da retomada da divisão eclesiástica como delimitador das regiões de fiscalização, as comarcas também eram inseridas para, sobretudo, aumentar a centralidade da fiscalização e do alcance das autoridades públicas. As mudanças foram consideradas necessárias principalmente diante do crescimento demográfico e o surgimento de novas instituições.

O poder executivo que constantemente buscava abarcar a totalidade do território mineiro enfrentava diretamente o crescimento da população majoritariamente negra e parda além de estarem diante da iminência da abolição total, nunca tão próxima de ser concretizada como após a promulgação da Lei do Ventre Livre em 1871. Surgia no contexto sociopolítico

⁸¹ Entre a primeira estrutura administrativa da instrução pública, em 1854, até o modelo adotado de 1879 são identificados pela pesquisadora Andrade (2007) sete alterações. Até 1889, com o fim do regime monárquico, mais dois regulamentos são promulgados, totalizando nove diferentes legislações voltadas para a organização da instrução na província mineira.

brasileiro a preocupação por parte da classe política dirigente com a infância no pós-Ventre Livre, ou seja, a inserção filhos livres de escravizados na sociedade livre e um temerário suposto “contágio” por parte dessas classes populares, prejudicando o desenvolvimento nacional.

Frente a esse panorama, o qual abarcava grande parte dos centros urbanos do país, a aprovação da Lei nº 2.040 estava não só atrelada ao processo de abolição total da população escravizada e à conciliação do poder político com os senhores de escravos, mas a uma estratégia de inserção mediada pelo Estado dos que nasceriam livres, ou seja, os “ingênuos”. Menos de cinco anos antes, durante a fala do Imperador D. Pedro II na abertura da Assembleia Geral de 22 de maio de 1867, ele mencionou o “elemento servil” como uma nova temática política a ser discutida:

O elemento servil no Império não pode deixar de merecer oportunamente a vossa consideração, promovendo-se de modo que, respeitada a propriedade atual, e sem abalo profundo em nossa primeira indústria – a agricultura –, sejam atendidos os altos interesses que se ligam à emancipação.⁸²

Quando o Imperador se referiu aos “altos interesses que se ligam à emancipação” não só estava se comprometendo às demandas internacionais pelo fim do trabalho servil e da escravização de africanos, mas às preocupações pela saída dos escravizados das senzalas para a sociedade livre e, conseqüente, o mercado de trabalho assalariado e a sociedade livre. Porém, apesar da importância da fala singular do Imperador diante desse contexto, não representou um posicionamento unânime da classe política e, muito menos, qual seria a solução proposta para evitar “um abalo profundo em nossa primeira indústria”.

Segundo Nathan Matos Magalhães, os argumentos dos parlamentares contra a abolição interpelavam uma ideia de desumanização ou infantilização de grande parcela da população negra, ou seja, indicavam que escravizados, libertos ou negros livres não possuíam capacidades necessárias para a socialização e convivência tal como os homens livres, por exemplo, devido à longa estadia no cativeiro e o estranhamento às práticas sociais esperadas. O escravocrata e ministro do Império, José Martiniano de Alencar, em seus discursos “retirava a possibilidade dos escravos de serem responsáveis pelo entendimento do que lhes acontecia” e também “minimizou o negro a uma condição inferior, uma vez que quer acreditar que não possuíam uma consciência própria” (MAGALHÃES, 2015, p. 11-12). Durante uma das sessões na Câmara dos Deputados em discussão da aprovação da Lei do Ventre Livre, Alencar asseverou:

⁸² BRASIL. Imperador. *Falas do Trono*: desde o ano de 1823 até o ano de 1889. Brasília: INL, 1977, p. 3.

Nós queremos a redenção de nossos irmãos, como a queria o Cristo. Não basta para vós dizer à criatura, tolhida em sua inteligência, abatida na sua consciência: “Tu és livre; vai; percorre os campos como uma besta fera! ...”

Não, Senhores, é preciso esclarecer a inteligência embotada, elevar a consciência humilhada, para que um dia, no momento de conceder-lhe a liberdade, possamos dizer: “Vós sois homens, sois cidadãos. Nós vos remimos não só do cativo, como da ignorância, do vício, da miséria, da animalidade em que jazíeis!”.⁸³

Após acaloradas discussões entre as partes que transbordavam para além da usual divisão entre conservadores e liberais, o texto final do Ventre Livre viabilizava uma perspectiva “lenta e gradual” da abolição, inclusive tratando do que seria a inserção de ingênuos na “sociedade dos livres”. Entretanto, apesar da previsão de liberdade para crianças nascidas em ventres livres, o texto previa um suposto direcionamento dessa mocidade para a sociedade que os aguardava:

Art. 2º - O governo poderá entregar a associação por ele autorizadas os filhos das escravas, nascidos desde a data desta lei, que sejam cedidos ou abandonados pelos senhores delas, ou tirados do poder destes em virtude do art. 1º parágrafo 6º. [...] §2º - A disposição deste artigo é aplicável às casas de expostos, e às pessoas a quem os Juizes de Órfãos encarregarem a educação dos ditos menores, na falta de associações ou estabelecimentos criados para tal fim.⁸⁴

A relação compreendida entre “associações e educação” a partir do trecho legal destacado nos demonstra que deveria existir uma educação idealizada e devidamente pensada para os ingênuos, ou seja, para filhos de escravizadas nascidos a partir da Lei do Ventre Livre. De acordo com Marcus Vinicius Fonseca (2002), o governo imperial impôs aos jovens livres que foram contemplados pela lei uma educação que não mudasse seu *status*, ou seja, “tinha o objetivo evitar que essas crianças não se convertessem em um fator de perturbação da ordem” (FONSECA, 2002, p. 53) e dirigi-las aos trabalhos braçais e tidos como de menor prestígio, ou seja, a constituição de uma liberdade tutelada que visava mantê-los em condições de subalternidade na sociedade e no mercado de trabalho.

Para Eva Teresinha Silveira Faleiros, a Lei do Ventre Livre fez com que a figura da criança escravizada – identificada pela autora como “escrava-cria” – permanecesse desvalorizada e determinando uma “liberdade controlada e vigiada” que ainda precisaria manter-se cativa até completar oito ou 21 anos, conforme determinações previstas no texto

⁸³ ALENCAR, José de. *Discursos parlamentares de José de Alencar* – Deputado-geral pela província do Ceará (1861-1877). Brasília: Câmara dos Deputados, 1977, p. 228.

⁸⁴ COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL. *Cartas de Leis, Decretos, Alvarás, Cartas Régias, Leis e Decisões imperiais publicados entre os anos de 1808 e 1889*. Atos do Poder Legislativo, p. 166.

legal.⁸⁵ Já os jovens abandonados nas ruas ou quando tutelados pelo Estado, eram direcionados ao trabalho em repartições públicas.

Como pontuam José Gonçalves Gondra e Alessandra Schueler, os esforços direcionados para a concretização de uma formação voltada para a liberdade tutelada dos libertos e, mais especificamente, para crianças nascidas após 1871, se desenrolaram em “uma espécie de panaceia para legitimar ações que se afirmavam como meio de superação para os males e problemas nacionais” (2008, p. 29). Uma dessas iniciativas seria, por exemplo, o combate e prevenção da infância brasileira das “classes perigosas” que pertenciam à rua, a partir de propostas educacionais e currículos “procurando infundir-lhes princípios morais e instruí-los em relação às primeiras letras” (FONSECA, 2002, p. 50).

Sobre esse contexto, Sidney Chalhoub identifica nos discursos dos parlamentares, principalmente nas discussões no pós-abolição, que a moralidade estava definida a ponto de que “a principal virtude do bom cidadão é o gosto pelo trabalho, e este leva necessariamente ao hábito da poupança, que, por sua vez, se reverte em conforto para o cidadão”, porém, “o indivíduo que não consegue acumular, que vive na pobreza, torna-se imediatamente suspeito de não ser um bom trabalhador” (CHALHOUB, 2017, p. 25). Sendo assim, a pessoa que não trabalhava estava suscetível ou já totalmente “contaminada” pelo o que seria, nas palavras de Chalhoub, “o maior vício possível em um ser humano”: a ociosidade (2017, p. 26). Na mentalidade da elite política brasileira durante os anos compreendidos em torno da abolição, a falta de uma das virtudes sociais mais valorizadas, o trabalho, significaria que o desempregado estaria pobre e viciado pela ociosidade. A associação de ambas as palavras gerava a ideia de que a condição de pobreza dos indivíduos já era o suficiente para associá-lo também à malfetoria: “os pobres carregam vícios, os vícios produzem os malfeitores, os malfeitores são perigosos à sociedade; juntando os extremos da cadeia, temos a noção de que os pobres são, por definição, perigosos” (*Ibid.*, p. 26).

Como sublinhado por Chalhoub, o que ele denomina de “babel de ideias” (2017, p. 25) encampado pelos parlamentares brasileiros é proveniente, principalmente, da influente obra de M. A. Fréguier, publicada primeiramente em 1840. Pautada na experiência como oficial de um alto cargo na polícia na cidade de Paris, Fréguier estrutura uma espécie de guia ou manual para a identificação de “tipos de malfeitores” que circulavam nas ruas da cidade francesa. Apesar

⁸⁵ “Em sua menoridade as crianças escravas serviam como brinquedo dos filhos dos senhores (a quem inclusive eram doados como presente) e divertimento das visitas, ou seja, eram consideradas [muitas das vezes, pelos familiares e amigos de seus senhores] animaizinhos de estimação (cavalinhos, macaquinhos). Além da humilhação, sofriam maus-tratos e mesmo exploração sexual” (FALEIROS, 2001, p. 205-206).

dos inquéritos e estatísticas policiais utilizados pelo oficial francês, ele não consegue delimitar com precisão as diferenças entre as populações pobres e perigosas, ou sequer um perfil definitivo para os principais suspeitos malfeitores. A “guerra santa entre os vadios”, assim como Chalhoub remete ao empenho de Fréguier na primeira metade do século XIX na experiência europeia, inspira os parlamentares brasileiros em uma solução para a “salvação nacional”. Sendo

[...] o maior vício possível em um ser humano é o não trabalho, a ociosidade, segue-se que aos pobres falta a virtude social mais essencial; em cidadãos nos quais não abunda a virtude, grassam os vícios, e logo, dada a expressão “classes pobres e viciosas”, vemos que as palavras “pobres” e “viciosas” significam a mesma coisa para os parlamentares (*Ibid.*, p. 25).

É com essa “suspeição generalizada”, entre “pobres” e “viciados”, que se fundamentou a maior parte do formato das políticas públicas de combate à propagação e perpetuação do mal-estar social representado pelos vícios das ruas e, conseqüentemente, a pobreza. É importante salientar que, em concordância com Sidney Chalhoub, não só após a abolição como em grande parte dos anos 1870 e 1880, muitos negros passam a se tornar suspeitos preferencias à malfeitoria de becos e vielas das cidades brasileiras.

Ser egresso do cativeiro era tido como um dos principais determinantes para o caráter dos indivíduos que, na maioria das vezes, não possuíam renda própria e muito menos escolaridade formal, sempre impedida pelas circunstâncias sociais ou por lei. Conforme o raciocínio da elite dirigente, a desmoralização da sociedade não podia ocorrer e a abolição se tornava cada vez mais expressiva e, frente a esse cenário, cada vez mais se considerava necessário preparar libertos e ingênuos para a convivência na sociedade livre, sem que houvesse a degradação do modelo moderno europeu, especialmente o exercido na França e Inglaterra naquele momento, nos crescentes centros urbanos (brasileiros).

Segundo Giralda Seyferth, “na sociedade brasileira existem categorias de identidades raciais – quase sempre referidas à cor da pele – absolutamente afinadas com a concepção de raça” (1993, p. 191). Como evidenciado pela autora, a formação desses grupos distinguidos por uma concepção de identidade étnica é “o produto da interação da percepção interna e resposta externa, de forças operando no indivíduo e no grupo de dentro, e aquelas impostas sobre eles de fora” (SEYFERTH, 1993, p. 191).

As referidas percepções internas dos grupos tidos como preferencialmente suspeitos à violência e degeneração social por parte da camada dominante, dentro de perspectivas do recorte cronológico adotado pelo presente trabalho, supõe que estejam relacionadas às agitações

organizadas pelos movimentos de resistência. Já em relação às respostas externas, se relacionam diretamente ao desencadeamento ideológico da discriminação institucionalizada pelo Estado brasileiro – principalmente a partir de argumentos comungados às ciências biológicas – para com a raça, classe social e, sem menor importância, gênero.⁸⁶ Conforme destacado anteriormente, a diferenciação de assistência e educação oferecidas aos grupos tidos como marginalizados são traços evidenciam a segregação empenhada pela elite dirigente do país durante a monarquia.

Sobre uma suposta qualificação de quem ocupava os espaços públicos, Cynthia Greive Veiga salienta que entre o final do século XVIII e ao longo do século XIX, “o medo das multidões, dos seus hábitos e gestos grosseiros, das suas formas de protesto tornaram as cidades uma experiência de fascínio e medo” (2016, p. 399). Veiga complementa que impressões como essa descrita são atreladas especialmente às agitações promovidas pelo movimento abolicionista e são observações capturadas de espaços públicos ocupados pelas novas formas de articulações populares adotadas por notórias figuras do abolicionismo brasileiro, como destacado por Angela Alonso.⁸⁷

Interpretações do Estado sobre a realidade social, como as anteriormente apresentadas, reforçavam a ideia da formulação de legislações específicas para a resolução dos problemas que surgiam a partir do crescimento das classes subalternas e populares. As ações empenhadas pelas “classes perigosas” e, conseqüentemente, a preservação da suposta ordem social favoreciam os proprietários de escravizados e os ocupantes dos altos cargos da direção do Império através de esforços políticos e econômicos como os direcionados aos parâmetros educacionais impostos e cobrados pelo Estado.

Alessandra Schueler afirmar que, pelo menos até os anos 1860, a direção saquarema preocupava-se excepcionalmente com a formação do funcionalismo público. Esse seletivo grupo, geralmente composto de proprietários ou “cidadãos por excelência” como destacado pela pesquisadora, “geralmente eram formados pelas instituições de ensino secundário e superior” (SCHUELER, 1997, p. 14). Em referência à obra de Ilmar Rohloff Mattos (2017), a autora qualifica o ensino primário (aqui atrelado principalmente ao caso da educação na Corte) como

⁸⁶ Sobre essas discussões, ver em: SEYFERTH, Giralda. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. *Anuário Antropológico*, vol. 18, n. 1, 1994, pp. 175-203; e CARULA, Karoline. *Darwinismo, raça e gênero: projetos modernizadores da nação em conferências e cursos públicos* (Rio de Janeiro, 1870-1889). São Paulo: Editora da Unicamp, 2016.

⁸⁷ ALONSO, 2015.

um esforço de “forjar e manter a unidade, na garantia da ordem pública e o estabelecimento de laços e hierarquias, distinguindo os súditos e os cidadãos da massa de escravos” (1997, p. 14).

Muitas das escolas particulares, por exigirem custos mais elevados para os que ali estudariam, destinavam-se aos filhos das classes dirigentes e economicamente mais privilegiadas – um público predominantemente branco. Através da “criação de instituições destinadas a públicos distintos, como foi o caso do Imperial Colégio de Pedro II e dos cursos superiores de Medicina e de Direito” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 29) buscou-se formar e distinguir um grupo seletivo e de influentes personagens para a política imperial. No tocante a essa situação, Cynthia Veiga identifica que as crianças de famílias abastadas majoritariamente brancas tinham sua educação ministrada por professores particulares ou demais empreendimentos particulares. Já em outro polo, diferentemente das crianças de famílias endinheiradas, Wendell Rodrigues Costa ratifica que a escola era um caminho natural dentro da perspectiva de seus privilégios sociais “para as crianças pobres” e que “o aprendizado dos ofícios podia consistir numa possibilidade de instrução e de inserção no mercado de trabalho, além de ser também uma saída para o combate à criminalidade” (2013, p. 255).

Na avaliação de José Gondra e Alessandra Schueler, entre os anos 1870 e 1880, as iniciativas que surgiam, principalmente pela administração privada, eram influenciadas e idealizadas pelas propostas e espaços educacionais que, em linhas gerais, visavam atender um projeto comum: a formação do povo para a civilização moderna. Na província de Minas Gerais, encontramos os casos como da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional de São João del Rei e a Sociedade Pacificadora, Philantropica, e Defensora da Liberdade e Constituição de Sabará, que, além da assistência direta à população, promoviam mediações entre a sociedade e os poderes governamentais através do discurso filantrópico moderno.

Além dos estudos acerca dos múltiplos espaços de educação, consideramos para o presente estudo as afirmações de Alessandra Schueler acerca do discurso filantrópico e seu enraizamento nas discussões sobre sociedade e a “regeneração” como necessárias, como, por exemplo:

A ideia de disciplinar a população estava diretamente relacionada com a redefinição de noções como a “caridade”, a “pobreza” e “mendicância”. A partir de meados do século XIX, o discurso filantrópico moderno questionava as práticas caritativas, apontando para a necessidade de intervir nos hábitos e comportamentos populares, através de campanhas educativas onde eram exaltados princípios como a positividade do trabalho, da vida familiar, da economia, da moralidade e religião. Os discursos médicos, produzidos pelas teses defendidas na Academia Imperial de Medicina, veiculavam um “olhar negativo” sobre a pobreza e a mendicância, associando-as aos “vícios” e às “degenerações humanas”. Até mesmo entre Irmandades religiosas a

filantropia ganhava adeptos, o que trouxe mudanças nas perspectivas assistencialistas tradicionais (1997, p. 131).

O esforço de abarcar essa parcela da população nas instituições de ensino demonstrou uma inquietação por parte das autoridades brasileiras, agitações em torno da urgência da regeneração para a civilidade:

A primeira apontava para o intuito de proporcionar uma ocupação e, dessa maneira, afastar as crianças de famílias pobres da ociosidade e da possível marginalidade; a segunda consistia na criação de uma forma de adequar os aprendizes à incipiente industrialização do Império brasileiro (COSTA, 2013, p. 256)

E, além disso, as respectivas demandas de mão de obra para cada região do país. O Instituto de Menores Artesãos do Rio de Janeiro, por exemplo, escola localizada na Casa de Correção da Corte, tinha como um dos principais objetivos formar os jovens que já se encontravam no centro penitenciário com “[...] lições de moral, o batismo do trabalho e um tratamento que os [tornassem] homens úteis e prestativos”.⁸⁸ De acordo com as pesquisas de Carlos Eduardo M. Araújo e Marcelo Mac Cord, basicamente três tipos de menores eram encarcerados no local: menores detidos na rua acusados pela polícia de vadiagem e/ou pequenos delitos, condenados pela justiça e desvalidos encaminhados pelos próprios responsáveis.

Apesar do funcionamento da escola ter funcionado apenas quatro anos (1861-1865), o caso do Instituto de Menores pode nos elucidar o quanto “o Código Criminal de 1830 dissolvia as fronteiras entre orfandade, abandono, pobreza, vadiagem e mendicância” (SOUSA, 1998, p. 54). Segundo Araújo e Cord, foi a partir do final da década de 1850 que “na visão de setores das elites letradas e proprietárias, o fim do tráfico de africanos escravizados colocava o país na rota da ‘civilização’ e do ‘progresso’”, sendo assim, concluem que isso “exigia que fosse feita uma conveniente ‘transição’ do trabalho escravo para o trabalho livre” (2017, p. 240). Alicerçado a essa concepção, a Casa de Correção transformava-se em um “viveiro de operários educados” e, assim, regenerar o contingente dos jovens aprisionados, os “perturbadores da ordem”, em “grandes vantagens no futuro” (ARAÚJO, 2017, p. 240). Araújo e Cord aponta que parte dessa concepção não apenas concentrou-se nas instituições públicas e educacionais, mas, de acordo com pesquisas voltadas para o estudo social da educação no Império do Brasil, “núcleos familiares pobres e mais bem organizados (especialmente formados por negros escravos, libertos e livres) compreendiam os processos de escolarização como um instrumento de mobilidade social, respeitabilidade pública e de fortalecimento/conquista da liberdade”

⁸⁸ Nessa citação, respeitamos os grifos dos autores do artigo: ARAÚJO; CORD, 2017, p. 237.

(*Ibid.*, p. 244). Os autores ainda sublinham que se o ensino fosse complementado pelo aprendizado das “artes mecânicas, era ainda melhor para seus projetos de conquista/manutenção de autonomia pessoal e social” (*Ibid.*, p. 244).

Nesse sentido, correlacionamos os apontamentos anteriormente apresentados ao posicionamento do presidente da província de Minas Gerais, Antônio Gonçalves Chaves, em que ratifica que “a criação da escola importa a supressão da cadeia; o Estado que não instrue, carece amedrontar, por que os dous grandes mantenedores da ordem social são – o carrasco e o professor publico. [...] irá operando a sua salutar evolução, trazendo a regeneração dos costumes e respeito aos diretos privados, emfim a harmonia social”.⁸⁹

Destarte, a educação voltada para o trabalho, além do próprio exercício de atividades laboriosas era tida como importante na construção da moralidade necessária ao cidadão. De acordo com Carla Chanon, a instrução profissional compunha o programa progressista e modernizador saquarema que visava não só o “aumento da riqueza pública, mas principalmente a formação de cidadãos úteis e independente economicamente” (2019, p. 212). Propostas de políticos da província de Minas Gerais, ainda mais pelo fato de abrigar a maior concentração de escravizados e descendentes do Brasil no século XIX, buscavam angariar subsídios financeiros para o auxílio das instituições já existentes para conseguirem receber, também, os libertos pela Lei do Ventre Livre.

Segundo Chanon, foi na década de 1870 que a defesa pela “instrução profissional como arma contra a pobreza, a miséria e a ignorância” tendo em vista que seriam supostas “condições nas quais proliferavam a criminalidade e toda a sorte de vícios” (2019, p. 206). Além das condições subjetivas que a instrução profissional poderia proporcionar na sociedade, a autora refere-se às novas relações sociais instauradas pelo trabalho a partir da expansão e desenvolvimento sistema capitalismo, expressivamente sentidas no Brasil e no mundo ao decorrer da segunda metade do século XIX:

Se o processo de abolição da escravidão esteve ligado ao recrudescimento das discussões sobre o ensino profissional em Minas, especialmente no que se refere à formação dos ingênuos, devemos ter em conta que era a escolarização fazia parte de um movimento de mundialização do capitalismo, fato que propiciou maior investimento em escolas de educação profissional para as classes populares em diversos países do mundo, inclusive o Brasil (CHANON, 2019, p. 207).

⁸⁹ *Falla Que O Exm. Sr. Dr. Antonio Gonçalvez Chaves Dirigio Á Assembleia Legislativa Provincial De Minas Geraes Na 1ª Sessão De 25ª Legislatura, 01/08/1884, p. 7.*

Para a província de Minas Gerais, Chanon enfatiza que na segunda metade do século XIX a região “acompanhou o crescimento urbano e o avanço da industrialização brasileira, particularmente da região centro-sul” (op. cit., p. 207). Com o desenvolvimento material dos centros citadinos mineiros, como o surgimento de novos espaços públicos, se desdobravam demandas frente ao perfil racial da sociedade.

Como demonstrado anteriormente, Minas Gerais ainda contava com expressiva participação do trabalho escravizado para as produções de gêneros agrícolas, tendo em vista o aumento da proporção de escravizados que a província reunia em relação ao país entre as duas metades do século XIX e abarcando aproximadamente um quarto da população nacional de escravizados na década de 1870. Ou seja, as classes populares compreendidas pelas autoridades do Estado, que necessitavam do ingresso em instituições educacionais perpassavam necessariamente por uma maioria de indivíduos forros, negros livres e ingênuos.

Sendo assim, concluímos que apesar da centralidade dos poderes administrativos da educação no país ter sido estabelecida a partir de uma relação estreita entre as assembleias provinciais e o poder monárquico central, expressões educacionais foram criadas a partir de demandas sociais específicas das diversas regiões do país. Para além dos colégios da Corte, a ilustração da tradição britânica e francesa “pedagogia do chicote”, rememorado por Joaquim Nabuco ([1883], 2011) em referência à violência envolta da relação entre o capataz “educador” e o escravizado “punido”, modelos educacionais surgiram abarcando a sociedade e seus múltiplos agentes.

No final do século XIX, principalmente entre os anos de 1870 e 1890, o país e sua elite dirigente viviam sob dilemas acerca da abolição e da permanência dos africanos e descendentes presos ao cativeiro, talvez motivados por certo temor de um levante de escravizados contra à ordem vigente. A instrução pública, mesmo sofrendo intervenções políticas desde a década de 1830, é na segunda metade do século XIX que se passou a direcionar para um projeto racista e que sustentaria uma liberdade tutelada das “classes perigosas”.

Porém, como observado no caso do Asilo São Luiz, dirigido pela Irmandade de Nossa Senhora da Piedade e pelo sacerdote Domingos Evangelista Pinheiro, algumas formas escolares, tidas aqui como expressões educacionais, modificaram esse modelo segregacionista de educação que perpassava não só pelo *status* social, mas pela raça e gênero. Não podemos falar aqui em termos revolucionários, mas em deturpações que possibilitavam assistência e formação intelectual na tentativa de superarem arranjos sociais que, na maioria das vezes, confinavam as classes populares em posições subalternizadas tanto no exercício de uma atividade laboral ou na vivência em estruturas familiares praticamente imutáveis.

2 DOMINGOS EVANGELISTA PINHEIRO: DE SEMINARISTA A DIRETOR DO ASILO SÃO LUIZ

Como delimitado até aqui, fica inteligível que é possível retratar o Asilo São Luiz, na municipalidade de Caeté, a partir de perspectivas associadas ao funcionamento da máquina estatal do Brasil monárquico e à elite dirigente, muito combativa para conquistar, por exemplo, o plano social oitocentista. Porém, traçar o retrospecto dessa instituição alienadamente aos seus agentes históricos ou apenas pautar-se em preâmbulos do contexto “oficial” e “elitizado” nos forneceriam teses equivocadas e incompletas para o presente trabalho. Tanto a formação da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade como a própria instituição asilar fundada por ela foram realizações humanas e resultado de suas respectivas vivências e experiências sociais, do âmbito da vida pública e privada. Assim sendo, o segundo capítulo pretende compreender quem foram os homens de Caeté que investiram recursos financeiros e materiais para a realização de uma obra religiosa, filantrópica e, não menos importante, voltada para a educação de meninas que naquele momento encontravam-se, por inúmeros fatores sociais, às margens da sociedade imperial.

Na pesquisa empenhada para a realização desse trabalho concedemos muita importância e relevância para a constituição da história social a partir das relevantes contribuições empreendidas por Carlos Ginzburg (2020 [1939]) com as metodologias historiográficas da micro-história. Com a atual disposição de diferentes fontes, como os periódicos e os documentos reunidos em *O Pioneiro da Serra da Piedade*, dentre outras, procuramos identificar aspectos da vida dos principais integrantes da Mesa Regedora da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade quando foi criada e, principalmente, do Padre Domingos Evangelista Pinheiro, configurado como representante majoritário da associação, tanto pela sua posição administrativa como Presidente, mas também por sua expressividade no meio social da cidade em que atuava como religioso, a própria Caeté.

A vida de Domingos Pinheiro foi descrita e reproduzida em inúmeros livros produzidos pelas irmãs da CIANSP, como o trabalho produzido por Madre Ângela. Sendo o principal atuante frente a idealização e funcionamento do Asilo São Luiz, como observado no capítulo anterior, o religioso muitas das vezes é identificado como principal referência e mandatário da instituição asilar, tanto em circunstâncias oficiais como sociais. A produção *O Pioneiro*, como já referido, é uma obra produzida com o intuito de reunir uma “documentação

para uma biografia de Monsenhor Domingos Evangelista Pinheiro”, como determina Madre Ângela. Nas páginas iniciais do livro, o nascimento desse homem é retratado pela perspectiva da religiosa que adota o estilo poético para descrever o evento ocorrido em Caeté na década de 1840:

Foi nessa cidade, memorável por suas antigas glórias e situada nas fraldas da Serra da Piedade que, no dia 21 de julho de 1843, veio ao mundo o pequeno Domingos, já marcado pela Providência Divina, para ser grande luzeiro a espancar e iluminar as trevas das inteligências, aquecer e abrasar os corações no amor de Deus e guiar tantas almas pelo caminho das virtudes cristãs! (ANGELA, 1967, p. 14).

Sua relevância para essa congregação religiosa, assim como para a história do Asilo São Luiz, é expressiva pelo seu histórico como protagonista diante dos diversos eventos responsáveis pela criação da instituição. Além de fundador e primeiro presidente da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade, também foi o primeiro diretor do Asilo São Luiz e fundador da CIANSP, a qual o considera atualmente como patrono. Partindo de um breve delinear de sua biografia será possível elucidar questões que envolvem as articulações políticas e sociais correlacionadas com o Asilo São Luiz durante seu funcionamento ao final do século XIX, das interligações com aspectos das socializações e vivências de Padre Domingos e dos demais integrantes da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade.

2.1 Domingos e os irmãos mineiros

Domingos Evangelista Pinheiro nasceu no dia 21 de julho de 1843, filho de uma família formada pelo casal Capitão João Evangelista Pinheiro e D. Isabel Florentina da Mata e Silva, e mais seis irmãos: Cândido, Jacinto, João, Antônio, José e Josefina. Segundo a autora Madre Ângela, os integrantes dessa família “apesar de não serem ricos, possuíam alguns bens e gozavam de certa abastança” (1967, p. 14). A religiosidade sempre esteve presente na vida de Domingos desde seus primeiros dias de vida: alguns dias após seu nascimento, no dia dois de agosto, o menino foi batizado pelo Vigário de Caeté e amigo da família, o Padre Delfino da Fonseca.

Após completar dez anos, o petiz Domingos concluiu os votos de Primeira Comunhão e terminou o ensino primário, passando a frequentar aulas de latim e francês que eram lecionadas pelo Padre Delfino da Fonseca Lemos em colégios da região próxima a Caeté, Caraça e Roças Novas. Cursos como esses, de nível secundário, correntemente eram compreendidos como uma “preparação geral não profissional que leva a carreiras liberais e

administrativas” (ANDRADE, 2007, p. 55) e que envolviam uma formação voltada para a advocacia, burocracia estatal ou membros de poderes eclesiásticos.

As aulas atribuídas ao ensino secundário também representavam uma das modalidades de preparação para os estudantes ingressarem ao ensino superior, não necessariamente servindo como um curso de formação técnica para o trabalho. Desde 1837, o governo brasileiro passou a autorizar a criação de aulas avulsas de latim, francês, filosofia, retórica, geografia e história nas localidades em que não existiam colégios públicos ou particulares que não lecionavam as respectivas disciplinas (BRASIL, 1837, p. 59-61). De acordo com Renata Andrade, a escolha dos cursos avulsos era uma opção pré-estabelecida para a trajetória acadêmica que seria continuada nas faculdades e universidades do Brasil e Europa:

As disciplinas como o Latim e o Grego, profissionalmente, são conhecimentos úteis apenas para os estudantes que desejam continuar os estudos superiores em Direito e Medicina e fornecem, na verdade, uma cultura geral. Já os exercícios de retórica habituam os alunos a discursar em diversos estilos. A história e a geografia constituem disciplinas de memorização e trabalham basicamente com a consulta de mapas, decorar nomes e datas e na ênfase de certos eventos históricos considerados importantes (*Ibid.*, p. 63).

Domingos, ainda muito jovem, envolvia-se com os estudos religiosos e a esfera eclesiástica da cidade de Caeté, principalmente pela convivência com os sacerdotes na matriz da cidade, Igreja de Nossa Senhora do Bonsucesso. Conforme os relatos de Madre Ângela dão continuidade à cronologia do jovem mineiro, chegamos ao ano de 1859 quando completou 15 anos de idade e se matriculou no Seminário de Mariana, instituição a qual conviveu e foi orientado pelos religiosos D. Antônio Viçoso, D. Pedro Maria de Lacerda e D. Silvério Gomes Pimenta.⁹⁰

O Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, na cidade mineira de Mariana, foi fundado em 20 de dezembro de 1750, pelo primeiro bispo da diocese de Mariana, D. Frei Manuel da Cruz, e durante todo o século XVIII até a primeira metade do século XIX foi a única instituição de ensino secundário em Minas Gerais. Frente às exigências estabelecidas pelo Concílio de Trento, D. Frei Manuel investiu na projeção e construção do Seminário e do Palácio Episcopal para melhorar a formação do clérigo na colônia portuguesa, almejando a vulgarização

⁹⁰ É importante elucidar para a compreensão desse trabalho que D. Silvério Gomes Pimenta, afilhado de D. Antônio Viçoso e seu principal conselheiro, atuou como Vigário-Geral durante a maior parte dos anos de 1870 e 1880. Já D. Joaquim Silvério Souza, também intitulado como D. Silvério ou D. Joaquim Silvério, foi um amigo de Padre Domingos nos momentos que sucederam sua ordenação. Referirmo-nos ao Vigário-Geral como D. Silvério Gomes Pimenta e, o amigo de Padre Domingos, como D. Joaquim Silvério.

e barateamento dos estudos religiosos da população de Minas Gerais e, assim, possibilitar o desenvolvimento da sociedade “de meninos incultos”.⁹¹

Para o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, durante viagens pela região de Minas Gerais entre 1816 e 1822, o Seminário de Mariana era “a instituição [...] responsável pela cultura apresentada por ‘proprietários de certa idade que habitam os campos das comarcas de Sabará e Vila Rica’”.⁹² Esse seminário atendeu particularmente as elites e parte significativa do clero mineiro e era considerado como um importante estágio para o acesso ao ensino superior brasileiro e europeu, principalmente aos cursos de Teologia.

Apesar de um histórico que remonta aos tempos coloniais, foi a partir da década de 1840 que a instituição perpassou por inúmeras transformações investidas por D. Antônio Ferreira Viçoso. Nascido em Lisboa, fundou missões na província de Mato Grosso e, a partir de sua notoriedade pelas autoridades brasileiras diante do trabalho realizado nos sertões, foi indicado para ser bispo de Mariana em 1844. Segundo seus principais biógrafos,⁹³ o Conde de Conceição (RHEINGANTZ, 1960), como também fora reconhecido, foi um dos responsáveis pela Reforma Ultramontana na educação religiosa do país, ou seja, adotou uma perspectiva religiosa de resgate aos preceitos estabelecidos pelo Concílio de Trento e introduzi-los nos seminários e demais instituições educacionais (COELHO, 2007, p. 103).⁹⁴ Sobretudo nesse momento, assim como D. Viçoso, muitos religiosos brasileiros também buscaram para o clero um “novo espírito que passa a caracterizar a Igreja no Brasil” (CARVALHO, 1997, p. 91) e ocasionaram novos debates relacionados à formação intelectual dos eclesiásticos.

Para uma perspectiva crítica acerca da compreensão sobre o Ultramontanismo no Brasil em uma ampla perspectiva, concordamos com os apontamentos de Anderson José Machado de Oliveira quando ao referir-se sobre a Igreja que “colocava-se em oposição àquela adotada pelo Estado”, afirma que “o episcopado se colocou como o principal defensor das prerrogativas da instituição, considerando que tanto o poder religioso quanto o poder eclesiástico eram intrínsecos à corporação religiosa” (2001, p. 148). A Romanização, como o processo de valorização do ultramontanismo no contexto brasileiro na segunda metade do

⁹¹ “O Seminário de Mariana”. *Revista de História*, 2 de setembro de 2007. Arquivado do original em 16 abr 2014. Disponível em <<https://bityli.com/vlijx>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

⁹² “O Seminário de Mariana”. *Revista de História*, 2 de setembro de 2007. Arquivado do original em 16 abr 2014. Disponível em <<https://bityli.com/vlijx>>. Acesso em: 15 mar 2021.

⁹³ Consideramos como as principais obras: PIMENTA, 1920. CARVALHO, 1997.

⁹⁴ O termo “ultramontano” surgiu na França e foi difundido pela Europa católica desde o século XI “para descrever cristãos que buscavam a liderança de Roma (do outro lado da montanha), ou que defendiam o ponto de vista dos papas, ou davam apoio à política dos mesmos” (LIMEIRA, 2011, p. 11). Segundo Tatiana Costa Coelho, as correntes de pensamento das reformas ultramontanas defendiam a centralização do poder do Papa e seu predomínio aos governos nacionais. No caso brasileiro, ainda desdobrava-se no controle das religiosidades populares e, em certa medida, a proliferação do protestantismo e o culto maçônico (2007, p. 98 - 103).

século XIX também é denominado, foi caracterizado principalmente pela consideração do poder governamental (temporal) do Imperador e, simultaneamente, condicionava os assuntos relacionados à religiosidade católica ao Sumo Pontífice Romano. Porém, ponderamos essa definição considerando que “apesar de almejar um plano social conservador, os bispos como o caso de Dom Antônio Ferreira Viçoso, objetivavam um projeto de modernidade para a sociedade que compreende o Segundo Reinado” (COELHO, 2007, p. 104), ou seja, não estava em questão um suposto congelamento da instituição religiosa ou retrocesso, mas seu desenvolvimento juntamente à sociedade, sem perdas na reunião de fiéis e desvalorização de seus preceitos e valores morais.

Como assinala Tatiana Coelho, muitos dos textos produzidos por esses religiosos nos indicam que apesar de não buscarem uma igualdade social, respeitando a própria hierarquia religiosa prevista no Concílio de Trento, divulgavam a premissa de “amenizar de certa forma, a pobreza” (2007, p. 104). Frente aos mesmos textos, também é possível concluir que D. Viçoso dissertava sobre o fim da escravidão, posicionamento identificado em periódicos religiosos, como *O Apostolo*, analisado por Martha Abreu (1999), em artigos autorais em que afirmava uma “nacionalidade católica” que “implicava na educação como prática disciplinadora e da consciência da sua missão no mundo moderno” (CAMPOS, 2010, p. 46) indicando a incorporação de escravizados também nesse projeto.

Também como destaca Luís Antônio da Costa, o respectivo religioso produziu inúmeros manuscritos que criticavam o escravismo brasileiro, como “Escravidão Deffendida e Offendida”, de 1840. Em seus textos, muitas das vezes constituídos por crônicas fictícias ou cartas direcionadas a diversos correspondentes, D. Viçoso constantemente apontava erros nas políticas estatais diante da condição social da escravidão, como pela requisição dos direitos pautados pelos preceitos católicos supostamente pertencentes à massa de escravizados (COSTA, 2007, p. 38).

Durante o período em que esteve à frente da direção do Seminário de Mariana, instituiu um sistema de educação rigoroso e, como dimensionado por Germano Moreira Campos:

O Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, em sua dimensão interna, pretendia formar o bom padre, para servir à Igreja, seguindo padrões do catolicismo defendidos por seu bispo; em sua dimensão externa, tinha como objetivo formar o bom filho, que, mesmo vivendo separado de seus familiares, era levado a adquirir o hábito de respeitá-los por meio da educação recebida naquela instituição (2010, p. 155).

Apesar de alguns historiadores considerarem D. Viçoso como “um dos bispos mais polêmicos da História do Império” (COELHO, 2007, p. 98) e uma importante figura para o

contexto político da província mineira (CAMPOS, 2010, p. 13), limitaremos interpretá-lo durante o tempo em dedicou-se mais especificamente ao Seminário de Mariana. A administração exercida pelo bispo, entre 1845 e 1875, possibilitou que os paradigmas do ultramontanismo fossem exercidos na prática pelos seminaristas e, em certa medida, influenciando a formação religiosa de muitos dos estudantes.

A partir do que está registrado em *O Pioneiro* no que concerne ao período em que Domingos Pinheiro esteve matriculado no Seminário de Mariana, é possível sublinharmos alguns aspectos de sua sociabilidade, destacando aproximações com as considerações de Germano Moreira Campos (2010) elencadas anteriormente. Madre Ângela transcreve em seu trabalho relevantes aspectos da vivência de Domingos fundamentadas em anotações encontradas em um breviário pertencente ao próprio seminarista.⁹⁵ Nas primeiras passagens dessas memórias, integralmente vinculadas ao contexto diário no Seminário, sem muitos detalhes, o discípulo discorre sobre uma doença que lhe acometeu: “Fiz uma promessa ao Senhor Bom Jesus de Congonhas do Campo, de lá ir pregar um sermão, no jubileu se eu ficar bom de meus incômodos, e se eu me ordenar, ordenar” (1967, p. 16). Em continuidade aos relatos de Domingos, Madre Ângela não esclarece o estado clínico de Domingos, provavelmente por motivos de falta de detalhes do próprio autor das memórias. No período de dez anos que esteve estudando no Seminário, somente alguns indícios em relação a isso podem ser levantados, como em correspondências pessoais. Em carta de 1864, enviada aos seus pais, descreveu:

Há dias que, estando eu em passeio, de manhã cedo, com Padre Silvério, senti uma grande turvação de vista (suponho que por mais dum quarto de hora) e esta turvação sucedeu forte dor de cabeça. Voltei do passeio bastante nervoso e abatido com a tal massada. Tomei um remédio que produziu bom efeito; depois disto consultei o médico daqui e êle me receitou mais alguns remédios.

Já estou em uso desses medicamentos, faz, hoje, cinco dias, e parece-me que vou obtendo melhora, pois ontem já estudei, ou pude estudar, fora do meu ordinário. Já sinto menos calor na cabeça; tenho, sim, alguma inflamação, mas isto pouco vale.

Encho-me de alegria, por desconfiar que ficarei bom e que, assim, poderei continuar com meus estudos, para ver se obtenho o que pretendo, se fôr da vontade de Deus e de Maria Santíssima. (JESUS, 1967, p. 17).

Provavelmente as anotações de Domingos sobre a fragilidade de sua saúde, como essa, ressoavam como inquietações e insatisfações de sua condição física frente às normas que os

⁹⁵ O breviário consiste em um livro responsável por parte de um dos rituais destinados aos sacerdotes da igreja católica. Esse livro é composto por textos de orações e passagens bíblicas e é utilizado diariamente pelo praticante competente à ritualística. Ver mais sobre em: <https://www.liturgia.pt/dicionario/dici_ver.php?cod_dici=59>. Acesso em 15 mar 2021.

internos deveriam exercer na rotina do Seminário de Mariana. As análises do “Regulamento do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte”, por Germano Campos, indicam que “a postura corporal chegou a ser altamente disciplinada no referido estabelecimento de formação ultramontana, assim como também eram controlados a disciplina e o comportamento” (2010, p. 153).⁹⁶

Não só as produções escritas por Domingos Pinheiro enquanto esteve em Mariana podem nos esclarecer sobre esse período. Já como Padre Domingos, muitas das vezes ele retomou as memórias do tempo de seminarista, em seus discursos, como sendo muito significativas e influenciadoras na sua vida religiosa. Em uma passagem transcrita por Madre Ângela, relatando suas próprias memórias sobre alguns dos encontros das irmãs da CIANSP com o próprio Padre, podemos compreender parte do traquejo cotidiano no Seminário de Mariana além do estudo centrado nas teorias teológicas, mas de exercício de atividades laborais que se voltavam para a formação de homens trabalhadores:

Filhas, lutei muito com grandes dificuldades nos meus estudos do Seminário. Sempre me lembro daqueles tempos em que lá estive, e que o Superior, para me distrair dos escrúpulos, deu-me o emprêgo de roupeiro; e os colegas jogavam as trouxas de roupa às minhas costas dizendo: “Toma lá; isto é para acabar com as tuas nervosias”. E, assim dizendo, suspirava profundamente, mas, para disfarçar, logo assobiava e cantarolava (1967, p. 17).

Após dez anos como seminarista, em 17 de janeiro de 1869, sua ordenação foi conferida por D. Pedro Maria de Lacerda. Poucos registros visuais desse período da vida de Padre Domingos sobreviveram aos dias atuais e majoritariamente a fotografia a seguir é atribuída ao Padre recém-ordenado:

⁹⁶ A disciplina não era apenas assertiva durante as horas destinadas aos estudos, com a exigência de pontualidade e silêncio, mas “o cuidado com o asseio corporal [...] não passou despercebido pelo regulamento do seminário” (CAMPOS, 2010, p. 154).

Figura 11: Fotografia de Padre Domingos Evangelista Pinheiro (Década de 1870).



Fonte: Arquivo CIANSP.

No mesmo ano, reconhecido como Padre Domingos Evangelista Pinheiro, tomou posse como vigário da paróquia de Nossa Senhora da Conceição, em Arraial dos Rapôsos. Atualmente, na condição de município, a região é nomeada como Município de Raposos, pouco mais de 20 km de distância da cidade de Caeté, da qual o religioso era natural. Segundo os relatos de Madre Ângela, Domingos dedicou seus três primeiros anos como vigário à administração da igreja de Nossa Senhora da Conceição, envolvendo-se com a história e a sociedade daquele município.

Atualmente o templo em que o Padre esteve à frente recebe a denominação de Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Fundada nos primeiros anos do século XVIII, às margens do Rio das Velhas, tornou-se a primeira paróquia e, consequentemente, a primeira igreja matriz de Minas após o alvará expedido por D. João V, em 1724, em que medidas foram impostas visando novas organizações para as estruturas hierárquicas nas comunidades eclesiais da colônia, principalmente para a província de Minas Gerais.⁹⁷ Nos anos que sucederam à inauguração da paróquia de Rapôsos acompanhou o crescimento da região atrelado diretamente pelo desenvolvimento da mineração por empresas britânicas na passagem entre os séculos XVIII e XIX.

⁹⁷ REIS, Flávia Costa; JÚNIOR, Hebert G. Soares. *Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição – Raposos*. Arquidiocese de Belo Horizonte. Disponível em: < <https://arquidiocesebh.org.br/noticias/jubileu-centenario-da-arquidiocese-de-belo-horizonte-igreja-matriz-de-nossa-senhora-da-conceicao-raposos/> > Acessado em: 15 mai. 2021.

Em 1832, os primeiros ingleses que se mudaram para essa região estruturaram a Minas de St. Jonh D'El Rey Minning Company, uma das primeiras companhias no ramo das indústrias auríferas. Fruto das explorações das abundantes quantidades de minérios disponíveis na região, o crescimento local foi marcado pela fundação do Arraial de Raposos e a construção da igreja. Após a crise da mineração no Brasil, o povoado de Raposos foi inevitavelmente afetado pelo esgotamento das minas e vivenciou um vertiginoso declínio de seu desenvolvimento econômico.⁹⁸ Dados demográficos do século XIX indicam que a população do Arraial de Raposos foi reduzida a poucas famílias e o novo quadro instaurado na cidade propiciaram condições materiais ínfimas ao povoado e, conseqüentemente, acarretaram na degradação do templo católico, principalmente pelas práticas de pilhagens dos artefatos religiosos e obras de arte, além de quantidades significativas de ouro que pertenciam ao altar.⁹⁹

Frente a esse cenário, a partir de 1869, o Vigário Domingos Pinheiro atuou primordialmente na tentativa de reformar as condições materiais do templo religioso dedicado à Nossa Senhora da Conceição. As obras também visavam à renovação das relações sociais da população com a igreja de Raposos. Em 1872, motivado a agir em prol dos templos do seu município natal, solicitou a transferência para a Paróquia de Nossa Senhora do Bom-Sucesso no município de Caeté (JESUS, 1967, p. 18).

Como salienta Madre Ângela, os primeiros anos de atuação do Padre frente à igreja caeteense foram marcados pela forte presença do tradicionalismo católico, principalmente por parte dos sacerdotes mais velhos, como Padre Delfino da Fonseca, um dos primeiros professores de Domingos e que ainda atuava na paróquia de Caeté. Buscou exercer trabalhos voltados para a comunidade e instaurar novas relações da igreja com os paroquianos. Segundo Madre Ângela:

Não lhe faltavam os dotes de orador e gostava de pregar fervorosas missões pelos arredores de sua paróquia, e, também, em terras mais distantes, em companhia do Padre João de Santo Antônio, seu grande amigo e benfeitor. Costumava pregar juntamente com outros sacerdotes. Dividiam entre si os assuntos das pregações, e depois que o colega falara sobre as penas do inferno, êle sempre reanimava e confortava o povo com a descrição das alegrias do céu (1967, p. 18).

Essa passagem, rememorada por Madre Ângela como um dos momentos iniciais da vida eclesiástica de Padre Domingos, nos demonstra não só aspectos ligados às práticas religiosas cotidianas, como as pregações em ritos religiosos, mas sua relação com a sociedade

⁹⁸ *Raposos*. Instituto Estrada Real. Disponível em: <http://www.estradareal.org.br/cidad/a_cidad.asp?codigo=82>. Acesso em: 18 mar. 2021.

⁹⁹ *História da Cidade*. Prefeitura de Raposos. Disponível em: <<https://www.raposos.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/historia-da-cidade/6486>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

provincial. Para além da paróquia a qual era responsável, pode-se considerar sua atuação como uma importante característica de sua formação religiosa fundamentalmente pautada no ultramontanismo do Seminário de Mariana. Consideramos que essa extrapolação dos limites geográficos da administração paroquial, como apontado por relatos, exemplificados pelo anteriormente destacado, indicam que Domingos assumiu um posicionamento de propagador da fé católica e, simultaneamente a isso, expressivo agregador de fiéis pelo território mineiro.

A preocupação com a legitimação do pensamento católico e aversão à orientação filosófica do iluminismo (e, em certa medida, contra a maçonaria) constituiu parte da estratégia adotada pela formação de clérigos orientados por centros religiosos alinhados ao perfil ultramontano, principalmente a partir de meados do século XIX e início do XX (BRANCO; CARDOSO, 2020, p. 242 -243). A partir dessas considerações, entendemos também que “reanimar” e “confortar” o povo compreendiam preocupações de estreitar os laços da Igreja com a sociedade que supostamente estava ameaçado pela racionalidade do iluminismo.

A partir disso, podemos constatar que a formação da figura de Padre Domingos como agente social não estava apenas confinada aos espaços internos do templo religioso ou a uma atuação estritamente ligada ao exercício das atividades de ministro religioso. O Padre também possuía sua representatividade no espaço público da cidade de Caeté, compreendido aqui como mediador da relação entre a cultura religiosa e a sociedade do município e, em certa medida, de toda a província de Minas Gerais. Por exemplo, em 1873, o *Diário de Minas* informou sobre a nomeação do “revd. Vigário Domingos Evangelista Pinheiro, o ten.º Antonio Martins Guerra e o ten.º coronel Francisco Josè Frões para comporem a comissão que deve dirigir e promover as obras da matriz da freguesia de Caethé”.¹⁰⁰ A execução da obra de reforma da paróquia constituiu um sintoma das mudanças conferidas pelo novo Vigário da cidade, conforme demonstrado por Madre Ângela na passagem anteriormente transcrita.

Um ano antes, em 1872, assim que Domingos Pinheiro assumiu a jurisdição da paróquia de Caeté, notificou à D. Antônio Viçoso, arcebispo da Arquidiocese de Mariana, as condições da capela de Nossa Senhora da Piedade na Serra da Piedade. Nesse ínterim, o Juiz de Capelas de Caeté, Dr. Remígio Oliveira de Faria intentou o confisco dos bens pertencentes ao patrimônio do pequeno templo. Perante a situação, Domingos assumiu a responsabilidade frente ao acervo que seria encampado pelo Juiz e criou a Irmandade de Nossa Senhora da Piedade para auxiliar no processo de aquisição do acervo, restauração dos objetos e da própria estrutura da capela.

¹⁰⁰ *Diário de Minas*, 24/03/1873, p. 3.

A influência do projeto ultramontano demonstrava-se na idealização da Irmandade da Piedade por seu principal fundador Padre Domingos Pinheiro, apesar do panorama geral das associações religiosas se mostrar distinto. Anderson José Machado de Oliveira indica que “a Reforma Católica [Romanização] tinha na diminuição da autonomia dos leigos uma pedra basilar” (2011, p. 150). Ainda segundo as considerações do autor, a maioria das irmandades atuantes no Brasil até o século XIX tinha sua direção representada por leigos, concebendo maior relevância do que o próprio clero:

Após a aprovação dos compromissos as irmandades seguiam os seus próprios caminhos. O capelão dentro dessas associações era uma figura que tinha atribuições estritamente limitadas pelos compromissos. A ação daquele deveria se dar mediante as necessidades das irmandades. Embora tivesse um tratamento respeitoso, deixava-se clara a sua situação de funcionário da instituição (OLIVEIRA, 2011, p. 150).

O mandato do D. Pedro Maria de Lacerda como bispo no Rio de Janeiro, nomeado em 1868, foi o período marcado por embates travado contra essas organizações devido à insubordinação das irmandades pelas pretensões dos reformadores católicos no Brasil. Esse comportamento era marcado principalmente pelas “prerrogativas concedidas a elas pelo Estado” e, conseqüentemente, “acabava por limitar o poder eclesiástico sobre tais associações” (*Ibid.*, p. 150).¹⁰¹ Enfatizamos também a atuação de D. Lacerda frente do periódico *O Apostolo*, conferindo-lhe mais mecanismos de disputa contra as supostas deturpações nas ordens religiosas visadas “e que entre 1869 e 1890, o então bispo [...], fez do jornal uma espécie de ‘órgão oficial da diocese’, tornando-o um dos maiores porta-vozes da política de romanização e do pensamento ultramontano no Brasil” (LIMEIRA, 2011, p. 14).

Para além das inúmeras querelas entre perspectivas “ultramontanas” e “laicas” da existência das associações religiosas, como as irmandades,¹⁰² destacamos aqui a exponencial atuação de Padre Domingos não só como presidente da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade, mas como principal diligente das ações empreendidas pela organização. Podemos considerar então que a atuação de Domingos Evangelista Pinheiro como sacerdote pertencente à estrutura eclesiástica e, sincronicamente, líder da Irmandade da Piedade proporcionou

¹⁰¹ Oliveira completa: “Não que as irmandades tenham assumido deliberadamente uma postura anticlerical. No entanto, a nova linguagem da Reforma Católica lhes era ininteligível. Clericalização, para D. Pedro Lacerda, era cumprir as leis canônicas; para as irmandades era alterar toda uma concepção religiosa fundada na iniciativa dos leigos” (2011, p. 151).

¹⁰² Consideramos também que apesar do insucesso de D. Pedro Lacerda não ter obtido sucesso na subordinação das organizações religiosas no Brasil, podemos constatar que “disputas entre os leigos e a hierarquia eclesiástica, na segunda metade do oitocentos, deixavam claro que, mesmo diante das mudanças pelas quais passava a sociedade imperial, a religião ainda se constituía num importante instrumento de hegemonia política e social” (OLIVEIRA, op. cit., p. 158).

mediações importantes entre as esferas do Estado imperial e a Igreja Católica, para viabilizar suas realizações no campo da religião e da educação.

Em concordância às apreciações anteriores, constatamos que a preocupação com a preservação do acervo da Paróquia de Caeté, durante a administração de Padre Domingos pode ser demonstrada em alguns relatos sobre a fundação da Irmandade da Piedade. Além dos festejos e da missa de fundação da Irmandade, o sacerdote D. Joaquim Silvério de Souza, em seu livro *Sítios e personagens* (1896),¹⁰³ também foi citado pela autora Madre Ângela (1967), que relatou:

Para salvar das garras do fisco público, os bens livremente doados à Serra, pelos fiéis, houve o Padre Domingos Pinheiro, então Vigário de Caeté, na necessidade de organizar, com prudente alacridade, uma confraria que garantisse a posse de bens tão amiúde ameaçados com as injustiças e violentas ordenações de mão morta. Graças à energia do Padre Pinheiro, organizou-se a IRMANDADE em 26 de setembro de 1875 [...] (JESUS, 1967, p. 41-42).

Nessa passagem transcrita por Madre Ângela, apesar da aparente brevidade dos eventos ocorridos, as redes de sociabilidade de Padre Domingos possibilitam a criação de uma organização para a proteção dos bens da capela na Serra da Piedade, concebidas em aproximadamente cinco anos atuando como Vigário em Minas Gerais. Como já relatado no capítulo anterior, a criação da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade envolveu principalmente a mobilização de Domingos Evangelista Pinheiro juntamente ao auxílio financeiro de fiéis associados à Irmandade em prol do resguardo dos bens pertencentes ao templo e demais práticas religiosas expressas no documento “Compromisso”. Essa organização realizada em resposta à intenção do confisco pelo juiz de capelas de Minas Gerais foi praticamente imediata e, como indicado pela análise empreendida dos relatos de *O Pioneiro*, só foi possível ou facilitada pelas conexões sociais já estabelecidas com os demais integrantes da direção da Irmandade da Piedade.

Inúmeros artigos publicados em periódicos referentes àquele momento relatam a expressiva atuação do Vigário Padre Domingos frente à proteção dos bens pertencentes ao templo e à fundação da associação de religiosos e leigos. Não podemos deixar de pontuar que, apesar da singular presença do nome do religioso nos documentos relacionados aos dois eventos, muito se descreveu sobre as mobilizações organizadas por ele:

¹⁰³ SOUZA, Joaquim Silverio de. *Sítios e personagens*. Belo Horizonte: Impr. Oficial de Minas Gerais, 1896. 374 p.

O vigário de Caethé, padre Domingos Evangelista Pinheiro, e seus habitantes, unidos aos devotos das cidades de Sabará e Santa Luzia, e das freguezias de Congonhas, Taquarussú, Lapa e Roças Novas, e levados de justa indignação e pesar, tratarão da criação da irmandade, organisando seo compromisso, e apresentando á aquele como fundador da mesma, afim de livrar os bens de N. Senhora de semelhante destino, o qual, approved canônica e civilmente, tratarão igualmente do festejo da instalação a que me refiro.¹⁰⁴

Os eventos que relacionados com a criação da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade e o envolvimento do Padre com o “resgate” do inventário da capela na Serra da Piedade constantemente estão atrelados, tanto pela produção de Madre Ângela em *O Pioneiro da Serra da Piedade* como nos artigos dos periódicos oitocentistas. Conforme foram verificadas novas referências aos eventos que remontam o começo da Irmandade da Piedade, como a passagem destacada do *Diário de Minas*, constatamos a pluralidade das relações estabelecidas pelo ministro religioso Domingos Pinheiro e, simultaneamente, suas afinidades identificadas em diferentes nichos sociais. A “justa indignação e pesar”, como adjetivado pela transcrição anteriormente destacada, indicam alinhamentos da iniciativa do Padre com a corrente política apoiada pelo jornal o *Partido Liberal*.¹⁰⁵ Com isso, ressaltamos não só a amplitude das redes de comunicações e relações estabelecidas pelo clérigo na província mineira, como por correligionários políticos, mas especialmente sua relação com o partido liberal anteriormente.

Compreender como se configurava a representatividade da figura de Padre Domingos frente à Irmandade da Piedade, como sempre ressaltada, nos possibilita elucidar questões que envolvem a idealização e o funcionamento do Asilo São Luiz. Sua expressividade é identificada sobretudo pelas suas menções em diversos periódicos contemporâneos não só o associando-o diretamente à Irmandade e à instituição asilar, mas utilizando seu nome como metonímia para obras realizadas pela associação.

Todavia, a direção da Irmandade era conciliada por uma Mesa Regedora. Formada por um grupo de homens, a mesa era responsável por determinar diretrizes e obrigações frente aos projetos empenhados pela organização. Todos os irmãos, inclusive o presidente, estavam subordinados ao “Compromisso da Irmandade” e às demais avaliações deferidas pelos componentes da mesa. A identificação do grupo que formou a primeira Mesa Regedora da Irmandade pode delinear considerações importantes que envolvem a criação do Asilo São Luiz. O “Compromisso” constituído e aprovado pela mesa, sendo um conjunto de normas que

¹⁰⁴ *Diário de Minas*, 28/05/1875, p. 3.

¹⁰⁵ Considerado o primeiro jornal informativo da província de Minas Gerais, contou com ajuda política do partido liberal para iniciar suas atividades e manter-se com destaque no cenário da imprensa mineira por mais de dez anos. Ver mais em: DIÁRIO DE MINAS. Hemeroteca da Biblioteca Nacional, 2014. Disponível em: < <https://bdigital.bn.gov.br/artigos/diario-de-minas/>>. Acesso em: 18 mar 2021.

determinavam o funcionamento da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade desde sua criação em 1875 e previa a abertura de uma instituição de caráter asilar. Sendo assim, a partir da documentação indicada e transcrita no trabalho de Madre Ângela, no que concerne sobre os componentes da primeira administração da Irmandade, torna-se possível aprofundar reflexões acerca da atuação de Domingos para a concretização do Asilo e a alguns apontamentos sobre a sociedade mineira e brasileira do século XIX.

Sendo assim, a partir do constatado no relato sobre o evento que marcou a criação da associação, a Mesa Regedora ficou composta por: “Juiz, vigário Domingos Evangelista Pinheiro. Secretario tenente Joaquim Luiz de Cerqueira. Thesoureiro, tenente Pedro José de Araujo;¹⁰⁶ Procuradores, Antonio Lages da Silva, e capitão Francisco Claudio Ferreira Torres¹⁰⁷”.¹⁰⁸ Apesar do Cônego Candido Affonso dos Santos Lage e do Vigário Antonio Simplicio Ferreira dos Santos terem seus nomes citados em eventos relacionados com a criação da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade, não consideraremos como integrantes à formação da Mesa por não serem citados em documentações e eventos oficiais do processo de instauração da Mesa Regedora ou receberem titularidades como procuradores ou mesários da administração.

Juntamente a esses nomes, pensaremos as trajetórias desses sujeitos nas suas referidas individualidades e como agentes sociais integrados a um contexto mais amplo. Empregando-se da referida perspectiva metodológica adotada, também interpretaremos as respectivas redes de sociabilidade que os interligam para, assim, compreender quais e como pautas políticas e, consequentemente, sociais estavam articuladas juntamente à Irmandade de Nossa Senhora da Piedade e como isso afetou o Asilo São Luiz em sua criação.

No que concerne ao Tenente Joaquim Luiz de Cerqueira,¹⁰⁹ sua trajetória é marcada pela atividade política provincial quando, além de eleitor pelo partido liberal,¹¹⁰ é identificado na década de 1870 como escrivão provincial¹¹¹ e vereador da câmara municipal de Caeté.¹¹²

¹⁰⁶ Madre Ângela destaca que o tesoureiro Alferes Pedro José de Araújo havia pedido demissão e Domingos Antônio Ferreira foi nomeado em seu lugar, em onze de janeiro de 1878. Porém, Domingos Antônio não pôde aceitar o cargo e, em 27 de maio do mesmo ano, Francisco de Paula Pereira da Silva aceitou o cargo mediantemente. Nenhuma das motivações de ambos ex-tesoueiros foi contemplada pela autora e para o presente trabalho consideraremos Alferes Pedro como integrante original da Mesa Regedora.

¹⁰⁷ A autora também destaca que o Capitão Francisco Torres fora exonerado em junho de 1875. A motivação dessa exoneração também não foi contemplada pela autora.

¹⁰⁸ *Diário De Minas*, 28/05/1875, p. 3.

¹⁰⁹ Sobre as eventuais discrepâncias acerca das patentes ou titularidades, consideraremos as informações expressas com mais frequência nas fontes consultadas.

¹¹⁰ *Diário De Minas*, 14/02/1867, p. 1.

¹¹¹ *Almanak Administrativo, Civil e Industrial*, 1870, p. 47.

¹¹² *Almanak Administrativo, Civil e Industrial*, 1874, p. 193.

Poucos dias antes da criação da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade, foi noticiado pelo *Diário de Minas* que o tenente Joaquim havia assumido o cargo de substituto de Juiz de Órfãos.¹¹³

De acordo com José Carlos da Silva Cardozo e Paulo Roberto Staudt Moreira, no tocante às funções políticas destinadas ao juiz de órfãos no século XIX e a partir do levantamento de dados referentes à municipalidade de Porto Alegre, conclui-se que:

O Juiz de Órfãos tinha sob sua responsabilidade, além dos órfãos (menores de idade) e questões relativas às famílias - as quais envolviam a realização de inventários e partilhas -, um bom capital financeiro advindo dos processos que administrava, e a ele eram afiançados recursos que poderiam ser emprestados ao Estado ou a particulares. Sendo assim, não podemos acreditar que se tratasse de um cargo “sem prestígio” ou “menor” no que diz respeito à magistratura e à sociedade em geral, ainda que fosse eleito pela Câmara (CARDOZO; MOREIRA, 2016, p. 163).

Assim sendo, desde a consolidação das faculdades de Direito no Brasil, o cargo de Juiz de Órfãos concedia “vantagens materiais como simbólicas para aquele que ocupava a função” (*Ibid.*, p. 167). Ainda conforme José Cardozo e Paulo Moreira, esse cargo era majoritariamente destinado aos bacharéis em Direito e relacionava-se diretamente com importantes impactos sociais, como um suposto “zelo” pela vida do órfão e possíveis interferências em tratos burocráticos e monetários ocasionados por esporádicas heranças e gastos com as guardas dos órfãos (*Ibid.*, p. 165).

Na mesma esfera burocrática do Estado, o Alferes Pedro José de Araújo¹¹⁴ é mencionado em relatórios do *Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Provincia de Minas-Geraes*, referente ao ano de 1870, como coletor de impostos, juntamente com o escrivão Tenente Joaquim Luiz de Cerqueira.¹¹⁵ A função atribuída aos dois, “encarregados da arrecadação da renda provincial”,¹¹⁶ demonstra que ambos possuíam capitais culturais e sociais similares.¹¹⁷ Não necessariamente vinculados com prestígio econômico, mas o poder político poderia expressar-se em cargos importantes dentro da administração governamental ou outras singulares instituições.

¹¹³ *Diário de Minas*, 16/10/1875, p. 1.

¹¹⁴ Apesar de constarmos discrepâncias acerca de sua titulação, consideraremos como “Alferes” pela maior frequência com que é referido pelas fontes reunidas e correlacionando à sua nomeação pela 2ª Companhia do 65º Batalhão da Guarda Nacional de Santa Bárbara e Caeté (A ACTUALIDADE, 12/03/1863, p. 4).

¹¹⁵ *Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Provincia de Minas-Geraes*, 1870, p. 47.

¹¹⁶ *Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Provincia de Minas-Geraes*, 1873, p. 144.

¹¹⁷ Apesar de não aprofundarmos acerca da questão do letramento e formação das elites políticas intelectuais, é importante pontuar que as oportunidades de ensino desiguais possibilitaram a formação de “ilhas de letrados” e a reprodução de grupos elitistas. Ver mais em: CARVALHO, 2017.

O Alferes Pedro de Araújo estava locado no 65º Batalhão da Guarda Nacional do “Commando Superior de Santa Bárbara e Caethé”,¹¹⁸ juntamente a outro irmão da Irmandade da Piedade, o Capitão Francisco Cláudio Ferreira Torres.¹¹⁹ Referente aos homens que assumiram as respectivas funções como tesoureiro e procurador da Irmandade da Piedade, destacamos sua identificação junto à Guarda Nacional da província mineira e essa representatividade para a sociedade imperial.

Importante instituição da história política e militar do Brasil, a Guarda Nacional surgiu no primeiro ano da Regência e se transformou ao longo do período monárquico até o início da Primeira República. O modelo de Guarda, baseado na experiência da Revolução Francesa, constituía-se por “cidadãos-soldados, depois ‘coronéis’ atuando nas políticas locais, engrossando a cultura do mandonismo regional” (LOPEZ; MOTA, 2016, p. 399).

Para Miriam Dolhnikoff, as experiências provinciais protagonizadas pela Guarda Nacional são compreendidas pelo seu alto grau de descentralização devido à “sua organização por província, o alistamento local, o juiz de paz, a baixa hierarquização [...] e por ser composta por cidadãos que não eram militares de carreira” (2017, p. 51). Apesar da importância da instituição na maior parte do século XIX, principalmente após a Lei 602, de 19 de setembro de 1850,¹²⁰ Maria Auxiliadora Faria pondera outro quadro a partir da década de 1870, quando, após a Guerra do Paraguai, “se transforma em força quase desnecessária às elites que a criaram” (1977, p. 22). Ainda segundo Faria: “A Lei 2.395 de 10 de setembro de 1873 institucionaliza de certa forma a decadência da Milícia como força civil paramilitar [...]. Da promulgação da Lei até sua extinção definitiva em 1918, a Guarda é instituição honorífica com funções quase só decorativas” (*Ibid.*, p. 22). Não consideraremos aqui o poder regional empenhado pela Guarda Nacional como o único ou o mais importante elemento motivador para a sua criação e existência, mas como fundamental para a compreensão de sua atuação no tecido social oitocentista,¹²¹ inclusive nas municipalidades de Minas Gerais.¹²²

¹¹⁸ *Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Provincia de Minas-Geraes*, 1873, p. 144.

¹¹⁹ O Alferes pertencia à 3ª Companhia, “parada no largo da rua do Hospício, já o Capitão à 6ª Companhia, “parada no largo da matriz de Taquarassú”. In: *Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Provincia de Minas-Geraes*, 1873, p. 144.

¹²⁰ Também referida pelos historiadores como a Lei de Reforma da Guarda Nacional de 1850, a mesma transformou a milícia em uma força policial útil aos interesses conservadores pela centralização do poder em que a Guarda passou a responder diretamente ao Ministro da Justiça e aos Presidentes de Província (FARIA, 1977, p. 35).

¹²¹ Sobre a discussão da formação e atuação da Guarda Nacional em âmbito nacional, a partir de uma óptica da formação política do Estado brasileiro, consultar: CASTRO, 1975; LEAL, 1975.

¹²² Apesar da Lei 2.395, de 10 de setembro de 1873 (“alterando a Lei 602 de 19 de setembro de 1850 sobre a Guarda Nacional do Império”), Maria Faria afirma que “em alguns municípios da Província de Minas ela se acha organizada ainda sob o modelo anterior à Lei de 1850, portanto, conservando razoável autonomia em relação ao

No que concerne à hierarquia da Guarda Nacional, perpassava-se por critérios socioeconômicos, ou seja, “só chega a oficial o guarda que auferir renda mínima anual de 400\$000 (quatrocentos mil reis), enquanto que para pertencer aos quadros em geral a exigência é de que seja apenas votante, ou em outras palavras, que tenha renda anual igual ou superior a 200\$000 (duzentos mil reis) ” (*Ibid.*, p. 36). Dentre essas possibilidades por requisitos censitários, todos os cidadãos brasileiros entre 18 e 60 anos podiam integrar o serviço da Guarda.

Dentro dos limites municipais, as forças da Guarda Nacional estavam organizadas em seções de companhia e companhias de batalhões, que podiam ser acionados “a serviço em caso de necessidade, a juízo da autoridade civil que requisitar a força”.¹²³ Apesar das determinações que conferiam subordinação “a autoridades civis, genuinamente políticas”, “a Guarda constituiu-se em instrumento das elites em pugna pelo Poder” (*Ibid.*, p. 90), principalmente a partir das alterações legais conferidas em 1870.

Em relação ao quadro de homens que compunham a instituição:

A estrutura interna identificada à hierarquia de renda, foram sempre reservados aos representantes da camada economicamente superior do município os postos de comando [...] Depois de reorganizada pela Lei de 1850, o nível sócio-econômico passou a ser condição básica para a aquisição da patente de oficial. Por outro lado, a própria composição social do serviço ativo facilitou às elites econômicas conduzi-lo, e conseqüentemente, dele se utilizaram politicamente. O poder que exerciam os oficiais sobre os batalhões e companhias da Milícia era portanto, não apenas militar, mas também político e econômico” (*Ibid.*, p. 90).

Segundo Flávio Henrique Dias Saldanha, é possível afirmar que o perfil dos altos escalões da Guarda Nacional “configurava-se como um líder carismático na medida em que não comandava seus subordinados apenas por comandar”, ou seja, necessitava possuir qualidades que envolviam certa “encarnação viva da companhia ou batalhão, um chefe, portanto, portador natural de autoridade e de liderança” (2009, p. 161).

Conforme descrito pelo *Relatório da Directoria Geral de Estatística – 1878*,¹²⁴ os irmãos Capitão Francisco Torres e Alferes Pedro de Araújo possuíam como vencimento anual pela integração do quadro de oficiais da Guarda Nacional os valores de 1:380\$000 e

Governo Central. O papel que desempenhava dependia assim, muito mais das determinações de autoridades locais que provinciais, ou centrais” (1977, p. 41).

¹²³ Título III da Organização da Guarda, Lei 602.

¹²⁴ BRASIL. Directoria Geral de Estatística. *Relatório e trabalhos estatísticos apresentados ao limo. e Exmo. Sr. Conselheiro Dr. Carlos Leoncio de Carvalho, Ministro e Secretário de Estado e Negócios do Império pelo Diretor Geral Conselheiro Manoel Francisco Correa em 20 de novembro de 1878*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1878.

1:074\$000, respectivamente. Considerando apenas essa renda para cada indivíduo, os dados levantados por Maria Faria acerca da “Distribuição em percentuais acumulados” referente ao “Integrantes do serviço ativo na Guarda Nacional segundo a renda declarada” em Minas Gerais nos demonstram que ambos compreendiam um pouco mais de 2% dos homens que possuíam uma renda entre 1:000\$000 e 2:999\$000 em 1870.¹²⁵

Apesar do ingresso para a corporação não possuir um valor restritivo, poucos alcançavam cargos e patentes mais prestigiados na instituição. Como já mencionado, as patentes conferidas a esses homens não se referiam apenas ao prestígio militar, mas também estavam relacionadas ao poder político na realidade social de cada município e censitário.

Não há apontamentos sobre a qualificação desses homens como sendo da ativa ou da reserva, já que o capitão Francisco Cláudio Ferreira Torres, como subdelegado de Taquarassú,¹²⁶ e o alferes Pedro José de Araújo, coletor de impostos e agente do correio da província de Minas Gerais,¹²⁷ estavam isentos do serviço ativo, conforme o art. 18º da Lei de 18 de agosto de 1831.¹²⁸

As fontes disponíveis também não indicam relações diretas entre Padre Domingos Evangelista Pinheiro, principal articulador da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade, e o Tenente Joaquim Luiz de Cerqueira, primeiro secretário da Irmandade, com a Guarda Nacional. Mesmo com a ausência de indicadores explícitos para compreender os elos que interligam o eclesiástico aos oficiais da Guarda Nacional, assim como o Tenente Joaquim, supomos que a presença do pai de Padre Domingos, João Evangelista Pinheiro, foi, em certa medida, importante para a formação do grupo que posteriormente organizou-se na Irmandade da Piedade. João Evangelista foi capitão na Guarda Nacional, lotado no mesmo batalhão que Alferes Pedro José de Araújo, integrante da Mesa Regedora da Irmandade,¹²⁹ e o primeiro irmão inscrito após a regulamentação da associação, demonstrando afinidade com o projeto religioso e social compreendido por Domingos e os demais integrantes oficiais.

¹²⁵ Ver Tabela 1 em FARIA, Maria Auxiliadora. *A Guarda Nacional em Minas: 1831 - 1873*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Paraná, 1977, p. 49.

¹²⁶ *Almanak Administrativo, Civil e Industrial*, 1873, p. 142.

¹²⁷ *Almanak Administrativo, Civil e Industrial*, 1870, p. 43.

¹²⁸ BRASIL. Leis e Decretos. Lei de 18 de agosto de 1831. Cria as Guardas Nacionais e extingue os corpos de Milícias das guardas municipais e ordenanças. In: *Collecção de Leis do Império*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1875. Disponibilizado por: FARIA, Maria Auxiliadora. *A Guarda Nacional em Minas: 1831 - 1873*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Paraná, 1977, p. 111 – 138.

¹²⁹ Pedro José de Araújo foi nomeado como “alferes” da 2ª companhia do 65º batalhão da Guarda Nacional em 1863 (*A Actualidade*, 12/03/1863, p. 4). Além disso, acrescentamos que o alferes atuou como “collector” junto ao tenente Joaquim Luiz de Cerqueira, na função de “escrivão”, na província de Minas Gerais em 1870, que nos serve de explicação para a sua participação na formação da Irmandade. In: *Almanak Administrativo, Civil e Industrial*, 1870, p. 47).

Apesar de ser mencionado uma única vez no livro *O Pioneiro da Serra da Piedade*, da Madre Ângela, João Evangelista Pinheiro exerceu cargos na administração provincial e na Guarda Nacional.¹³⁰ Como juiz de paz, era imbuído de autoridade judicial e “também exercia funções administrativas e de polícia, devia julgar pequenas demandas que envolvessem até 16\$” (BOTELHO; REIS, 2008, p. 282).¹³¹

Já em relação à atuação de João Evangelista Pinheiro na Guarda, destacamos uma passagem da edição do periódico *Diário de Minas*, de 1866:

Communico a v.s., para os devidos efeitos, que attendendo á representação, que me dirigio em 6 do corrente, resolvi por portaria de hoje e de conformidade com o artigo 65 da lei n. 602 de 19 de 1850 privar João Evangelista Pinheiro do posto de Capitão da 1ª Companhia do 65º Batalhão do serviço activo, visto como não tem se fardado, apesar de haver sido tolerada esta falta por mais de 11 annos, e é culpado do deleixo em que se acha a mesma companhia.¹³²

Conforme interpretações da passagem supracitada, João Evangelista Pinheiro foi destituído de seu posto como Capitão do 65º Batalhão da Guarda Nacional de Santa Bárbara e Caeté, exercido entre 1855 e 1866. Apesar das fontes disponíveis não fornecerem mais detalhes sobre o evento retratado no periódico, a matéria nos fornece relevantes informações para compreendermos a gênese da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade.

Sobre a acusação de “não tem se fardado”, Flávio Saldanha explica que poderiam ser punidos por “comportamentos socialmente condenáveis” ou posturas que iam contra a disciplina estipulada pelas autoridades da Guarda Nacional, como o não preparo da farda. Sobre os uniformes, Saldanha explica que:

Os uniformes dos oficiais receberam uma atenção especial por parte das autoridades imperiais. Sendo assim, os uniformes do oficialato civil deveriam condizer com a importância e a distinção atribuída aos comandantes da Guarda Nacional. Seguindo de perto este corolário, as fardas e uniformes militares, de acordo com Roberto da Matta, direcionam para posições-chave na estrutura social, por se constituírem em símbolos de poder na escala social. O uso de tais trajes e seu formalismo é condizente com a ordem cotidiana, o que, por sua vez, cria uma consciência aguda e sensível da ordem. Ademais, os uniformes simbolizam e operam identidades sociais bastante delimitadas em todas as esferas da vida social (2009, p. 74).

A partir dessas informações, concluímos que essa rede de relações foi de suma importância para a criação da Irmandade da Piedade em 1875, na liderança de Padre Domingos Evangelista Pinheiro. Apesar de seu pai, Capitão João Evangelista, ter sido o primeiro irmão

¹³⁰ *Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Provincia de Minas-Geraes*, 1864, p. 188.

¹³¹ *Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Provincia de Minas-Geraes*, 1864, p. 243.

¹³² *Diário de Minas*, 06/09/1866, p. 1.

filiado à Irmandade após a criação, ainda não foram identificados motivos pelos quais ele não compôs a Mesa Regedora ou outra expressividade na associação.

Apesar das redes de sociabilidade coincidirem entre a maior parte dos dirigentes da Irmandade, o nome de Antônio Lages da Silva, um dos procuradores da Mesa Regedora, não demonstra nenhuma ligação explícita, porém, a partir de sua trajetória profissional ligada à Instrução Pública, é plausível supor que o civil foi convidado a integrar o corpo administrativo da Irmandade com o intuito de auxiliar na criação do Asilo São Luiz. Sua trajetória profissional é voltada para o magistério da esfera pública. Em 1864, é identificado nos periódicos como “professor de primeiras letras e gêneros do paiz”¹³³ e quatro anos mais tarde, em 1868, lhe é concedida a habilitação para ser “professor de instrução primária superior da cidade de Santa Luzia”.¹³⁴ Em 1872, o *Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Provincia de Minas-Geraes* salienta que o mesmo se encontra “aposentado pela Instrução primaria”.¹³⁵ Até 1875, ano de fundação da Irmandade da Piedade, não identificamos menções de seu nome em outros periódicos na década de 1870. Supomos que sua atuação na formação da associação em Caeté foi conferida por indicações de agentes terceiros e pela sua própria afinidade com assuntos relacionados à educação e orfandade, como indicado posteriormente pelo exercício de substituto “Juiz de Órphãos” em 1887.¹³⁶

2.2 Domingos pela presidência da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade

Não só durante a fundação da Irmandade, mas como posteriormente na instalação do Asilo São Luiz, a figura do Domingos Evangelista se mantém central em inúmeros relatos sobre a criação da instituição asilar. Na edição de 1913 do *Annuario de Minas*, um dos assuntos apresentados para representar o município de Caeté foi “O Santuario da Piedade e Asylo de S. Luiz” que através de uma retrospectiva da história da relação entre a capela de Nossa Senhora da Piedade e a criação do Asilo, retratou a importância da atuação de Padre Domingos na direção da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade e o cumprimento do “Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade”:

Tendo assumido a jurisdição da Freguezia de Caeté, á qual pertencia o Santuario da Piedade, o P.º Domingos Evangelista Pinheiro, este comunicou ao então Bispo

¹³³ *Almanak Administrativo, Civil e Industrial*, 1864, p. 305.

¹³⁴ *Noticiador de Minas*, 31/12/1868, p. 2.

¹³⁵ *Almanak Administrativo, Civil e Industrial*, 1873, p. 85; *Noticiador de Minas*, 1872, p. 1.

¹³⁶ *A Provincia de Minas*, 18/07/1887, p. 4.

Diocesano, D. Antonio Viçoso, o estado em que se achava aquelle Santuario, e tomou interesse sobre a propriedade e Capella, elaborando, conforme insinuações recebidas, um Compromisso de Irmandade, que está creada desde Agosto de 1875, aprovada canônica e civilmente, tendo em vista, com esta instituição, adquirir o direito de personalidade jurídica, podendo assim administrar a propriedade e Santuario, como também crear, com os recontros da Irmandade, um Asylo para meninas órfãs e ingenuas (filhas de mulher escrava, segundo a lei de 28 de Setembro de 1871). Foi franqueado o Asylo a 25 de Agosto de 1878, no lugar que Frei Luiz havia determinado para descanso dos Missionarios, cuja capella tem por Padroeiro S. Luiz Gonzaga, donde se tirou o nome de <<Asylo de S. Luiz da Serra da Piedade.>>. ¹³⁷

Em 1876, com as respectivas aprovações necessárias relacionadas à criação da Irmandade da Piedade, tanto pelas instâncias nacionais como pelo Papa Pio IX, Padre Domingos demonstrava-se empenhado com os projetos da associação. Para aumentar as chances de sucesso das reformas necessárias do templo de Nossa Senhora da Piedade e posteriormente do Asilo, como determinados pelo Compromisso oficializado pela Irmandade da Piedade, demonstrou-se necessário promover a reunião de cada vez mais irmãos.

No mesmo ano da aprovação da Irmandade, Domingos passou a intercalar seu trabalho na Paróquia com viagens à inúmeras cidades vizinhas de Caeté, com o objetivo de divulgar os projetos idealizados pela Irmandade da Piedade e promover a associação de homens leigos e religiosos.¹³⁸ Tamanha era sua circulação pela província de Minas Gerais que a Irmandade da Piedade solicitou às autoridades eclesiásticas a substituição do Padre Domingos nas realizações das missas para, assim, “poder tratar, mais rapidamente, de interêsses da Irmandade” (JESUS, 1967, p. 51).

Em resposta ao solicitado, o Vigário Capitular D. Silvério respondeu com a carta:

Há muito, talvez há dois meses, quando me chegou o “Breve da Irmandade N. Senhora da Piedade, o que mandei, logo, comunicar a V. Revma. *padre Domingos Evangelista Pinheiro*, pelo Secretário, mandei dizer, também, que V. Revma., pela Irmandade, devia umas despesas.
Concedo que V. Revma. esteja fora um mês, mas contanto que fique o Sr. Padre Delfino ou o Revmo. Vigário Jacinto encarregado da freguesia, para tudo a fim de não sofrerem as almas.
Deixe-se de esquentamentos de cabeça, de nervos etc., etc. Ande sempre com a cabeça fresca com a chicória, o coração ardente no amor de Jesus Christo, como forno de vidrar louças.
Amigo do coração
Padre Silvério (*Ibid.*, p. 51 – 52, grifos nossos).

¹³⁷ *O Santuario da Piedade e Asylo de S. Luiz*. ANUARIO DE MINAS GERAES: ESTATÍSTICA, HISTORIA, CHOROGRAPHIA, FINANÇAS, VARIEDADES, BIOGRAPHIA, LITERATURA E INDICAÇÕES – 1906 A 1913, p. 321.

¹³⁸ Apesar de identificarmos raras menções a mulheres no decorrer dos relatos dispostos no livro *O Pioneiro da Serra da Piedade*, inclusive no que concerne aos primeiros anos de existência da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade e de funcionamento do Asilo São Luiz, pontuamos que o primeiro artigo do compromisso da Irmandade define: “A Irmandade de Nossa Senhora da Piedade, que se venera na Serra do mesmo nome, na Freguesia da Cidade de Caethé, se comporá [...] de Irmãos de ambos os sexos, que voluntariamente se alistarem [...]” (JESUS, 1967, p. 44). Iremos tratar mais sobre no terceiro capítulo.

Após dois meses de viagens e trabalhos com as primeiras obras de reforma da pequena capela no cume da Serra da Piedade, foi realizado o primeiro Jubileu concedido pelo papa Pio IX à Irmandade de Nossa Senhora da Piedade, no dia 15 de agosto de 1876. Após a celebração, houve reunião da Mesa Regedora da Irmandade e, segundo Madre Ângela, o “Presidente comunicou à Mesa que já estavam sendo celebradas as 200 Missas, ordenadas nos Estatutos, por intenção dos Irmãos vivos e defuntos, e alguns Sacerdotes que entraram remidos já haviam cumprido seu dever, celebrando 11 Missas cada um” (1967, p. 52). Além dessas obrigações, conta também que estavam reunidos 1.369 irmãos.

Tendo em vista os contínuos esforços para reunir mais irmãos à associação, Padre Domingos propôs sua saída da presidência da Irmandade da Piedade devido ao seu vínculo com a Paróquia de Caeté:

O Padre Domingos Vigário de Caeté e, ao mesmo tempo, Presidente da Irmandade, zeloso como era do serviço de Deus, receava prejudicar os paroquianos por causa de suas constantes viagens, com o fim de aumentar o número de Irmãos. Manifestou seus escrúpulos aos Mesários e propôs que escolhessem uma pessoa idônea e apta para esse mister, porque já havia obtido, uma vez, licença do Vigário Capitular e não podia sair mais e nem sairia um dia sequer, da Paróquia, sem licença da Autoridade (*Ibid.*, p. 55).

Tamanha era sua popularidade pela atuação à frente da Irmandade e seu empenho para reunir mais irmãos que os integrantes da Mesa Regedora propuseram destinar uma cota da receita da associação para cobrir despesas referentes a sacerdotes que substituíssem o Presidente Padre Domingos em celebrações na Igreja de Nossa Senhora do Bom-Sucesso. Assim como relata Madre Ângela:

Reconhecendo a Diretoria da Irmandade que aumentava muito o número de Irmãos, quando o Presidente viajava em procura dos mesmos, por diversas Paróquias e não podendo e nem querendo êle ausentar-se, como disse, sem prévia licença do Vigário Capitular, deliberou, contra o voto do mesmo Presidente, que a Mesa se dirigisse ao Exmo. Vigário Capitular, pedindo licença para que êle pudesse ausentar-se, ainda, durante algum tempo, quando julgasse necessário, até que a Irmandade, debelada a difícil crise atual, pudesse estabelecer normalmente. Comprometeu-se a pagar 1\$000 diários, à custa da Irmandade, a qualquer Sacerdote nomeado para dirigir a Paróquia em sua ausência (*Ibid.*, p. 55-56).

Parte dos esforços empenhados por Domingos em prol da Irmandade da Piedade, como o aumento do “número de Irmãos”, esteve relacionado com a necessidade de angariar fundos para a finalização das obras da capela de Nossa Senhora da Piedade e, principalmente, para a execução do projeto do Asilo São Luiz.

No movimento de cumprimento da obrigação de abrir a instituição para meninas pobres e órfãs, expressa no Compromisso da Irmandade, Padre Domingos convocou todos os mesários da Mesa Regedora para comparecerem à Fazenda São Luiz, no dia 25 de agosto, “para que tenham conhecimento do movimento e desenvolvimento da Irmandade” (*Ibid.*, p. 57). Após a aprovação das contas pelo Juiz de Direito da receita da Irmandade da Piedade nos livros de registro e a formalização de um livro especial para os futuros lançamentos dos gastos da associação, Domingos anunciou:

Conforme nossa deliberação anterior [a aprovação de contas por parte do Juiz de Direito], ficou marcado o dia de hoje para instalação do ‘Asilo’ destinado a meninas pobres. Entendi-me, previamente, com os Revmos. Vigários de diversas freguesias, para enviá-las, precedendo sorteio, a fim de se evitarem queixumes. (*Ibid.*, p. 57).

Antes do evento público que marcou a fundação do Asilo, Padre Domingos explanou o planejamento para a efetiva abertura da nova instituição:

Para seu estabelecimento foram feitas despesas extraordinárias, com comprar de víveres, fazendas, preparação de cômodos próprios e necessários, cuja despesa não pesará muito à Irmandade, ou no saldo existente, por haver eu lançado mão de outros recursos, vendendo objetos de nenhum préstimo para a Irmandade, dos quais farei menção no devido tempo. Talvez, por demora de correios, não tenham podidos os Vigários serem avisados em tempo de enviar todas as meninas destinadas ao Asilo. Para êsse fim, convidei o Exmo. Vigário-Geral, o Juiz Municipal e de órfãs, Tenente Emílio Pereira da Silva Grilo, e o Delegado de Polícia. Fui autorizado a fazer todas as despesas necessárias com essa abertura. Resta agora, que, desde já, fiquem aprovadas, conforme os lançamentos, nos competentes livros. Tôdas essas contas foram aprovadas, assim como outras medidas necessárias. O Presidente recebeu autorização para renovar contrato com o Administrador e pegar à Mestra do Asilo a importância de “trezentos mil réis” anuais (*Ibid.*, p. 58).

Com base nessa transcrição destacamos a relevância dos indivíduos que estiveram presentes no evento de inauguração do Asilo São Luiz, não só como indicativo da relevância da instituição para a região, mas como o prestígio significativo que o Padre possuía em meio às diferentes esferas sociais mineiras, inclusive na política, assim como indicamos anteriormente. Frente a isso, as passagens em Madre Ângela juntamente às análises de parte do artigo publicado no periódico *A Actualidade* preconizam que os presentes no evento foram: Cônego Candido Affonso dos Santos Lage, como representante do Vigário-Geral; a delegação da comarca eclesiástica de Mariana; Tenente Emílio Pereira da Silva Grillo, o 2º Suplente e Representante do Juiz Municipal e de Órfãos do termo de Caeté,¹³⁹ o Delegado de polícia e o Vigário Antonio Simplício Ferreira dos Santos.

¹³⁹ *A Actualidade*, 27/04/1878, p. 1.

Após leituras do periódico *Noticiador de Minas*, constatamos que o integrante da Mesa Regedora da Irmandade da Piedade Joaquim Luiz de Cerqueira foi nomeado junto a Emilio Pereira da Silva Grillo para a execução do recenseamento da população do Império, sendo responsáveis pela freguesia de Caeté, conforme determinado pela portaria do palácio da presidência da província de Minas Gerais do dia 27 de setembro de 1872.¹⁴⁰ Tal fato nos indica que a Irmandade já possuía relações com as esferas do governo provincial antes de sua criação e, com isso, propiciaram facilidades para a viabilização dos projetos empenhados pela associação, como a construção do Asilo.

Destacamos também a presença do Vigário Antonio Simplicio Ferreira dos Santos que além de ter sido uma autoridade eclesiástica no município de Caeté, assim como Padre Domingos (respectivamente das freguesias de Roças Novas e de Caeté), foi nomeado delegado da instrução da comarca do Rio das Velhas, a qual compreendia o município de Caeté.¹⁴¹ A presença dessas autoridades, segundo suposições aqui formuladas, não estava apenas submetida às formalidades políticas, mas também envolvendo relações interpessoais específicas que foram tecidas por Domingos juntamente ao corpo da Mesa Regedora da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade.

Apesar da centralidade do nome de Padre Domingos em inúmeros documentos, inclusive os dispostos em *O Pioneiro da Serra da Piedade*, e periódicos mineiros,¹⁴² a identificação da teia de relações sociais formada pelos integrantes da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade é importante para compreendermos criticamente as pretensões frente à instalação do Asilo São Luiz. Esses elementos também contribuem para delinear caráter social da instituição asilar, compondo parte de um projeto de nação, mais especificamente, voltado para as classes populares e a modernidade.

É importante lembrar que a Irmandade de Nossa Senhora da Piedade desde a sua fundação estava comprometida com a abertura de uma instituição de assistência e instrução voltada para o atendimento de meninas “pobres e órfãs”, incluindo também ingênuas, que, conforme demonstrado, não foram recebidas pelo Asilo. Esse projeto de modelo educacional, que partiu de diretrizes religiosas e sociais mais específicas de sua realidade local, perpassou por diferentes perspectivas acerca do que deveria ser o Asilo São Luiz. Muitos fatos que antecederam sua abertura em 1878 foram decisivos para moldar um suposto modelo ideal de

¹⁴⁰ *Noticiador De Minas*, 14/11/2021, p. 1.

¹⁴¹ *Diario De Minas*, 05/09/1874, p. 2.

¹⁴² Como exemplo da notoriedade de Padre Domingos frente às referências do Asilo São Luiz, elencamos o artigo consultado da última referência ao periódico *A Actualidade*, em que o próprio Padre assina como “O presidente da irmandade”.

instrução para meninas pobres e órfãs, porém, sem menor importância, questões que ocorreram concomitante aos anos iniciais de seu funcionamento, quando era dirigido por Padre Domingos, foram decisivos para a sua sobrevivência no decorrer dos últimos anos da monarquia brasileira.

2.3 A direção do Asilo São Luiz

A despeito da grande representatividade do Padre frente à maioria dos processos ligados à fundação do Asilo, não podemos deixar de considerar sua unânime aceitação frente à sociedade. Segundo Madre Ângela (1967), muitos indivíduos da comunidade eclesiástica e leiga, seja do município de Caeté ou da província de Minas Gerais, não apoiavam ou desacreditavam do Asilo São Luiz idealizado por Domingos Evangelista Pinheiro e pela Irmandade de Nossa Senhora da Piedade, classificando como “tristes presságios” aqueles provenientes daquele projeto. Muitas dessas pessoas apontavam que: “O Asilo do Padre Domingos, ponderava êle com a gravidade que lhe davam as cans, morrerá ao nascer” (JESUS, 1967, p. 61). Filtrando todo o caráter laudatório da abordagem de Madre Ângela é possível verificar que a empreitada do sacerdote era entendida como utópica para alguns:

A êste figurava-se utopia a instituição prometida, àquele um ato de rematada loucura; houve até quem, com gracejos pouco airosos e em nada decentes profanasse a grandiosa idéia do benemérito sacerdote.

Invicta coragem, resignada serenidade, eis os diques onde vinham quebrar seu furor estas acometidas violentas, e animado por conselhos de eminentes varões, surdo à vozeria de motejos, foi o Pe. Pinheiro levando à execução seu elevado plano em meio duma sociedade frívola em religião e só fascinada pelo brilho do luzente metal (*Ibid.*, p. 61).

Tais comentários não representavam a maior parte da opinião pública e, principalmente das autoridades civis e eclesiásticas. Aos olhos dos representantes governamentais, Padre Domingos fora reconhecido pelos “serviços prestados à manutenção da ordem pública e da preservação da independência, integridade e dignidade nacional”,¹⁴³ quando foi condecorado como cavaleiro pela “Ordem de Christo”, por decreto de 15 de junho de 1881.¹⁴⁴

Ainda sobre a representatividade social de Domingos Evangelista enquanto diretor do Asilo São Luiz, destacamos outro texto do religioso D. Joaquim Silvério. Este eclesiástico foi amigo pessoal do Padre Domingos e o acompanhou em grande parte da execução dos projetos

¹⁴³ Ver mais sobre ordens honoríficas no Brasil Império em: POLIANO, 1943.

¹⁴⁴ *A Actualidade*, 22/06/1881, p. 1.

dentro do Asilo, bem como na concepção da Congregação fundada posteriormente.¹⁴⁵ Em linhas poéticas, D. Joaquim Silvério descreve:

Assim como nas montanhas escalvadas e fragosas emanam límpidas fontes e correntes caudais, que vão, ao longe, levar fertilidade ao solo, amenidade aos vales e conforto aos animais, assim da Igreja da Piedade, erguida no pináculo da gigantesca montanha, brotou copiosa e pura corrente de bens para a humanidade.
Tenho nomeado o Asilo S. Luiz junto da Serra da Piedade.
Os mestres da vida espiritual, observa Montalembert, têm notado que o homem, consagrando-se a uma empresa bafejada por bênçãos do Céu, não forma idéia da sua ação social. Deus se compraz em edificar sobre êste nada.
Tal é o caráter que assinala, como sêlo divino, o Asilo S. Luiz (JESUS, 1967, p. 59 - 60).

O prelado, ao citar sucintamente o conde de Montalembert,¹⁴⁶ expressou sua compreensão do homem como um ser incompleto e não formado apenas pela “ação social”. A filosofia neocatolicista foi expressiva nos cenários francês e espanhol em meados do século XIX e, segundo Germán Prieto Escudero, a base filosófica foi edificada a partir da obra de Descartes.¹⁴⁷ Ainda consoante a Escudero, esse movimento filosófico dentro da Igreja Católica perpassou pela concepção de que a ação validada como correta pelo catolicismo só seria realmente concreta através de uma sólida base proveniente do estudo e “do pensamento”. Os fortalecimentos das bases da doutrina cristã estariam atrelados às relações estabelecidas entre a escola e o catolicismo, em uma mediação entre o estudo e a ação:

A autêntica realidade é que, para que seja fecunda e eficaz, a ação há de ser inteligente, propor-se a execução de uma ideia e responder ao sistema coerente de conceitos; quer dizer, para uma doutrina, tal como o neocatolicismo balmesiano tentou erguer. Sempre e em qualquer ocasião, o pensamento e a doutrina constituem o equivalente a 50 por cento de toda política, o outro 50 por cento da obra humana se consegue com a ação (ESCUDERO, 1976, p. 204, tradução nossa).

Não exclusivo do caso espanhol, o neocatolicismo abriu mão de certo dogmatismo que qualifica o individualismo, em comparação ao tradicionalismo católico, e se compreende na busca pela conexão com o espectro social. Em sentidos filosóficos, apresentados por Escudero

¹⁴⁵ Quando se conheceram, D. Joaquim era capelão no Mosteiro de Macaúbas, na cidade mineira de Santa Luzia; anos mais tarde, tornou-se Arcebispo de Diamantina. Ver mais sobre em: *Dom Joaquim Silvério de Souza – Patrono da cadeira número 75*. Disponível em: <<https://bityli.com/IL07L>> Acesso em: 7 jun. 2021.

¹⁴⁶ Charles-Forbes-René, o conde de Montalembert (Londres, 1810 – Paris, 1870), serviu à Câmara dos Pares francesa no meado do século XIX e foi um expressivo escritor e político defensor da modernização da Igreja Católica pelas vertentes do neocatolicismo oitocentista. Ver mais sobre vida e obra em: GOYAU, 1911.

¹⁴⁷ Esse movimento foi muito expressivo na Europa Ocidental e teve como principal autor o teólogo e filósofo, além do francês Montalembert, o espanhol Jaime Luciano Antonio Balmes y Urpiá (1810-1848). Ver mais em: ESCUDERO, op. cit., p. 203-222.

(1976), a “revalorização do homem” e a sociedade revolucionada,¹⁴⁸ as doutrinas e os estudos eclesiásticos estão preocupados com fins humanos e sociais, o conhecimento do homem e seus intelectos, além da “História”.¹⁴⁹

Além das novas mudanças significativas apresentadas pelo neocatolicismo, muito influente na Igreja ibérica, em relação ao tradicionalismo medieval, observamos um possível atrelamento das vertentes religiosas valorizadas e usufruídas pelo ultramontanismo embarcado no Brasil. Na busca pela expansão da fé cristã, em meio aos imbróglios que envolveram a Igreja e o Estado brasileiro na segunda metade do século XIX, o modelo adotado pela Reforma Ultramontana passou a adotar novas estratégias para a permanência e desenvolvimento do catolicismo no país através de diferentes setores da sociedade, como a instrução pública.

Em comunicações de Padre Domingos com outras autoridades eclesiásticas, é possível observar que o projeto empenhado pela Irmandade da Piedade possuía potencialidade frente às demandas da Igreja naquele momento. Em uma carta destinada ao Padre, escrita por D. Antônio Maria, interpreta-se os argumentos de valorização e potencialidade sobre a instituição asilar. Sua importância para a comunidade católica aparentava funcionar como uma maneira de “regenerar” os indivíduos atendidos pelo Asilo. Em correspondência, o arcebispo D. Antônio Maria destacou:

E que tanto desejamos nós e todos os verdadeiramente se interessam pelo adiantamento moral desta Diocese; - resolvemos fazer um apêlo a nossos ótimos diocesanos, em favor de obra tão pia, e que tanto contribuirá para patentear a todos os brasileiros que a Diocese de Mariana acompanha suas irmãs no empenho de regenerar a sociedade, pelo trabalho e pela educação religiosa. Lembrem-se, os que atenderem êste nosso pedido de que seus nomes ficarão inscritos entre os Benfeitores da Casa, participando assim, das orações e dos mais atos de piedade praticados pelas educandas em favor dos mesmos; além de que, ficarão, também, seus nomes inscritos no Amantíssimo Coração de Jesus, que não deixa sem recompensa aqueles que por Amor, se compadeceram dos desvalidos. (JESUS, 1967, p. 67).

Constatamos que em muitos dos discursos sobre a instrução ou em abordagens mais genéricas sobre a modernização social no Brasil oitocentista, o elemento “regenerar a sociedade” muitas vezes estava acompanhado de “trabalho”. Porém, na correspondência transcrita, podemos constatar a presença da “educação religiosa” como um aspecto importante a ser pontuado, principalmente em um período que “a instabilidade [da Igreja] proveniente das mudanças políticas acirrava as tensões políticas” (ASSIS, 2019, p. 65). Raquel Martins de

¹⁴⁸ Nessa passagem, o autor conclui com o conceito “revolucionada” a partir de “la sociedade libre y renovada, revolucionada” (ESCUADERO, 1976, p. 205).

¹⁴⁹ Para o conceito História, o autor utiliza a escrita com a inicial maiúscula (“de su Historia”) compreendendo uma concepção de história genérica e total para a humanidade (*Ibid.*, p. 205).

Assis afirma que principalmente na segunda metade do século XIX, foi “um período em que católicos liberais estavam às voltas com a defesa da distinção entre Estado e Igreja e com a discussão do papel centralizador da Coroa” (*Ibid.*, p. 65).

No tocante à questão religiosa e o que concerne à instrução no país, Raquel Assis indica que a não intervenção do Estado na educação era tido pela Igreja como um dos elementos centrais nos embates políticos travados entre as ambas instituições. Segundo ela:

No ensino secundário, a intervenção da Coroa se efetivaria por diversas instâncias de controle, como a tentativa de indicar manuais a serem adotados em todas as escolas, inclusive nos seminários, e a designação de visitas de representantes do Império nas diversas instituições educacionais religiosas. Desse modo, a educação estava no centro das disputas, pois o contexto, segundo concepção da época, exigia reação diante do poder centralizador do Estado, que se tornava cada vez mais laico (*Ibid.*, p. 65 -66).

Nesse momento, como na maior parte da história do cristianismo ocidental, a educação na cultura religiosa abrangia uma gama ampla de aspectos da vida das comunidades e núcleos familiares, inclusive no empenho de formar pais e mães de famílias saudáveis (compreendendo aqui aspectos médicos e sociais) e, conseqüentemente, criar herdeiros cristãos. Sendo assim, os centros de educação, como os asilos e colégios religiosos, eram muito valorizados pelas autoridades eclesiásticas como importantes promotores da devoção, hábitos e costumes religiosos compatíveis com a religiosidade preconizada. Em um panorama geral, Raquel Assis conclui que as principais estratégias utilizadas por autoridades religiosas em Minas Gerais, durante o século XIX, no “campo de batalha” pelo prevalecimento das doutrinas cristãs eram “visitas pastorais, pregações, missões, festas religiosas, catequese, indicação de leituras, o encorajamento a ser fiel à liturgia” (*Ibid.*, p. 68), vulgarização de textos religiosos e concessão de auxílios financeiros à instituições promotoras da educação e assistência às classes populares.¹⁵⁰

Em correspondência enviada pelo Arcebispo D. Antônio Maria Corrêa de Sá Benevides foi possível constatar que esse religioso apoiava o projeto do Asilo São Luiz. Dois meses depois, Padre Domingos relatou à Mesa Regedora o sucesso das contribuições concebidas pelo Arcebispo e ainda comentou sobre a visita do clérigo às instalações do Asilo:

Tivemos a honra e a grande alegria de receber, no Asilo, por dois dias, em junho findo, o nosso digníssimo Diocesano, D. Antônio Maria Corrêa de Sá Benevides, que

¹⁵⁰ A autora considera, principalmente, políticas implementadas por três bispos mineiros do século XIX: D. Frei José da Santíssima Trindade, D. Antônio Viçoso e D. João Antônio dos Santos (*Ibid.*, p. 68). Destacamos aqui o nome de D. Viçoso perante sua relação com Padre Domingos enquanto seminarista em Mariana.

administrou às inocentes asiladas a primeira comunhão tornando a lhes distribuir o Divino Banquete no dia de S. Luiz Gonzaga, padroeiro do Asilo. Ele prometeu continuar suas visitas e proteger as pobrezinhas. Nessa ocasião deu uma boa esmola para as meninas e que já inclui no livro de esmolos. Também deu licença para celebração da Santa Missa e administração de todos os Sacramentos, no Asilo, e isso indefinitivamente (JESUS, 1967, p. 68).

Apesar de não possuímos conhecimento da “boa esmola” concedida na visita do Arcebispo, a “licença para a celebração da Santa Missa e administração de todos os Sacramentos” já nos fornece indícios sobre o reconhecimento que o Asilo possuía diante de importantes autoridades eclesiásticas. Além do desenvolvimento material das instituições educacionais religiosas, era de grande importância a presença das autoridades eclesiásticas nesses espaços e a celebração dos rituais católicos como forma de reforçar a filosofia ultramontana e a doutrina religiosa idealizada pelos dirigentes da Igreja no Brasil para a mocidade.

Sem diminuta relevância, as contribuições financeiras de diferentes remetentes foram decisivas para a consolidação e continuidade do trabalho da instituição asilar após a fundação. Dentre os auxílios recebidos ao Padre Domingos, muitos foram em função da sua reputação, pautada primordialmente por sua atuação na comunidade de Caeté. Meses após a inauguração, em janeiro de 1879, o Bispo Diocesano D. Antônio Maria Corrêa de Sá e Benevides emitiu uma circular com o seguinte texto transcrito por Madre Ângela:

Chegando aos nossos ouvidos, com a maior consolação, o zelo que tem manifestado o Revmo. Vigário de Caeté, Padre Domingos Evangelista Pinheiro, para levar a efeito o estabelecimento de uma Casa para educação de órfãos; constando-nos, mais, que a dita Casa já se acha funcionando, em virtude de um art. do Compromisso da Irmandade de N. Sa. da Piedade; sabendo ainda, que os fundos da mesma Irmandade são, por ora, insuficientes para garantir à referida instituição todo o desenvolvimento de que é capaz (*Ibid.*, p. 67).

A promoção da educação religiosa, inclusive voltada para a parcela mais pobre da população, foi entendida por Domingos e a Irmandade de Nossa Senhora da Piedade como uma demanda de seu tempo, não só ligada às exigências pelo “campo de batalha” travado entre a Igreja e o Estado brasileiro, mas como uma emergência social. Apesar da insuficiência de recursos ter sido um elemento implicador, como apontado por D. Antônio Maria, para o constante desenvolvimento material e ampliação da assistência e recepção de meninas pobres e órfãos no Asilo, inúmeras autoridades católicas valorizavam o “desenvolvimento de que é capaz” tanto o Asilo São Luiz como seu diretor. Como expressivo exemplo, transcrito em *O*

Pioneira da Serra da Piedade, podemos observar o texto de D. Joaquim Silvério em que discorre:

A existência de um estabelecimento, destinado a recolher pessoas desprovidas de recursos, descerrar-lhes as portas da ciência e aparelha-las com a forte armadura religiosa, para a vida social, seria, no seu entender, missão perene. Em poucos anos, iria, por meio de suas protegidas, espalhar, em todas as camadas sociais, o bom odor de suas virtudes, único meio que vale para reformar, duradouramente, a sociedade (*Ibid.*, p. 60).

Nas palavras de D. Joaquim Silvério, “recolher pessoas desprovidas de recursos”, como as meninas pobres e órfãs, estaria diretamente relacionado com a modernização da sociedade. Essa proposta deveria ser acompanhada da abertura das “portas da ciência” e uma “armadura religiosa”, ou seja, seria necessário que não só houvesse o ensino das disciplinas – valorizando suas “utilidades” - e o desenvolvimento intelectual, mas sua articulação com valores morais e a ética católica. Observamos semelhante analogia no trabalho de Raquel Martins de Assis no tocante às análises das relações estabelecidas pelo culto e as transformações sociais empreendidas pela Igreja: “Uma sociedade sem Deus seria um corpo sem cabeça destinado à geração do descontrole e da violência” (ASSIS, 2019, p. 65).¹⁵¹

Seguindo o texto de D. Joaquim Silvério:

Um motivo que também influenciou no espírito do Padre Domingos e lhe avivou o entusiasmo, foi a facilidade que êle esperava encontrar, destinando sua projetada instituição à educação das Paranhas, pois o govêrno da Monarquia havia legislado no sentido de prover-lhes o futuro, legislação que, infelizmente, nunca foi posta em execução (JESUS, op. cit., p. 60).

Interpretamos esse trecho como uma crítica colocada perante a falta de atuação mais efetiva do Estado brasileiro frente à aprovação da Lei do Ventre Livre e suas consequências relacionadas à população que deveria ser contemplada pelos ditos legais.¹⁵² Colocações de Padre Domingos em comunhão à de D. Joaquim Silvério sobre a Lei podem ser observadas em uma carta destinada aos “Augustos e Digníssimos Senhores Representantes da Nação Brasileira” (*Ibid.*, p. 69).

¹⁵¹ A “armadura religiosa”, metáfora utilizada por D. Joaquim Silvério, vem ao encontro da “cabeça” das interpretações elencadas pela autora acerca da tradição filosófica do pensamento platônico e aristotélico, os quais consideram a cabeça como a razão que controlaria as “paixões” e as “necessidades vegetativas” do corpo humano (ASSIS, op. cit., p. 65).

¹⁵² Para as duas respectivas citações acerca do mesmo texto autoral de D. Joaquim Silvério, consideramos que seja póstumo ao período monárquico devido à passagem: “pois o governo da Monarquia havia legislado”.

A correspondência de autoria de Domingos Pinheiro, datada entre os anos de 1879 e 1880, foi enviada a representantes do poder imperial da Corte como uma solicitação do próprio Padre por subsídios financeiros para expansões e obras de melhorias estruturais do Asilo São Luiz. Logo nas primeiras palavras, Domingos Pinheiro traçou aspectos sociais que segundo sua interpretação estariam diretamente relacionados à promulgação da Lei do Ventre Livre:

Em vista da humanitária Lei n.º 2.040, de 28 de setembro de 1871, e tendo muito em consideração a educação religiosa e moral desses pequenos entes que, criados ao abandono de alguns senhores, possuidores de suas infelizes mães, virão a ser um dia de pernicioso exemplo para a sociedade porvir, afeitando e obscurecendo-nos cada vez mais o pátrio horizonte com cogitar contínuo sobre o fim preparado a tantas futuras mães de filhos livres, infelizmente nascidos de ventre livre de mulher escrava [...] (JESUS, 1967, p. 69).

A Lei do Ventre Livre, ou a “humanitária Lei”, conforme referenciada por Domingos na respectiva transcrição, “apesar de assinalar o fim inescapável da escravidão que perdia definitivamente seus meios de reprodução, a lei teve o efeito de prolongá-la até o limite das possibilidades” (ARIZA, 2018, p. 174). Apesar do progresso da campanha abolicionista dentro da esfera parlamentar, foram inúmeros fatores que corroboraram para que filhos e filhas de escravizadas não conseguissem superar a doutrina *partus sequitur ventrem* – princípio que justificava a escravização do filho ou filha pela condição da mãe. Segundo Marília Ariza, além das fraudes ocorridas nos registros feitos por senhores das mães escravizadas, como pela omissão ou falsificação de datas de recém-nascidos que poderiam ser contempladas pela Lei, destacamos também que:

A liberdade prometida era, no mínimo, duvidosa: até os oito anos, eles deveriam permanecer sob a tutela dos proprietários de suas mães; estes poderiam, então, optar por oferecê-los a asilos públicos em troca de indenizações de 600 mil-réis, ou por mantê-lo consigo e usufruir de seus serviços até os 21 anos (*Ibid.*, p. 174).

No caso dos jovens nascidos livres, Padre Domingos vislumbrava os “pequenos entes” distanciados de suas “infelizes mães” que serviam como “pernicioso exemplo” seriam potenciais complicações para a modernização da sociedade brasileira, especialmente para “tantas futuras mães de filhos livres”. Sua abordagem é correlacionada com o que Dermeval Saviani nomeia como “processo de preparação das vias de solução do problema da mão de obra” (2019, p. 163), uma das principais discussões que a educação perpassou entre a década de 1860 até o período da Abolição e Golpe da República. Nesse sentido, o projeto emancipatório da elite dirigente brasileira, principalmente a partir da década de 1870, atrelou-se especialmente com práticas e realidades educacionais voltadas para as “classes perigosas” da sociedade. Para

Saviani, “o objetivo buscado era transformar a infância abandonada, em especial os ingênuos [...] em trabalhadores úteis, evitando que caíssem na “natural indolência” de que eram acusados os adultos livres das classes subalternas” (2019, p. 163). A “infelicidade”, pontuada por Domingos, denota o “abismo da ignorância” que seria herdado da mãe escravizada e que através da educação e religiosa deveria ser reduzido e afastado das crianças como uma estratégia de combate ao “instinto da ociosidade” (*Ibid.*, p. 163).

Como observado em muitos dos discursos apresentados até agora, havia uma consonância entre as esferas da educação e da religião, promovendo uma relação com a assistência supostamente ideal para as ingênuos. Nesse sentido é de suma importância tecermos perspectivas gerais adotadas pela Igreja Católica no Brasil no que concernia à Lei do Ventre Livre e ingênuos e como essa discussão se apresentava nos discursos da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade e das autoridades políticas e religiosas mineiras.

É indubitável que o termo “Igreja Católica” não exclue as múltiplas realidades vividas por eclesiásticos e fiéis católicos, porém, elegemos o periódico *O Apostolo* como um dos referenciais mais destacáveis na segunda metade do século XIX no que diz respeito ao pensamento dominante da religiosidade entre diversos grupos da Igreja naquele momento.

O jornal publicado pela Igreja Católica entre 1866 e 1893, *O Apostolo (Periodico Religioso, Moral e Doutrinario, Consagrado aos Interesses da Religião e da Sociedade)* era comercializado tanto na Corte Imperial como em qualquer província do Brasil, tendo as paróquias centrais das províncias como responsáveis pela sua comercialização. Durante os três anos iniciais, seus editores não eram identificados e apenas em 1869 passou a constar o nome do Bispo do Rio de Janeiro como responsável pelo periódico: “Sob Os Auspícios Do Exm. E Revm. Sr. Bispo D. Pedro Maria de Lacerda”.¹⁵³¹⁵⁴ Vale lembrar que D. Pedro Maria de Lacerda atuou no Seminário de Mariana, inclusive antes de ser ordenado como bispo, foi um dos tutores de Padre Domingos Pinheiro quando seminarista, juntamente a D. Antônio Viçoso e D. Silvério Gomes Pimenta. Além da sua expressiva atuação frente ao pensamento ultramontano no catolicismo brasileiro, utilizou-se do *O Apostolo* como um dos principais veículos de propagação das ideais de romanização na Igreja brasileira.

Ainda sobre o jornal, destacamos que suas edições podiam conter textos propostos por leitores e demais indivíduos fora da redação oficial do jornal, assim como consta nos cabeçalhos

¹⁵³ Apesar de não constar nenhuma nomeação de redator ou proprietário, como nos demais periódicos analisados, consideramos D. Lacerda como o principal responsável pelas edições do período enquanto esteve como bispo da província do Rio de Janeiro.

¹⁵⁴ *O Apostolo*, 07/03/1869, p. 1.

em todas as edições analisadas: “A redacção recebe qualquer artigo de interesse publico-religioso, sendo porém publicado o que estiver de accordo com o programma deste periodico”. Tal observação indica que apesar de envolver inúmeros autores, havia uma integração e correspondência da redação com o seu público, sem deixar de controlar o que seria publicado por seleções prévias dos textos e “o que estiver de accordo com o programa deste periodico”.

155

Dentre às inúmeras pautas debatidas pela Igreja Católica e que foram publicadas no editorial do jornal, a situação social, educacional e religiosa dos ingênuos e, de maneira mais ampla, a Lei do Ventre Livre foi largamente abordada. A partir da leitura de *O Apostolo* entre as décadas de 1870 e 1880 é possível analisar criticamente opiniões e posicionamentos das estruturas eclesiásticas centrais do Brasil frente aos desdobramentos sociais após a aprovação da respectiva Lei em 1871 e, paralelamente, como instituições religiosas receptoras de ventre-livres (ou que almejavam essa possibilidade, assim como o Asilo São Luiz) compunham esse cenário.

Na edição do dia 5 de agosto de 1877, do respectivo periódico, foi publicado um dos primeiros textos opinativos acerca das políticas que circundavam a Lei do Ventre Livre, promulgada cinco anos mais cedo:

Ha ainda outra classe de gente, creada pela lei 28 de setembro, que nos deve merecer toda a attenção, principalmente porque se a desprezarmos, não só continuaremos a lutar com a falta de braços, mas também porque teremos em alta escala a vagabundagem. Queremos falar dos ingenuos [...].¹⁵⁶

A passagem destacada sobressalta que seria indubitável de que os ingênuos, sem um específico tratamento para sua condição social, se tornariam livres e “vagabundos”, alimentando as “classes perigosas” pré-existentes. O “desprezo” pela discussão sobre a Lei do Ventre Livre, assim como colocado pelo autor do artigo, demonstra a insuficiência das elites dirigentes e de maneira geral o próprio Estado brasileiro em relação às medidas previstas no texto da legislação. O artigo endossa essas convicções em sua continuidade:

Não é tranquilizador o futuro desses ingenuos, que furtados por sua condicção á acção dos fazendeiros, logo depois da sua maioridade, se constituirão exclusivamente consumidores com prejuízo de todos. Parece-nos, porém, que educados convenientemente durante o tempo da minoridade em colonias agrícolas bem montadas, ou nas proprias terras dos fazendeiros sob sua

¹⁵⁵ *O Apostolo*, 07/03/1869, p. 1.

¹⁵⁶ *O Apostolo*, 05/08/1877, p. 1.

direcção, ou em terras nacionaes sob a direcção do governo, esses ingenuos seriam bem aproveitados e uteis.

Acostumados ao trabalho, dotados de conhecimentos práticos, moralizados e religiosos, eles nessas colonias formariam a familia, casando com as ingenuas semelhantemente educadas.

Não sabemos ao certo o destino que tem, depois dos oito annos, [...] mas qualquer que seja, nenhum será proveitado e util, se o não educarem nessas colonias agrícolas, que devem ser, em nossa opinião, de grande alcance.¹⁵⁷

O texto concentra sua argumentação para demonstrar a valorização da mão de obra nacional em prol do desenvolvimento material dos centros urbanos e rurais do Brasil.¹⁵⁸ Segundo o periódico, uma possível solução para essa problemática seria uma “colonisação morigerada e inteligente”, na qual incluiriam os ingênuos que “seriam bem aproveitados e uteis”, desde que “educados convenientemente”.

Posto isso, apesar de uma suposta preocupação com o preparo da moral e “utilidade”, as crianças nascidas de ventre-livres não possuíam perspectivas além dos “conhecimentos práticos”, sendo educados em instituições privadas (como o exemplo citado) ou em iniciativas públicas. Nessa perspectiva, os meninos e meninas livres nos termos da Lei de 1871 estariam entrelaçados pela suposta condição de estarem “acostumados ao trabalho” escravizado e necessitarem da “educação religiosa e conveniente instrução”.

Embora aparentemente esteja elencado pelo texto como solução para educação ideal para os ingênuos, como as “colonias agrícolas”,¹⁵⁹ constantemente o jornal discutia a Lei do Ventre Livre como uma busca por soluções concretas. Dentre esses exemplares que surgiram, principalmente ao longo da década de 1880, não só defenderam a perspectiva eclesiástica sobre os elementos qualitativos de uma instrução para ingênuos, como também abordando críticas ao texto promulgado:

¹⁵⁷ *O Apostolo*, 05/08/1877, p. 1.

¹⁵⁸ Para além da valorização da mão de obra nacional, o artigo também critica a posição do governo em relação às políticas de incentivo para emigrantes ingressarem no mercado de trabalho brasileiro: “Mas enquanto fizer contratos para a introdução do colono o resultado será a immoralidade, e nada mais, porque desses contratos o unico objecto é o lucro. Entretanto, tempos entre nós pessoal para reunir e tirar dele em um futuro mais ou menos remoto as vantagens, que esperamos do emigrante estrangeiro”. In: *O Apostolo*, 05/08/1877, p. 1.

¹⁵⁹ As referidas colônias em ambos exemplares dos periódicos remetem à criação de modelos de organização espacial muito utilizados em regiões do extremo Norte do Império que apesar de originalmente viabilizassem a introdução de estrangeiros para as regiões de agricultura, supostamente serviriam para coalizar a mão de obra necessária para específicas regiões que seriam instaladas e o discurso da educação do necessário repertório moral pelo exercício da atividade laboriosa. Como paralelo desse modelo de organização da mão de obra proveniente de trabalhadores que emigravam para essas regiões, observa-se casos ocorridos nas províncias do Pará e Amazonas, durante a segunda metade do século XIX, e “a defesa da criação de colônias agrícolas nas áreas de fronteira da Amazônia se legitimava a partir dos discursos de agentes públicos quanto a necessidade de ocupação populacional e produtiva destes espaços como medida protetora de uma possível ocupação destas áreas por outras nações” (NUNES, 2014, p.1).

Eis um meio, elevado e nobre, para se engrandecerem na opinião dos vindouros, serem respeitados pelos contemporâneos, porque contribuirão para dar ao Brazil mulheres uteis, amantes do trabalho e moralisadas.

Sem isto, como é incerto o futuro dessas meninas, que a lei fez livres ingenuas, mas sem lhes providenciar o futuro?

[...]

Nós acreditamos que o exemplo será seguido, e que esses milhares de crianças, que a lei de 28 de Setembro tornou livres, vão encontrar asylos, onde sejam convenientemente educadas para em um futuro bem próximo prestarem á sua patria os serviços, que ella exige de todos os seus filhos.¹⁶⁰

Os artifícios legais presentes na Lei de 28 de setembro de 1871 incomodavam a opinião eclesiástica devido às discordâncias em relação à realidade escravista que ainda seria sensível às crianças que permanecessem sob tutela do senhor de sua mãe escravizada e, principalmente, acerca da incerteza de uma formação intelectual e moral “ideal” dos mesmos. A defesa pela necessária saída dos ingênuos dos seus seios familiares e do local de origem de seu nascimento tinha como propósito a suposta garantia da transformação dessas crianças (indivíduos criados a partir de referências culturais e sociais, inclusive entrelaçadas com heranças africanas e a realidade do trabalho compulsório), em “uteis, amantes do trabalho e moralisadas” conforme às premissas religiosas. Em outra edição de *O Apostolo*, lemos:

Muitos senhores, o que muito aplaudimos, têm traduzido de modo honroso e digno de louvor para si o pensamento dos legisladores, por que têm procurado, como tratando de seus proprios filhos, eleva-los á altura superior á do escravo, dando cultivo á sua intelligencia, fazendo os homens, emfim; mas outros nem ni so pensam, porque, parece, não acreditam que os filhos de suas escravas são legítimos cidadãos e que por isso merecem gozar de outras regalias de que não gozam seus pais.

Infelizmente ha muitos que assim praticam.

A ignorancia é o charco imundo que só exparge terríveis miasmas; na senzala a vida é puramente material e portanto, ignorante; é na senzala que são criados esses pobres ingenuos, é nella que recebem os princípios pelos quaes hão de se reger na sociedade, e por isso jamais poderão passar de entes boçaes!¹⁶¹

Nesse sentido, observamos que a compreensão empreendida por essa fração dos dirigentes católicos compreendia a importância de afastar esses jovens do que seria um grande responsável pela degeneração dos homens e mulheres que ingressariam a sociedade livre: a senzala. No artigo supracitado, a senzala é metaforizada como principal local origem desses ingênuos e incorpora os debates pela Igreja Católica sobre as dificuldades “da relação entre escravidão e moral cristã” e, bem como Sidney Chalhoub enuncia, “ou melhor, a noção de que a instituição da escravidão impossibilita a prática da moral” (2003, p. 166).

Seguindo o artigo da respectiva edição do periódico:

¹⁶⁰ *O Apostolo*, 20/06/1880, p. 1.

¹⁶¹ *O Apostolo*, 16/07/1887, p. 4.

São eles homens livres que muito breve irão constituir família, sociedade, e como ha de progredir uma sociedade se seu chefe ama o regresso em que foi creado, se não tem a legitima base para progredir?

São eles homens livres, mas criados com seus infelizes pais, cujos exemplos seguem, julgam-se escravos e seu unico e verdadeiro fito é a liberdade.¹⁶²

A “liberdade”, enunciada pelo texto em *O Apostolo*, deveria ser garantida a partir de uma coalização da legislatura do Estado juntamente ao ensino voltado para exclusão da subjetividade herdada da realidade escravista. A consequência da campanha por uma lapidação do “homem livre”, nesse caso voltada aos ingênuos e integrantes das classes populares, foi responsável por influenciar a maior parte dos projetos católicos para a formação do indivíduo para a “família” e “sociedade livre” e católica, preocupando-se com:

Depois de certo prazo da lei, alcançam esse justo desideratum; julgam-se então felizes e cuidam unicamente do gozo material, porque faltam lhes as noções da moral, do dever, porque sua intelligencia está obscurecida com o fumo innervante da senzala e com a dureza da pedra sobre que dormem.

Que cidadãos poderão ser estes nossos ingenuos creados sem instrucção e entregues á mercê da natureza?¹⁶³

Em congruência à essas pautas, surge a Irmandade de Nossa Senhora da Piedade e o Asilo São Luiz às luzes do pensamento ultramontano e alinhado não apenas com o propagado pelo Seminário de Mariana, mas também com as ideias circulantes entre a dirigentes eclesiásticos, como as expressadas no editorial de *O Apostolo*. Em correspondência enviada por Domingos aos representantes do Estado brasileiro, o clérigo discorre:

[...] a respeito das quais não tem podido o Estado tomar a iniciativa de uma educação adequada, resolveu o Suplicante abrir um Asilo da Freguesia de Caeté, na mais aprazível e salubre encosta da Serra da Piedade, na Província de Minas Gerais, onde a duas, três e quatro léguas em circuito de povoações relativamente importantes, como Sabará e Santa Luzia (JESUS, 1967, p. 69).

As iniciativas a respeito de uma “educação adequada” para o caso dos ingênuos são colocadas pelo Padre como pontos de colisão com a política monárquica e a atuação da Instrução Pública. Para esse cenário, Dermeval Saviani aponta que durante o Segundo Reinado “a média anual dos recursos financeiros investidos em educação foi de 1,8% do orçamento do governo imperial, destinando-se, para a instrução primária e secundária, a média de 0,47%” (SAVIANI, 2018, p. 167). Mesmo com a aprovação da Lei Ventre Livre, as discussões acerca

¹⁶² *O Apostolo*, 16/07/1887, p. 4.

¹⁶³ *O Apostolo*, 16/07/1887, p. 4.

da educação voltada aos libertos e ingênuos, a partir da década de 1870, não envolviam muito tempo dos parlamentares nas reuniões parlamentares. Após a Lei Áurea, foram encerradas por completo (SCHELBAUER, 1998, p. 52).

Nas últimas palavras da correspondência em questão, Padre Domingos escreveu:

No asilo S. Luiz Gonzaga, em questão, já dispendeu o Suplicante quatorze contos de réis, e nêle atualmente educa trinta meninas, sendo destas só sete pensionistas, e as outras pobres órfãs, recolhidas quase todas vestidas de andrajos, não tendo verificado a entrada das ingênuas por falta de acomodações próprias, o que quer agora construir. [...]

Reconhece o Suplicante que, por amor da Religião, da educação, do trabalho e da sociedade, sobre seus ombros tomou uma carga superior a suas forças, mas tendo sido tão coadjuvado em seu santo “desideratum” pelos particulares, não desanimou quando resolveu recorrer a Vós em quem sobressaem as altas qualidades que vos colocaram na Representação Nacional.

Espera o Suplicante receber justiça. (JESUS, 1967, p. 69-70).

Nessas últimas linhas, o diretor Padre Domingos explicava que a quantia monetária encaminhada para o Asilo São Luiz já era utilizada para manter pelo menos 23 meninas órfãs. Como tratado em sequência, “não tendo verificado a entrada das ingênuas por falta de acomodações próprias, o que quer agora construir”, nenhuma das acolhidas era ingênuas. Indícios como esse nos possibilitam compreender que havia pendências para que autorizações por parte de órgãos oficiais concedessem a permissão de recebê-las.

No segundo parágrafo da respectiva passagem, é compreensível que os esforços empenhados pelos administradores do Asilo não eram mais suficientes frente às necessidades demandadas pela instituição. Como comentado no capítulo anterior, devido às necessidades de mais espaços de acomodação e dedicados à realização de atividades, as obras foram iniciadas já na década seguinte à fundação da instituição. No mesmo trecho, Padre Domingos declarava que o potencial exigido e praticado pela associação ainda não havia alcançado seus objetivos aos olhos do Estado brasileiro (e “seu santo ‘desideratum’ pelos particulares”),¹⁶⁴ como a recepção de meninas ventre-livres. As súplicas finais buscavam conclamar os “quem sobressaem as altas qualidades que vos colocaram na Representação Nacional” e, provavelmente, conquistar os fundos necessários.

Essas palavras nos reforçam a ideia de que o Asilo nunca conseguiu matricular ingênuas, apesar dos esforços empreendidos pela direção. Como apontado pela correspondência de Padre Domingos aos representantes oficiais do Estado, dentre outros textos, supomos que

¹⁶⁴ Expressão originária no latim que se traduziu para “desiderato” (1899): “o que se deseja; aspiração”. Em: HOUAISS, 2009, p. 653.

uma provável defasagem na estrutura do Asilo dificultou que fosse aprovado para a recepção dessas meninas. Juntamente a isso, alegamos que os investimentos direcionados para iniciativas voltadas para essas pessoas, assim como a proposta do Asilo São Luiz, foram ínfimas ou inexistentes na maioria dos casos. Além dos precários investimentos recolhidos no que concerne às instituições de instrução voltadas para, principalmente, ingênuos e libertos, percebemos restrições enquanto o acesso e promoção de vagas.

Mesmo sem significativas respostas do governo monárquico, o asilo da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade possuía prestígio frente à administração da Igreja Católica. Assim, como na aprovação das primeiras licenças para a oficialização da Irmandade e as recorrentes visitas de autoridades religiosas nas instalações do Asilo São Luiz, as aparições do nome da instituição no editorial de *O Apostolo* reforçam não só os aspectos qualificativos, mas a construção da imagem do Padre Domingos como um diretor alinhado aos projetos de formação católica – ultramontana - para aquele contexto:

Esse moço padre, é o virtuoso Vigário de Caethé, Rvd. Domingos Evangelista Pinheiro que, ainda creança, fazendo sua primeira confissão na serra da Piedade [...] As meninas os amam e deles apredem muito bôa doutrina. Quizeramos nós que os brasileiros catholicos protegessem um tão útil estabelecimento, que é destinado a formar o coração e a intelligencia dessas pobresinhas que, arrancadas da mendicidade e do contagioso vicio, virão um dia a ser o typo das mãis, e essa protecção podem os ricos com seus cabedaes fazerem, mandando suas filhas para o asylo mediante a modica pensão de cento e cicoenta mil réis e joia de vinte!¹⁶⁵

A campanha pela arrecadação de fundos foi realizada, protagonizadas principalmente pelo próprio Fundador e Diretor Domingos e, apesar disso, as ínfimas quantias monetárias disponíveis para a Irmandade da Piedade investir nas estruturas do Asilo e a inclusão da instituição na lei orçamentária de 1879 para a província mineira ainda era insuficiente. Seguindo o respectivo artigo de *O Apostolo*:

Quizeramos nós que o governo provincial e geral dele se lembrassem com o auxilio de alguma cota, visto como prepara-se um commodo especial do mesmo edificio para receber, educar e instruir, as infelizes ingenuas da lei de 28 de Setembro. Semelhante deliberação, além de humanitária e religiosa, seria patriotismo; e de alguma sorte modificaria os trabalhos difficis com que diariamente braceja o incansavel fundador que muito já merece da religião e da pátria e quem sem duvida já ergueu, sem que sua modéstia quizesse, um immorrdouro padrão de gloria que o immortalisará na memoria de seus patricios gratos a tão desinteressados serviços.¹⁶⁶

¹⁶⁵ *O Apostolo*, 13/02/1880, p. 3.

¹⁶⁶ *O Apostolo*, 13/02/1880, p. 3.

Apesar da Irmandade da Piedade ter desfrutado de cotas de auxílios financeiros por leis orçamentárias provinciais e reunir certo apoio político por autoridades políticas locais, a associação de Padre Domingos Pinheiro não obteve o necessário para melhorias que possibilitassem a recepção de ingênuas. Sendo assim, a partir de análises de algumas instituições e seus dirigentes, assim como o Asilo São Luiz e Padre Domingos Evangelista Pinheiro, ponderamos que não houve um extenso e pleno apoio do Estado para instituições responsáveis voltadas ao acolhimento de ingênuos. Dentre as inúmeras edições de *O Apostolo* que sobreviveram aos dias atuais, podemos observar outros casos de instituições que se propuseram assistir ingênuas:

Educação de ingenuas – [...] realizou-se na terça-feira á 1 hora da tarde a inauguração solenne da escola Izabel, estabelecimento destinado á educação de ingenuas. [...] A Sra. D. Thereza Pizarro Filha busca, ha annos, apoio dos poderes publicos para que lhe subvencionassem a instituição que naquele gênero projectava. O governo imperial não dispunha de verba para semelhante fim. A Illma. camara municipal decretou em seu orçamento a consignação acima mencionada, e por este meio facil foi vingar a idéa á qual cabem aquelles aplausos que são para recusar á obra da educação, seja qual fôr a sua esphera.¹⁶⁷

O externato para ingênuos “sob a direcção da professora particular Sra. D. Thereza Pizarro Filha”¹⁶⁸ na Corte conseguiu obter a permissão de educar ingênuos, diferente do asilo administrado por Padre Domingos. É de suma importância não esquecermos que os externatos, diferentes dos internatos (como asilos) não hospedavam os matriculados e, muitas das vezes, ficavam restritos apenas às aulas. Porém, conforme apontado na *Gazeta de Noticias* em edição no mesmo ano da abertura da “escola Izabel”, lemos:

Aos esforços de uma distincta professora, a Exma. Sra. D. Thereza Pizarro Filha, deve-se a creação, n’esta corte, do primeiro estabelecimento destinado á educação de ingenuas. Ha mais de dous annos que essa senhora representou ao governo sobre a necessidade de se fundar um internato para ingenuas, a ás extensas e luminosas considerações com que fez subir seu pedido, juntou um esboço de regulamento, em que ha muita cousa aproveitável. Não tendo podido conseguir cousa alguma directamente do governo, por difficuldades orçamentarias – creio eu – recorreu ella á camara municipal. E em boa hora o fez.¹⁶⁹

Em relação ao Asilo São Luiz, a estrutura e o orçamento disponível não foram suficientes para viabilizar o recebimento de ingênuas para assistência e educação e, diferente do ocorrido com a instituição de D. Thereza, do “colégio Izabel”, precisou alterar seu projeto

¹⁶⁷ *O Apostolo*, 04/07/1884, p. 2; e *Jornal Do Commercio*, 02/07/1884, p. 2.

¹⁶⁸ *Jornal Do Commercio*, 21/08/1884, p. 4.

¹⁶⁹ *Gazeta De Noticias*, 09/07/1884, p. 1.

original de internato para externato devido às circunstâncias financeiras: “A camera concedeu uma subvenção anual de seis contos de réis para o custeio, não de um internato – como deveria ser e se projetava – porque seria muito mais dispendioso, mas – como um ensaio digno de fazer-se – de um externato, em que possam educar-se sessenta ingenuos de quatro a quinze annos de idade”.¹⁷⁰ Diante desses fatos, inferimos que o embargo para a instituição asilar da Irmandade da Piedade para abrigar e educar ingênuas possuía substancialmente um caráter político, como reprovações em quesitos qualitativos das acomodações supostamente destinadas às ingênuas no Asilo expressadas nas correspondências de seu Diretor.

Apesar das prestigiosas considerações acerca do Asilo São Luiz fundado em 1878 e de outros como o “colégio Izabel”, o “primeiro estabelecimento destinado à educação de ingenuos”, seus insucessos poderiam estar relacionados a uma série de fatores externos às instituições que contribuíram para que solicitações de financiamentos e acolhida de ingênuos fossem negligenciadas.¹⁷¹ No tocante a isso, Sidney Chalhoub afirma que os debates parlamentares acerca dos projetos para uma “suavização” dos impactos na sociedade e a “amenização” dos prejuízos financeiros à elite agrária do país, assim como declarado pelo próprio Imperador, juntamente aos embates travados pelas campanhas abolicionistas, transformaram-se tanto na Lei de 1871 como na posterior abolição total.

Em análises dos relatórios ministeriais entre 1878 e 1880, Chalhoub afirma que “não há dúvidas, por exemplo, que os senhores optaram maciçamente pelos serviços dos menores até os 21 anos, em vez de entregá-los ao governo ao completarem oito annos” (2003, P. 274). Para isso, destacamos as estimativas elaboradas pelo ministro Cansansão de Sinimbu acerca da massa de ingênuos entregues ao Estado a partir de 1878 que não se concretizou. Mensurava-se 4 mil filhos e filhas de escravas por ano que chegariam para o governo, porém:

O fato é que os senhores não entregaram as crianças ao governo: num relatório ministerial do início da década de 1880, escolhido a esmo, vemos que haviam sido matriculados, como ingênuos, 181.115 meninos e 182.192 meninas, num total de 363.307 crianças. Apenas 113 desses menores tinham sido encaminhados ao governo imperial! (CHALHOUB, 2003, p. 275).

Segundo os respectivos relatórios ministeriais, há o acréscimo de 5 ingênuos (sendo 3 deles da província de Minas Gerais) de 1880 para 1881. Fica evidente, perante as previsões governamentais de receberem 32 mil ingênuos, que um significativo contingente de crianças

¹⁷⁰ *Gazeta De Noticias*, 09/07/1884, p. 1.

¹⁷¹ Segundo Katia Lopes, durante a década de 1870 foram fundadas duas instituições no Município Neutro para cumprir as prerrogativas legais da Lei do Ventre Livre: o Asylo Agrícola de Santa Isabel e o Asylo dos Meninos Desvalidos (2012).

abrangidas pela Lei do Ventre Livre ficou submetida à tutela dos senhores de suas mães até o ano de 1892.¹⁷² Apesar de não podermos dizer que havia uma prodigalidade de instituições disponíveis a receberem os ingênuos, é constatável que diante do caso da instituição dirigida por Padre Domingos e outros poucos casos identificados, a ação governamental para incentivar ou transformar esse cenário foi diminuta e, assim, fazendo-se prevalecer os anseios dos escravistas para a estenderem ao máximo a existência da massa escravizada.¹⁷³

Diante aos fatos decorridos nas últimas décadas da monarquia, ponderamos também as contribuições da crise financeira instaurada no país, tendo seu início marcado com a Guerra do Paraguai. O conflito demandou um grande saldo das contas públicas e “quebrado estava o Tesouro quando o Estado imperial tinha de aplicar a lei de 28 de setembro” (CHALHOUB, 2003, p. 275). Os recursos para serem destinados aos cuidados com os ingênuos recebidos pelo Estado não estavam entre as prioridades e acabavam por discorrer pela responsabilidade de particulares assumirem as respectivas demandas.

Porém, assim como a proposta de fundação de uma fazenda-escola no Rio de Janeiro e as análises elucidadas no presente trabalho sobre o Asilo São Luiz, em Minas Gerais, a concessão de auxílios financeiros foram escassos para um desenvolvimento tipo ideal: segundo a diretoria da Agricultura, o que se considerava um projeto “assaz completo” de “educação profissional” para os ingênuos estava atrelado ao caráter “agrícola industrial” e “beneficente” simultaneamente na mesma instituição (*Ibid.*, p. 276). Contudo, entre os pareceres do Conselho de Estado elencados no trabalho de Chalhoub, ficou determinado “inadmissíveis” os projetos propostos, ainda em 1877, devido aos “exagerados ônus que traria ao Estado” e, paralelamente aos argumentos financeiros, provavelmente o rigor técnico e os parâmetros para os locais destinados à educação das crianças nascidas de ventre livre tornaram-se (politicamente) mais elevados.

Diante desse quadro o governo imperial “vinha adotando a conduta de incentivar de todas as formas o emprego de trabalhadores livres nos estabelecimentos públicos e nas obras contratadas pelo Estado” (*Ibid.*, p. 278) e que não poderia conceder apoio às iniciativas que

¹⁷² Angela Alonso afirma que, mesmo após onze anos da aprovação da Lei, apenas onze mil indivíduos foram libertados devido às determinações previstas no texto, estimando cerca de 0,7% da população escravizada total do Brasil. Em: ALONSO, 2015, p. 187.

¹⁷³ A preocupação com o futuro dos ingênuos, inclusive diante do cenário anos após a implementação da Lei do Ventre Livre, é observável nas críticas palavras de Joaquim Nabuco: “Admito mesmo que a escravidão desapareça d’ora em diante à razão de 75 mil pessoas por ano, ou 5% da massa total, isto é, com uma velocidade duas vezes e meia maior do que a atual. Por esse cálculo a instituição ter-se-á liquidado em 1903, ou dentro de vinte anos. Esse cálculo é otimista, e feito sem contar com a lei, mas por honra dos bons impulsos nacionais eu aceito como exata” (NABUCO, 2010, p. 106).

possuiriam escravizados trabalhando nas fazendas-escolas.¹⁷⁴ Tais argumentos são enfatizados pelo historiador e que expressam, de maneira objetiva e magistral, as várias faces da escravidão no Brasil e as retóricas envolvidas:

Afinal, eles criticam os autores da proposta [fazenda-escola] em nome de uma suposta orientação geral contrária à coexistência de escravos e trabalhadores livres – no caso específico, filhos livres de escravas – num mesmo estabelecimento agrícola ou industrial; ao mesmo tempo, incentivavam os proprietários de escravos a utilizar os serviços dos ingênuos até que atingissem a idade de 21 anos. Pois então, nesse caso, não recomendavam eles próprios que escravos e ingênuos trabalhassem juntos nas mesmas fazendas? (CHALHOUB, 2003, p. 278).

Apesar dos posicionamentos contraditórios dos representantes do poder público, na província de São Paulo, surgiram casos em que os ingênuos foram mantidos junto aos senhores de suas mães escravizadas e que foram introduzidos a “instrução e educação”. Ambos os casos apresentados, o primeiro sem a identificação do fazendeiro e o segundo sendo o Conde de Aljezur,¹⁷⁵ demonstram possibilidades de estruturas e administrações que se propuseram acolher ingênuos:

Com a epigraphe a Philantropia na fazenda, lemos n'um jornal de S. Paulo a agradável noticia de que um importante fazendeiro de Caconde estabeleceu em sua fazenda uma escola para a instrucção dos ingenuos.

[...]

E nós, para que não pareça que essa acção tão digna de elogio fica tão só, na penumbra do isolamento, vimos tambem apresentar [...] O Exm. Sr. conde de Aljezur.

Este illustrado fazendeiro, olhando os escravos, não como *gado preto*, mas como homens e irmãos desgraçados, tem escola para sua instrucção e educação.

Elle proprio faz a catechese ás ingenuas, para quem tambem vai contratar uma professora que as habilite não só na leitura e trabalhos proprios da mulher, mas tambem lhes ministre a educação de que ellas precisam para saber desempenhar o logar de mãis que a liberdade lhes conquistou.¹⁷⁶

Perante os apontamentos anteriores e o artigo jornalístico destacado, fica inteligível que ambas as condições de para os ingênuos, sejam os entregues ao Estado ou que permaneciam com os senhores de escravos, estariam destinados a suprir a “falta de braços” nos setores econômicos brasileiros, principalmente para a agricultura. Assim como visto em relação à defesa de “colônias agrícolas” pela classe religiosa da sociedade, aqui representada pelas

¹⁷⁴ Segundo os conselheiros de Estado “não fazia sentido que ‘uma empresa fundada a expensas dos cofres públicos’ e ‘destinada à educação de menores livres’ (CHALHOUB, 2003, p. 278).

¹⁷⁵ Um dos fundadores da Sociedade de São Vicente de Paulo (SSVP), Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, o Conde de Aljezur, foi um português nascido no Brasil-colônia e a maior parte de sua vida dedicou-se a cargos prestados à Coroa brasileira e manteve-se sempre muito ligado aos monarcas brasileiros e suas famílias. Mais sobre ver em: OLIVEIRA, 2017.

¹⁷⁶ *O Apostolo*, 14/11/1886, p. 4.

leituras do *O Apostolo*, e pelas fazenda-escolas propostas em inúmeras localidades do Brasil, os jovens filhos livres de mulheres escravizadas eram impostos aos trabalhos manuais e, simultaneamente, à marginalidade da sociedade.

Diante desse cenário na década de 1880, quando pairavam dúvidas sobre a condição econômica viável para a completa execução do Asilo São Luiz, não identificamos outras correspondências de Padre Domingos com solicitações para as concessões necessárias para receber ingênuas pela instituição e sem mais detalhes sobre sua condição perante o impedimento. Em *O Pioneiro da Serra da Piedade*, destacamos outro trecho de “Resposta A Um Questionário Apresentado Pela Exma. Diretoria E Comissão De Associação Protetora Da Infância Desamparada Estabelecida No Rio De Janeiro” (1967, p. 77) que nos indica uma suposta desistência por parte de Padre Domingos e da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade:

Por enquanto não se tem recebido no Asilo ingênuas alguma por causa da afluência das órfãs e desvalidas e por não o poder fazer sem o concurso do Governo; e não obstante a boa vontade da Câmara Temporária em votar-lhe 20:000\$000 rs., essa doação foi rejeitada pela comissão do Senado (*Ibid.*, p. 78-79).

Com os indícios apontados nessa passagem, supomos que devido à quantidade de meninas instaladas no Asilo, mesmo nos primeiros anos de funcionamento, era uma lotação acima do recomendado em relação ao espaço físico disposto, inclusive conforma os parâmetros exigidos pelas autoridades sanitárias e da Instrução Pública. No mesmo documento, Padre Domingos descreveu que estavam matriculadas 47 meninas (*Ibid.*, p. 78), representando quase o dobro de meninas acolhidas nos dois anos anteriores que sucederam a fundação, nos indicando relativo sucesso do projeto empenhado pela Irmandade da Piedade na província de Minas Gerais e, apesar disso, o “Governo” não possibilitou a candidatura ou seleção do Asilo São Luiz para compor o grupo de instituições educacionais que receberiam ingênuas recolhidas pelo Estado, conforme expresso no texto da Lei de 1871. Em seguida, não houve a “boa vontade” para a concessão de recursos financeiros suficientes, como salientado por Padre Domingos, para reformas e possivelmente adaptações indicadas para a otimização da estrutura do Asilo.

As condições econômicas do poder público brasileiro foram consideradas como empecilhos para a disponibilização de recursos para o financiamento de necessidades da educação de ingênuos na instituição. Na detalhada, e não finalizada, descrição do Asilo São Luiz desde sua idealização por Padre Domingos e da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade, ficou-se subentendido o caráter “agrário” do Asilo, ou seja, o envolvimento de atividades do campo para os matriculados.

Com o panorama geral de medidas políticas no âmbito federal e da província de Minas Gerais, assimilamos que a década de 1870 foi especialmente decisiva para esse cenário de desvalorização constante dos investimentos na educação brasileira, marcada pela caricatura de um “governo na corda bamba” ilustrada por Sidney Chalhoub. Verifica-se que o governo, no que concerne aos direitos concedidos aos libertos ou ingênuos, em plenas discussões sobre a aprovação da Lei de 28 de setembro, ficou:

Assustado com a possibilidade de trabalhadores negros tomarem as rédeas do processo de emancipação, preocupado em evitar que a ânsia de liberdade dos escravos propiciasse a especulação dos “capitalistas”, esforçando-se para valer as novas prerrogativas do poder público sobre as relações entre senhores e escravos sem aumentar a tensão social (CHALHOUB, 2003, p. 265).

Ou seja, não só estavam em pauta projetos de emancipação dos escravizados no país, como a sequência de leis no decorrer da segunda metade do século XIX, mas em jogo simultaneamente as necessidades das elites dirigentes de manter tais grupos marginalizados, as “classes perigosas”, subalternizados na sociedade. Para a concretização de uma lei de caráter abolicionista e não permitir que essas pessoas extrapolassem limites sociais desejados pela elite dirigente (como o acesso à cargos políticos e ambientes acadêmicos), os senhores foram incentivados a permanecerem com os filhos livres de suas escravizadas e, em paralelo a esse elemento, as iniciativas privadas que se propuseram ao atendimento de ingênuos foram encantoadas pelo orçamento público e contempladas apenas com quantias insuficientes para alcançarem os parâmetros das estruturas ditas necessárias e que possibilitassem a recepção, de meninas e meninos nascidos de ventre-livre, limitada ou impossibilitada conforme as exigências, caso a caso, determinadas pelas autoridades governamentais.

No tocante ao trabalho de Camillia Cowling (2018), em análises sobre casos de mulheres que vivenciaram a abolição do sistema escravista em Cuba e Brasil, ao discutir sobre a solução pensada pela elite para manter os ingênuos em sua condição de submissão:

A solução foi a educação. [...] Nem no Brasil nem em Cuba, durante ou após a abolição, houve qualquer iniciativa governamental significativa para melhorar a educação e o bem-estar dos ex-libertos e seus descendentes. Trinta e seis anos após a abolição no Brasil, Evaristo de Moraes estimou que o nível de analfabetismo era de 80%[...] a Lei Rio Branco não discutiu a educação dos ingênuos. Em consultas privadas, o Ministério da Agricultura e o Conselho de Estado concluíram que os senhores não tinham a obrigação com a educação das crianças (2018, 271 – 272).

A exclusão social da vida política do Império por parte de ingênuos, ex-escravos e demais marginalizados fora confirmada em 1881, com a reforma eleitoral implementada pela

Lei Saraiva. Além do posicionamento adotado pela classe dirigente de manter majoritariamente os ingênuos fora do processo formal de educação, a promulgação da legislação eleitoral reafirmou o caráter excludente da modernização sofrida pelo país, considerando que:

Para uma significativa parcela da população livre e menos abastada, as eleições não deixavam de representar um momento de barganha com os poderosos, porque as relações de clientelismo estavam longe de expressar tão somente ganho para a parte mais forte, ou seja, a classe dominante (ROSAS, 2004, p. 98).

Sendo apoiada por diferentes setores da sociedade por discursos que apoiavam a exclusão de participação política dos populares, acompanhadas de justificativas críticas que vinculavam sua formação intelectual e moral ao modo que viviam:

[...] Disse-vos que o systema eleitoral fomentava também a preguiça dos brasileiros, prodigos em geral por imitação e ociosos por educação. As qualificações approximam em mais de um ponto nosso regimen eleitoral do suffragio universal, comprehendendo até os analphabetos, e isto, um ônus de mais sobre as classes pobres, torna-se na muitas vezes uma fonte de receita.¹⁷⁷

No tocante à respectiva abordagem, Felipe Azevedo e Souza afirma que “estes e outros tantos incisivos proclames publicados nos anais destes eventos oficiais cristalizavam uma visão de classe em relação à reforma eleitoral”. Em suma, “a classe mais poderosa do país se posicionava pela restrição do eleitorado e pressionava o governo neste sentido” (SOUZA, 2011, p. 7).¹⁷⁸ A Lei do Ventre Livre antecedeu discussões relacionadas à representatividade eleitoral, como interpretado pela fala de Alambary Luz:

Um povo sem instrução chamado para nomear seus mandatários ou escolhe a quem lisonjeie as suas paixões grosseiras, ou curva-se às angústias despóticas de seus prentensos mentores. A urnas populares nas mãos da ignorância transformam-se em verdadeiras bocetas de Pandora, quando deviam ser sagrados instrumentos da felicidade nacional.¹⁷⁹

Assim como destacado por Heloísa Villela, não só Alambary Luz (bacharel e diretor da Escola Normal de Niterói), mas grande parte dos intelectuais e políticos das classes dirigentes consideravam que a falta de formação intelectual consonante ao projeto modernizador se

¹⁷⁷ CONGRESSO AGRÍCOLA DO RECIFE, 1878. Trabalhos. Intr. Gabriel Perruci. Recife, CEPA/PE, 1978. p. 90.

¹⁷⁸ Muito ainda sobre a exclusão das classes populares voltava-se para a parcela campesina, ou seja, “contra o extenso corpo eleitoral do campo, empenharam-se em desenvolver uma série de argumentos no sentido de desqualificar o votante do interior, colando-o a pecha de ‘incivilizado’ e ‘dependente’ com o objetivo de culpabilizar esses indivíduos pelos correntes malogros eleitorais” (SOUZA, op. cit., p. 8).

¹⁷⁹ *Instrução Pública*, 13/04/1872, p. 1.

desdobraria “em equívocos nas urnas” (VILLELA, 2016, p. 116). Seria necessário adotar perspectivas pedagógicas que articulassem “um discurso de modernização às práticas de ordenamento de caráter conservador – instruir, nessa concepção, significava ‘moldar’, ‘conscientizar’, ‘conformar’ o cidadão para o exercício da cidadania” (*Ibid.*, p. 116).

Por fim, retomamos o trabalho de Chalhoub no qual o historiador discorre sobre esse período em números percentuais e que nos traduzem o quanto funcional foram essas séries de investidas contra a participação popular na política imperial: “No país como um todo, entre 1872 e 1890, a porcentagem de população alfabetizada chegou a cair de 15,75% para 14,80%”, simultaneamente a isso, “a participação eleitoral despencou de cerca de 10% da população total, em 1872, para menos de 1%, em 1886” (CHALHOUB, 2003, p. 286).¹⁸⁰

Dentre os aspectos apontados pelas perspectivas sociais e políticas do contexto histórico aqui compreendido, deduzimos também que a falta de concessões para o recebimento de ingênuos pelo Asilo São Luiz estava ligada às esferas administrativas do Império, adotando em perspectivas mais gerais, gerando embates contra às estruturas que promoviam educação formal para ingênuos.¹⁸¹

O embargo, motivado principalmente por justificativas políticas contra os ingênuos, é comentado pelas palavras de Domingos Evangelista Pinheiro em correspondência destinada ao então Presidente do Estado de Minas Gerais e futuro presidente da República brasileira, Afonso Pena, em 1892:

A princípio, destinada a Casa de S. Luiz a asilar e educar as ingênuas, que a lei humanitária de 28 de setembro de 1871 libertava, com mágoa o consigno, não quis o poder público auxiliar-me, decisivamente; e semelhante destino elevado não pôde realizar-se; fi-lo em muito menores proporções que as que lhe davam direito tais intuits religiosos e humanitários. Destinei, então, esta casa, à educação de meninas pobres e órfãs (JESUS, 1967, p. 108).

As “menores proporções” das estruturas do Asilo ocorreram devido ao não recebimento das jovens nascidas de ventre-livre, que acarretou em um repasse menor de verbas públicas para

¹⁸⁰ O autor continua: “O banimento político dos analfabetos – e, por conseguinte, da massa dos descendentes de escravos – foi consumado em decreto de 9 de janeiro de 1881, após outra troca de gabinete e muitas escaramuças políticas que me dispense de relatar” (CHALHOUB, op. cit., p. 286).

¹⁸¹ Sobre o quadro que abarcava não só o dismantelamento das futuras realizações no campo social para os ingênuos, mas como para toda a educação formal nas classes populares, concordamos que: “O Ato Adicional de 1834 descentralizava para as províncias, pobres em recursos e escassos em autonomia, o encargo das primeiras letras. Ora, como construir a riqueza da nação em bases diferentes das do regime colonial se são os elos mais pobres da nação (províncias) que deveriam se ocupar com o que era, no discurso, considerado importante? Claro sinal do caráter desimportante que nossas elites atribuíram à oferta da educação escolar. Aliás, nasce aí o jogo de empurra-empurra entre província e Império e, após a República, poder federal e poder estadual e/ou municipal, na distribuição das competências relativas ao atendimento dos diferentes níveis de ensino” (CURY, 2016, p. 572).

a Irmandade da Piedade conseguir promover estruturas necessárias para o público esperado, ou seja, as ingênuas somadas às demais órfãs. Além disso, demais indícios encontrados em *O Pioneiro da Serra da Piedade* também demonstram que dificuldades financeiras em decorrência das demandas exigidas pelo Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade, como a continuidade nas melhorias no templo dedicado à Nossa Senhora da Piedade e no Asilo São Luiz, o qual continuava a receber meninas “pobres e órfãs”. Em agosto de 1883, Padre Domingos comunicou à Mesa Regedora que: “A Capela da Serra e seus edifícios estão em bom estado, pelos constantes consertos e pelos melhoramentos ali feitos ultimamente, tendo sido acrescidas duas torres, na Capela, e já concluídas, com autorização da Irmandade”. E assim, “foram aprovados todos os trabalhos feitos, por serem só em benefício e engrandecimento da Irmandade e ficou êle autorizado a continuar a gerir os negócios, conforme as circunstâncias permitissem e exigissem” (JESUS, 1967, p. 100).

Conforme o decorrer dos anos, novos gastos eram gerados para atender não só as asiladas como os fiéis e os próprios irmãos associados. Em reunião de agosto de 1885, Padre Domingos relatou à Mesa Regedora: “Também mandei fazer diversas obras na Capela da Serra e seus edifícios, conforme os Mesários podem certificar-se, de acôrdo com as contas lançadas e autorizações da Mesa” (JESUS, 1967, p. 100). Tais obras foram cobradas pelos irmãos da Irmandade da Piedade em pedidos como os publicados em periódicos, tendo o exemplo de *A Província de Minas*:

Chamamos a atenção de V. Revma. para o santuario da Serra da Piedade. Irmãos da mesma irmandade lastimamos o estado de decadência e até ruínas daquele santuario, onde comunicação-se semmas consideráveis, graças ao zelo de Frei Francisco e Frei Luiz.

Não tenha V. Revma. somente os olhos fitos em asylo de S. Luiz, levante-os por amor de Nossa Senhora da Piedade á Serra do mesmo nome, e trate de fazer os concertos indispensáveis, e que saltão aos olhos de quantos ali vão.

Alguns irmãos de N. S. da Piedade.¹⁸²

Muitas das decisões tomadas entre 1880 e 1890 por Padre Domingos visavam a recuperação financeira da Irmandade da Piedade, sem que o Asilo São Luiz ou o Santuário de Nossa Senhora da Piedade sofressem cortes financeiros.¹⁸³ Madre Ângela relata que:

Apesar dos esforços empregados na cobrança de anuidades, havia, ainda, bastante trabalho a se fazer nesse sentido, e a Irmandade estava com uma dívida de 24:000\$000

¹⁸² *A Província De Minas*, 30/04/1885, p. 4.

¹⁸³ Apesar da Mesa Regedora ter sofrido alterações em sua composição, o presidente Padre Domingos e o secretário Joaquim L. de Cerqueira permaneciam nos cargos originais, “ambos por unanimidade de votos” nas últimas eleições da nova mesa diretora (JESUS, 1967, p. 101).

mais ou menos. [...] A Mesa deliberou que êle ficasse autorizado, na forma de seu costumado zêlo e prudência, a fazer quaisquer dispêndios necessários, em benefício da Irmandade e do Asilo, concluindo os consertos e as decorações do Santuário da Piedade (1967, p. 102).

A diversificação das atividades rentáveis à associação, para além das doações e as contribuições periódicas dos irmãos associados, surgiu nesse momento: “Aceitou informações, aprovou todos os seus esforços e trabalhos relativos ao plantio de café, milho, feijão, mandioca, cana, arroz, trigo etc. e deliberou que se continuassem esses serviços, e com preferência e em maior escala o plantio de café” (*Ibid.*, p. 102). Muitas dessas atividades, como indicam as atas de reunião da Mesa Regedora, estavam ligadas à agricultura realizada pelas próprias asiladas com auxílios de poucos funcionários da instituição como parte da rotina “curricular”.¹⁸⁴

Diante das constantes necessidades e dificuldades enfrentadas pela administração do Asilo São Luiz que recebia cada vez mais meninas “pobres órfãs”, 12 jovens asiladas manifestaram-se em uma carta dirigida ao Diretor Padre Domingos o interesse de se fundar uma organização de mulheres religiosas para administrarem a instituição. No dia oito de agosto de 1892, no terreno do Asilo, os mesários da Irmandade da Piedade assistiram à instalação da “Associação das ‘Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade’” (*Ibid.*, p. 113). A partir desse momento o Asilo São Luiz iniciava o processo de mudança que culminaria na separação da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade da instituição asilar, em 1896. Apesar da separação oficializada pelas autoridades eclesiásticas, “não se desobrigou, completamente, a Irmandade, de sua obra caritativa e assumiu o compromisso de pagar ao Asilo uma pensão anual, para cinco alunas conforme o que ficou exarado em ata” (*Ibid.*, p. 151). Também Madre Ângela relata que o “Padre Domingos continuou a governar e dirigir a Irmandade e o Asilo, como Fundador que era, de ambas as Instituições” (*Ibid.*, p. 151).

Como comentários para esse momento, destacamos o trecho em que Madre Ângela novamente rememora D. Joaquim Silvério:

Feliz idéia e de grande proveito para a Associação, escreve D. Joaquim Silvério, foi o estabelecer-se sua completa separação da Mesa Diretora da Irmandade da Piedade, assim como a doação que, por escritura pública, foi feita ao Exmo. Bispo e seus Sucessores, dos bens móveis e imóveis pertencentes à Senhora da Piedade, conservando S. Exa. o domínio direto dos bens e cedendo à Congregação, para sua manutenção e desenvolvimento, o domínio útil” (JESUS, 1967, p. 151).

O modelo educacional adotado pela Irmandade de Nossa Senhora da Piedade foi constituído em prerrogativas do neocatolicismo europeu, onde os agentes envolvidos nas

¹⁸⁴ No terceiro capítulo, retomaremos essa discussão com as respectivas fontes.

relações de ensino precisariam conceber a ação para compreender os fundamentos religiosos. É possível observar que o movimento realizado dentro dessa instituição, em que alunas passam a administrar o local em que foram educadas, é consoante à necessidade de materializar a ação humana como forma de aproximação com a filosofia católica predominante, principalmente, no contexto social brasileiro do século XIX.

Para a Irmandade da Piedade, como dissertado ao longo desse capítulo, a ascensão social (ou a salvação das “classes perigosas”) concretizava-se pela sociabilidade antagônica às “classes perigosas das ruas”. A manutenção do Asilo São Luiz e o isolamento dessa juventude, como meninas órfãs, estava compreendido no almejo por maior eficácia em transformar a criança abandonada em uma trabalhadora útil à sociedade modernizada.

As supostas “mães de família” deveriam ser preparadas para que superassem suas moléstias supostamente inerentes às condições dadas pela orfandade e pobreza. Em *Lar Catholico*, periódico mineiro religioso que circulou pela província na última década do século XIX e em boa parte do XX,¹⁸⁵ uma matéria sobre “A instrucção e um Collegio modelo” não só abordava as intenções de Padre Domingos frente às iniciativas executadas pela irmandade presidida por ele, mas as dificuldades para instalar o Asilo São Luiz em Caeté:

Desejando ardentemente a educação a'aquellas que futuramente serão mães de famílias, e por conseguinte, muito influirão na sociedade, vou dar uma sucinta noticia d'um collegio, que julgo ser um dos melhores do Estado, onde ora se educam oito meninas desta freguesia, em vésperas de dez, em sua maioria órfãs e pobres, sob denominação do – Asylo de S. Luiz. Foi fundado ha poucos annos, pelo virtuoso e intelligente sacerdote, Domingos Evangelista Pinheiro, natural de Caethé, que amante da instrucção principiou por uma modesta casa nas fraldas da Serra da Piedade, em cujo cimo existe um magnifico templo antigo, pertencente a uma confraria da Senhora da Piedade, de que elle é director.¹⁸⁶

Além da representatividade do pensamento de Padre Domingos Pinheiro diante das decisões do funcionamento do Asilo durante seus primeiros anos de funcionamento é muito necessário que direcionemos a análise para o objetivo central da respectiva instituição: o ensino de meninas asiladas. Muitas das vezes denominadas pelas fontes apenas como “pobres órfãs” ou “pensionistas”, supostamente estavam resguardadas de um futuro que muito se propagava entre os discursos sobre as mulheres libertas e pobres: a inevitável condição de “imorais”, “desvalidas” e a falta de preparo para serem mães e indivíduos “ideais” para a sociedade livre.

¹⁸⁵ *O Lar Catholico: revista social, religiosa, dedicada as famílias*, inicialmente dirigido pelo Reverendo Doutor Venancio Café, circulou em partes da província mineira entre 1861 até 1963, originário da cidade de Juiz de Fora.

¹⁸⁶ *O Lar Catholico*, 22/11/1891, p. 3.

Não podemos deixar de constatar como essas meninas e mulheres eram integradas ao ideal da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade, de Padre Domingos e, em linhas gerais, das classes dirigentes. Todas as meninas que conviveram com os irmãos mineiros, estariam alinhadas e ou incentivadas ao “amor da Religião, da educação, do trabalho e da sociedade” (JESUS, 1967, p. 69)?

3 AS MENINAS ASILADAS: DA “INDIGÊNCIA E FALTA DE PUDOR” À “MÃE DE FAMÍLIA”

Durante toda a sua existência, com relação à gestão, a Irmandade de Nossa Senhora da Piedade não contou com a presença de mulheres inscritas como irmãs ou ocupantes de cargos administrativos e assim manteve-se durante todo o recorte cronológico aqui delimitado. O Asilo São Luiz reproduziu a mesma condição em seu quadro administrativo até 1892, ano em que a Congregação de Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade foi criada para assumir parcialmente a direção da instituição e outros projetos de Padre Domingos Evangelista Pinheiro. Nos momentos que marcaram a criação de ambos, tanto da Irmandade da Piedade como do Asilo, identificamos participações femininas escassas, seja por uma ausência de mulheres nos grupos de autoridades eclesiásticas e políticas da cidade de Caeté, ou por um apagamento de nomes de mulheres que estiveram presentes, já que não compunham cargos de autoridade.

O silêncio ou silenciamentos de possíveis atuações de mulheres na fundação do Asilo São Luiz e seus respectivos anos iniciais em atividade é uma característica que se rompe apenas pela autora Madre Maria Ângela do Coração de Jesus, que realizou a escrita do livro *O Pioneiro da Serra da Piedade*, o qual ainda é reconhecido como uma das mais importantes produções textuais da CIANSP; e a “Diretora e principal professora” (JESUS, 1967, p. 105) das meninas, D. Esméria Olímpia Chaves, que não possui mais dados biográficos presentes nas fontes consultadas. Realçamos também que as meninas “pobres e órfãs”, principalmente o grupo que frequentou o Asilo nos primeiros quatorze anos, foram agentes de seu tempo e retratadas pelo acervo documental disponível apenas com termos pejorativos e sem comprometimento com suas individualidades, não possibilitando delinear suas vozes e trajetórias pessoais, inclusive antes de ingressarem à instituição.

As meninas matriculadas no Asilo São Luiz, apesar do uso de vestimentas uniformes e submetidas a atividades rotineiras impostas pela proposta educacional, não eram todas iguais. Além da singularidade pautada nas diferentes bagagens culturais e vivências particulares, recebiam adjetivações, pelas vozes dos parlamentares e gestores do Asilo, como: “pobres”, “órfãs” e, e, “pensionistas”.¹⁸⁷

¹⁸⁷ Acerca das diferentes denominações identificadas na documentação, concordamos com Roger Chartier no tocante ao que o autor disserta sobre os “discursos” e “representações” como práticas interligadas ao poder e dominação. Inseridos em campo de concorrências, a compreensão das “lutas simbólicas” e disputas econômicas nos possibilita compreender a imposição (ou tentativas) de valores e domínio entre diferentes grupos que concorrem pelo material e social (CHARTIER, 1991).

Como exposto no capítulo anterior, vigários de paróquias provinciais enviaram meninas ao Asilo a partir de sorteios, assim como orientado pela Irmandade de Nossa Senhora da Piedade. Apesar do constante aumento da presença de meninas matriculadas na instituição, em nenhum documento relacionado ao recorte temporal proposto mencionou algo sobre as meninas asiladas provenientes de localidades fora de Minas Gerais. Tais especulações se fazem necessárias para o presente trabalho devido às ausências de livros de registros das matrículas ou relatórios de matrículas referentes às primeiras turmas do Asilo São Luiz. As irmãs da CIANSP, herdeiras e mantenedoras da documentação remanescente do Asilo e de seu diretor, Domingos Pinheiro, informaram, em visita presencial realizada na instituição asilar, que os documentos que retratam os primeiros anos de seu funcionamento estão desaparecidos tanto do Recanto Monsenhor Domingos, empreendimento onde funcionou o Asilo, como do arquivo central da Congregação em Belo Horizonte.

Relevantes ponderações sobre o perfil das meninas asiladas podem ser extraídas de interpretações do projeto original de acolher ingênuas, principalmente a partir de leituras de produções autorais de Padre Domingos e da documentação oficial em nome da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade, as quais nos indicam que a direção do Asilo São Luiz considerava meninas nascidas de ventre livre como “abandonadas” ou “órfãs”.

Diante dessa afirmação, nos debruçamos sobre a argumentação de Marília Ariza quando afirma que nos últimos anos das campanhas abolicionistas no Brasil, discussões sobre maternidade negra e escravizada tornaram-se expressivas, principalmente no que concernia ao aleitamento materno e à presença das mães na infância de seus próprios filhos. Nesse sentido, “o signo materno seguiu forte e representativo dos anseios e projetos de nação moderna e sanitizada que se deveria estabelecer com o fim prenunciado da escravidão” (2021, p. 31).

Porém, mesmo sendo um assunto restrito aos círculos organizados para o combate à escravidão, Ariza pondera que os debates nas camadas dirigentes da sociedade, os quais se discutia o exercício da maternidade como “um propósito não apenas natural, como também divino” (2021, p. 32), excluía as condições particulares de mães negras. O avançar do final do século XIX demonstrou que os discursos oficiais relativizavam as relações de maternidade e infância, passando a cada vez mais não abarcarem crianças negras, escravizadas, alforriadas ou nascidas de ventre livre, denotado por um silêncio que “dizia sobre o embranquecimento subsumido ao modelo da ‘mãe de família’ aburguesada do que convocava noções plurais de maternidade compatíveis com uma sociedade escravista”, ou seja, “fora do jogo simbólico necessário à aprovação ou rejeição da lei, mulheres negras e escravizadas poderiam mais

facilmente ser omitidas do debate, sutilmente apagadas dos registros de universalidade materna” (ARIZA, 2021, p. 33).

Apesar de afirmarmos que o Asilo São Luiz não recebeu ingênuas como previa a sua proposta afirmada no Compromisso da Irmandade da Piedade, entendemos que os dirigentes da instituição estavam embebidos pela “construção alegórica da mãe negra desprovida de capacidades materiais, morais e afetivas adequadas para o cuidado dos filhos” (ARIZA, 2021, p. 34), por meio da constante associação de ingênuas às condições de abandono ou orfandade. Somado a isso, Marcus Vinícius da Fonseca infere que após 1879, “a tendência era a de igualar o problema dos ingênuos e da infância desamparada”, pelo fato de recorrentemente os senhores de escravos enxergarem jovens libertos e livres educados por eles como “uma forma promissora de resolver os problemas de escassez de mão-de-obra” além de os ingênuos e desamparados se encontrarem na mesma condição de “abandono” após 1888 (2001, p. 22 – 23). A suposta condição degradante dos ingênuos incorporava novos eixos na discussão sobre o ventre livre e, de maneira em geral, influência nas percepções da infância pobre e negra. Nesse sentido,

A representação de pequenos desprotegidos dependentes do desvelo materno era pareada ou superada nos debates públicos pela representação de trabalhadores a serem moralmente talhados, infundidos dos bons princípios que a liberdade disciplinada lhes devia ensinar [...] superando a passagem efêmera dessas crianças por um universo simbólico partilhado, agora mais e mais radicalizado e atravessado por distinções de classe (ARIZA, 2021, p. 31, grifos nossos).

Diante disso, compreendemos a categoria “órfãs” apreendida nos textos associados ao Asilo e à Irmandade da Piedade como uma associação vocabular para a condição de desproteção e desamparo. Uma referência genérica para meninas originárias de famílias majoritariamente negras e pobres,¹⁸⁸ que não possuíam condições materiais suficientes para o sustento da progênia ou pelo desamparo causado pela morte de seus pais (também pela falta de familiares ou tutores disponíveis), além das considerações acerca das características populacionais da província mineira percorridas no primeiro capítulo.

No que fora identificado em periódicos e documentos transcritos em *O Pioneiro da Serra da Piedade*, podemos supor que nesse período havia um conjunto de 47 meninas matriculadas (JESUS, 1967, p. 69-70). Em uma das cartas enviadas por Domingos, lê-se:

Foram recolhidas no mesmo as meninas pobres das Freguesias que concorreram para a Irmandade, meninas de 8 a 12 anos, conforme os estatutos, precedendo sorteio pelos

¹⁸⁸ Quando referimos às meninas matriculadas no Asilo São Luiz, principalmente como “pobres e órfãs”, não citaremos “negras, pardas e brancas” juntamente às referências a elas. Consideramos que esse conjunto majoritariamente era composto por jovens negras e pardas, porém podendo conter a presença de brancas.

respectivos Vigários e de então até esta data têm sido escolhidas 61 meninas, sendo órfãs de pai e mãe 13, só de pai ou só de mãe 26 e desvalidas e pobres 22. Faleceram 2 saíram 12 que foram solicitadas por parentes e ficam e existem 47 (JESUS, 1967, p. 78).

Esse coletivo de 61 meninas, que posteriormente se reduziu a 47, entre “órfãs” e “desvalidas” de 8 a 12 anos, são apenas referentes às selecionadas pelos vigários mineiros e em condição de pobreza.¹⁸⁹ Desde 1879, a Mesa Regedora da Irmandade da Piedade aprovou a modalidade de matrícula por pensionistas, segundo Padre Domingo: “Por causa dos insistentes pedidos de várias famílias, e também para ajudar no sustento das pobres, assim tenho feito e continuo as matrículas de uma e outras” (JESUS, 1967, p. 67). Embora essa categoria estivesse em relatos e correspondências sobre a instituição, como em balanços financeiros, as “mensalistas” aparecem em um número muito inferior, inclusive através comentários de Domingos: entre 1879 e 1880, eram sete “pensionistas” em relação às 23 meninas “pobres órfãs” (JESUS, 1967, p. 70). Em suma, tais observações nos fazem compreender que essas meninas compunham outras camadas da sociedade, provavelmente com breves ressalvas que às distinguiam das “pobres”, porém podendo ser abarcadas pelas mesmas perspectivas concebidas às demais crianças asiladas. Reforçamos essa colocação a partir de uma fotografia em que Padre Domingos foi posicionado juntamente a um grupo de jovens matriculadas, não demonstrando indicadores visuais de diferenciação entre “pagantes” e “órfãs”:

¹⁸⁹ Padre Domingos declarou que haviam meninas “desvalidas e pobres” e, como isso, supomos que o Asilo também assistia meninas adoentadas por inúmeras causalidades, provavelmente matriculadas ou abandonadas pelos familiares com expectativas de melhor tratamento. Sendo assim, também atrelamos esses casos à categorização de “órfãs” ponderada pela direção do Asilo, como explanado anteriormente.

Figura 12: Padre Domingos com alunas do Asilo São Luiz (Aprox. 1890 - 1910).



Fonte: Arquivo CIANSP.

3.1 Currículo e educação no Asilo São Luiz

A respeito do Asilo São Luiz é possível constatar que as “pobres órfãs” vivenciaram condições muito similares aos quadros propostos pela legislação imperial para a educação feminina. A instalação de asilo de órfãos, em linhas gerais, “tornou-se uma prática recorrente no século XIX, quando teve impulso a ideia de propiciar educação industrial aos meninos e educação doméstica às meninas” (RIZZINI; PILOTTI, 2011, p. 20), voltados especialmente para as classes populares, “solta nas ruas” e de fácil contaminação pelos vícios imorais das “classes perigosas” como sublinhado no Capítulo 1. Sendo assim, havia como proposta medidas protecionistas de isolamentos ou afastamentos dos espaços de contágio, principalmente voltadas para as mentes tidas como inexperientes e imaturas: as crianças. Surgiram em inúmeras localidades do Brasil, principalmente na segunda metade do século XIX, instituições que adotaram o regime de internato.

O cenário predominante na segunda metade do século XIX foi marcado por uma grande escassez de escolas, fazendo com que regiões periféricas aos maiores centros urbanos ou em relação à Corte não possuíssem espaços suficientes para atender toda a demanda de

alunos e alunas. Esse quadro se agravava, segundo Washington Cunha e Rosemaria Silva, pelo fato das poucas instituições existentes não terem muita procura, “uma vez que parte da população mais pobre não acreditava e não via grande interesse pelo aprendizado da leitura e da escrita” (2010, p. 98), já muitas das necessidades econômicas acabavam obrigando que mesmo os mais jovens integrantes das famílias precisassem trabalhar, enquanto as classes mais privilegiadas compreendiam com naturalidade a escolarização e conseguiam suprir as necessidades educacionais pela contratação de tutores e professores particulares.

No tocante à educação feminina no Brasil oitocentista, seguindo às considerações de Cunha e Silva (2010):

Era mais grave do que a já precária educação primária, de modo que o preenchimento das vagas para professores seria por meio de concurso público e por pessoas do mesmo sexo que os alunos. O fato é que as mulheres tinham dificuldades de serem aprovadas nesses concursos, embora o nível de exigência para o professorado do ensino primário fosse somente o domínio de leitura, escrita e das quatro operações de aritmética. Tal orientação gerava um círculo vicioso, no qual as mulheres não tinham espaço para a ampliação de suas classes justamente pela falta de professoras qualificadas (2010, p. 99).

Tais condições provinham das discussões e da promulgação da Lei de 15 de outubro de 1827 ou a “Lei da Instrução Publica do Brasil”, texto legal o qual não só “manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império”, mas que também apontou as primeiras diretrizes legais para a educação no país e o magistério feminino. Seguindo breve análise do texto, lemos no sexto artigo:

Art. 6º Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil (BRASIL, 1827).

Apesar da primeira impressão da redação demonstrar generalidade enquanto a proposta das disciplinas voltadas para o alunado brasileiro, os substantivos masculinos (“professores” e “meninos”) nos denunciam uma expressiva problemática, linhas abaixo no décimo-segundo artigo:

Art. 12. As Mestras, além do declarado no Art. 6º, com exclusão das noções de geometria e limitado a instrução de aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquelas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida

honestidade, se mostrarem com mais conhecimento nos exames feitos na forma do Art. 7º (BRASIL, 1827).

O “círculo vicioso” torna-se evidente diante da legislação que propiciava uma formação escolar insuficiente para grande parte das mulheres no Brasil, já que o quadro de disciplinas das escolas públicas de primeiras letras demonstrava-se diminuto diante dos concursos para o ensino superior ou concursos públicos. No tocante à Joan Scott,

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado da oposição homem/mulher; ele também o estabelece. Para proteger o poder político, a referência deve parecer certa e fixa, fora de toda a construção humana, parte da ordem natural ou divina. Desta maneira, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se parte do próprio significado de poder; pôr em questão ou alterar qualquer de seus aspectos o sistema inteiro (1995, p. 95).

Ou seja, no decorrer do século XIX, a política educacional brasileira posicionava-se majoritariamente contrária à formação acadêmica das mulheres tal qual a proposta para a parcela da população masculina. Apesar das famílias de classes mais abastardas pudessem optar outras formações acadêmicas ou estender o conjunto de disciplinas a serem aprendidas para suas filhas, como reflexionado anteriormente, as meninas das classes populares contavam com currículos mais triviais e instituições de caráter assistencialista e educacional, ou mantidas por financiamentos públicos ou por ordens, mas que também se voltavam para um currículo finito, reduzido principalmente ao que concernia à “economia doméstica”. As experiências educacionais voltadas à juventude feminina visavam, majoritariamente, uma formação em atividades práticas e associadas ao trabalho dentro das casas das famílias aos moldes burgueses.

Esse cenário, conseqüentemente, também foi caracterizado pelo raro ingresso de mulheres ao ensino superior, isolado em exceções. Isto é, a disciplinarização e profissionalização de meninas e mulheres após a sua iniciação na educação formal:

Nada mais coerente ao pensamento da época do que propor um ensino secundário feminino, no qual o caráter propedêutico não era considerado, proporcionando uma certa flexibilização nos programas e currículos das disciplinas propostas, permitindo a aplicação de novas técnicas pedagógicas. Contudo, apesar das inovações, isto não rompia com o caráter tradicional da formação feminina brasileira. As escolas, exceto uma ou outra que priorizava uma formação mais intelectual, continuavam com o objetivo de preparar a mulher para educar os seus filhos, de acordo com as regras da boa sociedade, exercendo assim o seu papel de esposa e mãe, guardiã da família e dos bons costumes (CUNHA; SILVA, 2010, p. 100).

Os asilos de órfãos voltados para as classes mais pobres, segundo Cunha e Silva, visavam contemplar a totalidade do indivíduo que era aquartelado, ou seja, era através de rotinas que alternavam entre práticas de ofícios e estudos que os conhecimentos idealizados, muitas das vezes os caracterizados como “úteis”, eram passados aos estudantes. O produto a ser formado seria um cidadão compatível para uma sociedade livre, modernizada e, devido às respectivas condições financeiras, bons trabalhadores e boas mães de família. Nesse sentido, segundo Maria Lúcia Spedo Hilsdorf, as instituições e a formalização da educação, como os currículos, não são exclusivamente formadas pelos órgãos governamentais, mas pelas articulações sociais correspondentes, desde o cotidiano até as práticas escolares. Ainda segundo a pesquisadora, quando se trata do Oitocentos, o uso da educação como um dos principais instrumentos de reprodução da ordem tida como necessária e, através muitos dos espaços dedicados à escola brasileira, um ponto de partida para modificações integradas a estratégias de normalização, de assistência e vigilância das crianças.

Apesar de uma primeira impressão dessas instituições de caráter asilar e pautadas no discurso filantrópico demonstrarem nuances similares, um dos aspectos que os diferenciavam era em relação aos que tinham os órfãos e pobres como seu principal público assistido.¹⁹⁰ Retomando os levantamentos de Eva Faleiros, considerando um panorama geral, as meninas órfãs eram muitas das vezes acolhidas por instituições religiosas, diferenciadas pela cor e pela filiação (legítimas ou ilegítimas de um casamento devidamente consagrado pela tradição religiosa) e “preparadas nas artes domésticas, para o casamento (dotes) ou para serem empregadas domésticas” (2011, p. 221).

Em *O Pioneiro da Serra da Piedade* observamos, em descrição do diretor Asilo São Luiz, a relação de matérias empenhadas pela instituição. Apesar de não conter detalhes sobre a aplicação das mesmas na rotina das jovens ou quais temáticas específicas foram tratadas em cada uma, sugerimos a separação e nomeações de quatro grupos do conjunto de matérias relatadas por Padre Domingos: o primeiro grupo com disciplinas denominadas “Oficiais”, “ler, escrever, Catecismo, História Sagrada, [...] História do Brasil, Gramática Portuguesa”; o segundo como “Desenvolvimento Intelectual”, “Sistema Métrico [...], Geografia, Ciências Naturais, Noções de desenho linear”, já o terceiro como “Estrangeiras”, “Música, Piano”; e por último “Economia Doméstica”, “Trabalhos de agulha, crivos, chochê, bordados, trabalhos de lã, flores, costura e se exercitam as meninas em todo serviço doméstico” (JESUS, 1967, p. 78).

¹⁹⁰ Apesar da utilização de “órfãs e pobres” para a maior parte das referências aos públicos assistidos por instituições asilares, Irene Rizzini e Francisco Pilotti complementam com “abandonados ou desvalidos”, isto é, daqueles que estivessem ‘soltos’, fugindo ao controle das famílias e ameaçando a ‘ordem pública’” (2009, p. 20).

Acerca do primeiro grupo, “Oficiais”, selecionamos todas as matérias promulgadas em 1827 (“Lei da Instrução Publica do Brasil”). Como adento, supomos que o “Catecismo” era uma variação para os “princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana”, como determinado no texto legal, além de ser por si só ser um dos rituais importantes da religião católica (também conhecido como Primeira Eucaristia), o que promovia maior imersão das estudantes à religiosidade.

Já o segundo grupo, “Desenvolvimento Intelectual”, situamos as matérias usualmente presentes em escolas femininas e também presentes nas que atendiam classes populares. Como dissertado por Ana Maria Mauad, a diferença entre a educação masculina e a feminina consistia “basicamente na valorização dos atributos manuais e intelectuais, sendo os primeiros concernentes ao universo feminino e o segundo ao masculino” (2018, p. 152). Em colégios masculinos da Corte, principalmente os destinados aos filhos da elite agrária e política, o conjunto de assuntos tratados nas aulas voltavam-se para reflexões e temáticas que envolviam diferentes ciências, inclusive se diferenciam também pelo tempo de duração da formação.¹⁹¹ Essa condição é observável

Num colégio conceituado como o Externato Pedro II, frequentado por quase todos os filhos da aristocracia cafeicultora imperial e pela elite urbana [...]: filosofia, retórica, poética, religião, matemática, geografia, astrologia, cronologia, história natural, geologia, ciências físicas, história, geografia descritiva, latinidade, língua alemã, língua inglesa, língua francesa, gramática geral nacional, latim, desenho caligráfico, linear e figurado e música vocal distribuída ao longo de sete anos (MAUAD, 2018, p. 152).

As disciplinas dos externatos masculinos possuíam um caráter mais teórico e subjetivo, direcionadas para as futuras ocupações que os herdeiros seriam destinados pelos seus familiares, como “filosofia” e “retórica” voltado para os estudos de direito e exercício de cargos burocráticos. Essas condições eram distintas ao público feminino que na maior parte das vezes tinha a economia doméstica e trabalhos manuais como centrais na formação escolar. Pequenos sinais de mudança nesse cenário são constatáveis na década de 1870, momento em que mais disciplinas passaram a ser ofertadas, “línguas nacional, franceza e inglesa, arithmética, história antiga e moderna, mithologia, além é claro, de obras de agulha de todas as qualidades” (Idem, p. 153 – 154), assim como constatado no Asilo São Luiz.

Apesar das disciplinas do “Desenvolvimento Intelectual” denotarem um caráter despretenso ou menor que as matérias práticas, como analisado mais adiante, é preciso

¹⁹¹ Mauad afirma que “os meninos da elite iam para a escola aos sete anos e só terminavam sua instrução, dentro ou fora do Brasil, com um diploma de doutor, geralmente de advogado” (2018, 152).

sublinhar que tais conteúdos, na maioria das vezes, não estavam presentes em instituições formais de educação voltadas às classes populares. De maneira excepcional, famílias abastadas podiam contratar tutoras ou preceptoras que ministravam aulas particulares, ou aulas extras na própria escola para acrescentar certas temáticas, para além do conjunto das matérias escolares.

No tocante a Hercules Alves, podemos constatar que o Collegio Marianno para meninas da elite da região sul mineira, na cidade de Campanha, apresentava um conjunto de disciplinas mais voltados para habilidades de leitura e desenvolvimento intelectual, assim como descrito: “Em 1875, eis as disciplinas lecionadas: francez, geographia, cathecismo, systema métrico, geographia, grammatica portugueza, 4 operações de números inteiros, adiantamento de leitura e escripta e o segundo livro de leitura” (ALVES, 2021, p. 153).

Mesmo com rol de matérias menos extenso e que não apresentava atividades práticas como do Asilo São Luiz,¹⁹² as estudantes cursavam as matérias em turmas diferentes. Alves aponta que as meninas eram organizadas segundo o nível de desenvolvimento em cada matéria e conforme pagavam por algumas: “as disciplinas de francez, tradução franceza, musica e geographia eram extraordinárias ao currículo; provavelmente pagas a parte, como se dava em outros colégios da mesma categoria” (*Ibid.*, p. 152).

Ainda em referência às condições das famílias mais enriquecidas, retomamos Mauad que no afirma sobre a ocasião da educação doméstica e os princípios morais fossem ensinados pelos preceptores, ou seja, representavam o conjunto de conhecimentos, comportamentos e valores apropriados à posição social ensinados aos filhos das famílias mais abastadas. A retidão da educação, extremamente custosa dentro dos parâmetros da época, presente nesses lares denota-se simbólico das classes dirigentes da sociedade não só pela exigência da qualificação das práticas adotadas com os filhos dessas famílias, mas a dedicação que exigiam dos educadores como destacado pela autora com as palavras da preceptora dos filhos de D. Pedro I:

A experiência me tem mostrado q. desde o berço se deve principiar este trabalho [praticar a virtude], porque defeitos de carater adquiridos, pode a razão de abafalos mas nunca destruilos. Este methodo bem que tão necessario he mui difficil execução, pois quem pratica precisa morrer para si e viver para seu educando (MAUAD, 2018, p. 150).¹⁹³

¹⁹² Sobre isso, Hercules Alves afirma que as meninas realizavam trabalhos manuais, “mas não encontramos registros de disciplinas ligadas às prendas domésticas ou algo similar sendo ministrada no colégio até esse momento”, sendo que “a confecção de objetos de uso doméstico fazia parte da educação das meninas na segunda metade do século XIX, preparando-as para serem boas esposas e mães” (ALVES, 2021, p. 155).

¹⁹³ *Apud* Alberto Rangel. *A educação do príncipe: esboço histórico e crítico sobre o ensino de dom Pedro II*. Rio de Janeiro: Liv. Agir Ed., 1945, p. 87.

Ou seja, diante de instituições com o perfil social e econômico, como do Asilo da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade, não era corriqueiro encontrar aulas dedicadas às diferentes formações intelectuais distintas das voltadas para o trabalho doméstico ou ao atrelado ao grupo de matérias “Oficiais”. Podemos tomar como comparativo o Asilo Santa Izabel, no Rio de Janeiro, e as abordagens de Alessandra Schueler sobre as aulas empenhadas nessa instituição voltada para meninos pobres de diferentes localidades do Brasil, assim como “ingênuos” e “abandonados”, na década de 1880:

As classes funcionavam diariamente entre o meio-dia e as duas da tarde, nas horas de maior incidência do sol e, portanto, impróprias para trabalhos na lavoura. O horário restrito, com apenas duas horas destinadas à instrução elementar, estava em conformidade com as regras estabelecidas nas colônias agrícolas francesas, onde as crianças trabalhavam durante aproximadamente 12 horas por dia. Quanto ao ensino prático, os meninos teriam a aprendizagem do manejo dos instrumentos e a preparação do solo para o plantio (1997, p. 190).

Apesar de não mencionar quais as matérias mais especificamente ligadas à instrução elementar, destacamos a enfática discrepância do tempo dedicado às atividades práticas, ou exercício de trabalhos ligados à subsistência e manutenção da instituição, em detrimento das aulas “teóricas”.

Com base nessas observações, é possível supor que a instituição dirigida por Padre Domingos Evangelista Pinheiro se demonstrava preocupada com a mudança de segmento social das meninas que ali eram assistidas. Nossa afirmação é reforçada juntamente às análises do terceiro grupo, “Estrangeiras”, já que em muitas das vezes “as famílias mais abastadas contratavam preceptoras, professoras particulares vindas da Europa que deveriam prepará-las para o casamento e ensinar, além da leitura e escrita, boas maneiras, prendas domésticas, música (geralmente piano) e francês” (GATI; MONTEIRO, 2016, p. 1158).

É possível observar também o caráter elitista do cantar ou tanger de instrumentos musicais em escolas ou cursos livres dedicado às meninas, como em anúncios de periódicos que descriminavam preços mais elevados para acréscimos de matérias relacionadas ao ensino de música:

Collegio Para Meninas Na Cidade De Marianna [...] Ensino-Se Primeiras Letras, Grammatica Portuguesa, Arithmetica, Noções De Geographia, Francez, Doutrina Christã, Historia Sagrada E Trabalhos De Agulha, Mediante A Mensalidade De 15\$, Paga Por Trimestre Adiantados; Elevando-Se A 20\$ A Mensalidade, Se Fôr Exigido O Ensino De Musica Vocal E Piano.¹⁹⁴

¹⁹⁴ *Liberal Mineiro*, 25/08/1883, p.4.

Também havia famílias que procuravam professoras para ensino particular, como lido em: “Professora De Portugues, Francez, Piano E Trabalho De Agulha Para Ensinar Uma Menina”.¹⁹⁵ Assim como voltada para colégios particulares de meninas, em que mais requisitos e qualificações poderiam ser exigidos: “Precisa-se, para um Collegio De Meninas, estabelecido em Curitiba, na Provincia do Paraná, de uma Senhora, Franceza ou Allemã, para ensinar Francez, Piano e Desenho: Exige-se garantias de sua respeitabilidade e capacidade”.¹⁹⁶

Sendo assim, o Asilo de São Luiz, em Caeté, demonstrava-se como uma possível exceção entre as instituições de caráter similar, tendo em vista também o segmento social que atendia. Porém, entre as características do Asilo em relação ao conjunto de matérias, destacamos o último grupo, “Economia Doméstica”, o qual consideramos como o mais expressivo indicador de que a instituição investia na formação de meninas populares capacitadas ao trabalho e uma vida social condizente com os valores morais esperados.

A emergência de ações práticas para a preparação das mulheres para o âmbito profissional, na maior parte das vezes restringido ao âmbito doméstico, surge expressivamente quando:

O desenvolvimento das cidades e da vida burguesa no século XIX influiu na disposição do espaço no interior da residência, tornando-a mais aconchegante; deixou ainda mais claros os limites do convívio e as distâncias sociais entre a nova classe e o povo, permitindo um processo de privatização da família marcado pela valorização da intimidade. [...] a ideia de intimidade se ampliava e a família, em especial a mulher, submetia-se à avaliação e opinião dos ‘outros’. A mulher de elite passou a marcar presença em cafés, bailes, teatros e certos acontecimentos da vida social. Se agora era mais livre – ‘a convivência social dá maior liberalidade às emoções –, não só o marido ou pai vigiavam seus passos, sua conduta era também submetida aos olhares atentos da sociedade. Essas mulheres tiveram de aprender a comportar-se em público, a conviver de maneira educada. (D’INCAO, 2020, p. 228).

Porém, apesar de um relativo retraimento da mulher ao ambiente privado e valorização dos valores aburguesados, Michelle Perrot (2001) afirma que a instituição familiar ainda permaneceu sob domínio legal e prático do homem, representado primordialmente pela figura do “pai”. A autora ainda destaca que a ordenação do poder privado, familiar e materno denotaram ações do patriarcado para o funcionamento dessa realidade oitocentista dentro das casas. Condizente a isso, Maria Ângela D’Incao alega que:

Num certo sentido, os homens eram bastantes dependentes da imagem que suas mulheres pudessem traduzir para o restante das pessoas de seu grupo de convívio. Em outras palavras, significavam um capital simbólico importante, embora a autoridade

¹⁹⁵ *Jornal do Commercio*, 09/01/1880, p. 7.

¹⁹⁶ *Jornal do Commercio*, 01/01/1880, p. 5.

familiar se mantivesse em mãos masculinas, do pai ou do marido. Esposas, tias, filhas, irmãs, sobrinhas (e serviçais) cuidavam da imagem do homem público; esse homem aparentemente autônomo, envolto em questões de política e economia, estava na verdade rodeado por um conjunto de mulheres das quais esperava que o ajudassem a manter sua posição social (D'INCAO, 2020, p. 229 – 230).

A formação escolar das meninas atrelava-se ao caráter social de cada instituição. Mesmo adotando muitos padrões sociais inspirados nos lares burgueses, é possível constatar que o rol de matérias ofertadas não era rígido e possuía diferentes formatos, relacionados com a realidade social e o público atendido. Tal alegação é perceptível no anúncio de um colégio particular no centro de Recife:

Collegio De N. S. De Nazareth [...] Neste Collegio as meninas são leccionadas pela Directora em Portuguez, Francez, Inglez, Italiano, Piano, Canto, Desenho, Geographia, Astronomia, Historia, Bordar a Seda e Ouro, em Velludo, Pellica, Cartão Picado, Labyrinto, Crochet, Frioleiras e Outros Muitos Bordados de sua especialidade. Recebe-se Internas, Meio-Pensionistas E Externas.¹⁹⁷

Verifica-se a presença de três idiomas estrangeiros, sendo que o estudo de uma segunda língua já se compreendia como fundamental para a formação intelectual de uma menina de origem endinheirada. Além disso, sinalizamos especializações que indicam mais refinamento e encarecimento das práticas pelos materiais adotados como “bordar a seda e ouro” e “outros muitos bordados de sua especialidade”, denotando abundância material e maiores estruturas para abarcar o que fora proposto.

Já no que circundava as classes populares, “a mulher pobre sempre trabalhou nos mais variados ofícios, como costureira, fiandeira, fabricante de botões ou de rendas, ourives, polidora de metais, cervejeira, criada de lavoura, criada doméstica ou ama, mas sem visibilidade” (GATI; MONTEIRO, 2016, p. 1150). Contudo, essa invisibilidade não se dava por completo no plano social, principalmente a partir da década de 1870, quando “os hábitos populares se tornaram alvo de especial atenção no momento em que o *trabalho compulsório* passava a ser *trabalho livre*” e, como dissertado por Rachel Soihet, “nesse sentido, medidas foram tomadas para adequar homens e mulheres dos segmentos populares ao novo estado de coisas, inculcando-lhes valores e formas de comportamento que passavam pela rígida disciplinarização do espaço e do tempo de trabalho” (2020, p. 362).

As formas escolares que surgiram nesse contexto eram caracterizadas pela pluralidade de suas administrações e perfis socioeconômico, principalmente entre as décadas de 1870 e

¹⁹⁷ *Diario de Pernambuco*, 08/10/1875.

1890, e no que concernia à educação dos populares, sobretudo meninas, o currículo também apresentava distinções, mas as matérias da “Educação Doméstica” estavam sempre presentes. A Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, instalada na cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro, foi uma instituição que tinha como principal objetivo o atendimento às meninas desvalidas e formação às práticas dos serviços domésticos e o exercício do magistério:

No ano de 1895 havia 97 alunas, das quais 37 mandadas admitir pelo governo. As matérias do programa de ensino constavam de história sagrada e doutrina cristã, gramática portuguesa, caligrafia, leitura, aritmética elementar, regras de civilidade, economia doméstica, música vocal, desenho linear, costura e exercícios culinários, de confeitaria, de lavanderia, de engomagem e de padaria (MOGARRO; MARTÍNEZ, 2010, p. 49 – 50; ERJ, 1895, p. 24).

Para o mesmo período, retomamos também como exemplo os estudos de Carlos Eduardo M. Araújo e Marcelo Mac Cord acerca do exemplo do Decreto n.º 2.745, de 1861: legislação que instituiu o Instituto de Menores Artesãos da Casa de Correção da Corte. Durante os quatro anos de funcionamento do Instituto de Menores, “a documentação disponível permite que observemos muitas crianças e muitos jovens cumprindo suas penas na Casa de Correção, tendo em vista o que determinava o Código Criminal de 1830” (ARAÚJO; CORD, 2017, p. 242). Apesar de serem “artes úteis” destinadas exclusivamente ao sexo masculino, tanto no que concerne o exemplo da Casa de Correção como na realidade educacional nacional de maneira genérica, esses tipos de matérias integravam fundamentalmente a formação de trabalhadores e de dirigentes familiares capazes de ingressarem no mundo do trabalho formal e adquirissem renda o suficiente para que não optassem pelo ócio, um dos principais sintomas das “classes perigosas”.

Para a realização das atividades ligadas ao trabalho artesanal, a Casa de Correção que era localizada no forte colonial de São Thiago, na região litorânea da Corte, havia uma série de oficinas dedicadas aos ofícios que foram integradas, posteriormente, ao Instituto de Menores:

A primeira oficina estabelecida logo após a inauguração foi a de encadernadores, cuja atividade iniciou-se em 14 de outubro de 1850. Além desta, havia as oficinas já constituídas nos tempos da construção, tais como as de carpinteiros, marceneiros, sapateiros e alfaiates. Alguns sentenciados estavam envolvidos na confecção de chapéus de palha, barris, pipas e tonéis. A lavanderia, que ficava fora dos edifícios da Casa de Correção, mas dentro do terreno penitenciário, utilizava o mesmo sistema de trabalho das oficinas e contava com o trabalho das cativas do Calabouço e africanas livres (*Ibid.*, 2017, p. 237).

Levando em conta uma rotina de estudos que alternavam entre práticos e teóricos, as pesquisas de Araújo e Cord (2017) apontam que

algumas aulas que eram oferecidas pelo Instituto dos Menores Artesãos da Casa de Correção permitiam que tais projetos de conquista/manutenção da autonomia pessoal e social encontrassem canais de expressão. No regulamento da instituição, observamos que crianças e jovens aprendiam primeiras letras, desenho linear e música” (*Ibid.*, p. 244).¹⁹⁸

Novas instituições, no decorrer da década seguinte, surgiam pautadas em diretrizes semelhantes às respectivas experiências educacionais, assim como o Instituto de Educandos Artífices do Pará Lauro Sodré que com a promulgação da Lei n.º 660, de 30 de outubro de 1870 possibilitou a fundação da instituição que a partir de 1872 passou a “abrigar meninos desvalidos” (MARCÍLIO, 2019, p. 242). Nessa “espécie de liceu de artes e ofícios” (*Ibid.*, p. 242), os menores estavam submetidos a um modo rigoroso de horário e suas atividades estavam repartidas entre rituais religiosos, “duas oficinas (um de marceneiro outra de sapateiro), quatro aulas de primeiras letras, a geometria e mecânica aplicada, música vocal e instrumental, desenho linear tipográfico”, além de possuir “uma boa biblioteca, um museu agroindustrial e laboratórios” (MARCÍLIO, 2019, p. 242).

Maria Luiza Marcílio também pontua sobre as oficinas da Casa dos Educandos Artífices do Maranhão, de 1874, onde “eram dadas aulas de primeiras letras, de música, de desenho, de geometria, e de instrumentos de corda; e bem assim as oficinas de gravura, alfaiate, serralheiro, ferreiro, marceneiro, carapina, pedreiro e sapateiro” (2019, p. 244).

Para a historiadora Raquel Martins Assis, conforme a mentalidade das classes dirigentes e consideradas ilustradas, a saúde de uma sociedade no futuro “moderno” dependia principalmente da família e sua constituição solidificada nos preceitos morais e íntegros, além de seus componentes serem células centrais também para a religiosidade cristã enquanto parte integrante da modernização no final do século XIX. Ainda segundo a autora, a prática de educar pessoas pela cultura religiosa católica:

[...] significa formar uma cultura específica de relações entre o ser humano, a sociedade, a natureza e Deus, que se dilata por meio de organizações comunitárias, conforme o exemplo das primeiras comunidades cristãs. A origem da palavra cultura remete ao cultivo da terra e ao cuidado e proteção do que está por nascer. Esse mesmo sentido foi largamente utilizado para designar o cuidado e o cultivo da alma, sendo a educação prática essencial na formação da cultura (2019, p. 66-67).

¹⁹⁸ Ainda segundo apontamentos dos autores: “Nem é preciso muito esforço para deduzir a importância da leitura e da escrita em uma sociedade com elevadíssimos índices de analfabetismo. As lições de desenho linear permitiam que os aprendizes conquistassem competências para projetar suas futuras obras [...]. De forma complementar, a capacidade de transformar projetos em produtos podia ser exercida, por exemplo, nas oficinas de canteiros, carpinteiros, pedreiros e marceneiros do referido estabelecimento. As aulas de música eram um passaporte para tocar na própria banda da instituição” (*Ibid.* 2017, p. 244).

Ou seja, “instruir e cultivar costumes e hábitos por meio de exercícios e práticas cotidianas e corriqueiras que deveriam animar todos os aspectos da vida de uma comunidade” (ASSIS, 2019, p. 67), tanto na perspectiva individual – como uma rotina de rituais religiosos e de trabalho – como na perspectiva ampla da sociedade, através de festividades e datas comemoradas pelos calendários oficiais. Assis conjuntamente alega que “a cultura da alma e a educação dos costumes acontecia” (*Ibid.*, p. 67), ao final do Oitocentos, foram fatores alicerçadas principalmente no projeto modernizador de caráter europeu juntamente à filosofia religiosa predominante na sociedade, majoritariamente, baseando-se no Ultramontanismo dos bispos do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

Para que ocorresse uma efetiva transformação pela educação, era visto como necessário certa estrutura material para as instituições, além da proporção relacionada com as atividades integrantes à rotina das asiladas e com o propósito do isolamento ao máximo. José Gonçalves Gondra, a partir de seus estudos acerca da educação na Corte brasileira, pautando-se principalmente na produção acadêmica oriunda das Faculdades de Medicina brasileiras na segunda metade do século XIX, afirma que houve uma preocupação utópica de que essas instituições asilares partissem da “compreensão de educação integral adotada pelos médicos, nos anos oitocentos, [que] remete aos aspectos da inteligência, do corpo e da moral” (GONDRA, 2004, p. 226).¹⁹⁹ O historiador também afirma que os locais escolhidos para sediarem os asilos perpassavam não apenas por condições sanitárias específicas, assim como eram as exigências dos higienistas, mas a idealização de barreiras físicas para proteger as crianças dos temíveis perigos que a rua poderia causar.

A aplicação de novas técnicas pedagógicas, incluindo os espaços nos quais eram exercidas, não apenas tentavam ou preocupavam-se em reproduzir uma suposta condição futura da educanda (como o exercício de trabalhos domésticos), mas auxiliavam a promover o próprio funcionamento da instituição educacional muitas das vezes. Assim como podemos constatar no relatório de matérias do Asilo São Luiz, quando o diretor Domingos Pinheiro cita “exercitam as meninas em todo serviço doméstico”, entendemos que a prática dos afazeres domésticos provavelmente era ligada às necessidades rotineiras da instituição.

¹⁹⁹ Continua com: “Distinta, portanto, da compreensão marxista de educação integral, que, nessa outra perspectiva, procurava romper com a divisão instaurada pelo modo de produção capitalista entre trabalho manual e intelectual. Em busca da unidade do homem, fraturada pelo capitalismo, uma proposta fundada nessa compreensão marxista defende uma pedagogia da omnilateralidade, cuja ênfase estaria na refundição dos braços e cérebros, evitando, desse modo, a fragmentação do/no trabalho e do próprio homem. O higienismo opera com outro conceito de educação integral, como se pode perceber” (GONDRA, 2004. p. 227).

As flexibilizações das obrigações diárias dos educandos, como exemplificados anteriormente, transfiguraram inúmeras práticas pedagógica que apesar de suas particularidades e diferentes contextos sociais, ordinariamente estavam pautadas nos projetos modernizadores do final do século XIX. Almejava-se uma idealização de um padrão de mulher que exerceria o “papel de esposa e mãe, guardiã da família e dos bons costumes”, assim como descrito por Washington Cunha e Rosemaria Silva (2010, p. 100). Acrescido a esses padrões que permeavam o imaginário do feminino pelo patriarcado hegemônico, “vemos como uma recusa de conceder-lhe o status de ser humano, pois sua função é glorificar o homem”, ou seja, “se não deve trabalhar, é para poder dedicar-se inteiramente a ser mãe” (GATI; MONTEIRO, 2016, p. 1150).

Essas ponderações ocupavam os campos da subjetividade e realidade material da sociedade do contexto oitocentista que não só identificamos pelas análises de textos legais ou documentos administrativos. Diante dessa afirmação, destacamos aqui uma passagem que contém a transcrição da comunicação do deputado provincial “Sr. Drumond”, na qual manifesta sua satisfação com as condições das meninas instaladas no Asilo São Luiz, concedendo seu voto favorável à concessão de auxílio financeiro a ser incorporado na Lei orçamentária provincial de 1882:

O Sr. Drumond: - Naquelle estabelecimento, que se acha fundado 3 lagoas distantes da sede do município, em lugar inteiramente solitário e, por assim dizer, afastado do movimento do mundo, achão abrigo aos assaltos da indigência e resguardo ao seu pudor virginal, que poderia ser ofendido pelos que realçam o coração, grande numero de meninas, que, se não fora o abrigo que ali encontrarão, mendigariam o pão da caridade publica ou comprariam chorado sustento com o sacrifício de seus dotes mais caros. (Apoiadores; muito bem).²⁰⁰

As palavras do parlamentar tornam-se notórias devido às referências atreladas a inúmeros elementos constituintes da realidade educacional de meninas pobres, ou pelo menos a ilustração das prospecções que lhes eram atribuídas a partir da ótica patriarcal. O respectivo cavaleiro tece uma série de comentários que estão diretamente relacionados à vivência das “pobres e órfãs” do Asilo e ao que estava denotado como projeto oficial voltado para aquela parcela das classes populares, especificamente composta de meninas pobres.

O primeiro aspecto evocado pelo parlamentar é referente ao isolamento geográfico e social do Asilo, sendo denotado como aspecto favorável para a instituição. Os prédios do Asilo São Luiz, “fundado 3 lagoas distantes da sede do município, em lugar inteiramente solitário e,

²⁰⁰ A *Actualidade*, 18/11/1881, p.2.

por assim dizer, afastado do movimento do mundo”, condizem com as medidas ditas necessárias para a preservação da saúde das meninas, tendo em vista que estariam distantes das doenças urbanas ou, como referido anteriormente, longe dos vícios contagiosos das “classes perigosas”. No tocante ao distanciamento promovido pelas instituições religiosas que adotavam o caráter de internato, como os asilos, Ivan A. Manoel nos afirma que esse recurso pedagógico foi pautado em dois “tópicos fundamentais”:

Primeiro, a idéia de ser a criança naturalmente inclinada ao mal. O batismo apagaria o pecado original, mas não fortaleceria a alma da criança diante do mal. Por isso, era necessária a construção de um lugar isolado, seguro, onde a alma infantil fosse ensinada a vencer as suas inclinações naturalmente pecaminosas. O segundo, [...] a concepção de que o mundo moderno está em permanente crise, ameaçado pelo Mal, revivido pelo humanismo renascentista e alimentado pela ciência materialista e pelo liberalismo (1996, p. 77).

Diante disso, Ivan Manoel delineia que naquele momento “para que a educação fosse produtiva, forçoso se fazia isolar a criança de todo contato com esse mundo necessariamente mau e corruptor” (*Ibid.*, p. 77). Ou seja, o modelo de internato o qual a Irmandade de Nossa Senhora da Piedade adotou para a instituição que construíram se fazia como “escola e guardião, ensinaria e defenderia” (*Ibid.*, p. 77) as meninas asiladas.

A integridade das jovens, a qual era preservada das mazelas originárias das crescentes cidades provinciais, tratava principalmente do “abrigo aos assaltos da indigência e resguardo ao seu pudor virginal”. A adoção da metáfora na passagem utilizando “indigência”, “o estado daquele que ate do necessario tem falta”, remete ao perigo representado pelos “indigentes”, “que até do necessário tem falta” (PINTO, 1832, p. 611), que estavam presentes nos contextos urbanos e, especificamente, associado à massa de pobres desses cenários. Aqueles que supostamente tinham o potencial de causar danos à suposta integridade das meninas ameaçavam seu “pudor virginal”, tratado como bem e “que poderia ser ofendido pelos que realção o coração”.

Em meados do século XIX, com as transformações urbanas e a valorização do modelo de vida burguês, os casamentos das classes mais abastardas entendiam a virgindade como um elemento de valor para o homem e um requisito fundamental para que houvesse a aceitação social do matrimônio. Maria D’Incao afirma que “independentemente de ter sido ou não praticada como um valor ético propriamente dito, a virgindade funcionava como um dispositivo para manter o *status* da noiva como objeto de valor econômico e político”, inclusive no que concernia aos processos de herança e legitimidade da parentela (2020, p. 236).

Ainda segundo a autora, partindo de análises de crônicas e outras produções literárias do período, o perigo eminente à virgindade do corpo feminina supostamente se dava pela falta de “intermediação” e apesar de haver “inúmeras formas de se impedir a aproximação dos corpos antes do casamento” (*Ibid.*, p. 236), esses quando não vigiados se encontravam. Quando ocorria o encontro de corpos não previamente autorizados pelas autoridades familiares, representadas pelo masculino, e fora das alianças econômicas e políticas desejadas, demonstrava ameaças à toda estrutura representada pelo casamento. Para a garantia de reprimir ou conter os encontros indesejados das descendentes virgens, o exercício da vigilância visava garantir o sistema dos casamentos e relações de ganhos entre famílias, porém:

O costume da vigilância e do controle exercido sobre as mulheres e o seu posterior afrouxamento no decorrer do século XIX, com a ascensão dos valores burgueses, estavam condicionados ao sistema de casamentos por interesse. O afrouxamento da vigilância e do controle sobre os movimentos femininos foi possível porque as próprias pessoas, especialmente as mulheres, passaram a se autovigiar. Aprenderam a se comportar (*Ibid.*, p. 236).

Novamente, quando tratamos de mulheres pobres para o final do século XIX, nos referiremos à outra dinâmica em relação ao trato do casamento e o valor que a virgindade correspondia. Segundo D’Incao, a mulher das classes populares “teve maiores possibilidades de poder amar pessoas de sua condição social”, já que a união promovida pelo teor sentimental ou sexual “não comprometeria as pressões de interesses políticos e econômicos”, diferente das mulheres de posses (ou pertencentes a famílias ricas) que sofriam pressões na vida pessoal para oficializarem uniões matrimoniais onerosas (*Ibid.*, p. 234).

Também pelas palavras da autora, as mulheres “aprenderam a se comportar” submetidas aos códigos morais e éticos, atrelados aos interesses políticos e econômicos do patriarcado. Ou seja, para que supostamente obtivessem sucesso no âmbito social, acarretando em relativa ascensão política e econômica, deveriam seguir as reflexões e padrões de comportamento idealizados e ensinados nas instituições, assim como enaltece “Sr. Drumont” sobre o Asilo São Luiz: “se não fora o abrigo que ali encontrarão, mendigariam o pão da caridade publica ou comprariam chorado sustento com o sacrifício de seus dotes mais caros”, ou seja, a prostituição era inerente e sintomática pelo contágio da “pobreza” e promotora da imoralidade.

A relação da subsistência e a pobreza feminina, no que tange essa perspectiva, era incompatível com os valores morais do discurso modernizador dominante, por aferir que a prostituição seria um viés a ser adotado pelas mulheres para que pudessem sobreviver na sociedade. Essa dicotomia entre moralidade e prostituição, combatida pelas instituições escolares formais e, principalmente, pelo cristianismo, pautava-se na honra da mulher que

“constitui-se em um conceito sexualmente localizado do qual o homem é o legitimador, uma vez que a honra é atribuída pela ausência do homem, através da virgindade, ou pela presença masculina no casamento” (SOIHET, 2020, p. 363).

Ou seja, a honra da mulher fundamentava-se em uma relação punitiva e restritiva do gênero feminino com o seu próprio corpo, muitas das vezes alienando-as de sua própria biologia, restrito ao homem (pai ou marido) e, conseqüentemente, “a identidade sexual e social da mulher através de tais informações molda-se para atender a um sistema de dominação familiar e social” (*Ibid.*, p. 389 – 390). Se essas mulheres transgredissem a normatividade de seu comportamento, como pela prostituição ou pela infidelidade ao cônjuge, estavam comprometidas a uma vida afastada das principais atividades políticas, econômicas e culturais da sociedade.

Apesar das mulheres populares serem as mais suscetíveis à pobreza, inclusive por estarem a margem do assalariamento (PERROT, 2017, p. 174), Rachel Soihet defende que “esse quadro configura uma modalidade de violência que, embora não compreenda atos de agressão física, decorre de uma normatização cultural, da discriminação e submissão feminina” (2020, p. 390). Para tal, as mulheres ou ao Estado representado na escola eram responsáveis em reprimirem desejos sexuais ilícitos e impulsos da natureza (em detrimento da masculinidade), afastando-se da imoralidade/pobreza e formarem-se “corretamente” para a sociedade moderna. Para que a educação dos “bons costumes” fosse devidamente proferida pelas instituições de ensino, inferimos que as qualidades educacionais avaliadas pelos legisladores, principalmente com a máxima aproximação com o projeto modernizador, englobavam simultaneamente as quantidades de estudantes que as mesmas suportavam. Exaltavam-se os números de jovens formados, que também significa, o universo de famílias abarcadas pela educação ofertada pelas respectivas escolas. Adotamos como exemplo o Collegio de Nossa Senhora de Nazareth, no Maranhão:

Os créditos de que merecidamente gosava essa de instrução e o longo espaço de tempo que ella funcionou n'esta capital, fallão mais alto do que qualquer expressão de que usassemos, attestando os serviços prestados á sociedade maranhense pelo Collegio Nazareth. Á elle deve extraordinário numero de mães de familia a instrução que receberam e os princípios salutaes que acolheram na educação que lhes dava a sua venerada preceptora. [...] É uma excelente casa de instrução e educação que se fecha, a qual será lembrada sempre pelo grande número de senhoras que ali beberam a instrução e proveitosas lições de moral e civilidade.²⁰¹

²⁰¹ Pacotilha, 17/02/1896, p. 2.

Para o final do Oitocentos, principalmente no alvorecer da *Belle Époque*, discussões entre os dirigentes do falecido poder monárquico e os golpistas republicanos convergiam preocupações com a organização das famílias e da “classe dirigente sólida – respeitosa das leis, costumes, regras e convenções” (SOIHET, 2020, p. 362). Sendo assim, recaía principalmente sobre as mulheres “uma forte carga de pressões acerca do comportamento pessoal e familiar desejado, que lhes garantissem apropriada inserção na nova ordem, considerando-se que delas dependeria, em grande escala, a consecução dos novos propósitos” (*Ibid.*, p. 362). Essa percepção também foi comum ao conservadorismo eclesiástico e a Igreja ultramontana, a qual foi denominada por Ivan A. Manoel como “teoria dos círculos concêntricos”:

Essa estratégia de se preparar agentes sociais que, por sua vez, preparam outros, num movimento crescente e ininterrupto, é uma concepção pedagógica que não está apenas na base da tradicional pedagogia dos jesuítas e do catolicismo ultramontano, mas também em outras doutrinas, religiosas ou não. [...] A Igreja desenvolvia, portanto, uma estratégia que podemos denominar de ‘teoria dos círculos concêntricos’: da mãe cristã para filhos cristãos; de filhos cristãos para famílias cristãs; das famílias cristãs para a sociedade cristã. Com isso, esperava-se, em breve tempo, recristianizar toda a sociedade moderna (MANOEL, 1996, p. 49).

Os projetos que visavam educar as mulheres como núcleos centrais de diferentes configurações familiares e contextos sociais, paralelamente, tentavam alcançar as famílias em si e então pulverizar os valores e comportamentos desejados, como “o extraordinário número” exaltado ao anúncio do colégio N. S. de Nazareth. Estavam especialmente os mais pobres no centro dos esforços institucionais responsáveis pela instrução e educação, sendo esses grupos os que mais concentravam exponencialmente diversas estruturas do ambiente privado, incluindo “famílias chefiadas por mulheres sós” (SOIHET, 2020, P. 362). Conforme afirmado por Raquel Soihet, essa constelação de famílias pobres não se dava apenas por dificuldades financeiras, mas por variações de valores e da própria cultura popular. Diante desse quadro, Soihet discorre sobre a importância de alcançar essas mulheres e, conseqüentemente, essas famílias:

A implantação dos moldes da família burguesa entre os trabalhadores era encarada como essencial, visto que no regime capitalista que então se instaurava, com a supressão do escravismo, o custo de reprodução do trabalho era calculado considerando como certa a contribuição invisível, não remunerada do trabalho doméstico das mulheres. Além disso, as concepções de honra e de casamento das mulheres pobres eram consideradas perigosas à moralidade da nova sociedade que se formava (2020, p. 362 – 363).

Para tanto, conforme pensamento de grande parte da intelectualidade da época, o corpo feminino deveria ser zelado. A “medicina social”, por exemplo, assegurava e adotava atributos biológicos e psicológicos como justificava dessa necessidade: “a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade à vocação maternal” (*Ibid.*, p. 363). A imagem “biológica” e “essencial”, concebida pelo grupo dos homens letrados e dirigentes, do masculino – representado por um corpo e mente supostamente mais desenvolvidos - conjugar sua “força física uma natureza autoritária, empreendedora, racional e uma sexualidade sem freios” às mulheres através do matrimônio (*Ibid.*, p. 363).

Apesar das falácias concebidas para o sexo feminino, muitas imagens eram construídas e que reforçavam esses estereótipos para meninas e mulheres, inclusive associadas à inteligência das jovens e, assim, adotando um tom de necessidade da educação formal para elas. Em *A Província de Minas* lemos:

N’um exame de Historia Natural, n’um collegio de meninas.
- Responda, conhece o tigre? O Jaguar e todos os felinos?... Agora diga-me qual é o animal desta familia mais util ao homem e com que as crianças brincão?
-E’ o Gato de Botas.²⁰²

E muitas anedotas também caricaturavam as condições impostas às mulheres como natural ou, como exposto em publicação de *Pacotilha*,²⁰³ sendo intrínseco durante toda a vida:

N’um collegio de meninas.
Professora – Qual é o futuro do verbo amar?
A discípula – (Depois de um momento de reflexão.) – Casar, minha senhora.²⁰⁴

Seguindo a perspectiva adotada pelas anedotas publicadas nos periódicos anteriores, como a suposta relação intrínseca da baixa intelectualidade e a suposta “natural vocação para o casamento” com jovem mulheres, o Asilo São Luiz consistia em barreiras físicas, dentre os muros e dormitórios, assim como barreiras subjetivas, impondo às matriculadas uma imersão em uma realidade pautada na doutrina cristã e nos valores sociais hegemônicos. Esses elementos serviam de proteção para a integridade das meninas assistidas na instituição e que, a partir do conjunto de matérias e rotinas devidamente regradas pelas obrigações morais e práticas, formaria uma “mulher educada”. Seguindo tais preceitos, as asiladas cada vez mais se

²⁰² *A Província de Minas*, 18/06/1885, p. 3.

²⁰³ O periódico *A Pacotilha* foi o primeiro jornal diário do Maranhão, sediado na capital São Luiz, e manteve sua ampla circulação entre as décadas de 1880 a 1930.

²⁰⁴ *Pacotilha*, 08/10/1892, p. 2.

afastavam dos vícios, da pobreza e da vulgaridade e eram preparadas para a vida subordinadas a um homem, seja como chefe da família ou do emprego que poderiam conseguir.

Sobre isso, entende-se que a educação ofertada no estabelecimento dirigido pela Irmandade de Nossa Senhora da Piedade e Padre Domingos Evangelista Pinheiro era valorada como uma oportunidade para que “pobres e órfãs” pudessem almejar alguma ascensão social. Tal como interpretado anteriormente na transcrição destacada do deputado “Sr. Drumont”, dentre outras inúmeras transcrições impressas em jornais, a superação das classes populares pelas mulheres, ou simplesmente das camadas “perigosas”, era compreendida como um avanço social. Sem a necessidade de abrirem mão de seus “dotes mais caros”, como a virgindade e o exercício do papel de mãe educadora, ou adotarem um estilo de vida ligado à mendicância pelo “pão da caridade pública”, essas mulheres “devidamente prontas” representavam avanços no projeto modernizador.

Em Carula (2016), as autoridades intelectuais que se pronunciavam sobre a relação da mulher com o sucesso do projeto modernizador, como Carlos Costa, disputavam a maternidade feminina como primordial oportunidade de fazer o país progredir. Como sublinha a autora, as interpretações desses homens da ciência defendiam que “para desenvolver o Brasil, era fundamental que se educasse primeiro a mãe, pois, ao educar sua prole, ela promoveria a formação do cidadão que faria o país progredir” (2016, p. 254). Essa educação feminina deveria ter caráter combativo aos fatores que

Faziam as mães errarem na educação de suas filhas: algumas eram muito moças (novas), o que as incentivava a ter uma vida social excessiva; outras eram muito velhas e não mais acompanhavam as jovens, deixando-as desprotegidas; outras ainda eram ignorantes e, fazendo uso dos antigos sistemas de educação, enclausuravam suas filhas em casa, obrigando-as a exageradas práticas religiosas; e, por fim, havia as “pobres infelizes”, que não sabiam ler e deixavam suas filhas ao “acaso da sorte” (CARULA, 2016, p. 255).

A preparação das “pobres e órfãs” (ou possíveis “pobres infelizes” na leitura dos conferencistas da Glória) para uma vida após sua estadia no Asilo São Luiz, como no caso estudado, visava meninas prontas para serem inseridas na sociedade, instruídas ao trabalho doméstico e educadas na moral cristão e dos “bons costumes”, ou seja, jovens/mães modernizadas. Durante esse período, ainda na década de 1880, cadeiras de um curso normal foram criadas dentro do Asilo e, conseqüentemente, surgiam novas possibilidades profissionais para elas dentro e fora da própria instituição da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade e, simultaneamente, diferentes perspectivas para a inserção social da mocidade atendida por Padre Domingos.

3.2 Um curso normal no Asilo São Luiz

Após praticamente uma década de funcionamento do Asilo São Luiz, um curso de formação de professoras foi instituído. O mesmo fora idealizado inicialmente pelo diretor Padre Domingos Evangelista Pinheiro para, segundo suas palavras, “pudesse dar ao Asilo o maior conforto e a maior eficiência possíveis” (JESUS, 1967, p. 87). Em reunião feita aos Mesários, no dia vinte de agosto de 1887, comunicou:

A nossos esforços foi criada, pela Assembléia Provincial, a Escola Normal, no Asilo, e que será de muita vantagem e garantia para as educandas, quer pobres, quer pensionistas, visto que a Irmandade não pode dotar àquelas por falta de recursos. E, como, nessa criação havia necessidade de aumentar o prédio, para aulas e cômodos para mestras, eu me vi obrigado a fazer novas construções (1967, p. 87).

Sobre esses momentos, como publicado pelo jornal *A Província de Minas*, transcrições discorrem também sobre a possibilidade de expansão dos cursos normais pela província:²⁰⁵

O Sr. T. DA Costa: - Isto posto, entendo que é de toda justiça que a assembléa vote pelo presente projecto, porque, si negarmos justiça a um estabelecimento d'esta ordem, por certo que não conseguiremos que, a exemplo d'este, outros secreem na provincia. O projecto não importa absolutamente despeza para os cofres públicos.

O Sr. Olintho de Andrade: - Apoiado, é de toda vantagem.²⁰⁶

O que é considerado por muitos historiadores como o primeiro movimento de criação das escolas normais no Brasil, nesse momento, caracterizou-se principalmente pela lentidão e baixa efetividade no decorrer do século XIX. Sobre isso, Leonor M. Tanuri (1979) argumenta que:

Pode-se pois dizer que nos primeiros 50 anos do Império, as poucas escolas normais do Brasil, pautadas nos moldes de medíocres escolas primárias, não foram além de ensaios rudimentares e mal sucedidos. Em 1867, Liberato Barroso, registrando a existência de apenas quatro instituições desse gênero no país – no Piauí, em Pernambuco, na Bahia e no Rio –, lamentava o fato de que, em virtude de suas deficiências, “nenhum aproveitamento notável tinham elas produzido até então”, de forma que a escola normal era ainda uma instituição “quase completamente desconhecida” (apud Tanuri, 1979, p. 22).

²⁰⁵ A Escola Normal de Ouro Preto, primeira escola normal da província de Minas Gerais, foi fundada na década de 1830 e com a aprovação do Ato Adicional de 1834. De acordo com o artigo, “O Governo estabelecerá quanto antes uma Escola Normal para a Instrução primária do Artigo 1º, e para a do Artigo 6º, pelo método mais expedito, e ultimamente descoberto, e praticado nos Países civilizados” (MINAS GERAIS, 1835).

²⁰⁶ *A Província de Minas*, 17/06/1886, p. 1.

Consonante a esse cenário, pondera-se que “da mesma forma que no continente europeu, também aqui, àquela época, havia uma multiplicidade de formas e locais de ensinar e aprender” (VILLELA, 2016, p. 98). Alicerceada às proporções continentais do país e aos baixos investimentos oriundos das autoridades governamentais, via-se no país diversas experiências educacionais, longe de uma padronização ou formalização do educar.²⁰⁷

De maneira sintética, o surgimento do corpo de docentes “funcionalizados” no Brasil a partir da formação pelos cursos normais iniciou-se entre o século XVIII, ainda na colônia, e século XIX, durante o governo de D. João; porém, apenas com a Lei Geral de Ensino de 1827 que foi formalizada a primeira intervenção estatal efetiva para uma organização da docência no país. Conforme a afirmação de Heloisa Villela, dentre as inúmeras transformações que o campo da escolarização sofreu, “a criação das escolas normais marcou uma nova etapa no processo de institucionalização da profissão, balizado por um duplo movimento: de um lado, o controle estatal se faz mais restrito; de outro, os docentes, de posse de um conhecimento especializado, melhoravam o seu estatuto socioprofissional” (*Ibid.*, p. 101).

Os novos centros de formação de docentes, apesar de relativamente escassos diante da realidade demográfica e espacial do país, eram partes constituintes do projeto modernizador saquarema. Diante disso,

A experiência com as escolas normais nascia, assim, num momento em que a política educacional em várias províncias se caracterizava pela busca de uma uniformidade por meio da instrução. O movimento de criação das escolas normais inseria-se, segundo alguns dirigentes provinciais, numa espécie de cruzada pelo bem comum da sociedade. Elas formariam aqueles homens a quem caberia, por missão, elevar o nível intelectual e moral da população, unificando padrões culturais e de convivência social (VILLELA, 2016, p. 104).

Segundo Maria Cristina Gouvêa, apesar do caráter assistemático da contratação e profissionalização do magistério atuante nas escolas do Brasil, a província mineira procurou definir diretrizes mais precisas para o funcionamento dessas instituições. Critérios de seleção e controle da formação viabilizavam uma profissionalização que

significará a constituição de um aparato em torno do professor, exigindo-lhe não apenas competência pedagógica, veiculada em espaços institucionalizados, como a Escola Normal, mas a exigência de uma conduta moral e religiosa compatível com os

²⁰⁷ Continua Heloisa Villela: “Nas grandes propriedades rurais, padres ligados aos engenhos ensinavam filhos de fazendeiros, agregados e até escravos. Nos espaços urbanos a diversidade era maior, variando de acordo com as posses e os objetivos das famílias que demandavam a instrução ou com as intenções de certas instituições que ofereciam por motivos religiosos – no caso da Igreja e das associações filantrópicas –, ou como preparação para desempenho de ofícios, como a instrução fornecida por algumas corporações profissionais e, até mesmo, por proprietários de escravos” (2016, p. 98 – 99).

valores vigentes, bem como ligação com os poderes locais constituídos (GOUVEA, 2001, p. 55).

Em outubro de 1882, um dos relatórios apresentados pelo Presidente da Província de Minas Gerais determinou que as escolas provinciais (totalizando 773 estabelecimentos com 33.899 alunos) estariam submetidas a oito divisões geográficas e que corresponderiam a uma escola normal sede: Ouro Preto, Campanha, Diamantina, Paracatú, Sabará, Juiz de Fora e Uberaba.²⁰⁸ No mesmo mês, foi fundada a Escola Normal de Sabará onde, conforme resolvido pela Assembleia Provincial, as primeiras profissionais formadas pelo Asilo seriam submetidas aos exames para conferirem a habilitação para o exercício do magistério conforme o decreto aprovado:

ASSEMBLÉA PROVINCIAL

40.^a SESSÃO ORDINARIA EM 2 DE JULHO DE 1886

A assembléa legislativa provincial de Minas Geraes decreta:

A.t. 1.^o As alunas do collegio de S. Luiz, de Caethé, serão admitidas todos os annos á exames das materias que constituem o curso normal perante a escola normal de Sabará.

§ 1.^o Para prova da frequencia exigida pelo regulamento n 100 e regimento interno das escolas normaes, servirá o attestado do director do dito collegio de Caethé.

§ 2.^o A's alumnas habilitadas ficão concedidos todos os privilegios e prerrogativas de que gozão os normalistas, segundo as leis em vigor.

Art. 2.^o Revogão-se as disposições em contrario.

Sala das sessões, 2 de Julho de 1886. – Americo Luz.²⁰⁹

Como publicado na edição de *A Província de Minas*, em julho de 1886, a escola normal em funcionamento no Asilo, apesar de submetida aos exames de Sabará, já estava compreendida como escola formadora de professoras. Para que essas jovens do Asilo pudessem concorrer aos exames provinciais, eram necessários votos favoráveis dos deputados provinciais, que supostamente eram rigorosos com as qualidades intelectuais e morais do professorado que atuavam e atuariam nas escolas, principalmente aqueles ligados à Instrução Pública.

As discussões promovidas pelos parlamentares no tocante à legitimação do curso normal no Asilo não foi um caso isolado, “durante todo o século XIX, paralelamente ao movimento de secularização da formação docente que cria instituições específicas – as escolas normais -, verificam-se ações para prover as escolas públicas com pessoal ‘qualificado’” (VILLELA, 2016, p. 122). A qualificação desse grupo de profissionais que ocupariam as cadeiras dos cursos formais em considerável parcela do Império, exigiam qualificações que

²⁰⁸ *O Pharol*, 05/10/1882, p. 1.

²⁰⁹ *A Província de Minas*, 17/06/1886, p. 2.

transgrediam a competência profissional ou a instituição que promovia as aulas para normalistas, mas

assim como a aparência de saúde ou de doença, de beleza ou de feiúra, eram construções simbólicas da “superioridade” e “inferioridade” raciais. Também as representações sobre a “pouca” inteligência de negros e mestiços, sua “incapacidade” para estudos mais aprofundados etc., fazem parte de um conjunto de representações sociais, originárias da difusão das teorias racistas em voga no século XIX (MULLER, 2014, p. 72).

Ou seja, as avaliações das instituições, como a Irmandade de Nossa Senhora da Piedade, que precisavam das aprovações do corpo político provincial para o funcionamento, perpassam não só por avaliações direcionadas às estruturas materiais dos espaços do funcionamento do curso ou do conjunto de disciplinas ensinadas. Discordâncias sobre o perfil racial das turmas foram decisivas, não sendo exclusivas ao caso do Asilo São Luiz, e em consonância a Maria Lúcia Muller, “de fato, a convicção de que não-brancos eram inferiores e que o branqueamento da população brasileira era algo desejável e, mesmo, imprescindível, frequentou o debate das elites de forma intensa”, implicando na formação de professoras negras por uma “‘má-vontade’ velada” (2014, p. 72 – 73).²¹⁰

Além disso, como constatado pelos periódicos mineiros, muito também era valorado a moralidade imbricada em seus dirigentes:

O Sr. Drumond: - Esse estabelecimento é o fructo de uma lucta titânica que venceu o distincto sacerdote a que me refiro para fundar ali uma casa de instrucção que vai prestando assinalados serviços não só áquella região como aos municipios circumvisinhos. (*Apoiado do Sr. T. da Costa*)

Fundado em proporções acanhadas, sómente a esforços d’esse honrado sacerdote, caminhava o estabelecimento a passos lentos. Empregando o Sr. padre Domingos não só os recurso que obtinha da caridade publica a quem se dirigia frequentemente, como mesmo sacrificando os de sua bolsa, logrou fundal-o. A moralidade com que se dirigia o estabelecimento, a dedicação que mostrava o seu illustre fundador pela sua prosperidade e engrandecimento, o cuidado e o zelo com que alli erão tratadas as desgraças meninas que n’aquelle recesso encontravão abrigo, e ao mesmo tempo o cultivo intelectual, fizeram com que esta assemblêa posteriormente lhe concedesse o pequeno auxilio de 1:000\$000.²¹¹

²¹⁰ Apesar das resistências implicadas para a integração de homens e mulheres negros, Surya Aaronovich e Amália Cristina nos alertam que desde a década de 1980, pesquisas no campo da história social da abolição e escravidão “ajudaram na superação da sinonímia entre negro e escravo”, possibilitando novas abordagens da história da educação e a diversidade não só entre os alunos como entre o professorado (BARROS; BEZERRA, 2020, p. 6). As novas perspectivas de análise nesse campo historiográfico viabilizam nomes de muitos professores negros e, em especial, professoras negras, os quais muitas das vezes não possuíam lugar na “História da educação”. Diante disso, Barros e Bezerra também destacam importantes nomes de docentes negras, como Luciana Teixeira de Abreu (1847-1880), em Porto Alegre, Bernadina Maria Elvira Richi (1872-1942), em Cuiabá, e Maria Firmina dos Reis (1822-1917), em São Luiz, reconhecida pela produção do primeiro romance abolicionista brasileiro (2020, p. 6).

²¹¹ *A Província de Minas*, 12/07/1886, p. 1.

A fala do parlamentar “Sr. Drumond”, compreendendo o nome de Padre Domingos Evangelista Pinheiro novamente como representativo de toda a instituição asilar, ao mencionar “a moralidade com que se dirigia o estabelecimento”, entendemos que se tratava do caráter religioso atrelado a formação “ideal” das meninas, principalmente no âmbito da moralidade católica. Posteriormente, “alli erão tratadas as desgraças meninas que n’aquelle recesso encontravão abrigo, e ao mesmo tempo o cultivo intelectual”, dissertou um breve retrospecto do trabalho exercido na instituição e que serviu como argumento para votar favoravelmente à autorização da prestação de concursos similares às escolas normais já existentes na província, assim como em Mariana. O deputado continuou:

E’ preciso que se saiba que n’aquelle estabelecimento sómente são recebidas as meninas desvalidas, inteiramente desprotegidas, que poderão se perder no correr dos tempos; ellas, confiadas á guarda d’esse estabelecimento, preparão-se para uma posição condigna na sociedade.

Ora, Sr. presidente o que se pretendo pelo presente projecto?

Simplemente que ás alumnas do asylo de S. Luiz se conceda as mesmas regalias de que gozão as que se habilitão nas escolas normaes da provincia.²¹²

A instalação do curso normal no Asilo São Luiz de fato foi um importante marco na história da instituição. A grande demanda por professoras para o Asilo, que continuava a acolher novas meninas “pobres e órfãs”, certamente motivou o Diretor Padre Domingos Evangelista Pinheiro a destinar recursos financeiros da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade para esse projeto.

Em discussões posteriores, ainda sobre o curso normal no Asilo de Caeté,²¹³ muito discutiu-se acerca da falta de professores e professoras em Minas Gerais disponíveis e, consequentemente, uma suposta deficiência nos centros de formação de docentes. Argumentos contrários à concessão ao Padre Domingos para a abertura da escola normal denotavam percalços baseados nas condições sociais e raciais das alunas, além de serem um estabelecimento particular e não integralmente vinculado ao Estado, como apontado pelo parlamentar “Sr. Souza Lima” na 8ª Sessão Ordinária em 22 de julho de 1887, na Assembleia Provincial:

O Sr. Souza Lima: - É um facto que todos devemos deplorar, já pela natureza especial do assumpto, já pelos sacrificios que a provincia faz com semelhante ramo de serviço, esse da desorganização da instrucção publica eate nós e o quase nullo resultado que se tira dos sacrificios feitos.

²¹² *A Província de Minas*, 12/07/1886, p. 1.

²¹³ Em referência à “ASSEMBLÉA PROVINCIAL - 8.ª SESSÃO ORDINÁRIA EM 22 DE JULHO DE 1887” em: *A Província de Minas*, 29/07/1886, p. 2.

Os fructos que a provincia tinha o direito de esperar dos sacrificios que anualmente faz com este ramo de serviço, quer consideremos a instrucção primaria, quer a secundaria, são déveras mui pouco compensadores.

A provincia, que, além dos sacrificios e dispendios com a instrucção primaria, mantem estabelecimentos de instrucção secundaria, gasta não pequena somma com as escolas normaes e auxilia a estabelecimentos particulares de ensino, deve evitar a decretação de medidas que, como a da proposição não sancionada, pôdem concorrer para o abaixamento de nível do ensino. De que trata a proposição? De um favor que ha de ser largamente feito pela escola normal de Sabará.²¹⁴

Diante do pronunciamento do parlamentar, que dividiu opiniões entre os presentes na sessão, é possível constatar que a maior preocupação não necessariamente debruçava-se em questões financeiras ou a viabilidade de desenvolvimento da formação docente na província de Minas Gerais. A argumentação contrária à inclusão de auxílio para o Asilo São Luiz na política orçamentaria da província questionava os fatores qualitativos da instituição dirigida por Padre Domingos e sua disparidade diante dos padrões do magistério, que foram adotados a partir da escola normal sabarense. Sublinhamos novamente que essa contradição foi fundamentada, principalmente, pela recusa de que meninas pobres e negras não estariam de acordo com os atributos necessários para tornarem-se professoras, além de uma pressuposta propagação dos vícios “perigosos” e ameaças de “abaixamento de nível de ensino” a que elas seriam responsáveis.

De maneira concisa, a “feminização do magistério no Brasil” é um processo mais recente em comparação à formação docente masculina e como delineado por Juliana Nogueira e Anaete Schelbauer, “na busca por resoluções da falta de professores na década de 1840, o governo brasileiro passou a utilizar escolas de segundo grau do ensino primário para a formação de professores e criou em 1846 a Escola Normal de São Paulo, com as primeiras turmas apenas masculinas (2007, p. 80). Já no ano seguinte foi criada a Escola Normal Feminina, conhecida como Seminário do Açu, que funcionou por menos de dez anos. Apenas através da Lei n.º 9 de 22 de março de 1874 se reinstalou na Corte outra Escola Normal com turmas femininas, funcionando por apenas durante três anos (*Ibid.*, p. 81).

Esse cenário foi sintomático de uma parcial mudança na compreensão da profissionalização da mulher no Brasil por parte das classes dirigentes da modernização, ineditismo característico dos últimos anos do século XIX até o início do XX; e devido à esse cenário, a inserção da mulher no magistério foi marcada por intervenções do Estado imperial, “principalmente no que diz respeito às determinações advindas do currículo que procurava

²¹⁴ A *Província de Minas*, 29/07/1887, p. 2.

intervir no funcionamento interno das escolas estabelecendo horários, escolhas de material (livros) e determinando salários” (*Ibid.*, p. 82). No tocante à essa mudança,

É possível, portanto, afirmar que no Brasil pode-se falar em educação sistemática e oficial para as mulheres apenas a partir do século XIX e que mesmo assim volta-se basicamente para o aprendizado das prendas domésticas e “boas maneiras”, destacando-se o pensamento de que era necessário educar as mulheres porque elas educavam os homens. A profissionalização privilegia primeiro a necessidade da presença feminina no âmbito da família. [...] O magistério representava, então, a possibilidade de permanência de tais representações, conforme o discurso oficial. (FREITAS, 2017, p. 74 – 75).

Ou seja, a entrada dessas mulheres no espaço formal de educação foi “articulada com as transformações que ocorriam no cenário nacional e internacional e a possibilidade de educação para as mulheres” e “era uma das únicas possibilidades para as mulheres de maneira geral desenvolverem alguma função remunerada” (FREITAS, 2017, p. 76), todavia sem deixar de exercerem a função de cuidadoras do âmbito familiar, seja no espaço doméstico e privado, como através do cuidado com filhos e filhas exercendo o papel de docentes.²¹⁵ Importante sublinhar que a feminização do magistério foi substancialmente produto de reivindicações de mulheres “que buscavam seus direitos ao exigirem o acesso a instrução e a oportunidade de trabalho remunerado” (NOGUEIRA; SCHELBAUER, 2007, p. 79) e que utilizaram a imprensa periódica feminina para divulgar suas demandas por direitos.

Apesar das discussões sobre a entrada da mulher no mercado de trabalho docente não terem se desenvolvido muito no período imperial, limitando-se principalmente às conjecturas locais e ao I Congresso de Instrução do Rio de Janeiro, em 1883, Nogueira e Schelbauer conjecturam que

O processo de desvalorização do magistério está mais vinculado ao atendimento à população mais carente, desvalorizada na concepção capitalista. Trata da questão da conquista feminina nesse campo de trabalho, pois afirma que os homens resistiram sim, a entrada das mulheres na profissão. A ampliação das escolas no Brasil contribuiu para gerar argumentações que atribuía às mulheres o papel de educadoras da nação. Apesar desse discurso sexista que predominava na sociedade da época, a profissão docente significou um começo, uma abertura para que as mulheres pudessem ter acesso ao conhecimento e adentrarem no campo profissional. Nesse contexto histórico

²¹⁵ A feminização do magistério é traçada também pelo processo associativo da natureza e “pureza” feminina” com a prática docente, como discorrido por Flávia Werle (2005, p. 610). A autora ainda indica que “a Escola Normal foi a grande responsável por esse processo de constituição da forma feminil, envolvendo a assemelhação da docência com trabalho doméstico, dependência e fragilidade” (2005, p. 610). No tocante à Guacira Louro, “a fragilidade feminina, constituída pelo discurso religioso, médico, jurídico e educacional é também constituinte de sua proteção e tutela”, ou seja, “a enfermagem e o magistério, por exemplo, tomaram emprestado as características femininas de cuidado, sensibilidade, amor, vigilância” e assim não comprometeriam as funções sociais da mulher e promoveriam a transformação social pela religiosidade e maternidade, binômio esperado das professoras (LOURO, p. 454).

era viável que a mulher desempenhasse a função de educadora, regeneradora da sociedade, desde que correspondesse a expectativa esperada de sua conduta moral, imposta por uma sociedade moralizadora (*Ibid.*, p. 91).

A formação de docentes no Asilo São Luiz foi provida com as próprias jovens asiladas, ou seja, com as classes populares da província de Minas Gerais. A possibilidade de funcionamento de um curso normal na instituição da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade, a partir das perspectivas apresentadas sobre a feminização do magistério brasileiro, nos denuncia (mais uma vez) a relevância do projeto educacional exercido naquele internato, além do perfil de grupo de normalistas. Apesar de não expresso em documentos disponíveis até o presente momento, indicam que mulheres pretas e pardas estavam inclusas, assim como retratado anteriormente e ratificado pela fotografia a seguir:

Figura 13: Professoras do Asilo São Luiz (Século XX).



Fonte: Arquivo CIANSP.

Com o perfil racial do Asilo determinado, é possível inferir que havia uma presença expressiva de mulheres pretas e pardas na formação de professoras. Já ao final do século XIX e nos primeiros anos do XX o quadro geral configurava-se distintamente:

Algumas mulheres negras conseguiram chegar a essas escolas e formarem-se professoras, passando a trabalhar na educação particulares de crianças, agora na forma regularizada e sistematizada pelo Estado Brasileiro. Tais mulheres, mesmo em pequeno número estão também presentes no retrato da educação no Brasil. (FREITAS, 2017, p. 73).

A experiência social e educacional compreendida no Asilo São Luiz não nos indica alguma diferenciação pragmática entre matriculadas, seja pela raça ou pela origem social, não desconsideramos a inexistência da pluralidade dessas pessoas e consonante à Hebe Mattos, concordamos que

De formas diferenciadas e com objetivos culturalmente distintos, eram as relações entre iguais que socializavam escravos, livres pobres e senhores para uma convivência entre desiguais. Pode-se falar assim [...] numa comunidade escrava (formada por relações pessoais e familiares entre os cativos), mas também numa comunidade de lavradores de roça (integrada pelas práticas de reciprocidade entre a vizinhança e por estreitas relações familiares e pessoais entre seus membros) e numa comunidade política, que controlava negócios e poder (o comendador e seus familiares). Essas esferas diferentes de socialização encontravam-se integradas por um mesmo código cultural que reforçava o lugar social de cada um e as formas legítimas ou possíveis (fuga) de transitar entre elas. Nesse quadro, a escravidão era praticamente a única relação social efetivamente institucionalizada. A estabilidade desse arranjo social não se construía apenas sobre a violência e a desigualdade de recursos, mas principalmente sobre o costume, que abria atalhos e previa recursos (sociais e culturais) para conviver com a realidade da violência e da desigualdade (MATTOS, 2013, p. 79).

Porém, como muito percebe-se nas leituras da coletânea de periódicos e fontes primárias do respectivo período delimitado, como o próprio *O Pioneiro da Serra da Piedade*, o “sumiço da cor” se faz presente e, segundo Mattos, denotava dois movimentos: o aumento de negros e mestiços pertencentes a sociedade livre e, simultaneamente, uma “desconstrução social do ideal de liberdade construída com base na cor branca” (*Ibid.*, p. 107). Ou seja, quando tratamos de mulheres no magistério, é preciso evidenciar que além de um processo demarcado por aspectos classistas e sexistas, como pelo privilégio de mulheres da elite dirigente acessarem cursos normais e serem dirigidas à educação primária pela suposta vocação de “cuidar da infância”, também é demarcado pela raça.

As investidas pelo branqueamento social estavam entrelaçadas às instituições educacionais, tanto no corpo discente como docente. Assim como interpretado nas discussões acerca do Asilo São Luiz e a legitimação das normalistas lá formadas, professoras negras supostamente não estavam totalmente aptas ao exercício do magistério, como pelo ocasional passado cativo e uma maior tendência a serem contagiosas e transmissoras das doenças sociais, demonstrando um hipotético risco aos educandos.

A necessidade de reforçarmos essa condição é devido à dificuldade particular em identificar a discriminação interseccional quando diferentes forças incidem sobre as mulheres e as colocando em posições de subordinação por diferentes sistemas (CRENSHAW, 2002, p. 176). A naturalização da condição imposta à essas mulheres, “a ponto de parecer um fato da

vida”, a estrutura opressora passa a ser muitas das vezes invisível e em concordância com Kimberlé Crenshaw:

A discriminação em questão poderia ser vista simplesmente como sexista (se existir uma estrutura racial como pano de fundo) ou racista (se existir uma estrutura de gênero como pano de fundo). Para apreender a discriminação como um problema interseccional, as dimensões raciais ou de gênero, que são parte da estrutura, teriam de ser colocadas em primeiro plano, como fatores que contribuem para a produção da subordinação (2002, p. 176).

Em nenhum momento, as mulheres educadoras do Asilo São Luiz são atribuídas ou caracterizadas por designações raciais. Durante o final do século XIX, principalmente antes da abolição, o silenciamento da negritude no espaço do magistério formal, escolarizado, é quebrado. Observamos em sequência, anúncios em periódicos de ampla circulação, como o *Jornal do Commercio*,²¹⁶ informavam a oferta de serviços a serem prestados em espaços escolares, exemplos que podem se estender a outras localidades do Império:

Aluga-se uma preta moça, sabendo lavar, engomar, cozinhar e fazer doces, propria para casa de tratamento ou collegio de meninas, pois é humilde e carinhosa para crianças; para tratar, na Rua de Santa Luzia, N. 28, Sobrado.²¹⁷

E chegando a serem mais diretos, sem os “pré-requisitos” comportamentais e morais:

Aluga-se uma preta, moça, sabendo cozinhar, engommar e lavar, por 30\$ mensaes; na Rua da Harmonia N. 62, Collegio de Meninas.²¹⁸

Diferentemente quando o anúncio se propunha à serviços entendidos como “mais especializados”, como:

Precisa-se de uma criada branca, intelligente e activa, para primeira copeira de um collegio de meninas: dá-se bom ordenado; no Largo do Machado N. 17.²¹⁹

Constatável também que anúncios para a contratação de “criadas brancas” omitiam a exigência de benevolência e honestidade, diferente das “pretas moças”:

²¹⁶ Adquirido por Pierre Plancher em 1827, o *Jornal do Commercio* foi um dos periódicos mais importantes para a história do Brasil, além de ser um dos mais antigos da América Latina também é destacável pelos seus 195 anos de atividade. Mais sobre em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/jornal-do-commercio-rio-de-janeiro/>>.

²¹⁷ *Jornal do Commercio*, 02/09/1871, p. 4.

²¹⁸ *Jornal do Commercio*, 23/06/1881, p. 6.

²¹⁹ *Jornal do Commercio*, 11/05/1881, p. 6.

Precisa-se de duas criadas brancas, uma que seja perfeita engommadeira de roupa de homem e de senhora, e outra activa e diligente para o serviço dos dormitórios de um collegio de meninas; no Largo do Machado N. 17.²²⁰

Em ambos os casos, a especificidade denotada pela cor referia-se às condições intelectuais e morais necessárias para cada cargo. Concordamos com Hebe Mattos quando se trata da noção de “cor” no século XIX, diferente das noções herdadas do período colonial que se referiam à miscigenação e pigmentação da pele, “mas buscava definir lugares sociais, nos quais etnia e condição estavam indissociavelmente ligadas” (2013, p. 106). Apesar da liberdade não necessariamente ser expressa como “branca”, “preto e pardo” continuavam sendo indicadores de recém-liberto, ou seja, supostamente inerente ao trabalho manual e submisso; também tidos como não aptos ao trabalho intelectual, principalmente associado à formação e educação da mocidade – futura sociedade brasileira modernizada.

É possível concluir que o caso do Asilo São Luiz não pode ser elencado como um exemplo revolucionário à estrutura racista e patriarcal que caracterizou fundamentalmente o Brasil durante o Oitocentos, mas torna-se aos olhares da historiografia atual um objeto de pesquisa no qual denota as diferentes faces das violências sofridas pelos populares. As resistências, inclusive protagonizadas pelo ingresso de mulheres pobres e negras no corpo do magistério formal brasileiro, iam contra as próprias categorizações raciais que as impediam ou criavam empecilhos para elas, capacitadas intelectualmente para o exercício da profissão de professora, já que “pessoas racializadas são formadas por condições estruturais e institucionais” (ALMEIDA, 2019, p. 64).²²¹

Os desdobramentos das instituições formais de ensino legitimadas pelo aparelho estatal do Império, principalmente no último triênio do século XIX com o cenário social e cultural instaurado pela crise da monarquia, ascensões dos movimentos abolicionistas e republicanos, empenhavam-se para que “a imagem do negro tinha de ser descartada da sua dimensão humana” (MOURA, 2019, p. 46). Com a ascensão de valores democráticos e liberais no crepúsculo do Oitocentos, o modelo capitalista ainda demandava configurações sociais de desigualdade e exploração, nas quais foram resgatadas e reformuladas visões estigmatizadas de negras e negros em “mecanismos poderosos de repressão para que ele [ela] permanecesse naqueles espaços sociais permitidos e, de outro, a sua dinâmica de rebeldia que a isso se

²²⁰ *Jornal do Commercio*, 08/03/1880, p. 4.

²²¹ Em sequência, Almeida reforça que: “Nesse sentido, podemos dizer que é o racismo que cria a raça e os sujeitos racializados. Os privilégios de ser considerado branco não dependem do indivíduo socialmente branco reconhecer-se ou assumir-se como branco, e muito menos de sua disposição em obter a vantagem que lhe é atribuída por sua raça” (ALMEIDA, 2016, p. 64).

opunha” (*Ibid.*, p. 46, grifo nosso). Para isso, fez-se necessário o uso da escola formalizada pelo Estado, assim como outros “mecanismos poderosos de repressão” para, dentre muitas demandas do projeto modernizador europeu, “ser ele [o negro] colocado como irracional, as suas atitudes de rebeldia como patologia social e mesmo biológica” (*Ibid.*, p. 46, grifo nosso), já que na escola oitocentista “a meta não era o alívio da pobreza tendo em vista maior igualdade social; visava, ao contrário, o controle através da moralização do pobre [marginalizados], impedindo que a massa populacional galgasse maior espaço para exercício da cidadania plena” (*Ibid.*, p. 50, grifo nosso).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A possibilidade de diálogo com as fontes do antigo Asilo São Luiz, com destaque para o singular *O Pioneiro da Serra da Piedade*, transformaram esse trabalho em uma experiência histórica fascinante. As investigações investidas em meio aos periódicos brasileiros, correspondências entre ministros da Igreja Católica e documentos burocráticos de uma instituição que chamamos aqui de filantrópica, nos trouxeram à tona diferentes realidades e peculiaridades de uma época que pode ser descrita como um verdadeiro caldeirão de ideias. A segunda metade do século XIX, mais especificamente o último triênio, se demonstrou como uma importante janela para compreendermos marcas que nossa sociedade ainda carrega na atualidade, principalmente no âmbito educacional.

O começo dessa dissertação vai muito além da universidade e resgata os meus tempos como aluno do ensino básico no qual passei pelas salas de aula do Instituto Nossa Senhora da Piedade, na cidade do Rio de Janeiro. Um colégio particular de médio porte, ainda hoje em funcionamento, e administrado pela CIANSP, assim como o Asilo São Luiz foi um dia. Nessa escola de irmãs devotas de Nossa Senhora da Piedade, muito se rememora a história do Monsenhor Domingos Evangelista Pinheiro e a importância de sua figura além do papel de fundador do Asilo ou patrono da Congregação das irmãs, mas como um padre que debateu e agiu em prol da Lei do Ventre Livre com seus contemporâneos da cidade de Caeté, nas Minas oitocentistas.

Domingos Evangelista Pinheiro foi um homem que produziu um amplo conjunto de relatos de seu tempo, com observações e comentários sobre debates e reflexões travados entre ele e seus contemporâneos. Em momentos posteriores à sua morte, a obra de Madre Ângela recupera a voz desse sacerdote e propõe inúmeras possibilidades de leituras e interpretações de fontes históricas minuciosamente transcritas em *O Pioneiro da Serra da Piedade*, tornando-se assim essencial para compreender a existência do Asilo São Luiz em conjunturas sociais e culturais. Sem depreciar a importância da religiosidade compreendida em todo o processo de elaboração e significação atual de *O Pioneiro*, o seu uso nesse trabalho possibilitou reunir fragmentos de distintos contextos e debates do passado sem que nos atermos unicamente aos documentos oficiais e burocráticos do Estado imperial, além de permitir que o pesquisador deleitasse de um rico acervo só virando suas páginas.

Apesar de Madre Ângela ter pretendido uma composição biográfica de Domingos Pinheiro a partir da publicação de *O Pioneiro da Serra da Piedade*, como a própria autora

declarou, a elucidação da experiência social a partir do seu material organizado nos possibilitou articular e compreender como diferentes vidas foram afetadas pelas transformações políticas, econômicas e sociais que ocorreram entre as décadas de 1870 a 1890. Não apenas ligado estritamente à instituição ou apenas abarcar termos generalizantes, mas fenômenos maiores que a Irmandade de Nossa Senhora da Piedade e o Asilo São Luiz estavam integrados.

Nesse sentido, foi possível compreender que os homens que formaram a primeira Mesa Regedora da Irmandade da Piedade, entre homens lotados em batalhões da Guarda Nacional, funcionários públicos e um padre da província mineira, organizaram um duplo movimento ao criarem a associação. Primeiramente, as ações pela expansão e fomento da adesão social ao catolicismo apostólico romano e seu código moral, principalmente pautadas no Ultramontanismo, aliado ao projeto modernizador da sociedade, fato representado no momento que a Irmandade passou a administrar e reformar a atual Basílica de Nossa Senhora da Piedade; e, sem menos importância, investimentos materiais na educação escolarizada e formal no Brasil, a partir da instalação do Asilo São Luiz. Esses dois aspectos fundamentais, entrelaçados pela suposta necessidade de serem propagados os ideais civilizacionais dos “bons costumes” modernos, foram os principais pontos de contato entre esses homens de Caeté e a sociedade mineira e, em certa medida, do país.

Desde as campanhas pela reforma do templo, no cume da Serra da Piedade, até a construção primordial do Asilo São Luiz, Domingos Pinheiro e os demais irmãos da Mesa Regedora da Irmandade de Nossa Senhora Piedade estavam empenhados em exercer a intervenção modernizadora, das classes dirigentes, em curso nas mais diversas partes do país. Ou seja, o caracterizamos como uma experiência oficial e formal de ensino do século XIX, preocupada em atingir as classes populares para que elas fossem inseridas na sociedade e preocupada que as mesmas fossem preparadas para posições que supostamente eram apropriadas pelas condições de vida de cada indivíduo. Padre Domingos almejava criar aulas mistas, como expressado em correspondência de 1889 destinada aos “Exmos. Srs. Deputados à Assembléia Provincial”, visando alcançar mais famílias de trabalhadores rurais de Caeté:

Assim criado, tem urgente necessidade da criação de uma aula mista de primeiras letras, para ensino de um grande número de menores de ambos os sexos, porque, pela grande distância de Roças Novas, não podem ali aprender e receber instrução; e, sendo certo que educar o povo é dar-lhe trabalho e riqueza, é dar-lhes costume e moralidade, é assegurar a prosperidade e o respeito à família e é, finalmente, manter a ordem e a paz [...] prodigalizado a instrução primária com a criação de aulas, nos lugares que delas necessitam, animando, estimulando e honrando o magistério com privilégios [...] a criação de uma Cadeira de instrução primária, mista [...] prestarão grande auxílio à disseminação da instrução primária [...] (JESUS, 1967, p. 90).

Nesse sentido, foi possível identificar o Asilo São Luiz representado majoritariamente por Domingos Pinheiro, como totalmente concatenado à sua contemporaneidade, compondo-se basicamente de um grupo de homens de origens abastadas, inclusive Domingos, que dispuseram recursos financeiros e esforços para conseguirem serem inseridos no âmbito da educação formal do Brasil. Apesar de termos conhecimento de distintas formas escolares voltadas para pobres, mulheres e ex-escravizados, tratar da criação de um internato legitimado pelo Estado e Igreja Católica e que conseguiu permanecer em pleno funcionamento por todos os anos submetidos à política constitucional imperial, significa compreender mais uma expressão do projeto modernizador social, ou melhor, as transformações efetivas desse projeto idealizado modernizador. É importante sublinhar, diante do caso estudado, que não podemos centralizar nossas análises apenas nos comportamentos das camadas dirigentes e seus reflexos nos tempos históricos subsequentes, mas analisar criticamente seus efeitos nas vidas de populares e as respectivas reações que nos possibilitam compreender as transformações mais profundas das campanhas pela modernização.

Apesar na normatividade dessa instituição diante das autoridades oficiais e suas exigências, mesmo para o funcionamento e exercício de atividades oficiais, como ligadas à Instrução Pública e Escola Normal de Sabará, o internato possuía excepcionalidades que o destacavam no Oitocentos. Sua singularidade é evidenciada pelo o que não ocorreu: a falta de autorizações oficiais por parte do Estado para matricular meninas do Ventre Livre demonstrou que o Asilo estava incoerente ao que se pretendia ensinar aos egressos do cativo.

Diante das evidências inferidas, é possível supor que os dispêndios propostos para as ingênuas no estabelecimento da Irmandade da Piedade, desde a hospedagem, assistência e disciplinas ofertadas, não eram consonantes às intenções da monarquia naquele momento. Malgrado de uma série de fatores culminaram para o insucesso de mais investimentos na educação pública brasileira, como a onerosidade da Guerra do Paraguai e a crise política nas últimas décadas do Império, elencamos como decisivo o fato das condições ofertadas pelo Asilo São Luiz serem “superiores” ao esperado de um internato de jovens nascidos de ventre livre, e, conseqüentemente, não integrando as prioridades orçamentárias da camada dirigente imperial.

Porém, não podemos reduzir essa instituição asilar a um projeto de insucesso ou inacabado: percebemos que o Asilo São Luiz se figurou em uma experiência muito particular diante do projeto modernizador em curso na sociedade naquele momento e, durante o período cronológico delimitado, diferente de muitos outros casos, demonstrou-se flexível dentro de sua própria proposta instituída no “Compromisso da Irmandade” anos antes de sua fundação. A instalação do curso de formação de professoras para as asiladas e, posteriormente, a organização

de mulheres na Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade, foram eventos decisivos para a vida de muitas meninas que ingressaram no internato apenas como “pobres e órfãs”, pessoas marginalizadas ao país moderno que estava sendo pensado pelos dirigentes no decorrer do século XIX.

Porém, o silêncio das vozes dessas meninas e mulheres nos atenta para reflexionar sobre muitas outras relações de ensino e aprendizagem vividas no passado oitocentista e na realidade atual. Infelizmente pela falta de relatos constituídos por essas personagens nos impossibilitou reflexões e conhecimento daqueles que participaram efetivamente do convívio diário e exerceram o que estava proposto tanto pelo Asilo São Luiz como pela realidade social que viviam. Afinal, quem eram as meninas do Asilo São Luiz?

Enquanto essa pergunta não é respondida de maneira mais objetiva e completa, a presente dissertação se propôs a apresentá-las como sendo mulheres ativas nas relações escolares que estavam inseridas. Filhas da sociedade mineira, muitas delas originárias de famílias de pequenos produtores rurais e trabalhadores pobres da pequena urbe de Caeté, as “almas puras” do Asilo São Luiz estavam diante dos “exercícios do serviço doméstico” e do curso normal, “agasalhadas”²²² pela modernidade, e transgredindo possibilidades dentro do que era ofertado e conquistado.

²²² Termos em referência ao “Hino do Asilo São Luiz” em JESUS, 1967, p. 96-97.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

1. Documentos oficiais

ALMEIDA, Candido Mendes de. (org.) *Atlas do Imperio do Brasil comprehendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitoraes e judicarias dedicado a sua majestade o imperador o senhor D. Pedro II destinado á Instrucção Pública no Imperio com especialidade á dos Alumnos do Imperial Collegio de Pedro II organizado por Candido Mendes de Almeida*. Rio de Janeiro, 1862.

BRASIL. Decreto s/n, de 2 de dezembro de 1837. Convertendo o Seminário de São Joaquim em colégio de instrução secundária, com a denominação de Colégio de Pedro II, e outras disposições. COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL, Rio de Janeiro, v.1, parte 2, p. 59-61, 1837.

BRASIL. Directoria Geral de Estatística. *Relatório e trabalhos estatísticos apresentados ao limo. e Exmo. Sr. Conselheiro Dr. Carlos Leoncio de Carvalho, Ministro e Secretário de Estado e Negócios do Império pelo Diretor Geral Conselheiro Manoel Francisco Correa em 20 de novembro de 1878*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1878.

BRASIL. Imperador. *Falas do Trono: desde o ano de 1823 até o ano de 1889*. Brasília: INL, 1977.

BRASIL. *Lei da Instrucção Publica do Brasil, de 15 de outubro de 1827*. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império.

BRASIL. Ministério da Agricultura. *Relatorio apresentado à Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da decima setima legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu*, Rio de Janeiro, Imprensa Industrial, 1878, p. 23.

COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL. *Cartas de Leis, Decretos, Alvarás, Cartas Régias, Leis e Decisões imperiais publicados entre os anos de 1808 e 1889*.

COLEÇÃO DE LEIS, RESOLUÇÕES E REGULAMENTOS DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS. *Livro da Lei Mineira*. Lei N. 13 de 28 de março de 1835. Arquivo Público Mineiro (APM).

2. Livros

ABREU, Irmã Josina Campos. *Monsenhor Domingos: o pioneiro da serra*. 1. ed. Porto Alegre: Algo Mais, 2014.

ALMEIDA, Candido Mendes de. (org.) *Atlas do Imperio do Brasil comprehendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitoraes e judicarias dedicado a sua majestade o imperador o senhor D. Pedro II destinado á Instrucção Pública no Imperio com*

especialidade á dos Alumnos do Imperial Collegio de Pedro II organizado por Candido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro, 1862.

CRUCIFICADO, Ir. Margarida D. *O amigo querido e sempre presente entre nós: Monsenhor Domingos Evangelista Pinheiro.* Divinópolis, MG: [s. n.], 1982.

FIGUEIREDO, Irmã Regina. *A História de um Menino.* Ilustração: Frederico Álvares de Abreu. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 1992.

GALVÃO, Miguel Archanjo. *Relação dos cidadãos que tomaram parte no governo do Brazil no periodo de março de 1808 a 15 de novembre de 1889.* Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1894.

JESUS, Maria Ângela do Coração de, Madre. *O Pioneiro da Serra da Piedade.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1967.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira.* Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

SANTOS, Irmã Juliana Pereira dos. *O Bom Domingos.* Ilustração: Irmã Jéssica Luana de Souza. 1. ed. Rio de Janeiro: A+ Editora, 2018.

3. Periódicos

A Actualidade (1878 – 1881)

A Província de Minas (1884 – 1887)

A União (1886 – 1889)

Almanak Administrativo, Civil e Industrial (1864 – 1875)

Annuario De Minas Geraes (1913)

Diário de Minas (1866 – 1875)

Liberal Mineiro (1882 – 1889)

Noticiador de Minas (1872 – 1873)

O Apostolo (1877 – 1892)

O Baependyano (1877 – 1889)

O Estado de Minas Geares (1889 – 1891)

O Lar Catholico (1891 – 1892)

O Pharol (1876 – 1892)

Referências Bibliográficas

- AGUIAR, José Otávio. “Quem eram os índios Puri-Coroado da Mata Central de Minas Gerais no início dos oitocentos? Contribuições dos relatos de Eschwege e Freyreiss para uma polêmica (1813-1836)”. *Revista Mosaico*, v. 4, n. 2, p. 197-211, jul./dez. 2010.
- ALENCAR, José de. *Discursos parlamentares de José de Alencar* – Deputado-geral pela província do Ceará (1861-1877). Brasília: Câmara dos Deputados, 1977.
- ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: O movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ALVES, Débora Bendocchi. *Ernst Hasenclever em Gongo-Soco: exploração inglesa nas minas de ouro em Minas Gerais no século XIX*. Hist. cienc. saúde-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 281-298, Mar. 2014.
- ALVES, Hercules Alfredo Batista. *A Educação Feminina no Século XIX: Campanha – MG: O Collegio Marianno (1867-1907), Ineditismo e Tradição*. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021.
- ANDRADE, Leandro Braga de. *Fortunas subterrâneas: Negociantes da capital da província de Minas Gerais e as companhias inglesas de mineração*. Seminário de Diamantina (2012: Diamantina, MG) 10º Seminário de Diamantina [recurso eletrônico]: anais. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2019.
- ANDRADE, Renata F. Maia de. *Organização da instrução na província de Minas Gerais: Da legislação aos relatórios dos presidentes*. Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique de Carvalho. 2007. 234 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia - MG, 2007.
- ASSIS, Raquel M. Igreja e educação no século XIX: a atuação da diocese de Mariana em Minas Gerais. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; CHAMON, Carla Simone (org.). *História da educação em Minas Gerais: da colônia à república*. [S. l.]: EDUFU, 2019. v. 2.
- BARROS, Surya A. P. de; BEZERRA, Amália Cristina D. da R.; Não brancos (as) e periféricos (as): história da docência no Brasil. In: *Revista Brasileira de Educação*. v. 25, 2020.
- BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *A Província: Estudo sobre a descentralização no Brasil*. 2 ed. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife: Companhia Editora Nacional: 1937. Disponível em: <<https://bityli.com/G23wX>> Acesso em: 1 jun. 2021.
- BOTELHO, Angela Vianna; REIS, Liana Maria. *Dicionário Histórico Brasil: Colônia e Império*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- BRANCO, P. V. C.; CARDOSO, E. B. HOMENS DE DEUS: sacerdócio católico e masculinidades no Piauí no século XIX. *Outros Tempos: Pesquisa em Foco - História*, [S. l.], v. 17, n. 29, p. 240–259, 2020. DOI: 10.18817/ot.v17i29.761. Disponível em: <<https://bityli.com/DilVz>>. Acesso em: 14 ago. 2021.
- CAMPOS, Germano Moreira. *Ultramontanismo na Diocese de Mariana: o governo de D.*

Antônio Ferreira Viçoso (1844 – 1875). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto: Mariana - Minas Gerais, 2010.

CARDOZO, José Carlos da Silva; MOREIRA, Paulo R. Staudt. A importância de ser Juiz de Órfãos. In: *RIHGRGS*, Porto Alegre, n. 151, p. 161-198, dezembro de 2016.

CARVALHO, José Geraldo Vidigal de. *Viçosa Honra Dom Viçoso*. Viçosa: E. Jard, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem/Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

_____. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

_____. *Visões Da Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2011. *Clio. Série história do Nordeste*, Recife, v. 20, 2004.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Ed. Difel, 1991.

COELHO, Tatiana Costa. *Nas malhas do discurso: A reforma católica em Mariana e o discurso ultramontano de Dom Viçoso (Minas Gerais, 1844 – 1875)*. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas. *Revista Eletrônica de História do Brasil*. 9 (2), 2007, p. 97-107.

CORD, Marcelo Mac. *Artífices da cidadania: Mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

_____; ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de; GOMES, Flávio dos Santos. *Rascunhos Cativos: Educação, escolas e ensino no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

COSTA, Wendell Rodrigues. Instruir e trabalhar: a sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco e o Liceu de Artes e Ofícios (1841-1880). *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 14, n. 27, jul./dez. 2013.

COWLING, Camillia. *Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abdicação da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. In: *Estudos Feministas; Women's International Coalition for Economic Justice*. 2002.

CUNHA, Washington D. dos Santos; SILVA, Rosemaria J. Vieira. A educação feminina do século XIX: entre a escola e a literatura. In: *Revista Gênero*. Niterói, v. 11, n. 1, p. 97-106, 2. sem. 2010.

D'INCAO, Maria Ângelo. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del (org.); PINSKY, Carla Bassanezi. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2020. p. 223 – 240.

DOLHNIKOFF, Miriam. *História do Brasil Império*. São Paulo: Contexto, 2017.

ESCUDERO, Germán Prieto. Vigencia sociopolítica del tradicionista neocatolicismo. *Revista de estudios políticos*, n. 205, 1976. p. 203-222.

FALEIROS, Eva T. Silveira. A criança e o adolescente. Objetos sem valor no Brasil Colônia e no Império. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (org.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2011, p. 203 – 222.

FARIA FILHO, L. M. de. O Processo de Escolarização em Minas Gerais: Questões Teórico-metodológicas e Perspectivas de Análise. In: VEIGA, C. G., FONSECA, T. N. de L. (orgs.). *História e Historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003b.

FARIA, Maria Auxiliadora. *A Guarda Nacional em Minas: 1831-1873*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Paraná, 1977.

FIGUEIREDO, Luciano. *A era da escravidão*. Rio de Janeiro: Sabin, 2009.

FILHO, Luciano Mendes Faria; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

FONSECA, Marcus Vinícius. *A Educação dos Negros: Uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GATI, Hajnalka Halász; MONTEIRO, Ivanilde Alves. Educação e docência feminina no Brasil do Século XIX: avanços e desafios. In: *Cadernos de História da Educação*, v. 15, set – dez. 2016, p. 1146 – 1169.

GINZBURG, Carlos. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo, 1976.

GONDRA, José Gonçalves. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

_____; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

GOUVÊA, Maria Cristina. *Mestre: profissão professor(a) – processo de profissionalização docente na província mineira no período do imperial*. Revista Brasileira de História da Educação. Campinas- SP, julho/dezembro, 2001, n.º 2.

GOYAU, Georges. "Comte de Montalembert". *The Catholic Encyclopedia*. Vol. 10. New York: Robert Appleton Company, 1911.

HALFELD, H. G. F.; TSCHUDI, J. J. von. *A Província Brasileira de Minas Gerais*. Tradução: Myriam Ávila, Roberto B. Martins. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998.

Prefeitura de Raposos. In: *História da Cidade*. Disponível em: <<https://bit.ly.com/n06re>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

JESUS, Maria Ângela do Coração de, Madre. *O Pioneiro da Serra da Piedade*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1967.

JUNIOR, Jose Pereira de S. *Irmandades Religiosas: Espaços de devoção e disputas políticas na Paraíba oitocentista*. Anpuh - XXV Simpósio Nacional De História, Fortaleza, 2009.

LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. *Da Escravidão ao Trabalho Livre: Brasil, 1550-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; CHAMON, Carla Símon (org.). *História da Educação em Minas Gerais: Da Colônia à República*. [S. l.]: EDUFU, 2019. v. 2.

LOPES, Katia G. Cordeiro. *A presença de negros em espaços de instrução elementar da cidade-corte: o caso da Escola da Imperial Quinta da Boa Vista*. 2012. 138f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana). Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

LOPEZ, Adriana; MOTA, Carlos Guilherme. *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: Editora 34, 2016.

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2019. p. 111 – 154.

MAGALHÃES, Nathan Matos. *José de Alencar e a escravidão: Suas peças teatrais e o pensamento sobre o processo abolicionista*. Orientador: Prof. Dr. Marcelo Almeida Peloggio. 2015. 132 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2015.

MANOEL, Ivan A. *Igreja e educação feminina (1859 – 1919): Uma face do conservadorismo*. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

MARTINS, Roberto Borges. *Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1994.

MATTOS, Ilmar R. de. *O tempo saquarema*. 7 ed. São Paulo: Hucitec, 2017.

MATTOSO, Kátia M. de Q. *Bahia, Século XIX: Uma Província no Império*. Rio de Janeiro:

Nova Fronteira, 1992.

MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o Império. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2018, p. 137 – 176.

MELLO, Evaldo Cabral de (org.). *Essencial Joaquim Nabuco*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

MOGARRO, Maria João; MARTÍNEZ, Silvia Alicia. Normalistas e meninas de asilo: Origens sociais e percursos de vida no século XIX em Portugal e no Brasil. In: *Sísifo. Revista de Ciência da Educação*, 2010, p. 45 – 54.

MOTA, Carlos. G.; LOPEZ, Adriana. *História do Brasil: Uma interpretação*. 5 ed. São Paulo: Editora 34, 2016.

MULLER, Maria L. Rodrigues. A produção de sentidos sobre mulheres negras e o branqueamento do magistério no Rio de Janeiro na Primeira República. In: *Interfaces da Educação*. Paranaíba, v.5, n.14, p. 68-81, 2014.

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Rio de Janeiro: SciELO – Centro Edelstein, 2011.

NARITA, Felipe Zioti. *A educação da sociedade imperial: moral, religião e forma social da modernidade oitocentista*. Curitiba: Editora Appris, 2019.

NASCIMENTO, Mara Regina do. *Irmandades leigas em Porto Alegre: Práticas funerárias e experiência urbana - séculos XVIII - XIX*. 2006. 362 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

NOGUEIRA, Juliana Keller; SCHELBAUER, Analete Regina. Feminização do magistério no Brasil: o que relatam os pareceres do primeiro congresso da Instrução do Rio de Janeiro. In: *HISTEDBR On-line*. Campinas, n. 27, p. 78-94, 2007.

NUNES, Francivaldo Alves. Colônias agrícolas e aldeamentos em espaços de fronteira: domínio territorial e povoamento no extremo Norte do Império brasileiro. In: *Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas*. Rio de Janeiro: 2014.

O Seminário de Mariana. *Revista de História*, set 2007. Arquivado do original em 16 de abril de 2014. Disponível em: <<https://bityli.com/vlijx>>. Acesso em 15 mar 2021.

OLIVEIRA, Renato Lima de. *A formidável história de vida do Conde de Aljezur e a importância dele para a SSVP do Brasil e de Portugal*. Famvin: 2017.

PEDROSA, Aziz J. de O. Notas sobre a gestão do patrimônio cultural no município de Caeté. *EXTRAPRENSA (USP)*, São Paulo, ano VII, n. 12, p. 58 - 65, jun 2013.

_____. *A Basílica Ermida de Nossa Senhora da Piedade: memórias de um processo de reconfiguração arquitetônica*. Assis, SP, v. 15, n. 1, p. 408-432, janeiro-junho de 2019.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução de Denise Bottmann. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

PIMENTA, Silvério Gomes. *Vida de D. Antonio Ferreira Viçoso, Bispo de Mariana, Conde da Conceição*. Mariana: Typographia Archiepiscopal, 1920.

POLIANO, Luiz Marques. *Ordens Honoríficas do Brasil* (História, Organização, Padrões, Legislação). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

PRIETO ESCUDERO, Germán. *vigencia sociopolítica del tradicionista neocatolicismo*. *Revista de estudios políticos*, n. 205, 1976.

RAPOSOS. *Instituto Estrada Real*. Disponível em: <<https://bityli.com/zc9we>> Acesso em: 18 mar. 2021.

REIS, Flávia Costa; JÚNIOR, Hebert G. Soares. Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição – Raposos. *Arquidiocese de Belo Horizonte*. Disponível em: <<https://bityli.com/bdgTJ>> Acesso em: 15 mai 2021.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (org.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2011.

ROSAS, Suzana Cavani. Eleição, cidadania e cultura política no Segundo Reinado. In: *Revista Clio*. Série história do Nordeste, Recife, v. 20, 2004.

SALDANHA, Flávio H. Dias. *O Império da Ordem: Guarda Nacional, coronéis e burocratas em Minas Gerais na segunda metade do século XIX, 1850 – 1873*. 2009 (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca – SP, 2009.

SANGLARD, Gisele. Filantropia e assistencialismo no Brasil. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 10 (3), set-dez 2003.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2019.

SCHAWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Cia. das Letras, 2015.

SCHUELER, Alessandra Forta Martinez. *Educar e Instruir: A Instrução Popular na Corte imperial – 1870 a 1889*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

SCHULTE, Augustin Joseph. *"Privileged Altar"*. The Catholic Encyclopedia. Vol. 1. New York: Robert Appleton Company, 1907.

SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio. *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCOTT, Joan Walach. A mulher trabalhadora. In: FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle (Dir.). *História das mulheres no ocidente*. Porto: Afrontamento, 1994. Vol.4: O século XIX.

SEYFERTH, Giralda. *A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos*. Anuário Antropológico, vol. 18, n. 1, 1994.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del (org.); PINSKY, Carla Bassanezi. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2020. p. 362 – 400.

SILVA, Fábio Carlos da; MAURO, José Eduardo Marques. *Barões do ouro e aventureiros britânicos no Brasil: a Companhia Inglesa de Macaúbas e Cocais, 1828-1912*. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

SILVA, Petronilha B. Gonçalves e; PINTO, Regina Pahim (org.). *Negro e educação: presença do negro no sistema educacional brasileiro*. São Paulo: Ação Educativa; Anped, 2001.

SOUSA, Jorge Prata de. A mão de obra de menores escravos, libertos e livres nas instituições do Império. In: *Escravidão: ofícios e liberdade*. Rio de Janeiro: Aperj, 1998.

SOUZA, Felipe Azevedo e. A Lei Saraiva e o novo perfil do eleitorado no Império. In: *Revista Clio*. Recife, v. 29, 2011.

TANURI, Leonor M. *O ensino normal no estado de São Paulo: 1890 – 1930*. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 1979.

TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Reprodução e famílias escravas em Mariana (1850 – 1888)*. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, 2001.

VEIGA, Cynthia Greive. Educação estética para o povo. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; CHAMON, Carla Simone (org.). *História da educação em Minas Gerais: da colônia à república*. [S. l.]: EDUFU, 2019. v. 2.

VICENT, Catherine. *Les confréries médiévales dans le royaume de France: XIII^e - XV^e siècle*. Paris: Albin Michel, 1994.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Práticas de gestão e feminização do magistério. In: *Cadernos de Pesquisa*, v. 35, n. 126, p. 609-634, 2005.

WITTKOWER, Rudolf. *Arte y arquitectura em Italia 1600-1750*. 13. ed. Madri: Cátedra, 2010.